



Coletânea Sociedade e Fronteira  
Vol. 5

DILEMAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS  
estratégias e resistências

Maria Luiza Fernandes  
Ana Lúcia de Sousa  
Alfredo Ferreira de Souza  
Organizadores



**Coletânea Sociedade e Fronteiras**  
**Dilemas Sociais contemporâneos: estratégias**  
**e resistências**  
Vol. 5

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA – UFRR

**REITOR**

José Geraldo Ticianeli

**Diretor da EDUFRR**

Fábio Almeida de Carvalho

**VICE-REITOR**

Silvestre Lopes da Nóbrega

**CONSELHO EDITORIAL**

Alcir Gursen de Miranda  
Anderson dos Santos Paiva  
Bianca Jorge Sequeira Costa  
Fabio Luiz de Arruda Herrig  
Georgia Patrícia Ferko da Silva  
Guido Nunes Lopes  
José Ivanildo de Lima  
José Manuel Flores Lopes  
Luiza Câmara Beserra Neta  
Núbia Abrantes Gomes  
Rafael Assumpção Rocha  
Rickson Rios Figueira  
Rileuda de Sena Rebouças

**EDITORA DA UFRR**



Editora da Universidade Federal de Roraima  
Campos do Paricarana – Av. Cap. Ene Garcez, 2413,  
Aeroporto – CEP: 69.310-000. Boa Vista – RR – Brasil  
e-mail: [editora@ufr.br](mailto:editora@ufr.br) / [editoraufrr@gmail.com](mailto:editoraufrr@gmail.com)  
Fone: + 55 95 3621 3111

A Editora da UFRR é filiada à:



**Coletânea Sociedade e Fronteiras**  
**Dilemas Sociais contemporâneos: estratégias**  
**e resistências**  
Vol. 5

*Maria Luiza Fernandes*  
*Ana Lúcia de Sousa*  
*Alfredo Ferreira de Souza*  
**Organizadores**



**EDUFRR**  
**Boa Vista - RR**

Copyright © 2020  
Editora da Universidade Federal de Roraima

Todos os direitos reservados ao autor, na forma da Lei.  
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Projeto Gráfico e Capa**

George Brendom Pereira dos Santos

**Diagramação**

Tatiane Rodrigues da Silva

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

C694 Coletânea Sociedade e Fronteiras dilemas sociais contemporâneos: estratégias e resistências vol. 5 / Maria Luiza Fernandes, Ana Lúcia de Sousa, Alfredo Ferreira de Souza, organizadores. – Boa Vista : Editora da UFRR, 2020.  
215 p. : il.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-86062-89-2

Livro eletrônico.

1 – Ideologia. 2 – Direito da criança. 3 – Migrantes venezuelanos. 4 – Saúde indígena. 5 – Cultura. I – Título. II – Fernandes, Maria Luiza. III – Sousa, Ana Lúcia de. IV – Souza, Alfredo Ferreira de. V – Universidade Federal de Roraima.

CDU – 304.5(1-04)

Ficha Catalográfica elaborada pela:  
Bibliotecária/Documentalista: Shirdoill Batalha de Souza - CRB-11/573 - AM

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é  
de exclusiva responsabilidade dos autores

**APRESENTAÇÃO** ..... 7

**CAPÍTULOS**

**IDEOLOGIA: ATUALIDADE E POLISSEMIA DO CONCEITO**..... 12

Adriane Karina Amin de Azevedo  
Ana Lúcia de Sousa

**AS INFLUÊNCIAS INTERNACIONAIS NO DIREITO DA CRIANÇA NO BRASIL** ..... 28

Mauro José do Nascimento Campello  
Maria das Graças Santos Dias

**PANORAMA DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÔMICO DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL E A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL** ..... 54

Antonio Ramos Ferreira  
Ana Lúcia de Sousa

**A MÍDIA E O MEDO DOS BÁRBAROS: UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS MIGRANTES VENEZUELANOS NA FOLHA DE BOA VISTA-RR.** ..... 80

Daniele Monteiro Mota  
Francilene dos Santos Rodrigues

**REDES INTERSOCIETÁRIAS DE SAÚDE INDÍGENA NA CIDADE DE BOA VISTA/RR** ..... 113

Fanir Neves  
Maxim Repetto

**RELATOS DE VIVÊNCIAS: REPRESENTATIVIDADE DA MULHER  
INDÍGENA, DESAFIOS E PERSPECTIVAS FRENTE À UMA ORGANIZAÇÃO  
INDÍGENA ..... 138**

Luana Almeida de Moura

Maxim Repetto

**OS EVENTOS ARTÍSTICO-CULTURAIS E SEU PAPEL NA CONSTRUÇÃO DA  
COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA EM PACARAÍMA: UMA ANÁLISE  
DO MICARAÍMA, YAMIX E GRITO ROCK ..... 154**

Gabriel de Souza Alencar

Francilene dos Santos Rodrigue

**O CASO GAFANHOTOS: PATRIMONIALISMO E CORRUPÇÃO EM  
RORAIMA. .... 178**

Francisca Cleide Sousa Carvalho

Alfredo Ferreira de Souza

**O PERSONAGEM E OS TEXTOS: O VISCONDE DO URUGUAI E A ELITE  
POLÍTICA IMPERIAL ..... 198**

José Victor Dornelles Mattioni

João Carlos Jarochinski Silva

**AUTORES ..... 210**

## INTRODUÇÃO

É com muita satisfação que o Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, PPGSOF, da Universidade Federal de Roraima, UFRR, torna público mais um volume da Coletânea **Sociedade e Fronteiras. Dilemas Sociais contemporâneos: estratégias e resistências**. A proposta da Coletânea surgiu a partir da necessidade de divulgar a produção científica dos discentes e docentes do Programa e, assim, socializar os conhecimentos ali produzidos; ao mesmo tempo, estamos dando um retorno para a sociedade, principal responsável pelos investimentos públicos nas instituições de produção de conhecimento. Isso torna-se mais importante ainda nesse momento, em que essas instituições vêm sendo atacadas e difamadas por grupos políticos, cujos interesses escusos têm promovido situações de incompreensão sobre o importante papel dessas instituições, por vezes desconhecido de um público mais amplo.

O primeiro volume foi lançado no ano de 2016, quando foram apresentados os frutos das primeiras dissertações defendidas no Programa, criado em 2012 com o objetivo de formar pessoal qualificado para atuar no espaço amazônico, promovendo mudanças e contribuindo para o seu desenvolvimento. De lá para cá, o PPGSOF titulóu mais de oitenta mestres que estão atuando em diversos campos, sobretudo na docência, básica e superior; em órgãos públicos municipal, estadual e federal e em esferas da iniciativa privada.

O Mestrado em Sociedade e Fronteiras parte de uma perspectiva interdisciplinar para os estudos no campo das Ciências Sociais e Humanas, tendo em seu corpo docente professores de diversas áreas do conhecimento. De igual modo, seu corpo discente, em grande maioria advindo de cursos disciplinares, é oriundo de diversas áreas, tais como: Antropologia, Comunicação Social, Direito, Economia, Educação, Filosofia, História, Relações Internacionais, Sociologia, dentre outras. Tanto essa formação disciplinar quanto a perspectiva interdisciplinar podem ser observadas nos textos que compõem esse volume.

Resultado de dissertações defendidas ao longo dos últimos anos, os textos aqui contidos constituem, assim, uma pequena parte de narrativas mais amplas. Os artigos que compõem essa coletânea apresentam uma miríade de temas, abordagens, perspectivas, espaços e tempos diferenciados, espelhando a produção do Programa. Os autores, ao selecionarem parte de suas produções para aqui constar, também o fizeram de forma heterogênea, uns se preocupando em discutir aspectos mais



teóricos de suas pesquisas, enquanto outros apresentam mais os seus resultados ou parte deles.

Desse modo, a diversidade das temáticas aqui apresentadas permite um passeio generoso por questões amplas e de abordagem histórico conceitual, como as questões da ideologia, sua atualidade e polissemia; a questão das influências internacionais na construção dos direitos da criança no Brasil; e o debate sobre as condições dos catadores de material reciclável no contexto da Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil, formando um primeiro bloco; no segundo bloco, artigos que apresentam questões específicas de Roraima, mas com abordagens abrangentes, que nos convidam a refletir sobre importantes questões, como a migração e o papel da mídia; as populações indígenas e seus conflitos, tanto no que se refere as relações de gênero como as mudanças em suas condições de vida, obrigando-os, muitas vezes, a migrar para as cidades e estabelecer novas relações; e a questão cultural no contexto fronteiriço. Por fim, a coletânea nos brinda, ainda, com a apresentação de situações históricas importantes para nossa compreensão das relações políticas e a questão da corrupção, tema tão em voga na sociedade brasileira, e um debate sobre o indivíduo e seu papel na constituição das estratégias políticas no contexto histórico brasileiro. De modo que nos deparamos com várias possibilidades.

O texto de abertura da Coletânea coaduna com o primeiro ponto exposto acima, o de estar mais relacionado a uma preocupação teórica sobre a abordagem realizada. De maneira que, **Ideologia: atualidade e polissemia do conceito**, tendo como autoras Adriane Karina Amin de Azevedo e Ana Lúcia de Sousa, analisa a semântica teórico social do termo ideologia, tendo como base as discussões levantadas por vários teóricos, com destaque para as propostas apresentadas por Terry Eagleton e István Mészáros. O objetivo é o de apresentar a ambiguidade conceitual que oscila entre a linguagem da materialidade humana em suas relações sociais e as proposições articuladas pelo Estado. O ponto áureo é a confirmação do seu caráter controverso, amplo e polissêmico, gerador de definições que constituem um campo de debate sempre mutável, contínuo e atual. Também destaca-se o eixo teórico principal adotado pelas autoras, o pensamento marxista e seus desdobramentos que procuram dar conta do significado de ideologia e sua aplicação nas esferas intelectuais e sociais.

O texto **As influências internacionais no direito da criança no Brasil**, tendo como autores Mauro José do Nascimento Campello e Maria das Graças Santos Dias, analisa as influências internacionais sobre o direito da criança no Brasil, demonstrando a persuasão internacional que se inicia no caso emblemático da pequena Mary Ellen Wilson ocorrido em Nova Iorque no século XIX. A partir

deste ponto, o texto discorre sobre os processos de criação do ordenamento jurídico destinado ao reconhecimento de que o direito das crianças deve ser devotado de acordo com os direitos humanos. Com destaque na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, CNUDC, a trajetória proposta no presente texto passa pelo Movimento Social dos Reformadores, responsável pela criação do tribunal de menores em Chicago, estado de Illinois-EUA, em 1899, que passou a determinar os modelos retributivos. Finalmente, inclui-se nesta jornada histórica o Brasil, que adotou o sistema tutelar por meio dos Códigos de Menores de 1927 e 1979, chegando ao texto da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, no detalhamento registrado no Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, em 1990.

Em **Panorama demográfico e socioeconômico dos catadores de material reciclável e a política nacional de resíduos sólidos no Brasil**, Antonio Ramos Ferreira e Ana Lúcia de Sousa, fazem uma análise reflexiva sobre o lugar dos catadores de materiais recicláveis na sociedade urbana. Tal investigação se dá por meio da comparação de temas que tratam sobre as condições cotidianas deste grupo específico, incluindo suas práticas, tanto pessoais como, e principalmente, laborais. A consequência apresentada pelos autores é o debate sobre estas práticas geradoras de situações adversas vivenciadas por estes catadores dentro e fora do contexto dos lixões. O principal objetivo, portanto, é a discussão que trata das limitações e dificuldades por parte destes trabalhadores no contexto da humanidade básica e da dignidade socioeconômica.

Discussão constante em qualquer esfera da sociedade roraimense, na atualidade, a migração Venezuela tem sido um tema recorrente nas atuais pesquisas desenvolvidas no PPGSOF. Assim que, Daniele Monteiro Mota e Francilene dos Santos Rodrigues nos apresentam uma importante abordagem ao tratarem da mídia nesse processo. Em **A mídia e o medo dos bárbaros: uma análise da representação social dos migrantes venezuelanos na Folha de Boa Vista-RR**, as autoras refletem sobre o papel da imprensa na formação das representações, por vezes muito estereotipadas e preconceituosas, do outro, nesse caso do migrante venezuelano.

Fanir Neves e Maxim Repetto discutem a questão dos indígenas na cidade no artigo **Redes intersocietárias de saúde indígena na cidade de Boa Vista/RR**, no qual apresentam elementos para compreender as experiências de pessoas indígenas na urbanidade. Apontam a situação sociopolítica de indígenas na urbanização como indicador de enfermidades, dadas as mudanças de hábitos alimentares, assim como as formas de inserção social indígena, marcadamente periféricas; ao mesmo tempo em que referenciam as trocas de conhecimento indígena e ativação da intermedialidade

por meio das relações de parentesco, que se estendem por meio de suas redes comunitárias, denotando, dessa forma, a existência do protagonismo indígena.

O artigo **Relatos de vivências: representatividade da mulher indígena, desafios e perspectivas frente à uma organização indígena**, de autoria de Luana Almeida de Moura e Maxim Repetto, nos apresenta a importante questão das relações de gênero entre a população indígena. Mostra os desafios e dificuldades enfrentadas pelas mulheres indígenas para participarem de forma efetiva nas tomadas de decisões, tanto nas comunidades como nas assembleias indígenas, bem como para a criação de uma organização própria: a Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR). O artigo aborda, ainda, as dificuldades enfrentadas pela OMIR, principalmente pela falta de estrutura, no cumprimento da importante função de discutir e combater o machismo e a violência contra mulheres nas comunidades indígenas.

O artigo de Gabriel de Souza Alencar e Francilene dos Santos Rodrigues, intitulado **Os Eventos Artístico-Culturais e seu papel na construção da cooperação transfronteiriça em Pacaraima: uma análise do Micaraima, Yamix e Grito Rock**, traz uma importante contribuição para os estudos sobre a realidade das regiões de fronteira ao refletir sobre os eventos artístico-culturais transfronteiriços e seus impactos nas relações de cooperação entre as populações dessas regiões. A análise aborda os eventos nas cidades Pacaraima - no Brasil, e Santa Elena de Uairén - na Venezuela. Por meio do estudo dos eventos Micaraima, Yamix e Grito Rock, os autores discutem a importância destes, tanto nas relações institucionais como para a vida das populações das cidades. Na primeira parte do artigo são caracterizados esses eventos; na segunda parte, os autores analisam os impactos políticos, econômicos e sociais destes nas cidades que os recebe.

Amparados em processos judiciais, amplamente documentados, Francisca Cleide Sousa Carvalho e Alfredo Ferreira de Souza desvendam, no artigo **O caso Gafanhotos: patrimonialismo e corrupção em Roraima**, o que ficou conhecido como o maior desvio público de recursos no Estado de Roraima, em operação conduzida pela Polícia Federal batizada como Praga do Egito. Nesse texto, os autores dialogam com os conceitos de patrimonialismo e neopatrimonialismo para desvelar as práticas de políticos que se apropriam do público como se privado fosse, em detrimento dos interesses da maioria e em proveito de minorias, relacionando-as a situações muito usuais da política nacional em diferentes tempos e espaços.

Por fim, em **O personagem e o texto: o Visconde de Uruguai e a elite política imperial**, de José Victor Dorneles Mattioni e João Carlos Jarochinski Silva,

parte-se do personagem título para uma discussão sobre o indivíduo na história, na tentativa de uma compreensão de suas ações no jogo de estratégias da política imperial brasileira, sem a necessidade de enaltecê-lo ou desmerecer seus feitos. Destaca-se que se trata de personagem importante para a compreensão da questão central da dissertação de Mattioni, defendida em 2018: os interesses na abertura do rio Amazonas para a navegação.

Eis os textos que compõem o presente volume dessa coletânea, que esperamos possam contribuir para discussões em diversas áreas do conhecimento e sobre diversas temáticas. Seguimos, pois, com a proposta do PPGSOF, um programa da área Interdisciplinar, com perspectiva, não só valorizar e tornar público as várias pesquisas sobre temas complexos, como também de abordar questões de relevância para pensarmos a sociedade local, regional, nacional e mundial.

*Boa Vista, setembro de 2020*

*Maria Luíza Fernandes*

*Ana Lúcia de Sousa*

*Alfredo Ferreira de Souza*

## IDEOLOGIA: ATUALIDADE E POLISSEMIA DO CONCEITO

*Adriane Karina Amin de Azevedo<sup>1</sup>*

*Ana Lúcia de Sousa<sup>2</sup>*

### CONTEXTUALIZANDO “A QUESTÃO DA IDEOLOGIA”

Nos dizeres de Eagleton (1997, p. 15) a palavra ideologia é uma espécie de texto, “tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais” e, mais importante que a busca por um conceito único e definitivo, é determinar o que cada uma das formulações conceituais sobre o termo traz de valioso para a compreensão da questão nas definições em circulação, que vão desde o processo de produção de significados, signos e valores na vida social, passando por um corpo de ideias característico de um determinado grupo ou classe social que ajudam a legitimar um poder político dominante ao conjunto de crenças orientadas para a ação.

Nem todas as acepções são compatíveis entre si, alterando-se entre noções pejorativas e outras positivas. Contudo, o que particulariza o termo ideologia é o fato de tratar sempre de algo alheio, como nos diz Eagleton (1997, p. 16): “ninguém gostaria de afirmar que seu próprio pensamento é ideológico [...] a ideologia, como um mau hálito, é, nesse sentido, algo que a outra pessoa tem”.

Resumindo as conceituações de ideologia, o autor apresenta-as de seis formas distintas. Primeiro como processo geral de produção de ideias, crenças e valores na vida social. Considerada política e epistemologicamente neutra, essa perspectiva denota o complexo de práticas, significantes e processos simbólicos de uma determinada sociedade, indicando a forma como os indivíduos vivenciam suas práticas sociais.

Uma segunda definição refere-se a ideias e crenças (verdadeiras ou falsas) que simbolizam as condições e experiências de vida de um grupo ou classe específica. Aproxima-se aqui da ideia de visão de mundo.

<sup>1</sup> Mestrado em Sociedade e Fronteiras pela Universidade Federal de Roraima (PPGSOF/UFRR).

<sup>2</sup> Professora Titular do curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

Complementarmente, tem-se a terceira definição, a qual trata da promoção e legitimação de interesses opostos dos grupos sociais, diante da relevância em apoiar ou desafiar determinada configuração política. “A ideologia pode ser vista aqui como um campo discursivo no qual os poderes sociais que se autopromovem conflitam e colidem acerca de questões centrais para a reprodução do poder social como um todo” (EAGLETON, 1997, p. 39). Essa definição alude que toda ideologia é um discurso retórico, persuasivo, mais preocupado com a produção de certos efeitos eficazes a propósitos políticos do que com a situação real.

A quarta definição mantém a perspectiva de promoção e legitimação de interesses sociais, porém restringindo-os às atividades de um poder social dominante. Não se trata apenas da imposição de ideias pelos que estão acima, mas de garantir a cumplicidade de classes e grupos subordinados. Essa acepção é semelhante à quinta definição, na qual ideologia significa ideias e crenças que ajudam a legitimar os interesses de um grupo ou classe dominante, mediante distorção e dissimulação.

Finalmente, o sexto significado de ideologia remete a crenças falsas ou ilusórias, oriundas da estrutura material do conjunto da sociedade como um todo. Nessa percepção, o termo ideologia permanece pejorativo, porém evita-se um tom generalista.

Por fim, o autor retoma a noção de ideologia como “relações vivenciadas”, isto é, um conjunto de ideias que são formadas a partir das relações estabelecidas de forma concreta, dos modos de vida com as percepções geradas, que mostram alguma coerência com essas relações vivenciadas, de modo a chegar a conclusão que não se pode transformar substancialmente a ideologia, oferecendo aos indivíduos descrições verdadeiras em lugar de falsas, haja vista não se tratar de um equívoco; as transformações das relações vivenciadas são possíveis somente mediante uma mudança da realidade.

Essas definições tratadas por Eagleton (1997) denotam a polissemia do conceito de ideologia.

Diante dessa problemática, e apoiando-se na delimitação feita por Mario Stoppino<sup>3</sup>, cuja acepção do referido termo é realizada mediante a distinção entre um significado forte (é aquele em que o termo refere-se a uma distorção do conhecimento) e um significado fraco de ideologia (designa um sistema de crenças políticas, conjuntos de ideias e valores que visam orientar comportamentos

<sup>3</sup> Filósofo e cientista político italiano.

coletivos referentes a ordem pública), Leandro Konder, no livro intitulado A questão da ideologia, revisita as diversas expressões que o termo adquiriu desde Karl Marx até o presente, nas suas diversas vertentes teóricas.

Segundo Konder (2002, p.15) o tema da ideologia é tão antigo quanto a questão do conhecer (O que é conhecer? O que autoriza alguém a falar que conhece alguma coisa? Quem garante que tal conhecimento corresponde a realidade?), exatamente por atuar no processo de elaboração do conhecimento.

O conhecimento, nesse contexto, pode ser alcançado superando a empiria, trilhando caminhos que exigem a abstração teórica. Para o referido autor, o conhecimento não pode ficar limitado a percepção sensível direta. É necessário construir abstrações mediante informações que não podem ser cotejadas com a experiência vivida pelo observador. Ocorre que, à medida que avança o pensamento abstrato, fica este exposto a maiores equívocos. Por esse ângulo, defende Konder (2002), um dos campos temáticos mais relevantes da filosofia é a teoria do conhecimento, a qual passou a se ocupar da questão aqui debatida desde o século XIX e que viria a ser designada como ideologia.

Foi o filósofo Destutt de Tracy no livro Elementos de Ideologia que concebeu a ideologia como uma nova disciplina filosófica, a qual deveria incorporar os resultados das demais. Para ele, “agimos de acordo com nossos conhecimentos, que se organizam através das ideias; se chegarmos a compreender como se formam essas ideias a partir das sensações, teremos a chave [...] para criar um mundo melhor” (KONDER, 2002, p. 22).

O criador do termo ideologia, Antoine Destutt de Tracy, vivenciou a Revolução Francesa, inclusive sendo preso. Segundo Eagleton (1997) foi na cela da prisão que esboçou o conceito. Partidário de Napoleão Bonaparte, que foi inicialmente considerado amigo dos ideais da Revolução Francesa, mas que seguidamente rompe com o conceito de ideologia, quando este se torna afiliado do republicanismo, contrapondo-se ao autoritarismo Bonapartista.

Bonaparte acusa os teóricos da ciência das ideias (entre eles De Tracy), de pensadores propagadores de coisas que não existem na realidade. Nasce o significado pejorativo do termo ideologia. Refere-se aos “ideólogos” de forma depreciativa, equiparando-os aos metafísicos, isso porque esses ideólogos são considerados agora adversários, empenhados em desmascarar as estratégias sentimentais e a religiosidade sobre a qual Napoleão visava justificar seu regime ditatorial.

Com isso, “a palavra ideologia entra para o linguajar corrente (e também para o linguajar filosófico e científico) a partir de seu uso por Napoleão,

com o significado de consciência falsa da realidade, contraposta à ciência e à filosofia” (PINHO, 2013, p. 18).

Eagleton (1997, p. 65) afirma que originalmente o termo ideologia tem origem no contexto do iluminismo, de defesa dos ideais burgueses e repulsa às superstições, dogmas e ao Antigo Regime. Um ideólogo implicava ser um crítico da “ideologia” no sentido dos sistemas de crenças dogmáticos e irracionais da sociedade tradicional.

Ocorre que essa crítica da ideologia constituía-se também em ideologia em dois sentidos diferentes. Primeiro, na contramão da metafísica, defendiam o empirismo como uma concepção de indivíduo baseado nas proposições burguesas; segundo, o apelo à ciência e à razão em oposição a religião, a tradição e a autoridade política, mascarava os interesses de poder da classe mercantil. A ideologia nasceu, portanto, como uma crítica totalmente ideológica da ideologia (EAGLETON, 1997, p. 66).

Destutt de Tracy acreditava que os fatores econômicos eram determinantes da vida social. Ao voltar-se para o mundo econômico e confrontar-se com as motivações sociais na sociedade de classe, o conceito de ideologia começa a reformular-se em direção a outro significado, deixando gradualmente de denotar um cético materialismo científico para significar uma esfera de ideias abstratas e desconexas, e é esse significado da palavra que será então adotada, inicialmente, por Marx e Engels, conforme entendimento de Eagleton (1997 p. 71).

A teoria da ideologia em Karl Marx é provavelmente a mais bem entendida como parte de sua teoria da alienação, vislumbrada na relação do homem com o objeto do seu trabalho, quando em determinadas condições, os produtos e processos distanciam-se do controle daqueles que produzem e passam a assumir uma existência autônoma, atuando como uma força estranha.

Na obra *A ideologia alemã*, Marx e Engels, tratam da lógica de inversão e alienação. O processo de estranhamento do homem em relação ao resultado do seu trabalho resulta em ideias invertidas, segundo as quais o homem está submetido ao objeto que criou. A consciência dos homens está estreitamente ligada à prática social, resultante do modo de produção material. É socialmente determinada. Neste sentido, “[...] as ilusões sociais estão ancoradas em contradições reais, de modo que somente pela atividade prática de transformar as últimas é que podem as primeiras serem abolidas (EAGLETON, 1997, p 72).

Para o autor, a teoria da ideologia presente na referida obra de Marx e Engels mantém a dualidade entre “consciência” e prática social, apenas



revertendo as relações causais entre elas. Enquanto os jovens Hegelianos consideravam as ideias a base da vida material, os autores d'A Ideologia Alemã apenas inverteram essa posição.

A crítica do filósofo britânico apoia-se no uso do termo “consciência”, quando remetido a sistemas históricos de crenças religiosas, políticas e jurídicas, posteriormente denominado por Marx de superestrutura. Se pensarmos na consciência nesse sentido, explica Eagleton (1997), sua oposição à atividade prática torna-se plausível, contudo, esses discursos ideológicos, presentes nessa estrutura, condicionam também nossas práticas de vida reais.

Inverter uma polaridade não é, necessariamente, transformá-la. Neste sentido, critica a inversão de Marx e Engels presente no texto A ideologia alemã, considerando-a como um materialismo mecânico, que resulta em uma mímica do idealismo, posto que um pensamento reduzido a um “reflexo” é tão imaterial quanto outro que esteja apartado da realidade<sup>4</sup>.

Em A Ideologia Alemã, Marx e Engels (2009, p. 67), afirmam que “as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes [...] a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante”. Seguem afirmando que a classe proprietária dos meios de produção dispõe dos meios para a produção espiritual, como também submetem as ideias daqueles que não possuem os meios para a produção espiritual, além disso, expressam as relações materiais dominantes.

Na análise de Eagleton (1997), o texto hesita entre uma definição política e uma definição epistemológica de ideologia. Podem ser consideradas ideológicas porque negam seus efeitos políticos ou por serem expressões diretas de interesses materiais, instrumentos na luta de classes.

No Prefácio da Contribuição à crítica da economia política, Marx (2008, p.49, 50), aponta elementos para a questão da ideologia no seguinte contexto:

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. [...] Em uma certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em

---

<sup>4</sup> O autor refere-se, aqui, a crítica de Marx ao idealismo Hegeliano. Para entender melhor ver Eagleton (1997).

contradição com as relações de produção existentes [...] A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. Quando se consideram tais transformações convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção [...] e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as **formas ideológicas** sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim (MARX, 2008, p.49, 50, grifo nosso).

Conforme análise de Eagleton (1997), “superestrutura” é um termo relacional e designa a maneira como certas instituições sociais atuam como “suportes” das relações sociais dominantes. Nessa versão, a ideologia poderia significar o modo como nossa consciência é condicionada por fatores materiais.

Ainda nesta obra, Marx trabalha com dois conceitos que seriam retomados na obra *O Capital* e serviriam como base para outra interpretação de ideologia: os conceitos de valor de uso e valor de troca. O valor de uso possui caráter subjetivo e qualitativo; enquanto o valor de troca é quantitativo e definido no âmbito das relações sociais. Segundo Konder (2002), essa distinção era fundamental para o filósofo comunista, sobretudo porque, nas relações de produção capitalistas, o valor de troca torna obscuro o valor de uso, fixando a atenção nos movimentos de compra e venda das mercadorias, as quais parecem ter vida própria no âmbito da sociedade capitalista, capaz de transformar a força de trabalho humana em objeto, disposta a ser comprada e vendida no mercado.

Sob essa perspectiva é que na obra *O Capital*, Marx avança em direção ao “fetichismo da mercadoria”. Segundo Eagleton (1997), o tema inicial da alienação é aqui expandido, explícito na tese de que os homens fazem produtos que depois escapam do seu controle e determinam suas condições de existência. Em virtude do fetiche da mercadoria as relações surgem, enganosamente, como relações entre coisas, e isso tem graves consequências de um tipo ideológico.

Primeiro, os mecanismos reais da sociedade são obscurecidos, o caráter social do trabalho é ocultado por trás das mercadorias, as quais não são mais produtos sociais. Depois, a sociedade é fragmentada por essa lógica mercadológica, impedindo compreendê-la como totalidade e como constructo humano.

A inversão do sujeito em relação as suas condições sociais torna-se inerente à própria realidade. “A ideologia é agora menos uma questão da realidade tornar-

se invertida na mente do que da mente refletir uma inversão real. Na verdade não é mais primariamente uma questão de consciência” (EAGLETON, 1997, p. 83). Está articulada nas relações econômicas capitalistas.

Nesse sentido, o avanço da teoria marxista na obra *O Capital*, apresenta elementos que contribuíram, posteriormente, para o avanço do debate sobre a ideologia ao conceber fundamentação nas práticas materiais da sociedade burguesa. No capítulo sobre o “Fetichismo da mercadoria” Marx parece reter duas características para a noção de ideologia: o empirismo e o negativismo. Sobre o primeiro, no livro *O Capital*, parece indicar que a percepção dos homens sobre a realidade é inerente a própria realidade e finalmente, a ideologia mantém seu caráter negativo porque não tem nenhum outro propósito além de ocultar a verdade na sociedade de classes.

Conclui a análise da teoria marxiana para um entendimento da noção de ideologia a partir de duas fases. A primeira apresenta três sentidos conflitantes e sem interrelações com o sentido de ideologia, a qual aparece inicialmente como crenças ilusórias ou socialmente desvinculadas, servindo para distrair os homens das condições opressivas do poder político; posteriormente passa a designar também as ideias dos interesses materiais da classe social dominante, necessárias à manutenção do seu domínio e, finalmente, é apresentada de maneira ampliada abrangendo todas as formas conceituais onde é travada a luta de classes como um todo.

A segunda fase, vislumbrada nos chamados escritos econômicos tardios, apresenta uma contribuição à discussão inteiramente diferente. Percebido como parte do processo de alienação, no âmbito do “fetichismo da mercadoria”, trata-se da inversão real ancorada nas operações econômicas do modo de produção capitalista. Não se trata de “falsa consciência”, mas dos mecanismos de reprodução capitalista que invertem os processos do mundo do trabalho, transformando produtor em objeto, objeto em criatura.

Konder (2002) critica a atribuição de determinados significados de ideologia na teoria marxiana. Para ele, o conteúdo impetuoso das concepções e posturas de Marx (e Engels) explica porque os dois pensadores enfrentaram tantas objeções, que os levaram por vezes a deter-se em aspectos que se prestavam melhor às exigências imediatas da discussão. É nesse sentido que a conceituação de ideologia como “falsa consciência”, remetida ao autor da obra *O Capital*, comporta uma leitura simplista a qual deve ser situada em um determinado contexto e não apresenta referência na obra desse autor.

A expressão “falsa consciência”, não foi usada por Marx, e sim por Engels denotando talvez as implicações de um determinado momento de embate teórico. “Como Engels não alertava seus leitores para essa constatação [...], sua frase comportava uma leitura simplificadora, que escorregava para a identificação de ideologia e falsa consciência” (KONDER, 2002, p. 50).

Nesses termos, alguns dos aspectos do pensamento de Marx não foram bem assimilados nem mesmo por alguns de seus seguidores, os quais acabaram, por vezes, dando outras interpretações para seus escritos. Para Konder (2002), é dessa forma que a questão da ideologia, tal como Marx a tinha abordado, foi esvaziada de sua significação.

Embora ocorram distorções no pensamento de Marx, no caso específico aqui sobre o entendimento da ideologia, encontram-se na herança do filósofo formulações fundamentais para o desvelamento das formas ideológicas presentes na sociedade de classes e debatidas por diversos pensadores de perspectiva marxista. É nessa perspectiva que nos deparamos com a obra de István Mészáros.

## MÉSZÁROS E A RACIONALIDADE DA PRÁTICA IDEOLÓGICA

Na tese *Ideologia e formação humana em Marx* de Lukács e Mészáros, Maria Teresa Buonomo de Pinho, analisa o conceito de ideologia sob o aspecto ontológico, fundamentado no trabalho, ou seja, na vida material dos homens. Para ela, Mészáros funda sua obra no pensamento de Marx e Lukács, entretanto, apresenta distinções derivadas especialmente de experiências históricas não vivenciadas por seus predecessores.

No livro *O poder da ideologia*, Mészáros (2004), situa a ideologia dentro de três conjuntos de determinações: 1. parâmetros socioeconômicos 2. principais movimentos políticos com suas necessidades ideológicas e intelectuais e; 3. teorias práticas e científicas, assim como as filosofias e auto-reflexões da ciência referentes a função reguladora no complexo das atividades humanas.

Analisa como as teorias serviram de base para as formas ideológicas dominantes na sociedade capitalista no século XX, bem como na atualidade. Para o filósofo, é possível diferenciar três posições ideológicas fundamentalmente distintas, as quais possuem conseqüências nos tipos de conhecimentos compatíveis.

A primeira apoia-se na ordem estabelecida como uma atitude acrítica, apoiando e exaltando a forma vigente do sistema dominante como horizonte absoluto da vida social. Ressalta-se aqui os teóricos do capital, como J. M. Keynes. A segunda revela as irracionalidades da forma específica de sociedade de classe anacrônica que ela rejeita a partir de outro ponto de vista onde encontram-se as proposições de Rousseau, por exemplo. E a última, contraposta às duas anteriores, questiona a viabilidade histórica da própria sociedade de classes, defendendo a intervenção prática consciente e a superação dos antagonismos de classes. Nesta última situa-se a proposição do próprio Mészáros.

Notadamente, como explica o autor, a ideologia dominante consegue se posicionar com vantagem na determinação do que pode ser considerado um critério legítimo de avaliação do conflito já que controla efetivamente as instituições culturais e políticas da sociedade. Seus defensores podem divulgar suas ideias, combinando descrédito aos posicionamentos divergentes. Nesse sentido, Mészáros (2004), refere-se a forma como John Maynard Keynes posicionou-se em 1925 sobre Karl Marx, atribuindo ao pensando marxiano o predicado de ser inadequado para a realidade que ele denomina “mundo moderno” por não ser científico e ser inferior por defender o proletariado “rude” em detrimento da burguesia instruída.

O pai do Keynesianismo defendeu amplamente seu posicionamento ideológico da classe dominante, elaborando sua teoria sob uma perspectiva firmemente comprometida, declarando um otimismo ilimitado à ciência, à eficiência técnica e à acumulação de capital com vistas a resolver o problema econômico da humanidade. Ainda diante da crise de 1929, Keynes justificava as mazelas como superáveis e necessárias ao mundo futuro de bem-aventurança.

A aceitação da teoria Keynesiana demonstra visivelmente que as ideologias dominantes não são verdadeiros reflexos do mundo social com a representação objetiva dos principais agentes sociais e seus conflitos hegemônicos. Elas visam fornecer uma explicação que possa projetar a estabilidade da ordem estabelecida. Para isso, produzem um quadro categorial que atenua os conflitos existentes e perpetua os parâmetros estruturais.

Segundo Mészáros (2004), a categoria “modernidade” é um exemplo dessa tendência ideológica à atenuação do conflito. Longe de tratar do sentido cronológico da definição de “modernidade”, o referido autor analisa o termo a partir do seu uso problemático que se caracteriza pela tendência

em esquecer a dimensão sócio-histórica a serviço da ordem dominante, acentuando o momento da descontinuidade e ruptura, desconsiderando continuidades de importância vital como o caráter explorador e classista da sociedade capitalista por mais moderna e avançada que seja. Essa negligência com os elementos constituintes da realidade social própria do capitalismo ocorre visando assegurar a visão de “universalidades” imaginárias e soluções fictícias para problemas reais que somente poderiam ser sanados com o confronto de classe.

Essa tendência tornou-se difundida entre as concepções dominantes: “Com efeito, se observarmos mais detalhadamente os debates ideológico-teóricos da época do pós-guerra perceberemos claramente que a busca da atenuação de conflitos constitui um dos seus mais importantes princípios estruturadores” (MÉSZÁROS, 2004, p. 71).

O princípio das teorizações dominantes de apaziguar os conflitos de classe desenvolveu-se inicialmente em torno da rejeição do projeto socialista e, posteriormente, pela defesa do fim da ideologia, a qual foi sucedida pelas teorizações “pós-ideológicas” que buscavam eliminar as possibilidades do conflito hegemônico entre capital e trabalho, retratando um capitalismo avançado.

Na medida em que as expectativas da existência de uma sociedade pós-industrial declinam, sobretudo pela persistência dos problemas que estão na base da organização social do sistema, surgem novas teorizações dentro daquilo que Mézáros (2004, p. 71) define como as ideologias requentadas da “modernidade e seus dissabores” mediante o postulado da “pós-modernidade tornada presente” e logo dissolvida pouco depois de seu aparecimento no cenário ideológico em manchetes que anunciam “A crise da pós-modernidade”.

Essas teorizações apaziguadoras dos conflitos sociais são forçadas à superação na proporção que as contradições da sociedade capitalista tornam-se cada vez mais agudas, e quando perdem credibilidade, modificam-se sobre um novo rótulo.

Dentro deste contexto teórico ideológico da classe dominante, destaca-se aqui a ideologia do fim da ideologia, a qual no período posterior à Segunda Guerra Mundial apresentou-se para explicar o fim dos conflitos de classe e conseqüentemente das disputas ideológicas. Apesar de ter sido amplamente difundida no pós-guerra, Mézáros (2004), remete a formulação teórica sistemática de tal linha de raciocínio a Max Weber.

A obra de Weber ganha grande notoriedade no pós-guerra em virtude de uma conjuntura histórica favorável ao cerne do seu pensamento, assentado no socialismo como principal adversário, ou seja, a influência weberiana no pós-guerra estava ligada à forma como foi inserida no confronto com o socialismo marxista, diante das novas condições históricas.

Tão importante quanto o posicionamento antissocialista, foi a adequação da abordagem weberiana à articulação de uma visão de mundo necessária às relações de forças modificadas no pós-guerra com o advento do poder hegemônico norte-americano. A visão de mundo dos Estados Unidos, nesse novo contexto, deveria ser razoável para que não pudesse ser confundida com a dominação e exploração das antigas potências, França e Inglaterra. Sendo assim, a nova conjuntura mundial foi definida como libertadora das potencialidades positivas da “sociedade industrial moderna”, tanto nos países centrais como nas nações recém-independentes. Nas primeiras sob o argumento do fim da luta de classes, no segundo grupo com os processos de “modernização” e a ideia de que poderiam se assemelhar à nova potência hegemônica.

A seletividade tendenciosa dos termos escolhidos por Max Weber tem como resultado ideologicamente conveniente que uma das características do sistema capitalista segundo o marxismo, a natureza exploradora de classe, esteja ausente. Define o modo de produção capitalista como “capitalismo moderno”, caracterizado como uma “cultura”, cujo princípio dominante é o investimento do capital privado, transformando as características estruturais de uma ordem social antagônica em uma matriz categorial na qual “modernidade” e “racionalização” ocupam a posição central. Para Mészáros (2004), foi isso que se tornou tão influente depois das duas guerras mundiais, não apenas na “teoria crítica” alemã, mas no desenvolvimento europeu em geral, com suas ligações cada vez maiores com as tendências ideológicas e intelectuais dos Estados Unidos.

As proposições de Weber influenciaram diversos autores no século XX, até mesmo autores de perspectiva marxista. Segundo Mészáros (2004), pode-se perceber o impacto da influência weberiana sobre a Escola de Frankfurt nas obras de estudiosos como Habermas e Adorno. Habermas, por exemplo, declara que as categorias *classe*, *exploração*, *consciência de classe*, *força* e *relações de produção* não são mais aplicáveis às condições das “sociedades industriais avançadas”. Trata-se das teorias anti-ideológicas defendidas após a Segunda Guerra Mundial e ancoradas na fase expansionista do pós-guerra mediante a

promessa de melhorias materiais mais abrangentes e o progresso social sem obstáculos.

Para o autor, um ancestral ideológico de tudo isso foi Frederick Winslow Taylor com os fundamentos da “administração científica” capitalista, ainda no início do século XX, para quem não existiam conflitos nas empresas capitalistas, substituindo o confronto de classes por uma suposta cooperação fraterna, justificando as mazelas dos operários sobre a constituição mental destes.

Os representantes posteriores dessa tendência tornaram-se mais sofisticados, entusiasmados com a tendência expansionista do pós-guerra e a série de milagres econômicos: os “milagres” alemão, japonês, italiano, francês e brasileiro. Diante disso, decretavam a contínua expansão e produziam várias categorias que apresentavam suas conceituações do desenvolvimento. Ocorreu uma multiplicidade de desejos apresentados como realizados ou em vias de realização, com a criação de categorias tecnologicamente definidas como “novo Estado industrial”, “sistema industrial moderno”, “tecnoestrutura” e “convergência” dos “sistemas industriais” rivais. Em termos de relações sociais foi propagado o surgimento de uma “nova classe trabalhadora” e o enfraquecimento e até mesmo o desaparecimento do conflito de classes.

Por outro lado, a estratégia adotada para se lidar com a maioria excluída foi colocar diante deles a miragem de uma possível aproximação do modelo ideal do consumo de massa estadunidense. “A tarefa de superar o ‘subdesenvolvimento’ no ‘Terceiro Mundo’ foi definida como simples ‘modernização’, tornando a era do consumo universal” (MÉSZÁROS, 2004, p. 137). É o período das “revoluções”, iniciadas na década de 1930 com a “revolução gerencial”, seguida da “Keynesiana”, “tecnológica”, “científica”, “segunda revolução industrial” e, para alguns, até “terceira revolução industrial” e “revolução da informática”.

Esses estratagemas não passavam de racionalização ideológica e legitimação dos conceitos injustificáveis, ajudando a difundir a ilusão da vitória sobre a escassez como fato, de modo que por muito tempo, tudo parecia se ajustar à concepção de ideologia anti-ideológica do pós-guerra, sustentada pela expansão econômica universalmente recebida e a prometida “multiplicação do excedente” como principal tema de persuasão ideológica no Ocidente. Contudo, o fim do expansionismo do pós-guerra e a eclosão da crise estrutural na década de 1970 puseram fim à preponderância da ideologia do “fim da ideologia”.



Esses acontecimentos evidenciam que a reprodução bem-sucedida das condições de dominação não pode ocorrer sem a mais ativa intervenção de poderosos fatores ideológicos. “A ideologia não é ilusão, nem superstição religiosa de indivíduos mal orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode ser superada nas sociedades de classes” (MÉSZÁROS, 2004, p. 65).

O autor da obra *O poder da ideologia* prossegue afirmando a objetividade da ideologia como consciência prática inevitável das sociedades de classes, relacionada com a articulação de conjunto de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os aspectos. É no âmbito dos conflitos, mais precisamente na luta de classes, que se manifestam o plano da consciência social e a diversidade de discursos ideológicos relativamente autônomos.

Torna-se importante pensar a ideologia nos processos de ajustamentos sociais na medida em que, ao seguir a perspectiva de Marx no “Prefácio” da *Contribuição à crítica da economia política*, Mézáros (2004) está tratando das transformações estruturais ocasionadas pelo desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção:

[...] em uma certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes [...] Dessas formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção [...] e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim (MARX, 2008, p. 49, 50).

A relação “base” e superestrutura, criticada por Eagleton (1997), parece-nos, aqui, desvelar as formas ideológicas manifestas nas sociedades de classes, ao colocar em evidência os conflitos mediante aquilo que Marx elucidava seguidamente ao fragmento de texto acima, qual seja, “[...] explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção”<sup>5</sup>.

Ao incorporar os elementos da teoria marxiana, István Mézáros avança sobre a noção de ideologia, entendida como práticas de longo alcance em todas as suas variedades, na arte e na literatura, assim como na filosofia e na

<sup>5</sup> Ibidem, p. 50.

teoria social, independentemente de sua vinculação sociopolítica às posições progressistas ou conservadoras. Essa orientação prática define o tipo de racionalidade ideológica, resultante da combinação do ponto de vista adotado em sua postura de afirmação/sustentação ou de crítica/negação diante da rede instrumental/institucional dominante de controle social e a eficácia da legitimidade, historicamente mutável dos próprios instrumentos disponíveis.

Relevante observar que não se trata de uma quimera. Por acaso, as teses do fim da ideologia surgiram sem propósito algum, da imaginação dos seus defensores? Ora, acreditar que argumentos propalados por certos teóricos emergem de forma abstrata é voltar-se ao idealismo criticado por Marx, é desconsiderar o fato de ter ocorrido transformações nas forças produtivas que levaram a crise estrutural da década de 1970, as quais buscaram mecanismos para justificar a mutação do capital e a intensificação do processo de exploração da classe trabalhadora.

Essas justificativas estão ancoradas na defesa da ordem social estabelecida e constituem a função da própria ideologia como representante dos interesses de uma classe para manter sua dominação por meio da associação com o Estado, o qual apresenta as necessidades privadas como gerais, assegurando a visão de universalidade, apresentada por Mészáros (2004). E essa racionalidade ideológica dominante que deve ser desvelada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideologia como campo teórico apresenta-se atual e necessária por se constituir em debate interposto no âmbito das relações sociais, ajuizando interesses particulares dentro da sociedade de classes. E é nesse sentido que podemos ponderar sobre a contribuição da teoria marxista, na medida em que oferece elementos para compreender o funcionamento da ideologia na sociedade capitalista.

Desse modo não se pode afirmar uma teoria da ideologia em Karl Marx, mas da contribuição da sua obra ao elucidar o funcionamento da sociedade classista. Por isso, a importância da abordagem do tema por Terry Eagleton ao concluir o avanço da contribuição teórica do filósofo, resultante da compreensão da realidade social nos chamados estudos tardios. Nesse mesmo

sentido, Leandro Konder, critica algumas noções atribuídas ao pensador como o sentido de “falsa consciência”, normalmente atribuída com base na obra *A ideologia alemã*.

Na análise dos autores em questão é inegável a contribuição marxiana para o debate ao demonstrar a feição da ideologia na realidade da sociedade classista. Isso vai muito além de “falsa consciência” ou conjunto de ideias. Encontra-se na materialidade da sociedade e nos processos de ocultamento e inversão que tornam vontades particulares em interesses sociais, justificando a desigualdade e mascarando conflitos decorrentes dos interesses opostos das sociedades de classes.

Nesse sentido, encontra-se o avanço e a contribuição da definição de István Mészáros ao debate sobre a noção de ideologia, atribuindo uma racionalidade ao discurso ideológico nos processos de ajustamentos estruturais, mediante a expansão tecnológica e as teorizações do “fim da escassez”. Trata-se, portanto, de desvendar como a ideologia dominante conseguiu se reestruturar no pós-guerra, justificando e naturalizando as mazelas sociais e apresentando os interesses do capital como algo acessível a todos, principalmente, ocultando os conflitos sociais.

Desse modo é que se pode observar o legado da contribuição da teoria de Marx para o reconhecimento da ideologia por meio do ocultamento dos conflitos e interesses antagônicos e a inversão do funcionamento da sociedade de classes. Essa realidade invertida, a qual justifica interesses do capital, deve ser combatida. Para isso, se faz necessário afastar o ocultamento, possível pela compreensão da noção de ideologia e da definição de uma nova racionalidade ideológica, resultante de outro ponto de vista, que não seja da exploração capitalista.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EAGLETON, T. **Ideologia. Uma introdução**. 1. Edição. Tradução Silvana Vieira, Luís Carlos Borges – São Paulo: Editora Boitempo, 1997. 204 p.

KONDER, L. **A questão da ideologia**. 1. Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 277 p.

MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 1. Edição. Tradução Álvaro Pina – São Paulo: Expressão Popular, 2009. 128 p.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**: livro I. 21ª Edição. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 571 p.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. 1. Edição. Tradução Mario Duayer, Nélcio Schneider. Boitempo, 2011. 788 p.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. Edição. Tradução e Introdução Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 288 p.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. 1. Edição. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. 559 p.

PINHO, M. T. B. **Ideologia e formação humana em Marx, Lukács e Mészáros**. 2013. 196 f. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013.

# AS INFLUÊNCIAS INTERNACIONAIS NO DIREITO DA CRIANÇA NO BRASIL

*Mauro José do Nascimento Campello<sup>1</sup>*

*Maria das Graças Santos Dias<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

Este artigo procura analisar as influências internacionais no direito da criança no Brasil, a partir da evolução histórica dos instrumentos internacionais de proteção à criança. Inicialmente uma análise a partir do caso *Mary Ellen Wilson*, ocorrido no estado de Nova Iorque. Seguindo com ênfase na criação do primeiro tribunal de menores em Chicago. Nesse sentido, o movimento social dos “Reformadores” que logo se deslançou pela Europa e América Latina. Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, proclamada pela ONU, ganhou força os diversos pactos, tratados e convenções, referentes aos direitos humanos da criança, em razão desse sistema ter definido as bases da doutrina de proteção integral da criança em detrimento da doutrina de situação irregular. Convém destacar a CNUDC – Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, como o principal documento referente a esse direito. No Brasil, a Constituição cidadã de 1988, foi um marco ao acolher crianças e adolescentes no mundo da cidadania. Ademais, em 1990 foi aprovado o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, ordenamento jurídico brasileiro, com objetivo a proteção integral da criança e do adolescente como responsabilidade do Estado. O estudo tem aporte numa pesquisa bibliográfica e documental, em especial os documentos disponibilizados pelo Instituto Latino- Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delincente (ILANND). Nesse contexto, amplia a visão e faz uma análise crítica sobre a referida temática no Brasil.

---

1 Mestre em Sociedade e Fronteiras pela Universidade Federal de Roraima (2014). Professor Adjunto da Universidade Federal de Roraima. Professor do Curso de Direito da UFRR. Desembargador TJ/RR.

2 Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2006). Professora Titular da Universidade Federal de Roraima. Professora do Curso de História da UFRR. Professora do mestrado PPGSOF/UFRR.

## 1 O CASO MARY ELLEN WILSON E O RECONHECIMENTO DE DIREITOS DA INFÂNCIA NOS TRIBUNAIS

O caso Mary Ellen Wilson é referido pela literatura jurídica como o primeiro precedente de repercussão internacional na luta pelo reconhecimento de direitos da infância nos tribunais<sup>3</sup>. O episódio ocorrido no Estado de Nova Iorque chegou ao conhecimento público em fins do século XIX, entre os anos de 1874 a 1875, devido a sua reverberação na imprensa e na opinião pública. Na época, os Estados Unidos não possuíam uma legislação especial para a proteção dos menores, e a pequena Mary Ellen, uma menina de apenas oito anos, padecia de intensos maus-tratos impostos por seus pais adotivos.

A condição da criança como “propriedade” à disposição dos pais era presente não apenas na legislação norte-americana, como também na maioria das leis do século XIX. No Código Civil francês de 1804 (o chamado “Código de Napoleão”), em termos de responsabilidade civil, não havia muita diferença entre a condição jurídica de uma criança e a de um cachorro (SARAIVA, 2005). Nesse contexto, convém mencionar que o Código Civil brasileiro de 1916 (inspirado no Código Napoleônico) responsabilizava civilmente o dono do animal pelo dano causado por este, como igualmente responsabilizava o genitor pelos atos do filho menor que estivesse sob sua autoridade e em sua companhia<sup>4</sup>. Esta responsabilidade dos pais (que se manteve no Código Civil de 2002) seria decorrente dos deveres do poder familiar, independentemente do filho ser ou não imputável (DINIZ, 2002). Desde o Código Civil francês até fins do século XX, a distinção entre um menor e um cachorro, à luz do direito privado, permaneceu tênue.

No caso de Mary Ellen Wilson, sua situação de vulnerabilidade se tornou tão insuportável, que o caso foi levado às autoridades judiciais americanas. A instituição que ingressou em juízo para defesa e proteção dos direitos da menina, a propósito, foi a *American Society for the Prevention of Cruelty to Animals* de Nova Iorque – apenas após o julgamento do caso de Mary Ellen, em 1875, foi fundada a *New York Society for the Prevention of Cruelty to Children*, bem como a entidade *Save the Children of World*, que acabou se tornando um organismo internacional (HOPPE, 1996).

3 O caso é referido equivocadamente como caso “Mary Anne” por João Batista Costa Saraiva (2005, p. 33).

4 Arts. 186, 932, I, e 933, do Código Civil brasileiro de 1916.

Com isso, ocorreu a primeira e reconhecida intervenção judicial do Estado para a proteção de uma criança vítima de maus-tratos causados pelos pais (neste caso, adotivos), em um contexto histórico em que era em grande medida normalizado o tratamento das crianças como “coisas”, baseado na doutrina ideológica da “situação irregular”. Com efeito, ganhava força institucional uma nova ideologia, com aporte na doutrina de natureza “garantista” de caráter tutelar, associada a um nascente ramo jurídico que se denominou “direito do menor”. Passava a ser reprovável qualquer tratamento dispensado aos menores de conteúdo eminentemente retribucionista e de base penal. Terminava a primeira fase da formação do direito da criança e do adolescente, denominada de etapa de *caráter penal indiferenciado* (MENDÉZ, 2000).

Historicamente, após o caso Mary Ellen já mencionado, em 1899 instalou-se o primeiro tribunal de menores do mundo, no Estado americano de Illinois. À vista desse fato, os Estados Unidos acabaram influenciando diversos países europeus e latinoamericanos, que também criaram os seus tribunais especializados. Passou a ser cada vez mais frequente a intervenção judicial tutelar. Dessa forma, fragmentava-se a “doutrina da situação irregular”, que será discutida a *posteriori* (CAMPELLO, 2012).

## O MOVIMENTO SOCIAL DOS REFORMADORES

Nessa discussão, em 1899 se deu a criação do primeiro “tribunal de menores/juvenil” em Chicago, Estado de Illinois-EUA. Foi consagrado o surgimento de um novo modelo de controle sociopenal dos menores dentro de um sistema global de controle social dos adultos. Com efeito, referenciando o controle sociopenal, Curia e Rodrigues (2015) enfatizam o direito regulando a conduta dos indivíduos em uma sociedade em determinado momento histórico. Isso porque, os reformadores do sistema defendiam a ideia de que os adolescentes não deveriam ficar na mesma prisão com os adultos, deveriam ter um sistema de influências que ajudassem na reabilitação. Esse movimento, se expandiu pela Europa e depois pela América do Sul. Junto com a ideia da necessidade da instalação de tribunais de menores para atuar na resolução dos problemas assistenciais e jurídicos, nascia aí o “movimento social dos reformadores”, também conhecido como “filantropos privados”,

o qual tinha como bandeiras de luta a mudança das condições carcerárias em que menores e adultos, indiscriminadamente, eram alojados, bem como a criação de normas específicas para a infância e a juventude.

O referido movimento ganhou força na América Latina, em um momento histórico marcado por uma forte hegemonia cultural do positivismo de corte antropológico e por agudos conflitos sociais, os quais eram provocados pela recessão econômica internacional. Ainda assim, o contexto latino-americano caracterizava-se pela utilização, na maioria dos países, de códigos penais de caráter retribucionista, os quais adotavam o discernimento como único critério para decidir sobre imputabilidade ou não dos menores infratores, por influência dos modelos espanhol e francês. A título de exemplo estavam nesse cenário o Brasil, com o seu CP - Código Penal de 1830, e a Venezuela com o seu CP de 1915.

Esse sistema não dispunha sobre o lugar de cumprimento da pena para o menor, e, de fato, executava-se nas mesmas instituições penitenciárias previstas para os adultos. A mudança desse sistema era o principal objetivo da luta dos reformadores latino-americanos. A essência ideológica dos reformadores fundava-se na caridade e na assistência, e oferecia interessantes oportunidades de ascensão social e interação à pessoas da alta sociedade. Sobre a ideologia dos reformadores, Antônio Carlos Gomes da Costa afirma que:

Caridade e assistência, todavia, devem contrabalançar as exigências dominantes em termos de controle social. Este balanceamento também se fazia necessário em relação ao poder da corporação médico-psiquiátrica. Um poder que emergia como consequência lógica do predomínio positivista-antropológico (MENDÉZ; COSTA, 1994, p. 37).

Convém ressaltar que entre 1919, com o Código de Menores da Argentina e 1939, com o Código de Menores da Venezuela, legislações específicas de menores são introduzidas em todos os países latino-americanos tomando por base as ideias dos reformadores. Assim, no plano ideológico, o modelo preconizado por aqueles se impôs de forma ampla e consensual na América Latina. As demandas dos reformadores, no geral, não provocaram conflitos no plano das relações Estado-movimento social, considerando que as mudanças introduzidas no controle sociopenal dos menores não alcançavam mais o mundo do controle penal dos adultos.

Desse modo, o movimento, ocorrido nas décadas de 1920 e 1930 coincidiu com a implantação de novas ideias na América Latina (em especial,



o Anarcossindicalismo e pós-colonialismo) e com a crise do positivismo antropológico. Com efeito, as duas bandeiras de luta (criação de tribunais especializados e encarceramento separado) dos reformadores não alcançaram êxito no programa de transformações concretas que elas desejavam, visto que não ocorreu a instalação efetiva dos tribunais de menores e persistiu de forma quase rotineira na região a prática de segregação de menores em estabelecimentos penais destinados a adultos (MENDÉZ; COSTA, 1994).

Historicamente, ainda com aporte nos referidos autores, esse modelo protecionista/salvacionista tem sua agonia entre anos de 1940 e 1950, em virtude do surgimento do modelo de Estado de Bem-estar social, que se difundiu a partir dos Estados Unidos e da Europa e estimulou implantação de projetos estatizantes e distribucionistas de desenvolvimento em toda a América Latina, que acarretaram um forte impacto nas políticas sociais.

## OS DIREITOS DA CRIANÇA COMO DIREITOS HUMANOS

Os direitos humanos integram os direitos fundamentais do homem, ou seja, aqueles elencados na Constituição de um país. Entretanto, os direitos humanos não se limitam por aspectos específicos dos direitos fundamentais, tendo em vista que integram uma gama de direitos e situações tutelados internacionalmente por diversos instrumentos dependentes entre si, como tratados, pactos e acordos.

Nessa discussão, a universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos determinam uma interdependência dos mesmos, levando também à interdependência dos instrumentos jurídicos internacionais e deixam claro que nenhum direito humano é assegurado se não houver garantia da efetividade de todos os direitos humanos (SOUZA, 2001). À medida que os direitos humanos são universais e indivisíveis, estas características aplicam-se aos direitos da criança, determinando a implementação do conjunto dos direitos *infanto juvenis*. Portanto, conceber a natureza jurídica de direitos humanos aos direitos da criança é critério básico para compreender o sentido e o alcance, conforme se verá, dos princípios da prioridade absoluta e do melhor interesse da criança, que se relacionam com a composição dos conflitos jurídicos derivados da violação aos direitos humanos das crianças,

bem como para limitar as atuações das autoridades com relação às políticas públicas para a infância.

Com o fim da Segunda Guerra mundial emergiram alguns fatores que contribuíram para ativar e fortalecer o processo de internacionalização dos direitos humanos. No ano de 1945, a vitória dos países aliados implementou uma nova ordem com relevantes mudanças no direito internacional, representada pela Carta das Nações Unidas de 1945, e pelo surgimento da ONU<sup>5</sup>, no mesmo ano. O surgimento desta organização internacional instituiu novos preceitos para as relações internacionais, sobretudo a cooperação entre os Estados para o respeito dos direitos humanos em escala global.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi proclamada pela Assembleia Geral da ONU, em 1948. Nessa senda, ainda em 1948, foi adotada pela Assembleia Geral da ONU a Convenção para Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, que foi considerado o primeiro de uma série de tratados temáticos de direitos humanos das Nações Unidas. Mesmo durante a Guerra Fria, a ONU conseguiu mobilizar parte expressiva da comunidade internacional em torno de compromissos de direitos humanos, em especial aqueles contidos no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos de 1966. O sistema que se formou em torno desses tratados, conforme lembra Flávia Piovesan (2011, pp. 216-217), “viria a ser ampliado com o advento de diversos tratados multilaterais de direitos humanos, pertinentes a determinadas e específicas violações de direitos”. Dentre tais violações, refere-se a autora ao genocídio, à tortura, à discriminação racial, à discriminação contra mulheres e à violação dos direitos das crianças. Nessa conjuntura, atualmente os direitos humanos passaram a fundamentar um sistema político-social caracterizado pela garantia, promoção e defesa do desenvolvimento das pessoas, sem qualquer preconceito de origem, raça, sexo, cor, credo, posicionamento político, situação econômica e idade.

Nesse debate, sintetizando o importante instrumento internacional criado no âmbito do sistema das Nações Unidas, destaca-se a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças, de 1989, que instituiu a necessidade de igual respeito e proteção dos direitos de todas as crianças contra atos de

---

5 A Organização das Nações Unidas tem como objetivo o de facilitar a cooperação em matéria de segurança internacional, desenvolvimento econômico, progresso social, direitos humanos e a realização da paz mundial. Foi fundada em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, para substituir a Liga das Nações.

discriminação, violência ou abuso. Para Miguel Cillero Bruñol (*apud* MENDÉZ; BELOFF; 2001, p. 97), a CNUDC, a um só tempo, reafirmou os direitos da infância como sendo direitos humanos e especificou um determinado conjunto de direitos para atender circunstâncias peculiares ligadas às experiências da infância. Nesse contexto, a CNUDC ordenou as relações entre a criança, o Estado e a família, na medida em que o seu texto reconheceu direitos e deveres recíprocos entre eles. Esse instrumento seguiu a tradição contida na DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, já mencionada nesse artigo, pois respeitou a relação criança-família, a proteção da criança e da família, bem como limitou a intervenção tutelar do Estado a uma última instância, e ainda enfatizou o papel das políticas sociais básicas.

## AS FONTES DA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA E O SEU CONSENSO INTERNACIONAL

Nessa discussão, atribuir a natureza de direitos humanos aos direitos da criança é compreender o processo de elaboração do novo direito da criança, que teve como marco a CNUDC, de 1989, e como princípio estruturante o *melhor interesse da criança*. Sendo assim, este subcapítulo terá como preocupação descrever as fontes do processo de construção da CNUDC e como esta obteve consenso pela comunidade internacional.

As primeiras discussões a respeito dos direitos da criança no plano internacional foram promovidas pela extinta Liga das Nações Unidas<sup>6</sup> e pela OIT - Organização Internacional do Trabalho<sup>7</sup>, ambas criadas em 1919.

Nos anos de 1919 e 1920, a OIT adotou três Convenções que tinham como finalidade abolir ou regular o trabalho infantil. Em 1921, a Liga das

<sup>6</sup> No Tratado de Versailes, em 1919, os vitoriosos da Primeira Guerra Mundial se reuniram para negociar o acordo de paz. Nesta conferência, a Liga foi formada para “promover a cooperação internacional e promover a paz e a segurança” pelo mundo afora. Foi uma proposta do presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, mas pressões domésticas impediram que os EUA viessem a se juntar a ela. A Liga das Nações durou somente até 1946. Ela foi dissolvida após ter falhado na prevenção contra a eclosão da II Guerra Mundial. (DEL NERO, 2015).

<sup>7</sup> Também chamada de OIT. É uma agência multilateral ligada à Organização das Nações Unidas, especializada nas questões do trabalho. Tem representação paritária de governos dos 182 Estados-membros e de organizações de empregadores e de trabalhadores. Com sede em Genebra, Suíça desde a data da fundação. (Portal da Educação).

Nações Unidas, por seu turno, estabeleceu um Comitê especial com o objetivo de tratar das questões relativas à proteção da criança e da proibição do tráfico de crianças e de mulheres. No ano de 1924, a Liga, por meio de sua Assembleia, proclamou a DGDC - Declaração de Genebra dos Direitos da Criança, entretanto, esse documento não foi capaz de impactar e dar pleno reconhecimento internacional aos direitos da criança, em decorrência do próprio panorama histórico que já se desenhava e do previsível insucesso da Liga das Nações (SOUZA, 2001). Nesse contexto, esta Declaração não dispunha da força normativa necessária para obrigar os Estados signatários, uma vez que foi tomada como uma mera “declaração de obrigações dos homens e mulheres de todas as nações”.

Com a DUDH, pela primeira vez, reconheceu-se universalmente que a infância deveria ser objeto de cuidados e atenções especiais (artigo 25, 2)<sup>8</sup>. Dessa norma, resultou um sistema pelo qual as Nações Unidas passaram a proteger os direitos da criança por meios de tratados internacionais de caráter geral<sup>9</sup>, preparando a comunidade internacional para um instrumento próprio sobre estes direitos, o que viria acontecer em 1959, quando as Nações Unidas aprovaram a DUDC - Declaração Universal dos Direitos da Criança.

Esta Declaração tornou-se o primeiro instrumento específico sobre o tema, sendo considerada um guia para atuações privadas e públicas em favor da criança. Ao conclamar em seu preâmbulo que “a humanidade deve dar à criança o melhor de seus esforços”, a DUDC passou a ser um marco moral no campo desses direitos.

Esse instrumento internacional afirmava, especialmente, que a criança tinha direito à proteção especial, ao pleno desenvolvimento saudável e harmonioso, a utilizar-se dos benefícios relativos à seguridade social (incluindo nutrição, moradia, recreação e serviços médicos), a receber educação e a ser protegida contra qualquer forma de violência. Esse documento internacional tinha um caráter de *jus cogens* (SOUZA, 2001)<sup>10</sup>, ou melhor, dotada de força obrigacional cogente, porém no plano prático não conseguiu traduzir-se em medidas efetivas de proteção à criança.

A DUDC, mesmo não tendo sido um instrumento ativo de consolidação dos direitos e prerrogativas das crianças, pode ser considerada como

<sup>8</sup> Art. XXV, 2 – a maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

<sup>9</sup> Como exemplo, o Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos.

<sup>10</sup> A norma de *jus cogens*, conforme a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados (1969), caracteriza-se por ser uma norma da qual nenhuma derrogação é possível e que se impõe sobre qualquer outra fonte de direito internacional.

de fundamental importância para propor outra maneira de olhá-las. A comunidade internacional passou a enxergar a criança como detentora de direitos e credora de garantias, sendo considerada, portanto, o embrião de uma nova doutrina referente aos cuidados com a criança.

Convenções subsequentes incorporaram em seus textos os diversos direitos enumerados na Declaração (1959) como os Pactos Internacionais sobre Direitos Cíveis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Em 1969, na cidade de San José da Costa Rica, foi assinada a Convenção Americana de Direitos Humanos, a qual reconheceu e assegurou um catálogo de direitos cíveis e políticos similar àquele previsto no Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos (1966). O Pacto de San José da Costa Rica não enunciava de forma específica direitos sociais, culturais ou econômicos, restringindo-se a indicar que seriam direitos programáticos que os Estados deveriam buscar progressivamente, mediante adoção de medidas legislativas e outras que se mostrassem apropriadas, conforme seu artigo 26. (PIOVESAN, 2011).

A necessidade de dar-se força de tratado aos direitos da criança levou, por ocasião do Ano Internacional da Criança e das comemorações dos vinte anos da DUDC, em 1979, ao início da elaboração de um projeto de convenção pela extinta Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas, por iniciativa da delegação da Polônia. Para esse fim, criou-se o grupo de trabalho de redação do projeto de convenção, que foi composto por representantes de quarenta e três países membros da Comissão de Direitos Humanos, e a sua presidência coube a Adam Lopatka<sup>11</sup>, da Polônia, que autorizou a participação de organismos intergovernamentais e ONGs - organizações não governamentais.

Nessa discussão, foram dez anos de demoradas negociações entre diversos países envolvidos, ONGs e os organismos especializados das Nações Unidas. Somente em 20 de novembro de 1989, a Assembleia Geral das Nações Unidas<sup>12</sup> adotou, por unanimidade, a CNUDC. Criou-se um texto normativo cujos parâmetros são flexíveis e adaptáveis às diferentes realidades dos vários Estados-membros. O objetivo era tornar a Convenção

---

<sup>11</sup> Jurista polonês, especializado em teoria do estado e da lei. Doutor em Ciências Jurídicas (1962) e professor (1968). Membro do Partido dos Trabalhadores Poloneses Unidos desde 1953.

<sup>12</sup> A estrutura das Nações Unidas baseia-se em cinco principais órgãos: a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Secretariado e o Tribunal Internacional de Justiça. A Assembleia Geral é a assembleia deliberativa principal das Nações Unidas. Composta por todos os Estados membros das Nações Unidas, a Assembleia se reúne em uma sessão ordinária anual no âmbito de um presidente eleito entre os Estados-Membros. (SILAS, Avila Jr. 2014)

referência para as políticas legislativas dos países integrantes da ONU. Nesse sentido, a CNUDC representa um conjunto de valores e objetivos comuns de pretensão universal. O Subsecretário Geral das Nações Unidas para os direitos humanos, Jan Materson, afirmou durante a cerimônia de assinatura da CNUDC, ocorrida em 26 de janeiro de 1990, que esse documento

[...] incorporou toda a gama de direitos humanos – civis, políticos, econômicos, sociais e culturais – e proveu-lhes o respeito e a proteção de todos os direitos das crianças, sendo o ponto de partida para o completo desenvolvimento do potencial individual em sua atmosfera de liberdade, dignidade e justiça.<sup>13</sup> (tradução livre).

Em análise, certamente, o plano internacional, a adoção da CNUDC pelas Nações Unidas foi considerada um marco para fortalecer a justiça, a liberdade e a paz em todo mundo mediante a promoção e a proteção dos direitos humanos de crianças. Tratava-se de um poderoso e eficaz instrumento que não só declarava, mas também garantia os direitos humanos específicos de crianças.

## A CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA: SEU CARÁTER DE LEI INTERNACIONAL E SUA VIGÊNCIA

Com efeito, a referida Convenção, foi resultado do amadurecimento da comunidade internacional, que percebeu a necessidade de se garantir e efetivar os direitos da criança, com o objetivo de que esses pequenos cidadãos da época tivessem todas as condições para criarem no futuro uma ordem social justa e humana. Em síntese provocar nos estados-partes um ordenamento institucional e jurídico. A consciência internacional amadureceu no sentido de respeitar os direitos da criança para com isso deter os processos que levavam milhões de crianças à morte, desnutrição, ignorância, abuso, violência e exploração nos diversos países. Foram então elencadas como principais fontes da Convenção, a DGDC (1924), a DUDH (1948), a DUDC (1959), o Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos (1966), Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) e o Pacto de São José da Costa Rica (1969).

Portanto, a análise da CNUDC e as demais cartas-fontes é o primeiro caminho para se entender o novo direito da criança e do adolescente e sua

<sup>13</sup> Cf. na página eletrônica: <http://www.unesco.com>. Acesso em: 20 mai. 2014.

natureza de direitos humanos. E será por meio dessa análise que os atores sociais terão a possibilidade de compreender a doutrina sociojurídica da proteção integral enquanto base da CNUDC.

Para Souza (2001, p. 73), “uma sociedade que respeite os direitos da criança dará liberdade e dignidade aos jovens, criando as condições em que possam desenvolver todas as suas potencialidades e preparar-se para uma vida adulta plena e satisfatória”. Nesse passo, entende-se que o respeito aos direitos humanos começa com a maneira pela qual a sociedade trata suas crianças, sobretudo respeitá-las.

Com a aprovação da CNUDC, por meio da Resolução nº 44/25-AGNU, de 20 de novembro de 1989, aquela passou a receber assinaturas a partir de 26 de janeiro de 1990, momento em que sessenta e um países firmaram a intenção de ratificá-la, implementando o previsto em seu artigo 46. A ratificação da CNUDC, no plano internacional, ocorreu por meio de depósitos dos instrumentos de ratificação junto ao Secretário Geral das Nações Unidas e até hoje se acha aberta para novas adesões, tudo na forma de seus artigos 47 e 48 da Carta da ONU. Para sua entrada em vigor exigiu-se um prazo de trinta dias após o depósito do vigésimo instrumento de ratificação junto ao referido Secretário, de acordo com o artigo 49. Dessa forma, a CNUDC entrou em vigor em 02 de setembro de 1990 para os primeiros vinte países que efetuaram o depósito o instrumento de ratificação, “assumindo um caráter de lei internacional, com força vinculante entre os Estados que a ratificaram”, conforme Souza (2001, p. 62).

Contudo, para os Estados que realizaram o depósito de seu instrumento de ratificação após a entrada em vigor da CNUDC no plano internacional, esta se tornou obrigatória trinta dias após o referido ato, conforme seu Art. 49. Segundo levantamentos do UNICEF, 186 países haviam ratificado-a até o início de 1996, e apenas seis países em todo o mundo ainda não a tinham aprovado. Já em 1998, dos 193 países existentes no mundo, apenas os Estados Unidos da América do Norte (EUA) e a Somália não a haviam ratificado. Esse número expressivo de países que ratificou a CNUDC fez deste um tratado de direitos humanos recordista em termos de adesão pela comunidade internacional. Atualmente, apenas os Estados Unidos não ratificaram a Convenção.

No que diz respeito aos Estados Unidos, alguns textos vinculam as primeiras declarações de direito ao processo de independência do país,

a relação deste com os sistemas internacionais de direitos humanos é considerada refratária. A CNUDC está assinada pelos Estados Unidos desde fevereiro de 1995, entretanto, a mesma ainda não foi ratificada pelo Senado norte-americano (DEEN, 1998), uma vez que este sofre pressões de grupos e organizações considerados conservadores, que exercem real influência sobre grande parte de seus senadores. Os argumentos utilizados para que a Convenção não seja ratificada naquele país são diversos. Thalif Deen (1998, p. 63) elenca os quatro principais argumentos:

- o mais perigoso ataque aos direitos dos país na história dos Estados Unidos;
- o derradeiro programa para aniquilar a autoridade paterna;
- o mais insidioso documento jamais assinado por um presidente americano;
- e um radical, perigoso documento que garantirá a interferência ilimitada do governo na vida familiar.

Trata-se de uma visão míope sobre a CNUDC. Ela não é um código para a conduta paterna; ao contrário, é um instrumento internacional para a aplicação de uma política de direitos humanos para a criança, representando um compromisso com o futuro. Nesse sentido, outro argumento, talvez o principal, para que o Senado não tenha ratificado a Convenção está no modelo de sistema federativo puro adotado pelos Estados Unidos. Caso ocorresse, a ratificação levaria a um forte debate dos *direitos estaduais* em contraposição aos *direitos federais*. Para se ter uma ideia sobre esta discussão, basta analisar o artigo 37, “a” da Convenção, que proíbe a pena de morte aos menores de dezoito anos, comando que colide com os precedentes firmados pela Suprema Corte Americana que permite aos Estados federados o direito constitucional de estabelecer e executar a pena de morte a maiores de dezesseis anos. Esse exemplo evidencia o reflexo da assinatura e ratificação da CNUDC pelo Estado-membro. Como o compromisso assumido tem força obrigacional, a Convenção não é passível de discussão pelo Estado que a ela aderiu. Trata-se de um texto normativo de natureza imperativa de direito internacional geral (SOUZA, 2001).

Nessa discussão, a Convenção foi fruto de intenso trabalho internacional, que envolveu a participação de vários organismos intergovernamentais e ONGs. Não obstante, convém mencionar que para os juristas, esse aspecto criou um texto normativo cujos parâmetros são flexíveis, adaptáveis às diferentes realidades dos Estados-membros e referência para as políticas



legislativas destes. O importante foi que a partir da CNUDC o direito da criança passou a integrar a agenda política internacional e incorporou-se às constituições e às legislações internas de inúmeros países, de forma a demonstrar sua universalização e internacionalização.

## A PROTEÇÃO INTEGRAL COMO BASE DA CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA

O presente item tratará da base doutrinária da CNUDC. Com aporte em Cury, Amaral e Silva e Mendéz (1992, p. 12), logo após a entrada em vigor da CNUDC no Brasil (por meio do Decreto nº 99.710/90), chamava atenção para o fato de que “o espírito e a letra desses documentos internacionais constituem importante fonte de interpretação de que o exegeta do novo Direito não pode prescindir”. Isso porque, a normativa internacional sobre direitos da criança serviu como base de sustentação para as políticas legislativas dos países que aprovaram a Convenção. A inspiração de reconhecer uma proteção especial para a criança não é recente, uma vez que o primeiro documento internacional a determinar a necessidade de proporcionar à criança uma proteção especial foi a DGDC, datada de 1924. Em seguida, foi a vez da DUDH, que, em 1948, conclamou os Estados-membros ao direito a cuidados e assistência especiais de suas crianças.

A doutrina sociojurídica da proteção integral de crianças teve sua origem na DUDC, que reconheceu a necessidade de um sistema de proteção diferenciado à criança, conforme se percebe do seu Preâmbulo: “Visto que a criança, em decorrência de sua imaturidade física e mental, precisa de proteção e cuidados especiais, inclusive proteção legal apropriada, antes e depois do nascimento [...]”. Entretanto, foram nos dois primeiros princípios DUDC que se definiu os princípios da doutrina:

Princípio 1º - A criança gozará todos os direitos enunciados nesta Declaração. Todas as crianças, absolutamente sem qualquer exceção, serão credoras destes direitos, sem distinção ou discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, quer sua ou de sua família.

Princípio 2º - A criança gozará proteção especial e ser-lhe-ão proporcionadas

oportunidades e facilidades, por lei e por outros meios, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, de forma sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade. Na instituição de leis visando este objetivo levar-se-ão em conta, sobretudo, os melhores interesses da criança.

No mesmo sentido foi a orientação constante no Pacto de São José da Costa Rica, em que ficou alinhavado, em seu art.19, que “toda criança tem direito às medidas de proteção que a sua condição de menor requer, por parte da família, da sociedade e do Estado”. As enormes desigualdades sociais existentes, que afetavam de maneira especial as crianças, na década de 1980, tornaram-se uma questão preocupante para todos os povos. Para mudar esse quadro, inseriu-se no Preâmbulo da CNUDC que elas estariam em primeiro plano na ordem de prioridades dos fins a que o Estado se propõe. Ainda nesse Preâmbulo, além de constar uma solene declaração de princípios, reconheceu-se que um substancial segmento da população mundial – isto é, as crianças –, passava por um forte processo de exclusão social. Esse reconhecimento foi uma técnica legislativa para se fazer uma revolução nessa área.

A CNUDC, ao mesmo tempo, reconheceu uma enorme gama de direitos às crianças. Esses direitos foram inseridos em três eixos. No primeiro, insculpiram-se os direitos à sobrevivência: direito à vida, direito à saúde, direito à alimentação etc. No segundo, referiram-se aos direitos ao desenvolvimento: direito à educação, direito ao esporte, direito ao lazer, direito à profissionalização, direito à cultura, direito à convivência familiar e comunitária e direito à dignidade, ao respeito, à liberdade etc. No último eixo, foi referida a proteção contra a exploração, o abuso, a negligência e a violência. Uma nova moralidade/conduita foi criada pela CNUDC na virada para o século XXI, e que se consistiu no direito das crianças serem protegidas, de sobreviverem e de se desenvolverem, exigindo-se da família, da comunidade, da sociedade e do Estado, o dever de assumirem uma responsabilidade coletiva pelo bem-estar de todas as crianças, em todas as circunstâncias e em todos os lugares, como se depreende de seu art. 29. Dessa forma, os direitos de todas as crianças devem ser universalmente reconhecidos, pois são direitos especiais e específicos, pela condição de pessoa em desenvolvimento. Neste ponto, Roberto João Elias (1994, p. 2) define a proteção integral “como aquela que abranja todas as necessidades de um ser humano para o pleno desenvolvimento de sua personalidade”. Além do que o adolescente ganha o status de sujeito de direitos.

## OS FUNDAMENTOS DA DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL

Conforme se percebe nessa evolução histórica dos instrumentos internacionais de proteção à criança, passou-se de normas esparsas inicialmente inseridas nos diversos pactos, que muitas vezes não tinham por finalidade maior tratar dos direitos da criança, para um sistema compatível e aplicável às mais diversas culturas e sociedades, prestigiando o estabelecimento de normas conceituais. Esse sistema acabou definindo as bases do que se chamou doutrina da proteção integral da criança, encampada pela CNUDC, mesmo não mencionando em seus dispositivos o termo “proteção integral da criança”.

Assim, passou-se da proteção da criança em relação a determinadas situações para sua proteção de forma completa e integral. Proteger de forma integral é dar atenção diferenciada à criança e conseqüentemente ultrapassar a isonomia puramente formal para estabelecer um sistema de normas que busque também uma igualdade material.

Faz-se necessário um aprofundamento do significado do termo proteção, o que permitirá uma melhor compreensão e alcance da doutrina aplicada pela CNUDC. O vocábulo *proteção* implica um ser humano protegido e um ou mais seres humanos que o protegem. Essa palavra revela, desde logo, a lógica da *proteção*, a qual pressupõe um ser humano que tem necessidade de outro ser humano. Na relação de *proteção*, essa se desenvolve naturalmente entre os seres humanos, sendo que um deles deve ser mais forte, pois deverá ter a capacidade para proteger o mais fraco. “Trata-se de uma situação real baseada em uma condição existencial ineliminável”, segundo o ex-presidente da Associação Internacional de Juizes de Menores e de Família Paolo Vercelone (*apud* CURY; AMARAL E SILVA; GARCÍA MENDÉZ, 1992, p. 39). Defende este jurista italiano que

como corolário lógico, a proteção pressupõe uma desigualdade (um é mais forte que o outro) e uma redução real da liberdade do ser humano protegido: ele deve ater-se às instruções que o protetor lhe dá e é defendido contra terceiros (outros adultos e autoridade pública) pelo protetor (CURY; AMARAL e SILVA; MENDÉZ, 1992, p. 19).

Nessa discussão, entendido o significado do termo *proteção*, necessário se faz, neste momento, compreender os fundamentos da doutrina da proteção

integral adotada pela CNUDC. Para Munir Cury, Paulo Afonso Garrido e Jurandir Noberto Marçura (2002, p. 21):

a proteção integral tem como fundamento a concepção de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, frente à família, à sociedade e ao Estado. Rompe com a ideia de que sejam simples objetos de intervenção no mundo adulto, colocando-os como titulares de direitos comuns a toda e qualquer pessoa, bem como de direitos especiais decorrentes da condição peculiar de pessoas em processo de desenvolvimento.

Antônio Carlos Gomes da Costa (1991, p. 19)<sup>14</sup>, ao examinar o tema, identifica que:

[...] esta doutrina afirma o valor intrínseco da criança como ser humano; a necessidade especial diz a respeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento; o valor prospectivo da infância e da juventude, como portadora da continuidade do seu povo e da espécie e o reconhecimento da sua vulnerabilidade, o que torna as crianças e adolescentes merecedores de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado, o qual deverá atuar através de políticas específicas para promoção e defesa de seus direitos.

Nesse sentido, o objetivo da proteção integral de crianças, conforme se vê, é assegurar a elas o seu pleno desenvolvimento, desde as exigências físicas e mentais até o aprimoramento moral, social e espiritual. Colocar em prática a proteção integral de crianças significa, no plano internacional, o compromisso de acabar com a mortalidade infantil, a desnutrição, o abandono, o analfabetismo, a violência, o abuso e a exploração de crianças e adolescentes em qualquer lugar do planeta. É melhorar as condições de vida das crianças em todos os países, inclusive, mediante a cooperação internacional dos Estados-membros da CNUDC mais ricos àqueles mais pobres.

<sup>14</sup> Integrou o grupo de redação do Estatuto da Criança e do Adolescente, pedagogo, autor de diversos livros e artigos em prol da promoção e defesa dos direitos infanto-juvenis. Diretor-presidente da *Modus Faciendi*, empresa que presta consultoria ao Instituto Ayrton Senna e a Fundação Telefônica. Foi oficial de projetos do UNICEF e consultor da OIT e da UNESCO e representou o Brasil no Comitê dos Direitos da Criança da ONU em Genebra (Suíça). Colaborou na elaboração da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança. Foi ainda presidente da FEBEM/MG e secretário de educação de Belo Horizonte/MG. Um grande amigo e professor de todas as horas. Tive a honra de participar com Antônio Carlos Gomes da Costa da equipe designada pelo governador de Roraima Ottomar de Souza Pinto para elaboração e implantação da proposta sociopedagógica do primeiro Centro Socioeducativo da América Latina, inaugurado em 1997 e que foi distinguido pelo UNICEF com dois prêmios socioeducandos consecutivos (1998 e 1999), ambos na categoria governo de Estado. Faleceu em 04.02.2011.

A doutrina da proteção integral propõe uma transformação do cenário mundial, ao pretender resgatar a dignidade e o respeito de milhões de crianças violadas cotidianamente em seus direitos fundamentais. Em síntese, ela quer que jamais esqueçamos de que crianças necessitam da infância e, portanto, elas têm direito à infância, e o mundo adulto, o dever de lhes garantir uma infância feliz. No horizonte dessa doutrina, acha-se o amanhecer de uma ordem social, a qual possibilitará a construção de um novo mundo marcado pela justiça, solidariedade e pelo amor entre todos os povos.

## OS PRINCÍPIOS DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E O DA PRIORIDADE ABSOLUTA COMO PILARES DA PROTEÇÃO INTEGRAL

O princípio do melhor interesse, um juízo irredutível, é uma das colunas do novo direito da criança e base da CNUDC, que limita a atuação arbitrária dos atores da política da infância. Esse princípio se prende ao instituto do *parens patriae* e teve origem na Inglaterra, vinculado à guarda de pessoas incapazes e de suas eventuais propriedades, como uma prerrogativa do Rei e da Coroa, a fim de proteger aqueles que não podiam fazê-lo por conta própria (PEREIRA, 2008). Nessa discussão, convém esclarecer que a prerrogativa do rei foi delegada ao Chanceler, que eram homens da igreja, que tinham como parte do seu dever, ajudar o rei durante as negociações estrangeiras. A partir do século XIV, passando as Cortes de Chancelaria a atuarem como “guardiões supremos”, com o dever de “proteger todas as crianças, assim como os loucos e débeis, ou seja, todas as pessoas que não tivessem discernimento suficiente para administrar os próprios interesses” (idem). Esta referida autora define *parens patriae* como a autoridade herdada pelo Estado para atuar como guardião de um indivíduo com uma limitação jurídica.

A narrativa histórica marcou o século XVIII, nas Cortes de Chancelaria inglesas primeiramente, a distinção das atribuições do *parens patriae* de proteção infantil e de proteção dos loucos, bem como ressaltou que o exercício do *parens patriae* infantil deveria se preocupar com o bem-estar da criança, se sobrepondo este aos direitos de cada um dos pais. Este entendimento ficou

consagrado no caso *Finlay vs. Finlay*, julgado pelo juiz Benjamin Cardozo, para quem ao se exercitar o *parens patriae*, a preocupação não deveria ser a controvérsia entre as partes adversas e nem mesmo tentar compor a diferença entre elas, mas alcançar o bem-estar da criança. Em 1763, dois julgados do juiz Lord Mansfield, nos casos *Rex v. Delaval* e *Blissetts*, envolvendo medidas correspondentes ao atual procedimento de busca e apreensão de menores no Brasil, ficaram conhecidos como os precedentes que levaram em consideração a primazia do interesse da criança e o que era mais próprio para ela, tornando-se algo efetivo na Inglaterra a partir de 1836.

Nos EUA, as atribuições do juiz quanto ao *parens patriae* estão vinculadas ao princípio do *Best Interest*. Esse princípio emana da função tradicional do Estado como guardião daqueles que sejam legalmente incapazes. Griffith esclarece que o princípio do *Best Interest* foi introduzido em 1813 nos Estados Unidos, no julgamento do caso *Commonwealth vs. Addicks*, da Corte da Pensilvânia. Tratava-se de uma ação de divórcio com disputa da guarda de uma criança, em que a esposa havia cometido adultério, e, na oportunidade, a Corte considerou que a conduta da mulher em relação ao marido não tinha ligação com os cuidados que ela dispensava à criança.

Introduzia-se nos Estados Unidos a Doutrina da Tenra Idade (*Tender Years Doctrine*), que considerava que em razão da pouca idade, a criança precisava dos cuidados da mãe, de seu carinho e atenção, tendo em vista que ela seria a pessoa ideal para dispensar tais cuidados e assistência. Esta doutrina dominou as cortes americanas, vigorando uma presunção de preferência materna, que somente não seria levada em conta, caso ficasse comprovado o despreparo da mãe. Em 1868, a 14ª emenda constitucional americana estabeleceu, entre outros direitos, a igualdade do homem e da mulher, conduzindo a uma modificação na orientação dos tribunais, uma vez que a *Tender Years Doctrine* privilegiava a mãe em prejuízo do progenitor da criança.

Contudo, somente no século XX, a maioria dos Estados americanos modificou a orientação da *Tender Years Doctrine*, portanto relegando a preferência materna e assumindo o que se convencionou denominar de Doutrina do Desempate (*Tie Breaker*), teoria segunda a qual todos os fatores são igualmente considerados e que, portanto, nenhum deve prevalecer na aplicação neutra do melhor interesse da criança.

A CNUDC adotou a doutrina americana do *Tie Breaker* (“desempate”) estabelecendo que todas as ações relativas às crianças, levadas a efeito por

instituições públicas ou privadas de bem-estar social, tribunais, autoridades administrativas ou órgão legislativos, devem considerar, primordialmente, o melhor interesse da criança<sup>15</sup>. O texto original em inglês da CNUDC declarou expressamente o *The Best Interests of Child*. Contudo, no Brasil, a sua tradução contida no Decreto nº 99.710/90, que a ratificou no país, modificou a expressão *melhor interesse da criança* para o *interesse maior da criança*. Tânia Pereira (2008, p. 46) assevera a existência de dois conceitos diversos, “a versão original vinculada a um conceito qualitativo – *the best interest* – e a versão brasileira dentro de um critério quantitativo – o interesse maior da criança”<sup>16</sup>. Recorde-se que o princípio do melhor interesse permaneceu como padrão na Convenção, mantendo o modelo que levou em consideração as necessidades da criança em detrimento dos interesses dos pais.

Dessa forma, não há um conceito acabado e fechado sobre este princípio, devendo realizar sempre os juristas uma análise do caso. Considera-se um princípio de conteúdo obrigatório que se impõe às autoridades, principalmente contra as autoridades públicas. Trata-se de um princípio jurídico garantista, vez que tal tema se relaciona diretamente com os direitos humanos e especialmente com a dignidade humana, em que a ordem jurídica democrática se apoia e se constitui.

A história social da criança no Brasil revela que esse entendimento somente foi adotado a partir da Constituição de 1988, tendo em vista que o Código de Menores de 1979, em seu artigo 5<sup>o</sup><sup>17</sup>, garantia ao juiz condições para fazer prevalecerem medidas de assistência e proteção a menores sobre qualquer outro bem ou interesse, seja de que natureza fosse, e ainda que tutelado por qualquer outro ramo do direito (SIQUEIRA; TORRES, 1980, p. 12). Consagrava-se o princípio do *interesse superior da criança*. Em outras palavras, o juiz deveria observar a prevalência do direito do menor, em sua finalidade pedagógica e protetional, sobre as genéricas regras do direito, também devendo optar em caso de dúvida pela aplicação do Código de Menores, se dela resultasse melhor proteção para o menor. A lógica desse princípio está contemplada no modelo de sociedade desigual, produzido pelo sistema capitalista, potencialmente gerador de conflitos de interesses.

<sup>15</sup> Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança de 1989, art. 3º, n. 1.

<sup>16</sup> Optou-se em utilizar nesta pesquisa o conceito qualitativo – *melhor interesse* – considerando o próprio conteúdo da Convenção, bem como a orientação constitucional brasileira.

<sup>17</sup> Art. 5º - Na aplicação desta Lei, a proteção aos interessados do menor sobrelevará qualquer outro bem ou interesse juridicamente tutelado.

Foi com a Constituição de 1988, em seu artigo 227, que se acolheu crianças e adolescentes no mundo da cidadania, quando os considerou sujeitos de direito, rompendo o paradigma da criança como objeto do direito. Deve-se ressaltar a postura de vanguarda do Brasil na América do Sul, ao assumir o compromisso com a doutrina da proteção integral, antes mesmo da aprovação da CNUDC. Logo, o princípio do melhor interesse da criança encontra seu fundamento no reconhecimento da peculiar condição de pessoa humana em desenvolvimento, atribuída à infância e à juventude. Assim, torna-se imprescindível que em toda e qualquer ação da família, da sociedade e do Estado se tenha como primordial o melhor interesse da criança. As relações paterno-materno-filiais e as concretizações dos direitos fundamentais da infância devem estar norteadas por este princípio.

A CNUDC recomendou que a infância fosse considerada prioridade imediata e absoluta. Em outros termos, o apoio e a proteção à infância deveriam figurar, obrigatoriamente, entre as prioridades dos Estados signatários da Convenção. Essa exigência das Nações Unidas aponta para o reconhecimento da necessidade de cuidar de modo especial das pessoas que se acham em fase de formação. Importante aludir que não ficou por conta de cada Estado-membro que aderiu à CNUDC, o poder de decidir se dará, ou não, apoio prioritário à infância, ou seja, estabeleceu como princípio de todos os governos dispensarem às crianças cuidados especiais.

A exigência da prioridade absoluta também se dirige à família e à sociedade, na esfera de suas respectivas atribuições e no uso de seus recursos. A lógica da prioridade absoluta está na concretização dos direitos humanos específicos para crianças, a fim de lhes garantir condições para o exercício da cidadania. Nesse sentido, Dalmo de Abreu Dallari (*apud* CURY; AMARAL E SILVA; GARCÍA MENDÉZ, 1996, p. 26) afirma que todos os direitos à infância devem ser assegurados, não somente a vida, mas também, a qualidade desta. Defende ainda que todos os direitos da criança são considerados como complementos do direito à vida, que não pode ser concebida apenas como a sobrevivência física, devendo se estender ao prisma do pleno desenvolvimento físico, psíquico e intelectual, com satisfação das necessidades materiais, afetivas e espirituais.



## 9 A “ESQUIZOFRENIA JURÍDICA” E A VIGÊNCIA SIMULTÂNEA DA CONVENÇÃO E DAS VELHAS LEIS DE MENORES NA AMÉRICA LATINA

A CNUDC pode ser considerada, na América Latina, como o marco redefinidor de uma nova doutrina para a criança – a proteção integral –, que substituiu a doutrina da situação irregular como fundamento no reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos. Essa mudança foi essencial no campo jurídico, especialmente para constituir-se uma etapa histórica de aperfeiçoamento das condições de vida relativas à infância e à adolescência na América Latina. Na região, a tradução dos postulados da CNUDC em leis nacionais provocou o que Emílio García MENDÉZ e Mary Beloff (2001) denominaram de “esquizofrenia jurídica”. Esta “esquizofrenia” teria como causa o fato de vigorarem nos países latino-americanos duas leis totalmente antagônicas sobre o trato das questões da infância: as velhas leis dos menores, calcadas na doutrina da situação irregular, e a referida Convenção, baseada na doutrina sociojurídica da proteção integral.

Ante esse choque de doutrinas, prevaleceu no campo judicial a continuação da aplicação massiva e rotineira das leis dos menores (situação irregular), sendo que a aplicação da CNUDC foi feita de uma forma fragmentada e excepcional, causada pela inércia político-cultural e alguns problemas de técnica jurídica processual. Algo semelhante ocorreu na esfera institucional, em que as entidades mantiveram seus atendimentos à luz dos postulados da situação irregular, ou seja, seu corpo técnico continuava trabalhando orientado por esta doutrina. Era o exemplo do efeito paralisante do *paradigma* anterior – no sentido de Thomas Kuhn (2011, pp. 200-201), ao se referir às crises da quebra de paradigma:

(...) a questão é saber que paradigma deverá orientar no futuro as pesquisas sobre problemas. Com relação a muitos desses problemas, nenhum dos competidores pode alegar condições para resolvê-los completamente. Requer-se aqui uma decisão entre maneiras alternativas de praticar a ciência e nessas circunstâncias a decisão deve basear-se mais nas promessas futuras do que nas realizações passadas. O homem que adota um novo paradigma nos estágios iniciais de seu desenvolvimento, frequentemente adota-o desprezando a evidência fornecida pela resolução de problemas. Dito de outra forma, precisa ter fé na capacidade do novo paradigma para resolver os grandes problemas com que se defronta,

sabendo apenas que o paradigma anterior fracassou em algum deles (...) essa é uma das razões pelas quais uma crise anterior demonstra ser tão importante.

Se, de um lado, para aquele que adota um novo paradigma, exige-se a crença na capacidade deste para resolver os problemas, de outro lado, para aquele que não o adota, tem-se como justificativa o medo em relação ao novo. Isso porque não se tem a comprovação de que a quebra de paradigma dará certo, ou melhor, que o novo paradigma alcançará as respostas aos problemas postos, ficando-se preso ao paradigma anterior. Afirmam Mendéz e Beloff (2001, p. 22) que “se as coisas tivessem seguido seu curso ‘natural’, é provável que a Convenção tivesse permanecido, talvez por muitos anos, como um ‘simpático’ instrumento do direito internacional”.

No entanto, coube ao Brasil iniciar o processo de mudança no âmbito da América Latina e romper com a tradição sociojurídica vigente na região, ao produzir um novo conjunto de regras jurídicas para a infância, oriundo de um processo democrático-participativo, que repercutiu fora dos limites territoriais do país.

Não parece exagero afirmar que o processo de transformações jurídicas que desembocou na aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente do Brasil em 1990, constitui talvez o motivo de maior intercâmbio e integração que, no campo social, o Brasil teve com o resto da América Latina, pondo fim a uma longa tradição de mútua ignorância com o resto da região (MENDÉZ; BELOFF, 2001, p. 23).

Historicamente, os primeiros movimentos sociais no Brasil que lutaram pelos direitos da criança na década de 1980, ao perceberem a estreita relação entre a democracia e a infância, articularam-se no sentido de introduzir na CF a síntese da doutrina da proteção integral, antecipando a CNUDC. Percebe-se que o anteprojeto da Convenção já circulava entre os movimentos sociais da infância, e em seu texto propunha-se a reformulação das políticas pública com vistas a uma articulação entre governo e sociedade civil.

O Brasil, no cenário latino-americano, se destacou duplamente, primeiro por haver constitucionalizado o princípio da proteção integral da criança e do adolescente, ainda em 1988, e, em seguida, por ter regulamentado, dois anos após, com o ECA, o mencionado princípio. Até a entrada em vigor deste Estatuto, em 1990, todas as legislações menoristas latino-americanas tinham como fundamento a doutrina da situação irregular, ou seja, os códigos

de menores existentes até o momento, manifestavam a negação formal e substancial da criança e do adolescente como sujeitos de direitos e utilizavam-se de técnicas de dominação e submissão para o trato desses sujeitos. Eram leis indiferentes, à medida que condicionavam, desde o nascimento, a categoria “menores” ao controle social, calcado este na subestimação estigmatizadora do vínculo entre as condições jurídicas de infância (COSTA, 1991).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, analisou-se as influências internacionais de construção do novo direito da criança e do adolescente no Brasil. Até o início do século XX, foi utilizado a legislação penal para enfrentar os problemas da infância, tendo em vista que não havia políticas específicas para a matéria, calcava-se em modelos retributivos e repressivos. Nesse período, a sociedade não fazia distinção entre os menores delinquentes infratores e os menores abandonados ou em estado de perigo moral. Com efeito, o Brasil utilizou de seus primeiros códigos penais, baseados na teoria do discernimento, para intervir na “infância abandonada”.

Em seguida, o Brasil passou a adotar o sistema tutelar. Com a criação dos tribunais de menores e com o movimento dos reformistas durante as primeiras décadas do século XX, ocorreu a quebra do modelo de controle social da infância. Passou-se da fase do caráter penal indiferenciado para a da doutrina da situação irregular com os Códigos de Menores de 1927 e 1979. Entretanto, na década de 1990, o paradigma da situação irregular foi superado pelo da proteção integral, inserida na Constituição Federal de 1988 e regulamentada, posteriormente, pelo ECA em 1990, uma lei inovadora, que criou um sistema de garantia de proteção integral à criança e ao adolescente no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALVIM, R. *Infância das classes populares: A constituição da infância como problema social no Brasil*. In: ABREU, A. R. de P., FONTE, E. G. da (org.) **O trabalhador carioca: estudos sobre trabalhadores urbanos do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: JC Ed, 1994.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARROS, José D'Assunção. *História das Idéias*: em torno de um domínio historiográfico. In: **Revista Eletrônica História em Reflexão**. Vol. 02, n. 03, UFGD – Dourados, jan.-jun. 2008.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CAMPELLO, Mauro José Nascimento. *A lógica que se esconde na portaria 'toque de recolher' baixada pelo Estado-Juiz*. **Revista Eletrônica Exmapaku**. 2012. Disponível em: <<http://revista.ufrb.br/index.php/exmapaku/article/view/1447>>.

CONSTANTINO, Elizabeth Piemonte. **Meninos institucionalizados**: a construção de um caminho. São Paulo: Arte & Ciência, 2000. (Coleção Universidade Aberta).

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **De menor a cidadão**: notas para uma história do novo Direito da Infância e da Juventude no Brasil. Brasília: CBIA-Ministério da Ação Social, 1991.

CURIA, Luiz Roberto; RODRIGUES, Thaís de Camargo. **Direito civil**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2015.

CURY, Munir; AMARAL E SILVA, Antônio Fernando do; GARCÍA MENDÉZ, Emílio. **Estatuto da criança e do adolescente comentado, comentários jurídicos e sociais**. 1ª Ed. São Paulo: Malheiros, 1992.

CURY, Munir; AMARAL E SILVA, Antônio Fernando do; GARCÍA MENDÉZ, Emílio. **Estatuto da criança e do adolescente comentado**, 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

CURY, Munir; GARRIDO, Paulo Afonso; MARÇURA, Jurandir Noberto. *Estatuto da criança e do adolescente anotado*. 3ª Ed. **Revista dos Tribunais**. São Paulo, 2002.

DALLARI, Dalmo. **O futuro do Estado**. São Paulo: (s. ed.), 1972.

DEEN, Thalif. *U.S. right-wingers block U.N. Children's Treaty in Terraviva*. **The Inter Press Service Daily Journal**. Vol. 06, n° 29. IPS, Tuesday, 17 February 1998.

DEL NERO, Kamila Martins. **Sistema Global de Proteção dos Direitos Humanos**. Disponível em: <[https://kamiladelnero.jusbrasil.com.br/artigos/307526476/sistema-global-de-protecao-dos-direitos-humanos?ref=topic\\_feed](https://kamiladelnero.jusbrasil.com.br/artigos/307526476/sistema-global-de-protecao-dos-direitos-humanos?ref=topic_feed)>. Acesso em: 20 mai. 2014.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**: responsabilidade civil, v.7, 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

ELIAS, Roberto João. **Comentários ao estatuto da criança e do adolescente**. São Paulo: Saraiva, 1994.

GOMES DA COSTA, Antonio Carlos. **Futuro de las Políticas Públicas para la Infancia en América Latina**. En el IV Seminario Latinoamericano sobre Niñez y Adolescencia. Octubre 1995.

GONZÁLEZ, Enrique; GUTIÉRREZ, Erick; GUILLÉN, Maryluz; ROSADO Luisana Gómez; CORNIELES, Cristóbal. MOTA, Gioconda (Investigadores y docentes). *El Sistema Rector Nacional para la protección integral de los niños, niñas y adolescentes. Serie Derechos Humanos*. Derecho de los niños, niñas y adolescentes. N° 2. Caracas: Fundación Juan Vives Suriá, 2010.

GRACIANE, Maria Estela. **Educação Popular como alternativa para os meninos de rua**. Paixão de aprender II, Petrópolis: Vozes, 1995.

HOPPE, Marcel Esquivel. *A questão da violência*. In: **Indiferença** – derrube este muro. Anais do seminário de criança e do adolescente. Porto Alegre: Associação dos Procuradores do Município de Porto Alegre, 1996.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2011.

MENDÉZ, Emílio García. **Adolescentes e responsabilidade penal**: um debate Latino-Americano. Porto Alegre: AJURIS, ESMP-RS, FESDEP-RS, 2000.

MENDÉZ, Emílio García; BELOFF, Mary (Org.). **Infância, lei e democracia na América Latina**: análise crítica do panorama legislativo no marco da Convenção Internacional sobre os direitos da criança 1990-1998. Blumenau: Edifurb, 2001. V. 1.

MENDÉZ, Emílio García; COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Das necessidade aos direitos**. São Paulo: Malheiros, 1994. (Série direitos da criança: 4).

MOLINA, Jaime Contreras. **La América, SUS antíuos moradores**. El derecho penal amerindio. Caracas: Tip. El Sobre, 1977.

NETTO, L. R. *Por debaixo dos panos*: a máquina policial e o problema da infância desvalida na cidade de São Paulo (1910-1930). **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 9, n. 17, pp. 129-141, set. 1988/fev. 1989.

PEREIRA, Tânia da Silva. **Direito da criança e do adolescente - uma proposta interdisciplinar**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Portal Educação. Medicina do Trabalho: Resoluções da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/veterinaria/medicina-do-trabalho-resolucoes-da-oit-organizacao-internacional-do-trabalho/52054>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

RIZZINI, Irene (Coord.). **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2004.

SARAIVA, João Batista Costa. **Adolescente em conflito com a lei: da indiferença à proteção integral: uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2005.

SILAS, Ávila Jr.. Entendendo sobre a ONU: a Organização das Nações unidas é formada pelo que se chama de países-membros. Disponível em: <<https://avozdacidade.com/wp/entendendo-sobre-a-onu-a-organizacao-das-nacoes-unidas-e-formada-pelo-que-se-chama-de-paises-membros/#:>> Acesso em: 20 mai. 2014.

SIQUEIRA, Liborne. TORRES, Jessé. **Notas Interpretativas ao Código de menores: Lei nº 6.697/79**, editora forense, Rio de Janeiro:1980.

SOUZA JÚNIOR, César Saldanha. **Consenso e tipos de Estado no Ocidente**. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 2002.

SOUZA, Sérgio Augusto Guedes Pereira de. **Os direitos da criança e os direitos humanos**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2001.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. **O Direito e a justiça do menor**. In Revista dos Tribunais. São Paulo: ano 78. vol. 650, T.12/20, 1989.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Os direitos da criança e do adolescente**. São Paulo: LTR, 1999.

# PANORAMA DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÔMICO DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL E A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL

*Antonio Ramos Ferreira<sup>1</sup>*

*Ana Lúcia de Sousa<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

Desde o surgimento das primeiras sociedades o trabalho faz parte das relações humanas, logo, a necessidade de alimentos, proteção e socialização fez com que o homem, utilizando lascas de pedra e outros materiais disponíveis, modificasse o ambiente a seu redor para satisfazer suas necessidades imediatas.

Após inúmeras mudanças sofridas ao longo dos séculos, percebe-se que atualmente o trabalho tem não apenas a função de satisfazer as necessidades imediatas do indivíduo (MASLOW, 1987), mas está articulado com o atendimento das necessidades do mercado, numa relação em que os produtos gerados pelo trabalhador não lhe pertencem, mas ao dono dos meios de produção, ou seja, o capitalista a quem este vendeu “uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins” (HARVEY, 1992, p. 144).

Nesta perspectiva cria-se um conglomerado de indivíduos “descartáveis”, desvalorizados em função das necessidades cada vez mais exigentes do mercado que têm extrema dificuldade de conseguir os bens necessários para sobrevivência, situação que leva estes trabalhadores “descartados” pelo mercado a buscar no lixo uma maneira de sobreviver, configurando-se como “catadores” de recicláveis.

Assim, o catador, tal qual uma figura emblemática, que tira do que os outros “descartam” a sua sobrevivência, constitui figura central no âmbito

---

<sup>1</sup> Mestre em Sociedade e Fronteira pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira da Universidade Federal de Roraima. Professor da Faculdade Cathedral.

<sup>2</sup> Professora Titular do curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

das discussões desta pesquisa, pois “a catação é um trabalho que vem ganhando reconhecimento do poder público nacional e notoriedade social por contribuir com a reinserção dos trabalhadores na cadeia produtiva da reciclagem” (MOREIRA, 2013, p.8).

Neste sentido, o constante aumento da produção diária de lixo constitui uma problemática relevante nas cidades brasileiras. E neste sentido, busca-se identificar alternativas para conciliar o crescente consumismo (infinito) criado pelo capitalismo e a manutenção de recursos naturais (finitos) para a satisfação dessa sociedade de consumo.

Para tanto, identificou-se a relevância da função de catação para o equilíbrio ambiental e, nesta perspectiva, o trabalho do catador de material reciclável configura-se como central na busca de alternativas para minimização da problemática, muito embora este profissional esteja envolto em uma cortina de preconceito e exclusão no qual trabalhador é confundido com seu objeto de trabalho.

## PRA COMEÇO DE CONVERSA: ISSO NÃO É LIXO, É RESÍDUO

A compreensão do papel dos catadores na dinâmica de reciclagem requer, antes do início de qualquer discussão, o entendimento acerca das características e classificações dos resíduos. Primeiramente importa distinguir as noções de lixo e resíduos, conceitos que repetidas vezes são confundidos ou empregados como sinônimos. Fato este que induz uma boa parte dos envolvidos neste processo a uma concepção errônea sobre a temática.

O lixo corresponde a “qualquer material considerado inútil ou sem valor gerado durante um determinado processo e que precisa ser descartado”. Ao passo que o resíduo se relaciona a um material aparentemente inservível, porém passível de ser “aproveitado de diversas formas, seja para geração de energia através da queima ou para servir de composto orgânico e ser utilizado em lavouras através de sua degradação biológica ou bioestabilização, além de poder ser reciclado ou reutilizado” (SILVA, 2018, p. 17).

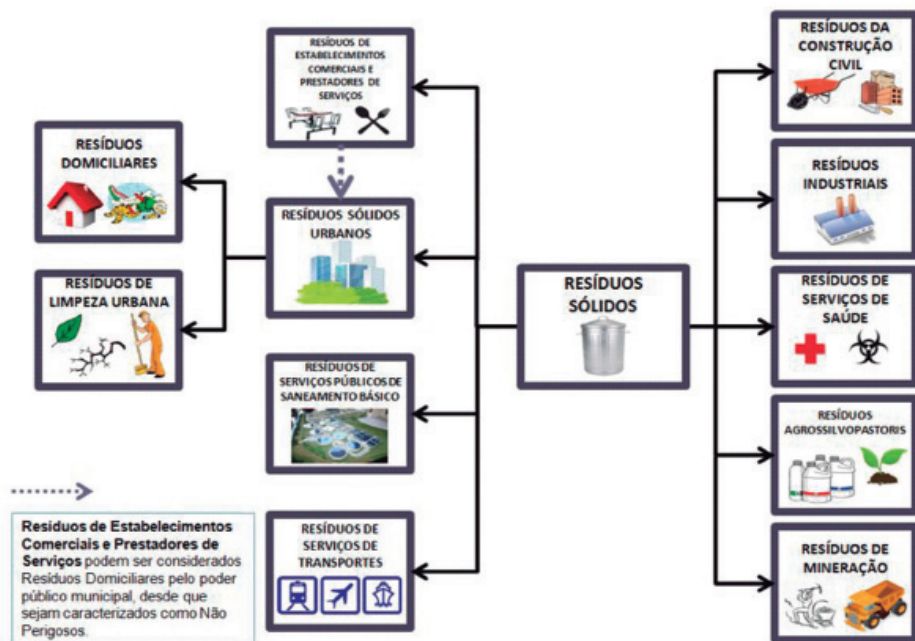
Nesta perspectiva é possível compreender como mais pertinente o emprego do termo resíduo, uma vez que tudo que resta depois do ciclo do consumo dos diversos produtos naturais ou artificiais, são resíduos, nunca lixo.



Os resíduos sólidos são definidos pela NBR 10004/04 (ABNT, 2004) como resíduos nos estados sólido e semissólido, derivados de atividades antrópicas de origem doméstica, comercial, públicos (de serviços e de varrição), agrícola, industrial e hospitalar.

Conforme o Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos (2010), divulgado pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), a cobertura do serviço regular de coleta domiciliar, gira em torno de 98,5% da população urbana. A partir do Diagnóstico realizado, verificou-se que a massa coletada de resíduos domiciliares e públicos nos municípios é um montante estimado de 53 milhões de toneladas coletados no ano. Neste contexto de manejo, coleta seletiva e descarte (figura 6) surgem os Resíduos Sólidos Urbanos, a partir dos quais surge o papel dos catadores.

Figura 6 - Arcabouço dos resíduos sólidos urbanos



Fonte: Holsback e Santander (2018)

Deste modo, os Resíduos Sólidos Urbanos (aqueles que compõem o rol dos resíduos passivos, que necessitam de coleta seletiva) segundo Mota (2008), Silva (2008) e Silva (2013) são classificados em sete grupos a saber: domésticos, comerciais, públicos, agrícolas, industriais e resíduos hospitalares:

- **Resíduo sólido doméstico:** grande quantidade de matéria orgânica (restos de alimentos, cascas de frutas, verduras e outros rejeitos putrescíveis) além de papel higiênico, fraldas descartáveis, materiais de varredura, plásticos, vidros, latas e embalagens em geral.
- **Resíduos comerciais:** produzidos por escritórios, lojas, supermercados, restaurantes, hotéis etc. São constituídos por papéis, papelão, plástico, vidros, caixas entre outros.
- **Resíduos públicos:** originados nos serviços de limpeza urbana pública (animais mortos, resíduos de limpeza em jardins, limpeza de ruas, praças e de outros lugares de visitação pública, podas de árvores, máquinas, veículos abandonados e entulhos).
- **Resíduos agrícolas:** gerados na região metropolitana das grandes cidades resultantes das atividades da agricultura e da pecuária (embalagens de agrotóxicos, rações, adubos, restos de colheita, dejetos da criação de animais).
- **Resíduos industriais:** originados das diferentes atividades industriais e, por isso, possuem características e composição muito variada.
- **Resíduos hospitalares:** gerados pelas diferentes áreas dos hospitais (refeitório, centro cirúrgico, administração, limpeza,), além de resíduos de farmácias, postos de saúde, clínicas médicas, odontológicas, veterinárias e outros.

Percebemos, assim, que o volume de resíduos que são produzidos cotidianamente constitui um desafio para a sociedade e para os poderes públicos. Apesar de a catação apresentar-se como trabalho exercido por indivíduos e grupos familiares em diversos lugares do mundo há séculos, catadores organizaram-se primeiramente em países como Colômbia e Indonésia. O encerramento de lixões, seguido da integração de catadores nos sistemas municipais de gestão de resíduos foi tematizado na configuração de problema público e atrelado a uma proposta de solução específica, objetivando tanto a mitigação da degradação ambiental quanto promoção da inclusão social por intermédio da geração de postos de trabalho.

No Brasil o movimento foi estruturado durante a crise econômica da década de 1980, momento em que a Teoria da Libertação e a pedagogia autonomista de Paulo Freire apresentaram-se como referência para a ação de ativistas católicos e sócio ambientalistas em cidades como São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte (DEMAJOROVIC; LIMA, 2013; MEDINA, 2007). A visão tradicional a respeito da limpeza urbana predominante no Brasil de meados dos anos 1980, rotulava os catadores de materiais recicláveis em situação de rua como aqueles que geravam a “sujeira”, responsáveis por promover a degradação das ruas centrais das cidades (BRANDÃO, 2018).

Os catadores em situação de lixo eram (e ainda são) tratados como se fossem os próprios resíduos com os quais trabalham, além de serem vistos como vetores de doenças por trabalhar em contato direto com os resíduos nos lixões ou mesmo como “ladrões” de lixo por “violar” contêineres comerciais e domiciliares na busca por materiais recicláveis desperdiçados. É possível constatar que historicamente os catadores e a catação são estigmatizados nas cidades por cidadãos e pelo poder público (ALMEIDA, 2008; DIAS, 2002).

O “garimpo” nos lixões configura-se como alternativa precária de inclusão no cenário do trabalho para várias famílias. A integração de associações e cooperativas de trabalho aos sistemas municipais de manejo de resíduos possibilitou sua materialização enquanto estratégia de reconstrução de vínculos sociais e o desenvolvimento de consciência política dos catadores, bem como promoção da diminuição dos custos da terceirização do sistema. Este fato foi significativo no âmbito do estabelecimento de uma legislação específica que tratasse da problemática oriunda da relação existente entre meio ambiente, catadores, empresas de reciclagem e gestores do executivo (municipal, estadual e federal), no sentido de desenvolvimento de discussões que apontassem para o manejo e gestão de resíduos sob uma perspectiva de sustentabilidade.

É possível observar um processo de convergência de ideias associadas ao modelo de gestão integrada de resíduos, promovido por organizações internacionais, além de práticas atreladas ao cooperativismo e à economia solidária no Brasil, resultando em combinação de diversos municípios do país desde então (LIMA, 2004; MAGERA, 2003; SCHIOCHET, 2012). A cadeia da reciclagem ganhou solidez nas grandes cidades brasileiras a partir da atuação de dois tipos de agentes: os aparistas e recicladores vinculados ao mercado formal, inseridos nas indústrias de transformação; e os catadores,

carrinheiros, carroceiros e atravessadores, associados ao mercado informal, seja nas ruas, lixões ou galpões de recuperação de materiais (BRANDÃO, 2018).

A gênese das primeiras organizações de catadores no país convergiu ao processo de redemocratização com a ampliação da participação popular e a criação de políticas públicas mais inclusivas que ampliaram o acesso ao Estado brasileiro. Posteriormente, junto com a chegada da onda neoliberal ao país, incorporou-se um pacote de medidas para elevar a eficiência estatal no manejo de resíduos sólidos urbanos, bem como a ampliação dessas organizações.

## CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIOECONÔMICAS DOS COLETORES DE MATERIAL RECICLÁVEL

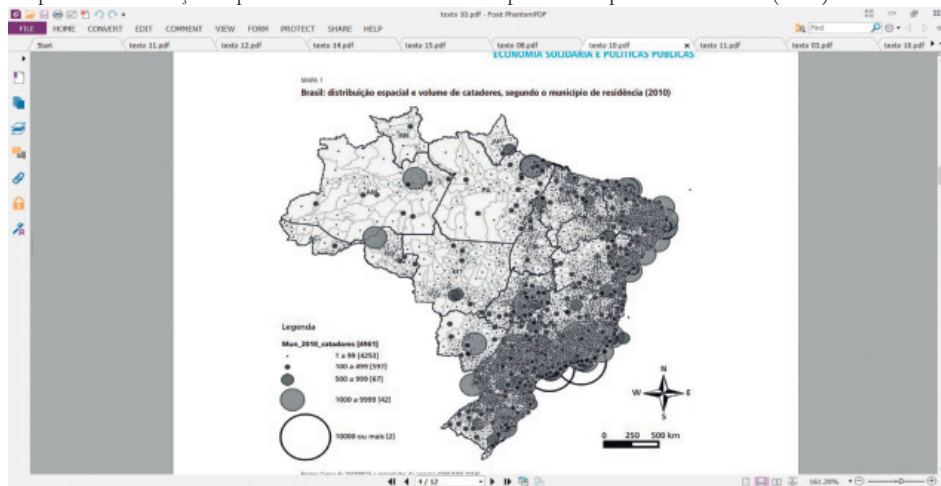
É importante destacar que o Brasil é um país com dimensões continentais e, portanto, apresenta realidades discrepantes quanto às suas dimensões territoriais e limites geográficos, seja nos aspectos econômicos (que envolvem a dinâmica de capital e do mercado), seja no aspecto social (em virtude da elevação do desemprego e sobretudo da exploração sobre os menos favorecidos).

O Brasil tem perfil semelhante aos demais países da América Latina no que se refere ao fenômeno do trabalho informal, embora apresente índices inferiores em razão de um processo de industrialização mais intenso. De acordo com o IBGE, no Brasil, cerca de 41% dos trabalhadores, ou mais de 38 milhões de brasileiros, ainda trabalham sem qualquer registro.

Identificou-se no Brasil, em 2010, um total de 398.348 pessoas ocupadas como “Coletores de lixo” (código de subgrupo 961 da CBO Domiciliar do IBGE). Entre tais, 226.795 eram “Coletores de lixo e material reciclável” (subgrupo 9.611), 164.168 autodeclarados “Classificadores de resíduos” (subgrupo 9.612) e 7.385 eram “Varredores e afins” (subgrupo 9.613).

A distribuição espacial dos catadores (mapa 1) assinala que estes foram encontrados residindo em 4.961 municípios (89% dos municípios brasileiros), apesar de os dados de mobilidade pendular permitirem captar a existência de catadores em mais municípios.

Mapa 1 - Distribuição espacial e volume de catadores por município de residência (2010)



Fonte: Dagnino e Johansen (2017).

Comparando as regiões do Brasil, o Sudeste apresenta maior concentração de catadores do país, totalizando cerca de 42% da força de trabalho nessa ocupação, seguido do Nordeste, com 30%. Observa-se a necessidade de direcionamento de políticas públicas e formação de cooperativas e capacitação em tais casos, conforme apontam Dagnino e Johansen (2017, p. 119):

Sobre a concentração mais elevada de catadores nas regiões Sudeste e Nordeste, em que foram encontrados os maiores volumes populacionais de catadores, estes podem ser os locais nos quais se torna mais urgente pensar em políticas públicas para atender essa população no sentido de garantir e avançar em sua qualidade de vida e condições de trabalho. Entretanto, nas regiões em que se encontram poucos catadores, faz-se necessário pensar em políticas de incentivo para formação de cooperativas e capacitação para pessoas que queiram ingressar nesse nicho do mercado de trabalho.

Quando considerado o total de catadores por 100 mil pessoas ocupadas, observou-se que no Brasil existiam 461 catadores para cada 100 mil ocupados, de modo que no Nordeste tal proporção é de 572, um volume bem mais elevado que nas demais regiões (Tabela a seguir).

Tabela 1 - Distribuição dos catadores no Brasil, segundo a Grande Região de residência (2010)

TABELA 1  
**Brasil: distribuição dos catadores no Brasil, segundo a Grande Região de residência (2010)**

Brasil e Grandes Regiões	Total de catadores	Distribuição dos catadores (%)	PO total	Catadores para cada 100 mil ocupados
Norte	22.292	5,60	6.262.318	355,97
Nordeste	119.349	29,96	20.854.301	572,30
Sudeste	166.161	41,71	38.111.800	435,98
Sul	60.241	15,12	14.249.772	422,75
Centro-Oeste	30.305	7,61	6.875.625	440,76
<b>Brasil</b>	<b>398.348</b>	<b>100,00</b>	<b>86.353.816</b>	<b>461,30</b>

Fontes: Censo de 2010/IBGE e microdados da amostra CEM (USP, 2016).  
 Elaboração dos autores.

Fonte: Dagnino e Johansen (2017).

Com relação aos indicadores demográficos, observa-se a idade média de 39 anos para os catadores e 37 para a população ocupada. O percentual de idosos (pessoas com 60 anos ou mais de idade) encontra-se mais elevado entre os catadores (8%) do que na população total ocupada (6%). Observa-se uma estrutura etária mais envelhecida para os catadores quando comparados à população ocupada total. Tal verificação fica mais nítida quando se observa o gráfico a seguir, o qual reflete a distribuição por sexo e grupos de idade da população de catadores e da população ocupada total. Conforme a tabela a seguir, o indicador de cor ou raça mostra que 66,1% dos catadores se autodeclararam pretos e pardos (sendo 14,6% pretos e 51,5% pardos), seguidos dos brancos (32,7%) e dos demais grupos (0,3% indígena e 0,8% amarela). Tal distribuição aponta um significativo contraste com a da população ocupada no Brasil, a qual se configura majoritariamente por brancos (50,0%), seguidos por pretos e pardos (48,5%, sendo 8,2% pretos e 40,4% pardos) e pelos demais (1,1% amarela e 0,3% indígena).

No que diz respeito ao local de trabalho, foi possível observar que 20% dos catadores possuem trabalho no próprio domicílio, de modo que 74% trabalham somente no município de residência, porém não no próprio

domicílio. Já outros 6% em outro município, podendo ser denominado como mobilidade pendular para o trabalho (DAGNINO e JOHANSEN, 2017). Tal variável aponta que 23% da população ocupada trabalha no próprio domicílio; aproximadamente 65% trabalha somente no município de residência e; cerca de 12% precisa se deslocar para trabalhar em outro município. Observa-se, portanto, que os catadores realizam menos mobilidade pendular para trabalho quando comparados à população ocupada total.

Tabela 2 - Indicadores demográficos e socioeconômicos calculados – catadores e população ocupada total (2010)

TABELA 2				
Brasil: síntese dos indicadores demográficos e socioeconômicos calculados – catadores e PO total (2010) <sup>1</sup>				
Tipo	Nome	Característica	Catadores	PO total
Demográfico	Distribuição por grupos etários (estrutura etária)	Idade média (anos)	39,39	37,05
		Idade mediana (anos)	39	35
		Idosos (%)	7,63	6,14
		Razão de sexo <sup>2</sup>	219,63	136,39
		Branca	32,72	50,00
		Pretaparda	66,14	48,52
		Demais	1,14	1,48
		No próprio domicílio	20,05	23,41
		Nesse município, mas não no próprio domicílio	73,92	64,71
		Em outro município	6,03	11,88
Socioeconômico	Taxa de analfabetismo (%)		20,34	6,06
	Grau de informalidade <sup>3</sup>		50,62	44,42
	Chefes de domicílio (%)		53,66	44,50
	Tinha rendimento de aposentadoria ou pensão (%)		5,48	6,94
	Renda (R\$)		561,93	1.271,88

Fonte: Censo de 2010IBGE e microdados da amostra CEM (IPEA, 2016).  
 Elaboração dos autores.  
 Notas: <sup>1</sup> O cálculo dos indicadores pressupõe como PO aqueles indivíduos de 10 anos ou mais de idade que desempenham atividade remunerada durante o período de referência de aplicação do Censo de 2010.  
<sup>2</sup> Razão de sexo = volume de homens / volume de mulheres \* 100.  
<sup>3</sup> No indicador "Grau de informalidade", trabalhadores informais são os empregados sem carteira, trabalhadores por conta própria e não remunerados, enquanto os trabalhadores formais são os protegidos – com carteira de trabalho assinada, funcionários públicos e empregadores. Não foram considerados no cálculo desse indicador os militares, que sejam considerados formais, e os não remunerados, que sejam informais.

Fonte: Dagnino e Johansen (2017).

Nas pirâmides, gráfico 1A e gráfico 1B, o número de homens é maior que o de mulheres, de modo que tal relação é ainda mais forte entre os catadores do que entre a população ocupada. Tal relação é dada como razão de sexo (RS), de modo que o valor 100 indica uma distribuição equânime dos sexos. Assim, os dados acima de 100 indicam predomínio de homens e, abaixo, de mulheres. Observa-se que entre os catadores e na população ocupada existe predominância de homens (RS = 219,63 e 136,39, respectivamente), porém, no primeiro grupo, os homens possuem um volume significativamente mais elevado. No que tange aos indicadores socioeconômicos, observa-se que a

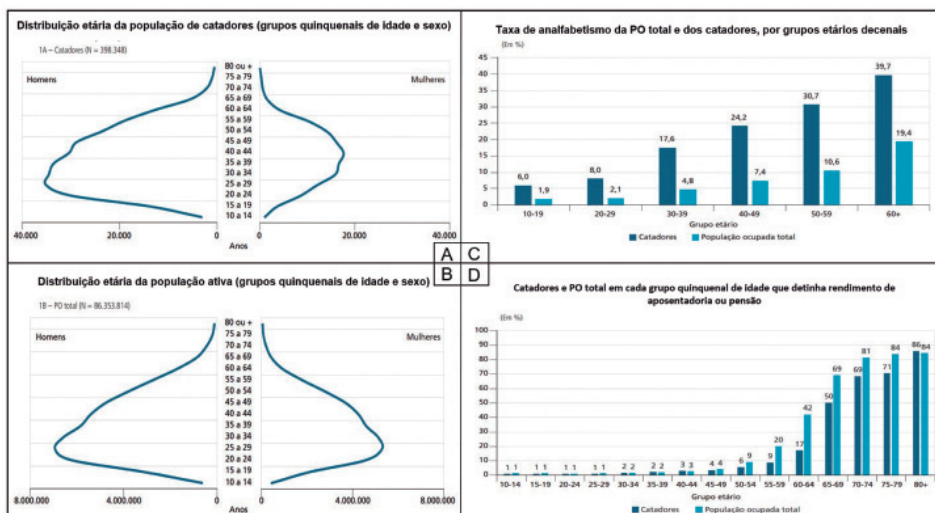
taxa de analfabetismo dos catadores e da população ocupada total possuem diferentes níveis, sendo os catadores com 20%, valor mais elevado que o da população ocupada total (6%). Ao se observar a taxa de analfabetismo em cada grupo etário (gráfico 1C), é possível constatar que os catadores e a população ocupada total possuem um padrão de analfabetismo análogo, de modo que a taxa de analfabetismo é inversamente proporcional à idade, ou seja, é mais elevada à medida que a idade da população aumenta.

As maiores discrepâncias entre o analfabetismo dos catadores e da população ocupada total podem ser observadas nos grupos etários de 20 a 29 anos e de 30 a 39 anos. Em tais grupos, o analfabetismo dos catadores é cerca de quatro vezes mais elevado que da população ocupada total. Observou-se, ainda, que o grau de informalidade é maior entre os catadores, atingindo 51% dessa população, ao passo que entre a população ocupada tal condição alcança 44%. Entre os 398.347 catadores, 213.765 são responsáveis pelos seus domicílios (um total de 54%) e chefiam domicílios nos quais reside um total 745.639 pessoas.

Quanto ao recebimento de rendimento de aposentadoria ou pensão de instituto de Previdência oficial (federal, estadual ou municipal), os dados exprimem que, entre os 398.348 catadores, somente 13.858 responderam positivamente, o que corresponde a um total de 5%. Ao passo que na população ocupada o percentual foi de 7%. Numa análise que desagrega a cobertura previdenciária e de pensões de acordo com o grupo etário (gráfico 1A), observa-se que a prevalência do referido rendimento é superior nas idades mais elevadas e em totalidade dos grupos etários. O quantitativo da população ocupada total com aposentadoria ou pensão excede ao da população de catadores. Os dados do Censo de 2010 (IBGE) apontam que, entre os catadores, a renda média corresponde a R\$ 561,93, um valor significativamente inferior aos R\$ 1.271,88 da população ocupada total e pouco acima do salário-mínimo vigente no momento do Censo de 2010, que era de R\$ 510,00.



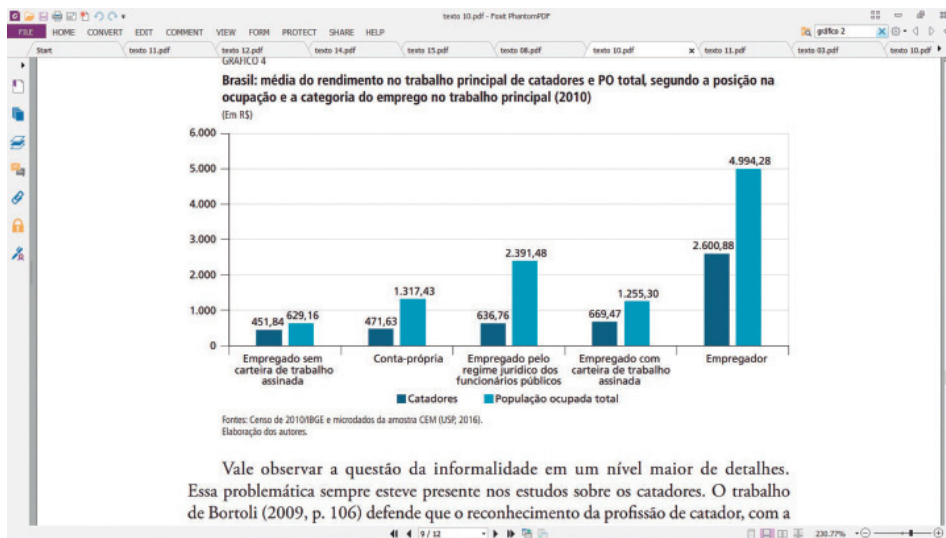
Gráfico 1 - Dados demográficos dos catadores no Brasil



Fonte: Dagnino e Johansen (2017).

Conforme aponta o gráfico a seguir sobre o rendimento desagregado de acordo com a posição na ocupação, bem como a categoria de emprego no trabalho principal, o rendimento dos catadores é inferior ao rendimento da população ocupada total na totalidade das posições no trabalho principal. A diferença é mais significativa entre os empregados pelo regime dos funcionários públicos, categoria cujo rendimento da população ocupada total é aproximadamente quatro vezes maior que o dos catadores.

Gráfico 2 - Média do rendimento no trabalho principal de catadores e PO total, segundo a posição na ocupação e a categoria do emprego no trabalho principal (2010)



Fonte: Dagnino e Johansen (2017).

A respeito dos trabalhadores por conta própria, o rendimento da população ocupada total é em torno de três vezes maior. A diferença mostra-se menos significativa na posição de “empregado sem carteira de trabalho assinada” (população ocupada total supera em 1,4 vez). Quanto às demais posições (empregado com carteira de trabalho assinada e empregador) o rendimento médio da população ocupada total é cerca de duas vezes maior que o dos catadores.

A informalidade configura-se como problema frequentemente assinalada nos estudos sobre os catadores. Conforme apontam Bortoli (2009) e Dagnino e Johansen (2017), o reconhecimento da profissão de catador, bem como sua inclusão na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), não resultaram em mudança nas condições de vida ou trabalho dos catadores cujas atuações apresentam-se tanto sem vínculo empregatício quanto sem seus direitos trabalhistas assegurados. Em 2010 o grau de informalidade de tal ocupação era de 44% na população ocupada total, volume também superior entre os catadores (51%), conforme expresso na tabela a seguir.

Tabela 3 - Número absoluto e percentual de catadores e da PO total, segundo a posição na ocupação e a categoria do emprego principal (2010)

Nível de proteção	Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Número absoluto		Cada posição e categoria (%)	
		Catadores	PO total	Catadores	PO total
Formais	Empregado – carteira assinada	155.092	39.107.318	39,36	48,33
	Empregado – funcionário público	38.190	4.162.015	9,69	5,14
	Empregador	1.319	1.703.130	0,33	2,10
Informais	Empregado – sem carteira assinada	91.436	17.418.110	23,20	21,53
	Conta-própria	108.033	18.529.003	27,41	22,90
<b>Total</b>		<b>394.070</b>	<b>80.919.576</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fontes: Censo de 2010/IBGE e microdados da amostra CEM (USP, 2016).  
Elaboração dos autores.  
Obs.: Foram retirados da tabela e do cálculo do grau de informalidade os trabalhadores na posição "não remunerados" (que existiam nos dados dos catadores e da PO total) e aqueles cuja posição era "militar do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros", que só constavam para a PO total.

Fonte: Dagnino e Johansen (2017).

Com base nos dados, o estudo permite observar que o quadro de informalidade deriva das diferenças em relação aos trabalhadores que atuam por conta própria (27% dos catadores, superando os 23% da população ocupada total), bem como os empregados com carteira assinada (39% dos catadores, em relação aos 48% da população ocupada total). Os trabalhadores empregados sem carteira assinada projetam ínfimo impacto sobre tal diferença, de modo que o percentual é semelhante, ou seja, cerca de 23% dos catadores e 22% da população ocupada total. Aqui temos a diferença entre os catadores e a população ocupada total no que tange aos funcionários públicos e aos empregadores. Esses dados permitem inferir a situação de precariedade total nas condições de vida e trabalho dessa categoria, o que explica sua caracterização como subproletariado.

## A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E O FOMENTO AO TRABALHO DO CATADOR

O Brasil tem lidado, sobretudo a partir da década de 1980, com uma série de problemáticas oriundas da existência nos principalmente nos grandes centros urbanos dos lixões a céu aberto, bem como a contaminação do solo e as condições inadequadas de trabalho para catadores, entre outras. Estes fatos contribuíram para o surgimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) (RIKILS; SENHORAS; BARELLA, 2016). Diversos estudos, sob diferentes vertentes, apontam às mais diversas transformações sofridas pelo meio ambiente e, conseqüentemente, toda a problemática elucidada a respeito do “lixo” se projeta nos cenários que se configuram como objetos de preocupação da sociedade atual, sobretudo a produção excessiva e conseqüente poluição ambiental.

Nesta abordagem emergem, no cenário político, perspectivas a respeito da correta destinação dos resíduos, pois certos ambientes apresentam-se como inadequados para tal processo, como os chamados “lixões”, os quais eram principal destino de tais rejeitos. De acordo com GIARETTA, FERNANDES e PHILIPPI JR (2012), até os anos de 1990 o gerenciamento dos resíduos sólidos se resumia a operar o sistema de limpeza urbana, por meio de varrição, coleta, transporte e disposição final dos resíduos. Não havia uma preocupação relativa às condições de trabalho ou de indicadores referentes aos serviços prestados, ou ainda, com relação aos tipos de resíduos gerados.

A partir de tais modificações relacionadas ao meio ambiente, sobretudo no que tange aos aspectos relativos à produção de “lixo”, tornou-se imperativa a criação de uma legislação destinada à mediação dos efeitos de tais modificações por intermédio da regulamentação das atividades relativas ao tratamento despendido aos rejeitos. Assim, após uma tramitação que durou vinte anos no Congresso Nacional, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305 de 2 de agosto de 2010) teve sua aprovação. A legislação inovou ao propor a utilização das nomenclaturas “resíduos secos e úmidos” e “rejeitos” para fazer menção ao que antes era designado como “lixo”, abrangendo a nova denominação todas as matérias-primas com potencial valor econômico. Conforme Édis Milaré (2014, p. 1180), a promulgação da aludida lei

[...] preencheu uma importante lacuna no arcabouço regulatório nacional. Essa iniciativa é o reconhecimento, ainda que tardio, de uma abrangente problemática ambiental que assola o país, problemática esta de proporções desconhecidas, mas já com diversos episódios registrados em vários pontos do território nacional, e que tem origem exatamente na destinação e disposição inadequadas de resíduos e consequente contaminação no solo, além da dificuldade de identificação dos agentes responsáveis.

Há uma latente preocupação no que tange à destinação dos resíduos sólidos, tendo em vista a minimização dos impactos ambientais. Conforme a PNRS, o processo relacionado à correta destinação deve ser originado de uma gestão integrada e sustentável de resíduos entre os órgãos estatais, considerando a implantação de uma logística reversa por parte das empresas fabricantes de produtos destinados ao consumo. A seguir, as definições acerca das formas de despejo final dos resíduos de acordo com Machado (2012) e Tonani (2011):

- **Depósito a céu aberto:** o chamado lixão. A Lei 12.305/2010 apontou como uma de suas metas a eliminação desta prática no território nacional, tendo em vista os danos ambientais e proliferação de doenças.
- **Depósito em aterro sanitário:** refere-se aos locais devidamente escolhidos pelo poder público para o depósito de resíduos sólidos buscando o mínimo prejuízo na escolha do local destinado ao aterro.
- **Incineração:** é uma alternativa de redução do volume pela via térmica, porém pode apresentar sérios danos ao meio ambiente e à saúde.
- **Transformação do resíduo sólido em composto:** realizada por meio da degradação biológica na presença de ar (aeróbia), da qual deriva o composto orgânico (adubo), degradada pelos microrganismos. Tal alternativa carece de regulamentação em razão dos riscos de contaminação.
- **Reciclagem:** corresponde ao conjunto de medidas de reprocessamento de materiais tendo em vista viabilizar novamente sua utilização.

A reciclagem é parte de um mercado altamente rentável, porém, é inegável a estrutura de desigualdade instalada entre os participantes da cadeia de reciclagem. Por um lado, as empresas de reciclagem alcançam altos índices de lucros, por outro lado o catador de material reciclável, que é a figura de extrema importância no processo, pois a maior parte dos materiais passa por suas mãos nas ruas, associações ou cooperativas, enfrenta uma dura e precária realidade na busca por seus direitos básicos.

Mesmo a reciclagem sendo um fator de inclusão, já que muitos indivíduos excluídos do mercado formal de trabalho recorrem à atividade de catação em busca da sobrevivência, ainda é recorrente a disparidade entre os benefícios extraídos da atividade para o grupo dos empresários e para o grupo dos catadores, os quais enfrentam situações de completa ausência de direitos para conseguirem o próprio sustento e de sua família (PINHEIRO e FRANCISCHETTO, 2016, p. 8).

Nesta perspectiva, importam as políticas que promovam a organização dos catadores em associações ou cooperativas, promovendo benefícios no ambiente laboral, sobretudo para os que se encontram à margem do mercado formal de trabalho, como é o caso dos catadores.

Cabe destacar que a valorização pós-consumo dos resíduos recicláveis, mesmo nas parcelas do território nacional que possuem condições socioeconômicas um pouco melhores, se restringem geral e basicamente aos resíduos “secos”, como é o caso dos papéis, plásticos, vidros e metais. Os processos de tratamento de resíduos secos são caracterizados principalmente pela “ineficiência na recuperação de resíduos recicláveis; processos de triagem manuais e tradicionais; fragilidade das parcerias com as organizações de catadores e; fraca inclusão destes na gestão”. Paradoxalmente a esta realidade há um fato extremamente curioso, pois:

[...] o Brasil lidera rankings de reciclagem de produtos específicos, como latas de alumínio para bebidas, contando com uma rede “informal” de numerosos atores (catadores e atravessadores) que possibilitam ultrapassar os índices de reciclagem de países como o Japão e os Estados Unidos. (Neves, 2014, p. 3).

Percebe-se a nítida participação (mesmo que muitas vezes sob condições subumanas) dos catadores (influência esta que nem de longe representa uma realidade favorável a estes trabalhadores) refletidas nos índices nacionais relativos aos processos de reciclagem em comparação a países que possuem uma política de Gerenciamento de Resíduos Sólidos já estabelecida.

## MEIO AMBIENTE, CATADORES E DIMENSÃO ECONÔMICA

É evidente que a relação existente entre meio ambiente, catadores e dimensão econômica é caracterizada de uma maneira esdruxulamente exploratória, uma vez que o catador é subjugado aos ideais e reais interesses do capitalista. Relação esta que é caracterizada pela discrepância existente entre as dimensões ambiental (natureza) e social (catador), as quais são sobrepujadas pela dinâmica da lei de oferta e demanda sob uma ótica econômica (em função da exploração da mão de obra dos catadores).

Neste sentido, com relação à dinâmica existente entre catadores, ambiente e resíduos sólidos é importante destacar o papel da política nacional de resíduos sólidos prevista na Lei 12.305 de 2 de agosto de 2010 que estabelece alguns princípios e objetivos em relação às atividades dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, dos quais podem ser destacados:

Art. 7º - [...] I - a proteção da saúde pública e da qualidade ambiental; [...] III - estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços; [...] IX - capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos; XII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; e a valorização do catador –os quais resumem, em linhas gerais, as especificações trazidas no bojo da legislação. (BRASIL, 2010)

São estabelecidas ainda “...metas e ações a serem adotadas pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos” (MILARÉ, 2014, p. 1185).

Com relação aos instrumentos que devem ser implementados para viabilização da Política Nacional de Resíduos (PGRS) dispostos pelo Artigo 8º, é possível destacar a previsão dos planos de resíduos sólidos, compreendendo os planos nas esferas nacional, estadual, microrregional e de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, os municipais e intermunicipais. E ainda:

[...] coleta seletiva; logística reversa; educação ambiental; os incentivos fiscais, financeiros e creditícios; o SINIR –Sistema Nacional de Informações sobre a

Gestão dos Resíduos Sólidos; o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos; o sistema de Responsabilidade pela geração e Gerenciamento de resíduos sólidos; e, por fim, o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010).

Embora seja um desafio para muitos gestores públicos, tanto em nível estadual quanto municipal dadas as limitações infraestruturais e orçamentárias, deve-se considerar o fato de a legislação prever a participação de associações ou de cooperativas de catadores de materiais recicláveis no gerenciamento dos resíduos sólidos recicláveis ou reutilizáveis, as quais devem estar inseridas nos planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

Art. 58, I – [...] cooperativas ou associações de catadores capazes técnica e operacionalmente de realizar o gerenciamento dos resíduos sólidos; II – utilização de cooperativas e associações de catadores no gerenciamento dos resíduos sólidos for economicamente viável; e III - não houver conflito com a segurança operacional do empreendimento (BRASIL, 2010).

Esta previsão, além de buscar legalmente compreender (no âmbito do estabelecimento de deveres e obrigações) a gestão de resíduos, mesmo que simbolicamente em uma esfera sustentável, faz menção aos eixos ambientais, social e econômico, uma vez que, a partir do estabelecimento de parcerias entre poder público e iniciativa privada, a PNRS:

[...] visa a incentivar a criação e o desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais recicláveis, conferindo disciplina jurídica a uma realidade experimentada em diversos Municípios e permitindo o reconhecimento dos direitos sociais dos catadores de materiais recicláveis (MILARÉ, 2014, p. 1202).

Nesta perspectiva, o dispositivo prevê ainda alguns critérios que devem ser considerados no âmbito da gestão integrada, uma vez que o Artigo 3º, inciso XI da PNRS dispõe que ela deve ser desenvolvida por meio de um “...conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável”(BRASIL, 2010).

Assim, embora ocorra uma tentativa de incentivar a gestão de resíduos por meio de uma abordagem de sustentabilidade no âmbito da legislação, há na prática uma imensa lacuna no que diz respeito a relação entre as dimensões



social/ambiental e a dimensão econômica, uma vez que fica evidente a constatação de prevalência da dimensão do capital sobre as demais (social e ambiental).

Para GIARETTA, FERNANDES e PHILIPPI JR (2012), em se tratando das citadas dimensões previstas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, as quais devem ser consideradas para a implementação da gestão integrada como medida de solução para o gerenciamento de resíduos, as dimensões estabelecidas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos obedecem às seguintes dimensões:

- **Dimensão política:** ao reconhecer a importância da dimensão política, a lei permite tratar dos acordos necessários e da superação de eventuais conflitos de interesse que representem barreiras à implementação de boas práticas e soluções economicamente viáveis para os resíduos sólidos.
- **Dimensão econômica:** ao manter a dimensão econômica no conceito de gestão integrada, a lei favorece o reforço à necessidade prática de se viabilizar as soluções para resíduos sólidos, bem como abre o caminho para a definição e implantação dos instrumentos econômicos que favoreçam às posturas ambientalmente saudáveis por parte dos diversos atores sociais.
- **Dimensão ambiental:** ao manter a dimensão ambiental, a lei aponta a essência da gestão dos resíduos, que é a minimização dos impactos ambientais.
- **Dimensão cultural:** como novidade do conceito, essa dimensão aponta para a necessidade de levar em consideração os hábitos e os valores das populações locais, quando da definição dos métodos e dos procedimentos a serem implantados para o gerenciamento dos resíduos sólidos.
- **Dimensão social:** a PNRS aponta ainda a necessidade de controle social.

Embora a legislação estabeleça uma perspectiva de parceria entre o poder público e cooperativas (na figura de associações de catadores) e membros do setor empresarial para o correto gerenciamento e destino final de resíduos, constata-se um enorme distanciamento entre a prospecção legal e a realidade

observada em boa parte das cidades e regiões metropolitanas do Brasil. Pois, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA):

“[...] pouco mais da metade dos municípios (54,8%) possuem Plano Integrado de Resíduos Sólidos. A presença do plano tende a ser maior em municípios mais populosos, variando de 49% nos municípios de 5 mil a 10 mil habitantes para 83%, nos com mais de 500 mil habitantes. Entre as regiões, os percentuais mais elevados são os municípios do Sul (78,9%), Centro-Oeste (58,5%) e Sudeste (56,6%). Abaixo da média nacional, estão as Regiões Norte (54,2%) e Nordeste (36,3%). No recorte estadual, os maiores índices são os do Mato Grosso do Sul (86,1%) e Paraná (83,1%) e os menores os da Bahia (22,1%) e Piauí (17,4%). Estados com população elevada, como o Rio de Janeiro (43,5%) e Minas Gerais (43,7%), situam-se abaixo da média nacional. (BRASIL, 2018, s/p)

Segundo o Relatório anual do MMA sobre os Planos de Gerenciamento de Resíduos dos municípios, o índice de municípios brasileiros que possuem um PGRS não chega a 55% (e esta porcentagem é ainda menor em municípios com menor arrecadação e baixo contingente populacional), ou seja, pouco mais da metade, o que reflete a insuficiência das ações do poder público com relação a esta questão.

Neste princípio, observa-se uma lógica de desatendimento aos municípios com menor quantitativo populacional e maior extensão territorial (dinâmica esta que finda por desfavorecer principalmente aos próprios catadores de materiais recicláveis), uma vez que a política nacional redija sobre as questões políticas e de gestão, não estabelecendo garantias que viabilizem soluções e estratégias econômicas igualitárias e infraestruturais imediatas para que as ações sejam corretamente implementadas. Fato é que a dinâmica de exploração permanece, mesmo após a formação de parcerias entre cooperativas e demais agentes envolvidos neste processo, as quais sob uma perspectiva de igualdade e equidade, beneficiam apenas o capitalista em função da mais valia sobre uma perspectiva de exploração da mão de obra dos catadores.

De todo o volume de resíduos sólidos coletados pelos municípios ou por agentes delegados, somente 4,1% são encaminhados para valorização em unidades de triagem e compostagem (SNSA, 2013). Apesar do número absoluto de municípios com coleta seletiva venha crescendo nos últimos anos, de 675 em 2009 a 865 em 2011 (SNSA, 2011, 2013), o grau de eficiência da recuperação de materiais para a reciclagem precisa ser questionado (NEVES, 2014).

O Diagnóstico do Manejo dos Resíduos Sólidos Urbanos (DMRSU, 2011) demonstra que os programas municipais de coleta seletiva, levando em consideração todo o país, fazem recuperação de apenas 5,5% do total de resíduos “secos” (plásticos, papéis, vidros e metais) coletados (SNSA, 2013).

É possível perceber que se trata de programas de apoio limitados à reciclagem, quer seja por deixar de fora os resíduos orgânicos ou por não serem eficientes quantitativamente. Importa destacar que tais resultados não são justificáveis pela “novidade” dos processos de valorização, uma vez que as experiências pioneiras de coleta seletiva e triagem de resíduos “secos” no Brasil são registrados no final da década de 1980 (municípios de Niterói-RJ e de Curitiba-PR).

Permeando a ótica dos principais questionamentos elencados em torno dos fatores que retardam o desenvolvimento dos processos de valorização dos resíduos sólidos em municípios brasileiros, encontra-se a paradoxal constatação da ineficiência da recuperação de materiais recicláveis frente a afirmação da liderança mundial na reciclagem de determinados materiais.

O baixo custo da força de trabalho dos catadores assegurou a manutenção da taxa de lucro do setor, bem como a competição com os preços de mercado das matérias primas, desencadeando a expansão histórica da reciclagem no país. Porém um questionamento é alarmante, quais os impedimentos para tal êxito se desenvolver também nos programas “oficiais”? Qual a viabilidade de integração do know-how dos catadores para fortalecimento da coleta seletiva municipal e alcance de resultados mais eficazes de recuperação material?

Diante da falácia da Política Nacional de Resíduos Sólidos encontram-se determinadas lacunas no que se refere a sinergia entre catadores e Estado enquanto alternativa de superação dos entraves dos processos de gestão de resíduos.

A busca pela otimização da gestão dos resíduos no Brasil, assim como em outros países em desenvolvimento, não deve romper com as práticas realizadas de autogestão, como a ação de catadores nas ruas, mas apoiar-se sobre os circuitos curtos (informais e tradicionais) já existentes (PINHEIRO e FRANCISCHETTO, 2016; DURAND, 2012).

Formar-se-ia, desse modo, um modelo compartilhado, incorporando saberes e práticas populares, o trabalho dos catadores e demais atores envolvidos na gestão, isto é, a sinergia para fins de melhoria nos processos de valorização material pós-consumo (NEVES, 2014, p. 8).

O Plano Nacional de Resíduos Sólidos assinala a ação de 400 a 600 mil catadores nas ruas brasileiras (BRASIL, 2012), entre os quais 10% participam de alguma organização coletiva. Dentre as 1.100 organizações coletivas contabilizadas, 60% encontram-se nos níveis mais baixos de eficiência (BRASIL, 2012).

Observa-se que mesmo, após a inserção do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, os mecanismos de cooperação são quase exclusivamente direcionados às organizações formalizadas de catadores, exceto determinados casos pontuais que originam certos tipos de articulação com catadores não-organizados.

Entre os principais entraves no estabelecimento das parcerias entre Estado e organizações de catadores estão a fragilidade econômica e baixa eficiência das organizações de catadores e a baixa atratividade junto aos catadores que atuam de maneira independente ou desorganizada (NEVES, 2014).

Assim, as organizações de catadores não conseguem se desvencilhar de uma forte dependência junto aos poderes públicos, de modo que o processo de organização dos catadores se dá em condições político-econômicas precárias, permeadas por carências de infraestrutura, agrupamento de trabalhadores fragilizados e dependentes. Ao mesmo tempo, o modo de funcionamento de associações e cooperativas refletem a baixa atratividade de novos associados que optam por não dividir custos com outros catadores e, conseqüentemente, se isentam da submissão às regras de trabalho e cooperação. A inserção dos catadores nos diversos programas de coleta seletiva é pequena e porção significativa mantém o trabalho informal nas ruas. Importa analisar as experiências pontuais de busca de sinergia entre organizações de catadores, catadores autônomos e o Estado, tendo em vista a compreensão das possibilidades e limitações dos esforços de desenvolvimento da cooperação entre tais sujeitos sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise acima foi possível compreender a importância do tratamento dos resíduos sólidos e semissólido derivados de atividades antrópicas que possuem diversas origens: doméstica, comercial, públicos (de serviços e de varrição), agrícola, industrial e hospitalar.

A visão tradicional a respeito da limpeza urbana predominante no Brasil em dos anos 1980 levou os catadores e a catação a serem estigmatizados nas cidades por cidadãos e pelo poder público. A integração de associações e cooperativas de trabalho aos sistemas municipais de manejo de resíduos tem contribuído para viabilizar reconstrução de vínculos sociais e o desenvolvimento da consciência política dos catadores. Em linhas gerais, o rendimento dos catadores é inferior ao rendimento da população ocupada total na totalidade das posições no trabalho principal. É latente que a informalidade se configura como problemática frequentemente assinalada nos estudos sobre os catadores.

A respeito das contradições entre as condições de vida e trabalho à luz da Política Nacional de Resíduos Sólidos, observa-se primeiramente a disseminação de doenças respiratórias, contaminação do solo e as condições inadequadas de trabalho para catadores, entre outras. A reciclagem é uma das formas para despejo final dos resíduos, contexto no qual se inserem os catadores. Porém é inegável a disparidade entre os benefícios extraídos da atividade para o grupo dos empresários e para o grupo dos catadores, visto que estes enfrentam situações de completa ausência de direitos para garantirem o próprio sustento e de sua família

Analisando a Política Nacional de resíduos sólidos e sua efetivação é possível verificar que, embora perceba-se um esforço de incentivar a gestão de resíduos por intermédio de uma abordagem de sustentabilidade no âmbito da legislação, na realidade existe uma imensa lacuna quanto à relação entre as dimensões social/ambiental e a dimensão econômica, pois se evidencia a prevalência da dimensão do capital sobre as demais (social e ambiental).

Constata-se que a dinâmica de exploração permanece, apesar da formação de parcerias entre cooperativas e demais agentes envolvidos neste processo que, com um discurso voltado para as perspectivas de igualdade e equidade, beneficiam apenas o capitalista em função da mais valia. Por fim, é urgente

a necessidade de políticas públicas para o setor que contemplem, de forma efetiva, a questão ambiental e social que envolvem a problemática da gestão de resíduos sólidos na sociedade contemporânea.

## REFERÊNCIAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 10.004/2004**: Resíduos Sólidos – Classificação. 2ª ed. Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FABRICANTES DE LATAS DE ALUMÍNIO. **O potencial socioeconômico dos resíduos sólidos em São Paulo**, 2017.

BORTOLI, Mari Aparecida. **Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos**. Porto Alegre, 2008.

BRANDÃO, I. D. M. R. **Governar o desperdício**: a inclusão de catadores no regime brasileiro de políticas de resíduos. 2018.

BRASIL, Ministério da Casa Civil. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 2010.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **54% dos municípios têm plano de resíduos sólidos**. [18/10/2018] Brasília, DF. Disponível em: <<http://twixar.me/tfPK>>. Acesso em: 18/04/2019.

DAGNINO, R. S.; JOHANSEN, I. C. **Os catadores no Brasil**: características demográficas e socioeconômicas dos coletores de material reciclável, classificadores de resíduos e varredores a partir do censo demográfico de 2010. 2017.

DEMAJOROVIC, Jacques. LIMA, Márcia. **Cadeia de reciclagem: um olhar para os catadores**. São Paulo, SP: SENAC/ SESC, 2013.

GIARETTA, J. B. Z.; FERNANDES, V.; PHILIPPI JR., A. **Desafios e condicionantes da participação social na gestão ambiental municipal no Brasil**. *Organizações & Sociedade*, v. 19, n. 62, p. 527-548, 2012.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

IBGE – **Trabalho - SIS**, 2010.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Princípios da política nacional de resíduos sólidos**. Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, v. 24, n. 7, jul. 2012. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/16037203.pdf>>. Acesso em 19.04.2019

MASLOW, A. H. **Motivation and personality**. 3. ed. New York: Harper & Row Publishers, 1987.

MEDINA, M. **The world's scavengers: salvaging for sustainable consumption and production**. Lanham: AltaMira Press, 2007. (Globalization and the environment series).

MERCERON, T.; YELKOUNI, M. **Pratiques culturelles et gestion des déchets**. Revue Liaison Énergie-Francophonie, Québec, n. 90, p. 11-13, 4. trim. 2011.

MILARÉ, É. **Direito do ambiente**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO. **Diagnóstico do manejo de resíduos sólidos urbanos – 2011**. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-anual-residuos-solidos/diagnostico-rs-2011> Acesso em 19.04.2019

MOREIRA, L. M. M. **Vida e trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis e suas relações com a economia solidária**. Dissertação [Mestrado em Serviço Social]. Manaus: UFAM, 2013.

MOTA, S. **Introdução a Engenharia Ambiental**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Abes, 2008.

NEVES, F. O. Valorização dos resíduos sólidos urbanos e a participação de catadores em Toledo/PR. **Perspectiva Geográfica**, v. 7, n. 8, 2014.

PIERRAT, A. **Produire moins des déchets, trier à la source, est-ce envisageable au Sud?** Revue Liaison Énergie-Francophonie, Québec, n. 90, p. 26-29, 4. trim. 2011a.

PINHEIRO, P. T.; FRANCISCETTO, G. P. P. **A política nacional de resíduos sólidos como mecanismo de fortalecimento das associações de catadores de materiais recicláveis**. Derecho y Cambio Social, 2016.

RIKILS, V. S. S.; SENHORAS, E. M.; BARELLA, L. A. **Resíduos Sólidos no Sul do Estado de Roraima**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2016.

SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL -SNSA. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento : **diagnóstico do manejo de resíduos sólidos urbanos – 2011**. Brasília: MCIDADES.SNSA, 2013.

SILVA, C.A. **Compostagem como alternativa à disposição final dos resíduos gerados na CEASA – Curitiba.** Monografia em MBA em Gestão Ambiental. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.

SILVA, Cesar A. **Gerenciamento de resíduos.** Curitiba, 2018.

TONANI, Paula. **Responsabilidade Decorrente da Poluição por Resíduos Sólidos.** São Paulo: Método, 2011.



# A MÍDIA E O MEDO DOS BÁRBAROS: UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS MIGRANTES VENEZUELANOS NA FOLHA DE BOA VISTA-RR<sup>1</sup>

*Daniele Monteiro Mota<sup>2</sup>  
Francilene dos Santos Rodrigues<sup>3</sup>*

## INTRODUÇÃO

Falar sobre a migração é algo crucial no momento de pandemia que estamos vivenciando. O momento requer atenção as populações que vivem em vulnerabilidade social. Os venezuelanos se encaixam nessa perspectiva que adentram outros territórios em busca de melhores condições de vida.

A representação social é uma temática bastante pertinente dentro do processo migratório, já que a migração é algo bastante discutido, porque não é um fenômeno novo. O mundo e as pessoas são dinâmicos quando se trata de se deslocar. E, o processo de mobilidade não é simples, pois envolve várias premissas que devem ser analisadas, como por exemplo, a motivação que esses indivíduos tiveram para partir do local de origem e chegar ao local de destino. Os jornais, por sua vez, com suas respectivas reportagens jornalísticas são construções sociais. Portanto, além de produzir informações são também fonte de sentidos e significados que podem aparecer de maneira explícita ou implícita, de modo que as temáticas de relevância social carregam determinados aspectos em detrimento de outros que foram escolhidos com um objetivo específico. Por isso, a imprensa on-line surge com muita intensidade dentro dessa atuação na sociedade interferindo nas instituições sociais – família, igreja, escola – de forma determinante na socialização e nas impressões que os indivíduos têm da realidade.

<sup>1</sup> Este artigo é um recorte da pesquisa intitulada: “Representações Sociais, Mídia e Violência: A “Construção” do Migrante e da Migração Venezuelana em Roraima por meio dos websites da Folha de Boa Vista e Folha de S. Paulo” desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF). O título é uma alusão a obra de Tzvetan Todorov: O medo dos bárbaros, 2008.

<sup>2</sup> Mestre em Sociedade e Fronteiras pela Universidade Federal de Roraima.

<sup>3</sup> Doutora em Ciências Sociais e docente do PPGSOF/UFRR. E-mail. france.rodrigues@ufr.br

Dessa forma, o presente artigo tem o objetivo de articular as temáticas de migração, mídia e representação social com o intuito de mostrar como ocorre a construção das representações sociais sobre os migrantes venezuelanos. Aqui, trataremos sobre a atuação do jornal *on-line* Folha de Boa Vista em torno dos migrantes venezuelanos para compreender a forma como esses migrantes são representados no contexto social em que estão inseridos com a vinda para Roraima, no período de 2016 a 2017.

Essa análise chama a atenção pela grande proporção que o fenômeno migratório venezuelano tem causado no Brasil e no mundo, sendo alvo de destaque nos noticiários diários como o Folha de Boa Vista que vive a realidade do contexto migratório.

A motivação desse fluxo pode ser entendida pelo histórico do país em que o cerne da questão é a política, fator que gerou grande desequilíbrio econômico-social. E essa crise política instalou-se com a entrada do Coronel Hugo Chávez na Presidência da República daquele país em 1999, e o seu governo foi marcado por grandes instabilidades. Nesse momento, é válido ressaltar que o militar já havia em 1992, tentado um golpe de Estado na Venezuela que não teve sucesso e foi repellido pelas forças armadas. Mais tarde em abril de 2002, Chávez foi deposto de seu cargo, mas retomou após três dias. Desde então procurou por meio do apoio do parlamento manter-se no poder, inclusive alterando a Constituição para ampliar seus poderes, tais como a reeleição ao cargo de Presidente indefinidamente e a prorrogação do mandato presidencial de seis para sete anos, além da censura aos meios de comunicação (BEZZERRA; SOUZA, 2017).

Com a morte de Hugo Chávez, a conjuntura de crise política se intensificou. O modelo de governo chavista implantado na Venezuela não prevaleceu com a morte de seu principal líder e construtor. Nicolás Maduro, o então vice-presidente assumiu o governo da Venezuela com intuito de continuar com a política chavista, já que o próprio Hugo Chávez antes de morrer o tinha indicado para assumir o poder (BASTOS; OBREGÓN, 2018, p. 09).

O legado da política herdada ao seu sucessor Nicolás Maduro não está sendo uma tarefa muito fácil de prosseguir devido, entre outros, as consequências das pressões capitalistas e neoliberalistas que pressionam o Estado para uma mudança radical na política interna. Em contraposição o governo atual de Nicolás Maduro defende a continuação do plano de governo

chavista, tornando-se essa queda de braço insustentável pelo cunho social, que vê seu país mergulhado em uma grande crise econômica.

A atual conjuntura política na Venezuela alavanca um momento marcante na história desse país. Diante do pronunciamento oficial da entrada de Nicolás Maduro, a oposição surge contra a medida de promoção do novo presidente, posto que já havia planejado as eleições caso Hugo Chávez morresse, pois na época estava doente. A oposição com todos os seus anseios, porém considerando a base eleitoral chavista, já esperava que Maduro seria eleito. “O que, de fato, ocorreu em 14 de abril de 2013, quando derrotou o candidato da oposição Henrique Capriles, por 50,75% dos votos contra 48,97%, iniciando, assim, um governo turbulento, cujo término do mandato é previsto para 2019”. (BASTOS; OBREGÓN, 2018, p. 09).

Essa tensão no campo político modificou a conjuntura social do país e do mundo, já que impulsionou muitos venezuelanos a migrarem para outros lugares. E essa acentuação ocorreu principalmente, a partir de 2013, depois que Nicolás Maduro assumiu o governo.

Diante desse contexto, a produção de conteúdo jornalístico acerca do assunto é cada vez mais crescente. E para o desenvolvimento dessa análise foi realizado o levantamento de todo material referente ao fenômeno migratório para Roraima publicado no *website* do Jornal Folha de Boa Vista, no período do primeiro semestre de 2016 a 2017, juntamente com a leitura inicial para identificar o conteúdo das reportagens. Na fase seguinte foi aplicada a metodologia qualitativa por meio do método de análise de conteúdo (AC) buscando identificar e analisar os sentidos (re)produzidos sobre a migração venezuelana nas reportagens. Essa tarefa foi realizada em etapas subsequentes, mas em um processo dialético. A primeira etapa foi a da pré-exploração do material no website; a segunda, a seleção das unidades de análise ou de significados; a terceira fase consistiu na categorização e subcategorização e, por fim, as análises dos resultados relacionando-os com o objetivo do artigo.

Dessa forma, os resultados e análises resultantes desse procedimento foram apresentados nesse trabalho em seis subtítulos. O primeiro intitulado Mídia e Representação social trata sobre o poder que a mídia exerce sobre a sociedade ao construir valores e in(formações). O segundo, intitulado A Folha de Boa Vista, aborda o contexto de criação e transformação em que o jornal passou, assim como também os alinhamentos políticos que direcionaram o jornal ao longo do tempo. O terceiro, Migração dos venezuelanos para

Roraima, trata sobre os motivos que levam os migrantes a ter como destino final, Roraima. O quarto intitulado a representação social da migração e dos migrantes venezuelanos para Roraima no jornal online Folha de Boa Vista aborda a análise em questão, em que a partir dos dados quantitativos e qualitativos extraídos da fonte jornalística foi possível desenhar o caminho intencional percorrido pelo jornal para representar a migração e os migrantes venezuelanos. O quinto intitulado Resultados evidencia a forma como ocorreu o tratamento midiático em torno dos migrantes venezuelanos e o que essa construção pode causar na vida desses indivíduos. Por último, as considerações finais, traz alguns debates teóricos sobre a construção da figura do bárbaro/migrante.

## MÍDIA E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Pensar a mídia é perceber que a sua história está entrelaçada ao desenvolvimento da humanidade. Nesses moldes, a mídia reflete os acontecimentos do mundo “e, ao mesmo tempo constitui força poderosa de transformação social”. Por isto, não pode ser compreendida sem os contextos políticos, econômicos e tecnológicos (PARRY, 2011, p. 24).

Nessa perspectiva, é importante compreender a posição assumida pela imprensa, pois seu discurso midiático e o seu poder de definição da realidade se transforma em um dos poderes entranhado na sociedade, capaz de influenciar valores em torno das representações sociais cotidianas. Isso ocorre pelo fato de a sociedade não conseguir perceber a realidade sem a construção propagada pelos meios de comunicação. E por outro lado, as organizações institucionais extraem benefícios e as utilizam como meio de controle social.

Essa conjuntura leva a definição de representação social, Jodelet (2001) a conceitua como uma construção da realidade cotidiana realizada por indivíduos ou grupos que possuem interesses em determinar as posições sociais de sujeitos e de objetos com o fim de se beneficiar dentro de determinada conjuntura. Porém, essas construções não são realistas. São resultados dos desejos dominantes que atuam para consolidação de um imaginário forjado que se realiza na prática das vivências.

Nesse sentido, aplicando a representação social no caso das diferenças entre grupos sociais, inter-raciais ou intergrupais. Os julgamentos têm como base o uso da origem dos indivíduos para estabelecer as diferenças sociais. Deste modo, entende-se que há uma separação psicológica embutida no consciente das pessoas de que há diferenças do ser, que estão no núcleo figurativo, na materialização e no status da ambiência que orienta os julgamentos e as percepções numa realidade socialmente construída (JODELET, 2001).

Como explica Jodelet (2001), as representações sociais tendem a se enraizar no plano cognitivo e possuem ligações com a cultura, a linguagem, a ideologia, o universo simbólico e imaginário social. E nessa cadeia de ligação aparece um elemento de suma importância para concretização das representações sociais no plano material, a mídia e suas tecnologias, tendo em vista que, enquanto meio de comunicação surgiu como um fenômeno que transformou a vida em sociedade e arquitetou uma cultura inteiramente midiática. E a sua existência juntamente com os avanços tecnológicos provocaram a consolidação das desigualdades sociais e diferenciação do “eu” e do “outro”. (BRITTOS; GASTALDO, 2006).

Assim, o elemento mídia permite a construção e propagação das representações sociais. De modo que atua na construção da realidade presente nos atos de comunicação apresentada pela mídia, mas especificamente em seus atos publicitários e discursos jornalísticos. Contudo, a verdade exposta por esse canal aparece simbolicamente sutil e com temas que aparentemente são comuns a sociedade e que surgem sem intenções. Mas, é sabido que os discursos são fontes de concretização da realidade e não mera apresentação dos fatos, pois, induz a um caminho a ser alcançado e pensado.

Dessa forma, as imagens e representações constituem uma ideologia invisível, ou imperceptível aos olhos, ou seja, as ideias lançadas na mídia aparecem anônimas e impessoais, como se fosse o próprio discurso social e se utiliza dos recursos tecnológicos, da encenação e da persuasão para fazer acontecer o mundo.

Diante disso, Debord (1997, p. 13) relata que “toda à vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação”. E é essa representação que é tomada como verdade pelos indivíduos que formam suas opiniões através do que escutam e veem, como bem explica o autor, são representações do que é

vivido, não é a realidade pura e fatídica mais algo manipulado para o negativo ou positivo dependendo do objetivo que há por detrás da propagação das informações.

Para Brittos e Gastaldo (2006, p. 121):

De um lado, os meios de comunicação distribuem uma cultura (não raro já presente no mundo da vida, mas que é industrializada, o que pressupõe incorporada aos moldes capitalistas) que tende a reforçar os limites da sociedade de consumo, o que implica em condutas que atendem aos interesses do poder, já que marcadas por um controle social. De outro lado, as tecnologias midiáticas espalham-se pelos mais diversos espaços, passando a integrar a sociabilidade, vendendo posturas definidas como adequadas e confirmando lógicas que podem acabar sendo introjetadas pela subjetividade.

Essa cultura de representações e de posturas projetadas como sendo adequadas se aspira dominante, pois se estabelece as normas em que a sociedade tem que se adequar. As pessoas então se tornam reféns inconscientes de um padrão que não existe, por enxergarem o mundo por lentes manipuladas. E a entrada dessas lentes na vida dos indivíduos é permitida pela necessidade cotidiana em que se busca a “coesão entre o tempo do trabalho e do não trabalho”, mantendo-se uma dinâmica de continuidade espetacularizada, pois, como afirma Vermelho (2012, p. 01):

A perda dessa dimensão na subjetividade humana cria as condições para que, mesmo tendo tempo livre para desfrutá-lo à sua maneira, as pessoas não conseguem fazer deste um tempo efetivamente livre. Elas acabam por buscar uma nova oferta do mercado da diversão para consumi-la nesse tempo, satisfazendo em alguma medida sua necessidade psíquica de desligamento (ainda que por poucas horas) do real: um filme no cinema, algumas horas na internet, outras tantas presas na frente da televisão.

É por essa busca que a mídia se utiliza para oferecer distração e lazer aos indivíduos. Transformando sons e imagens como recurso para a construção de seus discursos e dar ao indivíduo ilusoriamente o glamour, a vida imaginária dos galãs, as distrações dos encontros nas salas de bate-papo virtual, ou seja, tudo o que a sociedade precisa para fugir de uma realidade que por vezes está distante de ser vivida (VERMELHO, 2012).

Nesse viés, surge uma relação de dependência entre a mídia e os sujeitos para fins de entretenimento, informação, de conforto e segurança, para

haver algum sentido nas continuidades das experiências e intensidades das experiências vividas. Para Mata (2008) e Silverstone (2002) a mídiatização da experiência configuraria mais que uma produção de sentidos, mas configuraria uma construção e reformulação das vivências.

Nesse caminho, a mídia é uma rede em que o amálgama da cultura é o liame fundamental. E não pode ser compreendida erroneamente sem considerar outros elementos, como o econômico ou a articulação entre agentes hegemônicos que produzem o contexto de dominação. Por isso, conforme Brittos e Gastaldo (2006, p.123) é válido ponderar que a mídia atende a:

(...) um todo processo econômico, muito mais do que político, de onde a articulação desarticulada é evidente, tendo em vista não haver uma orquestração ou qualquer ausência de contradição, mas um macro interesse comum (a lucratividade), em nome do qual as partes podem abrir-se a uma variedade de angulações, já que as metas são de curto prazo.

Em meio a essas escolhas de conteúdo podem ocorrer a esteriotipação de indivíduos ou grupos que nascem para atender alguma demanda do poder. Para Chomsky (2005) a mídia é reflexo dos detentores do capital que se utilizam para modificar atitudes e comportamentos, substituindo valores e transformando as realidades concretas presentes nos contextos sociais, assim como também atua na definição de grupos e imaginários acerca de temáticas que envolvem a subjetividade humana.

Nessa lógica, Chomsky (2005) entende que a função da mídia enquanto meio de comunicação é dificultar a construção de conhecimentos próprios acerca do que é vivido e experimentado, já que os meios propiciam conhecimentos prontos sobre a realidade visando manter a sociedade doutrinada. É evidente que essas construções alteram os aspectos individuais e o convívio social. Por isso, Van Dijk (2008) afirma que o poder deve ser observado de uma posição social, mais não logicamente pessoal, não exatamente o professor, o jornalista, o escritor, o pesquisador, porém todos no sentido de posição em que se encontram perante a organização social de determinada sociedade em questão.

Nesse viés, os discursos midiáticos permeados pelas representações sociais podem aparecer com o fundo implícito da distinção. E conforme Lippmann (2008) os conhecimentos que os indivíduos possuem parte do que se lê, do

que se ouve falar. Por esse motivo, há um espaço bastante benéfico para a consolidação do que a mídia propaga. Se tiver a presença de estereótipos em meios aos discursos já há a forma pré-concebida do estranho para os indivíduos. De acordo com Vasco (2017, p.01):

os estereótipos são difundidos desde cedo, não apenas pelos meios de comunicação, mas também pelas instituições culturais. As histórias presentes em contos de fadas, livros escolares, novelas, peças de teatro ou mesmo frases e imagens plantam uma “preconcepção” nas mentes dos indivíduos.

Assim, os estereótipos são as classificações de objetos e pessoas que atuam em um espaço de tempo e lugar, determinando algo como familiar ou estranho. De um modo geral sua função é atuar na ênfase das diferenças.

Por assim dizer, a existência de estereótipos age para manter o controle social. Conforme Lippmann (2008), as construções sociais estão disponíveis a sociedade e dentro delas possui as in(formações) que trazem a definição da possível realidade. As pessoas tendem então a considerar o “senso comum” a partir dessa ótica, no sentido que o aceitado será bem recebido e os sujeitos repreendidos serão expelidos. E assim, vai funcionando o ciclo das produções midiáticas que estão permeadas de preferências e de possíveis ameaças que atraem ao público e rendem ao mercado.

E nessa perspectiva, os meios de comunicação buscam persuadir o público com os discursos publicitários em busca dos interesses privados. Contudo, Brittos e Gastaldo (2006) ressaltam que é preciso ter cautelas em torno das acusações aos que produzem os conteúdos de modo a taxá-los como manipuladores de mentes, ou mesmo o consumidor que é fantoche por consumir qualquer coisa sem senso crítico, pois toda essa conjuntura faz parte de um contexto externo muito maior, que engloba a todos, e não pode ser modificado por ser uma cultura já instalada.

Assim, como amplamente percebido, o poder está entrelaçado à mídia e vai além dela, pois, assume a posição de instituição geradora de sentidos e dinamizadora de relações sociais, ocupando espaços e funções na política, na educação, na justiça e entre outros espaços. Como lembra Mata (2008), os meios de comunicação instituem interações sociais quando não é possível se ter por meio de contato físico, possibilitando a afirmação de uma cultura midiaticizada marcada por meios digitais inovadores.



É válido destacar que a mídia ainda em sua formação inicial, sem o uso da tecnologia, já se fazia bastante eficaz na formação de opiniões no seio social. Porém, a mídia digital alcançou lugares inimagináveis aos olhos da imprensa. E seu termo digital surgiu para alcançar a pluralidade e a ideia de todos. No sentido de reunir todos os meios dentro de um único espaço, em que o som, e a imagem pudessem aparecer juntos a qualquer momento.

Em vista disso, o jornal *on-line* Folha de Boa Vista é construtor de representações sociais e como tal, possui objetivos a serem alcançados através dos seus discursos jornalísticos. Por isso, é importante compreender um pouco sobre a trajetória histórica para perceber o respectivo ambiente de criação e valoração embutidos nesses meios de comunicação e o porquê de ser esse jornal o escolhido para essa análise.

## A FOLHA DE BOA VISTA

A Folha de Boa Vista é uma empresa situada no estado de Roraima que presta o serviço de informação sobre o contexto local à sociedade, com alcance mundial por meio da internet, de forma atual e periódica. A sua história, via modo impresso, coincide com um período marcante da história brasileira que é o final da ditadura militar e a luta pelas liberdades de consciência política. Esse fato se torna bastante importante para a história de sua criação e transformação, pois, justifica as suas mudanças editoriais (GUEDES, 2013).

O jornal nasceu em 21 de outubro de 1983. “Os idealizadores do jornal foram os jornalistas: Fernando Estrela, Cosete Spíndola, Sônia Tarcitano e Cícero Cruz Pessoa”, que o fundaram com o objetivo de ser “alheio a política”, sob o slogan “Um jornal necessário”, utilizado ainda nos dias atuais (SILVA; VIEIRA, 2010, p.145). Contudo, no início de sua circulação, o jornal precisava de apoio para sua sobrevivência, pois, a existência e o fim eram determinados por quem estava no poder no estado de Roraima. Assim, o então Governador do ex-Território formado em economia, Getúlio Cruz (1985-1987), aliou-se a causa e, em 1987, quando o jornal passou por inúmeras dificuldades financeiras adquiriu a empresa e inseriu seus interesses na linha editorial de origem (SOARES, 1998).

Conforme Soares (1998, p. 52), Fernando Estrella, um dos fundadores do jornal, afirmou que:

A linha editorial era uma linha muito diferente da que é hoje a Folha. Tinha mais compromisso com o leitor, era mais informativo e menos político. Claro que abordávamos a política, mas com isenção. Se tivesse que cutucar, a gente cutucava. O jornal era voltado mais para os problemas da comunidade. Os jornais hoje deixam a comunidade de lado e exploram o lado político.

De outro lado, na visão de Getúlio Cruz não houve mudanças quanto à linha de pensamento, apenas houve a mudança de gestão. Mas, considerando o aparato geral, o jornal sempre manteve laços com a política local. O próprio Getúlio Cruz fazia parte da política: “em 26 de junho de 1985, Getúlio assumiu o governo com mandato até 14 de outubro de 1987. Voltou a se candidatar para o cargo público de prefeito em 1990, quando perdeu para o Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto”. (GUEDES, 2013, p. 42 e 43).

A existência do jornal passou por mudanças. A princípio, a Folha era composta de um único caderno que possuíam informações de todos os gêneros e a sua fabricação era realizada fora do estado de divulgação, em Manaus/AM (SILVA; VIEIRA, 2010). Posteriormente, com a aquisição da empresa por Getúlio Cruz o jornal ganhou colunas específicas, páginas de entretenimento e social e um grande público entre os municípios. E assim, aos poucos o jornal foi ganhando novos formatos chegando a sua versão colorida (GUEDES, 2013).

A empresa também cresceu e passou a se chamar Grupo Folha de Comunicação com o jornal impresso Folha de Boa Vista, Rádio Folha na frequência AM 1020, papelaria Papel Jornal e o parque gráfico. As notícias também circulam na rede mundial de internet através da FolhaWeb. (GUEDES, 2013, p.43).

A versão *on-line* da Folha foi à ampliação primordial para o pleno alcance da sociedade. A página inicial da versão é colorida e bastante atrativa, possui destaque de informações da atualidade, Folhabvplay (vídeo informativo), link da rádio AM 1020, anúncios variados (faculdades, medicina, lazer, viagens), as últimas notícias, a versão impressa para adesão, ranque das notícias mais comentas, as mais lidas, as mais curtidas. Em cima possui editoriais e suas subdivisões que estão expostos um ao lado do outro com a sequência: colunas (Parabólica, Jessé Souza, Social, Okiá, Minha Rua Fala, Essencial,

Opinião, Espaço Leitor, Mundo Pet, Folha Gospel, Roraima ao Extremo, Folha Cursos e Concursos, Decore+BV, Letras Saborosas, Roraimarocknroll, Visão de Negócios, Canoa Pop, Cabine de Projeção); blogs (Jessé Souza, Crônicas de Fronteira, Victor Matheus, Letras Saborosas, Shirley Rodrigues); cidades (Capital e Interior); esportes (Local e Nacional); polícia (Ocorrências e Trânsito); política (Jessé Souza Brasil, Eleições 2018, Roraima); variedades (Cultura, Entretenimento); saúde. O jornal conta também com a Rádio Folha (Folha BV Play, Notícias, Programação, a Folha Digital, e o fale conosco que evidencia o Expediente, Denúncias, Reportar Erros No Site, Fale Conosco, Assinaturas).

Por esse contexto de criação e transformação ao longo dos anos que o jornal se faz necessário nessa análise. Como mencionam Silva e Vieira (2010) a Folha de Boa Vista sempre manteve estreitas relações com a política, nesse caso, associando seus interesses com os dos grupos dominantes da política local. O jornal era um importante meio de dominação social e, porque não dizer que ainda possui esse status, tendo em vista que possui grande alcance de circulação sobre a sociedade Roraimense.

A pauta migratória venezuelana para Roraima está em constante construção no jornal. Os venezuelanos estão sendo alvos de (in)formação diariamente. E como toda fonte jornalística possui um objetivo na divulgação das reportagens.

## MIGRAÇÃO DOS VENEZUELANOS PARA RORAIMA

A possibilidade de buscar emprego e o sustento no Brasil é atraente aos migrantes. Contudo, o estado de Roraima economicamente difere muito da Venezuela, pois “sobrevive predominantemente de recursos federais e de um setor primário incipiente”. Enquanto que a Venezuela, que ocupa atualmente o lugar de expulsão, ocasionado pelos fatores econômicos, sociais e políticos, possui o que seria os fatores atrativos como os comércios e indústrias de bases (RODRIGUES, 2006, p.199).

Dessa maneira, o que atrai os venezuelanos para Roraima já que as condições econômicas não são tão diversificadas quanto no país de origem? A resposta a essa pergunta se liga a alguns fatos pertinentes, como a necessidade

básica dos indivíduos. Com a crise que está ocorrendo na Venezuela a busca pela sobrevivência é um dos fatores de primeira instância para aqueles que fogem do lugar de origem, pois as condições altamente precárias não permitem a permanência dos nacionais.

O destino dos migrantes para Roraima é viável pelas facilidades encontradas que incluem a curta distância, os meios de transporte terrestre para atravessar a fronteira, a livre locomoção para entrar e sair do país a qualquer momento. Por isso, os migrantes venezuelanos que atravessam a fronteira e chegam ao Brasil no estado de Roraima, se instalam na fronteira, em cidades próximas e na capital de Boa Vista – RR, assim como também percorrem caminhos mais longos por vários estados do Brasil (RODRIGUES, 2006).

Diante desse contexto, apesar de serem compulsoriamente forçados a deixar seu país de origem, muitos migrantes buscam novas perspectivas no lugar de destino. Como afirma Lee (1980, p. 111):

As migrações são seletivas em razão das pessoas responderem de forma diferente à série de fatores positivos e negativos prevalentes nos locais de origem e de destino, terem capacidades diferentes para superar as séries de obstáculos e diferenciam-se entre si em termos dos fatores pessoais.

No caso dos venezuelanos pode-se afirmar que os mesmos migram para Roraima em busca de melhores condições de vidas. Alguns solicitam proteção como refugiados, outros procuram por trabalhos temporários e outros buscam desesperadamente por atendimentos médicos.

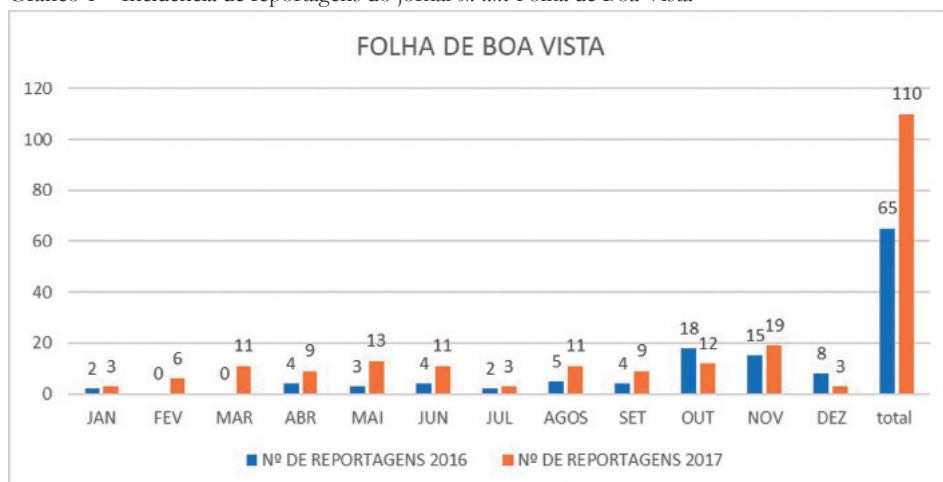
Por isso, esse fluxo precisa de maior atenção, tendo em vista as condições de deslocamento e pela necessidade que passam no país de origem os forçam a sair do país de forma precária, sem qualquer estrutura regular ou apoio governamental.

Por isso, os migrantes venezuelanos devem ser entendidos num processo de recomeço de uma nova história de vida, levando-se em consideração o “crescimento da migração familiar e a ampliação do número de deslocamentos individuais em busca de oportunidade econômica e melhor condição de vida”. (AZEVEDO, 2016, p.08). Uma vez que, segundo os jornais locais e nacionais, em suas reportagens, a crise venezuelana também é do Brasil porque está afetando diretamente os brasileiros, sobretudo os que moram em Roraima, na cidade de Boa Vista – RR, pois está sendo o destino principal dos que fogem da violência e da falta dos recursos básicos.

## A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA MIGRAÇÃO E DOS MIGRANTES VENEZUELANOS PARA RORAIMA NO JORNAL ONLINE FOLHA DE BOA VISTA.

Para alcançar o objetivo dessa pesquisa foi necessário inicialmente coletar e organizar as reportagens jornalísticas de modo que a visualização facilitasse a análise sobre a temática em questão. Em vista disso, o quantitativo de reportagens foi o primeiro passo para a compreensão, como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Incidência de reportagens do jornal *on-line* Folha de Boa Vista



Fonte: Folha de Boa Vista.

Esse contato evidenciou que o jornal *on-line* Folha de Boa Vista apresentou em 2016 uma suave expressividade de cobertura sobre os assuntos relacionados à migração. Nos meses fevereiro e março não teve destaque, e nos meses seguintes manteve a mesma média. No entanto, a expressividade inicia no mês de outubro e se estende a novembro e dezembro quando há elevada quantidade de reportagem. A média de reportagens por mês fica em torno de 5,4. Em 2017, ocorre um significativo crescimento na cobertura sobre a temática em relação ao ano anterior. De certo que, o início janeiro e

fevereiro manteve a suavidade e a partir de março e junho fica entre 9 e 13 reportagens. Em julho cai para 3 e nos meses seguintes volta à média. Os meses de destaque são novembro e dezembro. A média de reportagens por ano fica em torno de 9,1.

Analisando a totalidade da produção midiática por ano, 2016 apresenta 65 reportagens e em 2017 apresenta 110, quase o dobro do ano anterior. Esse panorama quantitativo serviu para ter uma visão ampliada da produção. A entrada em território brasileiro e o aumento da chegada dos venezuelanos em Roraima foi o que motivou a publicação nos veículos de comunicação e os números mostram que houve uma maior atenção, com relação às reportagens, para o ano de 2017. Segundo Alves e Jarochinski (2017), o número de ingressos de migrantes em 2016 resultou num saldo de 9.683. Em 2017, até 26/09/2017, o saldo alavancou para 21.983, um acréscimo de mais de 100% em relação ao ano anterior, em um período de nove meses.

Depois dessa verificação quantitativa, foi possível realizar a análise qualitativa das reportagens. A partir da leitura das 175 reportagens foi possível extrair não só entendimentos sobre o processo migratório venezuelano para Roraima, mas uma riqueza de temáticas envolvidas desse fluxo. No sentido de, quando se fala sobre o processo migratório há uma riqueza de detalhes exposta no decorrer da representação social que pode estar de maneira explícita como também implícita.

Assim, construímos a partir das leituras, 7 (sete) categorias principais que foram sistematizadas em forma de gráficos. O que proporciona, por sua vez, a percepção da frequência das verbalizações apresentadas no Jornal e encaminha para uma análise consistente em dados que evidencia o caminho em que o Jornal percorreu para evidenciar a migração e os migrantes venezuelanos em Roraima.

O Jornal ao representar os migrantes contrói toda uma narrativa em volta dos sujeitos de modo que contemplem um contexto inicial.

A conjuntura sociopolítica venezuelana é a primeira categoria representada pelo Jornal (figura 01). Este contexto surge com a intenção de mostrar a situação estrutural do Estado Venezuelano em seus aspectos políticos, econômicos e sociais para qualificar os impactos no cotidiano da população. Assim, as condições apresentadas nas reportagens referem-se aos transtornos instalados na Venezuela onde se tem a escassez de alimentos, de produtos de higiene e medicamentos, a interdição de comércios, racionamento de energia

elétrica, desabastecimento, alta inflação, relações diplomáticas balançadas causados pela política de Nicolás Maduro.

Figura 01



Fonte: Folha de Boa vista.

Em meio a esses relatos, o Jornal se utiliza de entrevistas de venezuelanos para reafirmar as circunstâncias de crise presente no país, com o intuito de evidenciar que as condições não são propícias a permanecer ou sobreviver, pois há fome, propagação de doenças, desemprego. Associado a isso, ainda há o aumento da violência, assaltos, saques nas próprias cidades, violações de direitos humanos e a vulnerabilidade social.

Na segunda categoria, o Jornal trata sobre os contextos fronteiriços (figura 02). Retratando os resultados da crise venezuelana na cidade de Pacaraima-RR. E levanta a premissa de que por ser lugar de livre circulação dá acesso a entrada “irregular” dos migrantes venezuelanos que se “aproveitam” dessa realidade.

Figura 02.



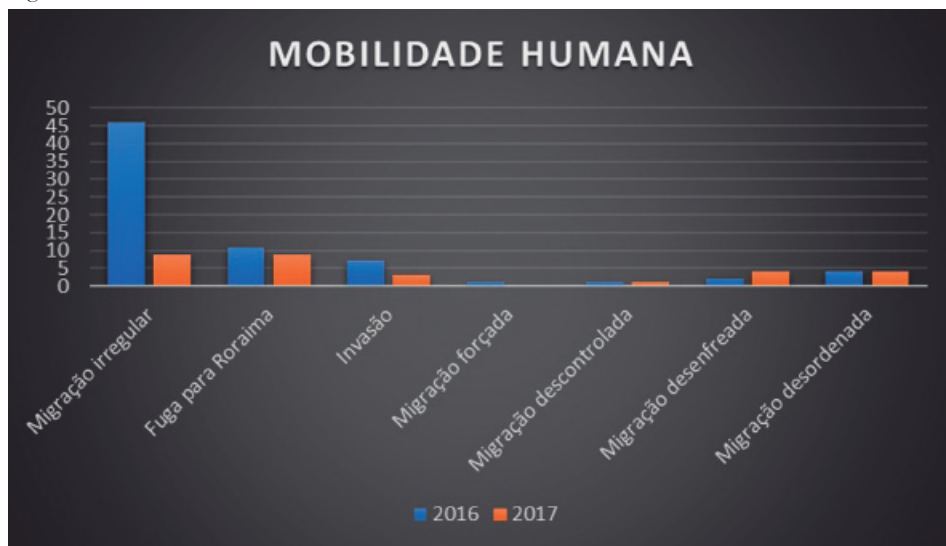
Fonte: Folha de Boa vista.

Nesses moldes, Pacaraima-RR é posta como uma questão de segurança, pois, há um “desastre” assolando o território brasileiro. Em virtude disso, o Jornal enfatiza a reforçar os “cuidados” na fronteira de modo que exista a “triagem” para evitar “os irregulares” e os ilícitos que tem ocorrido na cidade, como o comércio e contrabando de combustível, câmbio ilegal, descaminho de mercadoria, tráfico de drogas, assassinatos, furtos, roubos, arrombamentos, homicídios.

Na terceira categoria, o jornal Folha de Boa Vista concede visibilidade a mobilidade humana (figura 03). Observou-se que ao representar os números da migração as palavras escolhidas foram termos exagerados como “centenas”, “milhares” e “onda migratória”, “êxodo” “invasão”. Expressões que além de não corresponder com a realidade trazem a ideia de descontrole e, portanto, o pensamento de que a migração deve ser controlada.



Figura 03.



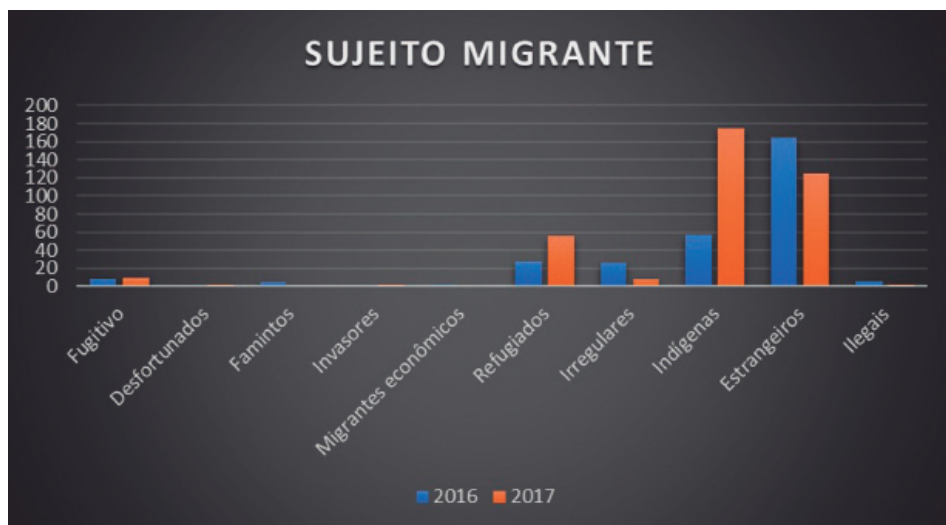
Fonte: Folha de Boa vista.

Essa intensidade é apontada e classificada como “crise humanitária” e um “problema social grave”, em que a ênfase está em torno da decretação do Estado de Emergência, já que os discursos políticos presentes trazem o entendimento que o estado está arcando sozinho com os prejuízos oriundos da grande massa venezuelana que usufruem dos serviços públicos em Roraima. A não ajuda do governo federal é retratada como descaso a esse movimento que chega ao estado brasileiro.

A migração assim, é colocada como: forçada, irregular, fuga, invasão, descontrolada, desenfreada e desordenada. Nas palavras do Jornal, é a “imigração do desespero” que tem “Roraima como rota para fugir da crise humanitária”. Migração essa causadora de problemas sociais em Roraima que além de ser “questão de segurança pública” está causando prejuízos a sociedade.

Na quarta categoria, surge a figura do sujeito migrante (figura 04). As definições para os venezuelanos são inúmeras. Primeiro há uma separação entre migrantes indígenas e não indígenas. Isto se deve as diferenças culturais que determinam a forma de tratamento apresentadas pelo Jornal e as temáticas que envolve o Estado.

Figura 04



Fonte: Folha de Boa vista.

Os migrantes são considerados invasores, migrantes econômicos, estrangeiros, ilegais, irregulares (indocumentados), em algumas situações refugiados, famintos, desafortunados, fugitivos. Sempre palavras negativas que de certo modo os coloca como estranho e os repelem. Em grande parte das reportagens os migrantes são associados com o aumento da criminalidade e ligados a práticas de furto de produtos de higiene pessoal, alimentos e bebidas. Assim como, também, a prática de crimes como tráfico de drogas, contrabando, descaminho e exploração sexual. É importante chamar atenção aos verbos descritos, pois estão sempre no gerúndio “furtando e roubando”, ação constante e em movimento.

Com relação a categoria contexto roraimense, os migrantes venezuelanos são apontados como causadores de problemas sociais no estado de Roraima (figura 05). Isto porque, ao relatar a trajetória percorrida pelos migrantes, o Jornal contempla como foco central a vulnerabilidade e as condições extremas enfrentadas pelos mesmos até chegar ao destino, Roraima.

A chegada dos migrantes na capital de Roraima, Boa Vista, transforma o ambiente em “uma pequena favela”. As condições de moradia aparecem para retratar o modo em que os migrantes se encontram, pois eles “ocupam” “ruas,

calçadas e praças” lugares públicos “sujos”, “sem alimentação e esperando a caridade dos brasileiros”. São colocados como responsáveis pela depredação desses ambientes. As moradias ficam por conta de “barracos improvisados” em que os migrantes ficam em lugares como a “Feira do Passarão” localizada em Boa Vista-RR.

Figura 05



Fonte: Folha de Boa vista.

Essa conjuntura de ocupação, vista como desordenada, contribui para o aumento da violência física, doenças endêmicas, aumento da criminalidade, depredação de lugares públicos, prostituição, atos de manifestação contra o governo venezuelano. No setor da saúde, o Jornal faz um alerta à sociedade e chama atenção para o elevado aumento de atendimentos nos hospitais e na maternidade onde a situação é vista como caso de emergência, tendo em vista a presença de doenças endêmicas e o maior número de atendimento ser de venezuelanos e não de brasileiros. Além disso, o estado não recebe nenhum acréscimo de recursos da União em contrapartida. As expressões são “dobrou” estão “sobrecarregados”, “doenças endêmicas importadas”. Outro problema retratado são os que adentram os hospitais para atendimento e são abandonados, tendo que permanecer na unidade hospitalar.

Na educação as reportagens retratam o aumento de alunos matriculados na rede de ensino e as dificuldades do migrante na adaptação ao contexto escolar e aquisição da nova língua. Com relação ao trabalho, os venezuelanos são vistos como “pedintes”, “ambulantes”, que possuem dificuldades com o idioma. Muitos “buscam meios para sobreviver, perambulando pelas ruas vendendo objetos, lavando para-brisas de carros, pedindo comida nas casas, para a subsistência de seus familiares”. Muitas famílias buscam “restos de alimentos nos lixões”. Em alguns casos o Jornal compara a vida dos migrantes antes e após a migração em Roraima. Em que os venezuelanos “de bem” possuíam bons empregos e que nas condições atuais se contentam em ocupar as ruas em Roraima.

Os venezuelanos na maioria das vezes passam por dificuldades para conseguir emprego, apesar de alguns possuírem “qualificação”, muitos esbarram na questão dos documentos. Os que “conseguem ficam nos serviços gerais, realizando atividade artística e/ou remunerada, inclusive pedindo esmolas ou vendendo produtos nas ruas e semáforos da capital. Os que possuem formação superior são indicados para vagas em escritórios de contabilidade e de advocacia”. Nessa temática aparecem órgãos públicos que auxiliam aos migrantes a encontrar empregos e na regularização, como a expedição de carteira de trabalho. Em alguns momentos tratam sobre a exploração trabalhistas e a capacitação que os venezuelanos fazem para adentrar o mercado de trabalho.

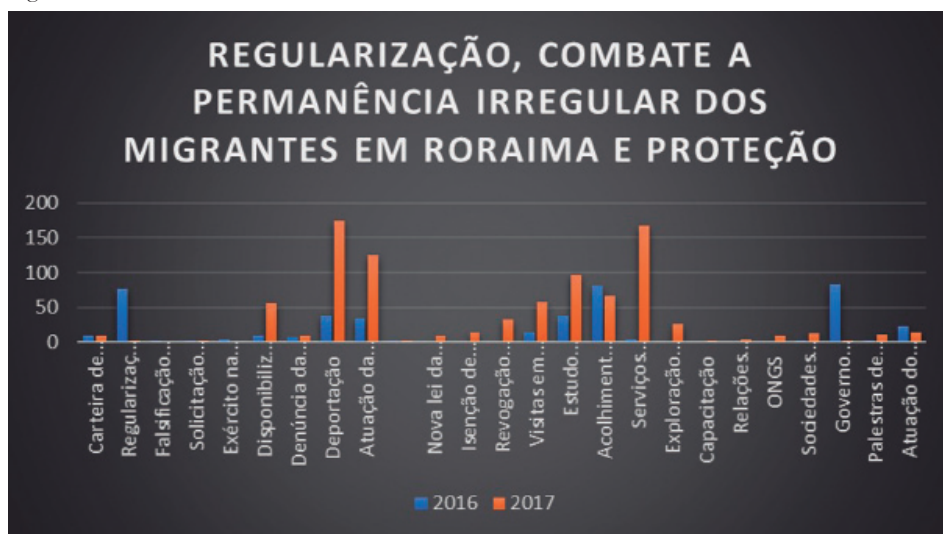
No comércio a situação é diferente, pois houve aumento da demanda e um superávit. Os produtos mais vendidos são os básicos, comida, produtos de higiene pessoal, pneus. No entanto, há ressalvas mostrada pelo Jornal, que afirma que a “clientela venezuelana no mercado local tem gerado preocupação e a conseqüente crítica de brasileiros que moram em Roraima com receio de desabastecimento e a alta de preços nos produtos”. A situação é colocada como inversão de comércio entre Brasil e Venezuela, pois antes o país venezuelano era procurado por muitos brasileiros para a compra de produtos diversos que eram relativamente em conta. No entanto, inverteu-se e os venezuelanos é que adentram o mercado brasileiro em busca de produtos básicos para a sobrevivência. Nesse sentido a ideia repassada é que houve um aumento da demanda no Brasil associado à escassez dos venezuelanos. Nas relações com o Brasil, o governo da Venezuela tenta maior aproximação e permite a importação de produtos brasileiros sem burocracia ou qualquer

tipo de restrição pelos órgãos que atuam na verificação de cargas e impostos.

Outra categoria importante nessa análise da representação social é a que trata sobre a regularização, combate a permanência irregular dos migrantes em Roraima e proteção, pois é a que trata sobre a trajetória documental dos migrantes e os rótulos que lhes são atribuídos. A Folha de Boa Vista coloca a regularização como importante para a permanência em Roraima. No entanto, a situação dos migrantes em se regularizar é tida como problemática, pois, os que entram no estado, em sua grande maioria, não possuem a documentação necessária para permanecer no país de destino.

Por isso, o combate ao migrante irregular é constantemente noticiado. Nessas reportagens aparecem a disponibilização de contatos para denúncias e em outras a formalização por parte da população, além de alertas aos leitores que pretendem contratar migrantes sem carteira de trabalho ou irregular. Em consequência disso, a deportação é uma das temáticas mais abordadas no jornal. As reportagens sempre evidenciam a “retirada” e “remoção” dos migrantes das ruas de Boa Vista por parte da Polícia Federal e a Guarda Civil Municipal. O quantitativo de migrantes é sempre citado para evidenciar a ação e o grande número de deportação que acontece pela falta de documentação regular, ou de estada ou com prazo de estadia vencido ou ainda exercendo atividade remuneradas incompatíveis com o visto de turista.

Figura 06



Fonte: Folha de Boa vista.

Por outro lado, o jornal cita as leis que autorizam a deportação dos migrantes e em contraditório aparece ações da justiça brasileira para suspender as remoções e deportações com o objetivo de proteger os migrantes e abrigá-los. Nesse sentido, aparecem reportagem de ações da justiça brasileira em prol das crianças e adolescentes que se encontram em casos de vulnerabilidade social, tendo em vista que muitas se encontram pedindo dinheiro nos semáforos acompanhada de seus pais. A atuação da prefeitura é mostrada no sentido de “retirar a força”, “remover” as crianças das ruas e “orientar” os pais sobre a impossibilidade de permanência nesses lugares. No entanto, a orientação da justiça é no sentido de acolher esses migrantes. Mas como já mencionado, os abrigos possuem problemas que impossibilitam a inclusão dessas pessoas, como as questões estruturais de acomodação que acarretam na violação dos direitos humanos.

Diante disso, surgem organizações como o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) para agir em prol dos migrantes e menores. Ao lado, surgem ações de solidariedade por parte do governo, de organizações sociais civis, ONGS, que ajudam os migrantes com alimentos, roupas, materiais de higiene e com a conscientização em relação aos direitos e obrigações no Brasil com intuito de alertá-los para os perigos e situações que podem acontecer.

Com relação às políticas públicas de proteção ao migrante, o governo do estado de Roraima aparece em destaque na criação políticas que visam beneficiar os migrantes. Na lista aparece “O gabinete de emergência” responsável pela criação do Centro de Referência ao Imigrante (CRI) que serve de abrigo aos migrantes e se mantém funcionando e existindo com a ajuda da população, organizações não governamentais e outros grupos. Outro centro de ajuda criado foi o Centro de Acolhimento criado pela Organização Não Governamental Fraternidade Sem Fronteira que recebeu ajuda de muitos lugares no Brasil.

Houve a tentativa por parte do governo estadual de incluir os venezuelanos no Programa Mais Médicos. E a inclusão em outros, como o Programa Bolsa Família. A prefeitura de Boa Vista tentou criar o Aluguel solidário para ajudar os migrantes nas condições de moradia, mas não teve sucesso.

A categoria alteridade surgiu para contemplar os posicionamentos de representantes da população e da política nacional com relação à migração (Figura 7).

Figura 07



Fonte: Folha de Boa vista.

O jornal Folha de Boa Vista apresentou em suas reportagens o posicionamento da população em que os roraimenses apresentam “problemas” decorrentes do grande fluxo migratório. As verbalizações presentes giram em torno da insatisfação da população diante das condições dos migrantes que ocupam os espaços públicos, reclamações para alguma providência com relação aos fatos e alguns de cunho xenofóbicos.

Nessa mesma perspectiva, o jornal apresenta a fala dos políticos com relação à migração para Roraima. Os sentidos apontam para a rejeição do fluxo migratório. A então governadora de Roraima Suely Campos coloca que o grande número de venezuelanos ocasiona “instabilidade” para o Estado, pois gera aumento da violência e da prostituição, além da demanda de atendimento nas unidades de saúde, entre outros fatores.

Paulo César Quartiero, governador em exercício, em 21 de março de 2017, declarou que o estado não possuía recursos para receber e dar assistência aos migrantes venezuelanos, pois o Estado não consegue mais comportar a quantidade cada vez maior de venezuelanos que chegam a Roraima. “A saúde, os serviços sociais estão saturados. Isso aumentou os problemas, e a insegurança. A Venezuela precisa resolver seus problemas internos. Os migrantes são vítimas da situação econômica crítica no seu país. Mas se nós não nos posicionarmos, daqui a pouco poderemos estar na mesma situação”.

Telmário Mota, senador de Roraima, expõe que a situação dos migrantes é precária, pois não possuem empregos e acabam conseguindo subempregos, além de se abrigarem em prédios abandonados sem condições necessárias a uma vida digna. “A falta de ocupação faz com que aumente a criminalidade e a prostituição medidas de assistência aos migrantes à ajuda do Governo Federal é urgente, já que o Estado não tem dinheiro nem para lidar com as próprias despesas”.

## O ESFORÇO DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DO “BÁRBARO” E NA NEGAÇÃO DA CAPACIDADE DE AGÊNCIA DO MIGRANTE

As categorias criadas serviram como familiarização das construções midiáticas da migração e dos migrantes venezuelanos em Roraima no jornal *on-line* Folha de Boa Vista. Esse procedimento permitiu observar algumas



recorrências sobre determinados tipos de tratamento midiático sobre o fenômeno migratório venezuelano. Com relação à migração Venezuelana pode depreender que o jornal traz a conjuntura sociopolítica para explicar o fenômeno migratório para Roraima. Tendo em vista, que a representação social sugere que os deslocamentos estão diretamente relacionados com o contexto social, econômico e político.

Os resultados da análise demonstram o quanto a mídia pode trabalhar com a construção de uma identidade migratória negativa ou como diz Marinucci (2016, p.8), visando “neutralizar a subjetividade dos migrantes, produzindo passividade e docilidade” em que o “migrante é tido como mero objeto, imunizado de qualquer direito de agir, de planejar autonomamente, de reivindicar direitos, de sonhar com uma realidade diferente”.

Destacamos, aqui, expressões que reforçam essa ideia ao enfatizarem termos que expressam ideia de caos e precariedade como forma de justificar a migração de venezuelanos, tais como: a crise, os transtornos, escassez de alimentos e produtos de higiene, crise econômica, crise humanitária, interdição do comércio de combustível, racionamento de energia elétrica, desabastecimento, manifestações, fome, propagação de doença, a alta da inflação, a queda do petróleo, aumento da mortalidade infantil e fragilidade da vigilância epidemiológica. Nesse sentido, a ideia propagada é que a migração é resultado da pobreza e de uma vida particularmente difícil em que os migrantes lutam em condições profundamente adversas (entre desemprego, greves, protestos, baixo ou ausência de salário, falta de alimentos e produtos básicos, falta de saúde e educação) por um futuro que não está sob controle.

Curiosamente, a pobreza e precariedade do caos instalado em solo venezuelano não se restringe ao território, mas essa representação trata essas condições já em Roraima onde os espaços de vivências ao alcance dos migrantes são os mais desqualificados possíveis, com habitações precárias em meio às ruas e aos abrigos disponibilizados pelos governos. Essa retração marca a imagem e o destino desses migrantes, no caso dos migrantes venezuelanos, a problemática inicia-se na fronteira, na cidade de Pacaraima-RR, onde o Jornal apresenta os impactos que ocorreram com a entrada desses novos sujeitos sociais no contexto roraimense.

A marca da “criminalização” nesse sentido fica bem evidente, no sentido de que são taxados como ilegais, irregulares, famintos, invasores, refugiados, deportados. São sempre semânticas nessa ordem que incluem a intolerância, a

violência, o desemprego, pobreza, vulnerabilidade social, prostituição, tráfico de drogas. Nessa ordem, os venezuelanos aparecem como sujeitos passivos ou experimentadores de ações de outros e sempre protagonizando dramas cotidianos envolvendo exclusão social e a cidadania.

Mais uma vez Marucci (2016, p.8) reforça menosprezo pelo migrante que resulta na negação de sua dignidade como pessoa

**O migrante quer ser protagonista** – na etimologia grega “primeiro ator” (lutador) – de sua história, **rejeitando a condição de mera comparsa** – vítima colateral ou *homo sacer* – no palco da globalização neoliberal. Nessa perspectiva, **a negação ou o menosprezo da dimensão subjetiva das migrações**, que se desdobra, não raramente, em respostas políticas e pastorais meramente paternalísticas, **denota uma efetiva negação da dignidade das pessoas em fuga**, mesmo entre aqueles que se autocompreendem como seus defensores.

A presença dos migrantes surge como um incômodo, algo novo, do estranho, do diferente. Nas palavras de Oliveira (2005, p.04), “Os migrantes se tornam, nesse contexto, uma espécie de “provocação” que incomoda a “ordem pré-estabelecida” e se transformam em parceiros da luta por um mundo solidário, onde haja espaço para todos viverem com dignidade”.

No entanto, como se observou na definição das categorias, essa representação social de associação de migrantes ou estrangeiros a conflitos não é nova, pelo contrário a história da migração surge com resquícios dessa culpabilização em que os estrangeiros são responsáveis por tragédias e atos violentos. Segundo Malheiros (2007, p.21):

(...) responsabilizar o “outro” por crises ou situações de conflito, não só traduz o receio face a uma pretensa ameaça “exterior” que coloca em causa a ordem social e cultural que conhecemos, como liberta o grupo autóctone de eventuais responsabilidades na emergência e no desenvolvimento de processos negativos.

Nessa perspectiva, essa responsabilização sobre os migrantes os deixam a margem do processo identitário. Conforme Joffe (2002, p.315):

(...) as mudanças no ambiente social produzem insegurança, que por sua vez exacerba conflitos de identidade não resolvidos. Quando as pessoas ligam práticas aberrantes a um “outro”, já não lhes é mais necessário se deparar com os conflitos que também lhes pertencem.

Nesse seguimento, os grupos e os indivíduos são constantemente classificados em categorias, e essas projeções são culturalmente desenvolvidas por sujeitos alheios aos “grupos indefesos” que são repassadas cotidianamente a sociedade, aproveitando-se da mídia, meio principal, como recurso expansivo (JOFFE, 2002).

A projeção de ações socialmente inaceitáveis sobre outros está relacionada a sistemas de defesa primários, cujos traços permanecem ao longo de toda a vida (...). Desse modo, a interação contínua entre meios de comunicação e o imaginário popular é central para o processo de formação de fantasia (JOFFE, 2002, p.315).

Nesse sentido é fácil transformar os migrantes venezuelanos nos verdadeiros responsáveis pela violência, aumento da criminalidade e precariedade de Roraima mesmo quando emergem como principais vítimas. Essa faceta extrema da xenofobia serve para separar os desejados dos indesejados, tendo em vista que a projeção sobre o estrangeiro causa a exclusão social e pode atingir níveis trágicos de profunda ofensa a dignidade humana.

Esse símbolo de desejo propagado pela mídia atua na criação de estereótipos e contribui para a violência simbólica ou física. Silva e Santos (2009, p.04) explicam que:

Nesse cenário globalizado de amplas modificações sociais, com influência crescente da mídia na transmissão de mensagens de forma homogênea, torna-se afanoso vislumbrar a formação de uma sociedade onde os indivíduos sejam agentes autônomos, dotados de consciência política, responsáveis e aptos a juízos de valor. Vemos como resposta a esse panorama uma opinião pública redondamente naturalizada, formada e conformada pela mídia. Por exemplo, a atenção dada à aparência e à imagem corporal. As mensagens da mídia reforçam, valorizam e impõem um estereótipo de beleza inalcançável, discriminando de maneira sutil aquele que não se enquadra no padrão estético magro.

A violência pode ser expressa de várias formas, tal qual física, psicológica e simbólica. No tocante a temática, a ênfase para com a relação midiática é a violência simbólica construída pela mídia que se mostra através da criação de estereótipos, estigmas, racismo, diferenças do que é bom ou ruim. Atuando sempre no campo psicológico dos agressores que rejeitam determinadas pessoas, e das vítimas que estão expostas a humilhação psicológica “através de palavras e atitudes preensivas, que necessariamente não acarretam em agressão física

direta, ou seja, o contato físico do agressor para com a agredida” (LIRA; VELOSO, 2008, p.03).

Para Michaud (1989, p.11):

há a violência numa situação de interação, onde vários atores agem de uma maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.

Portanto, é nesse aspecto que o jornal analisado se encontra, como um lugar de construção simbólica e cultural de interação entre leitores e as vítimas das representações sociais expostas, como explica Bourdieu (1989, p.7 e 8):

Violência simbólica, violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma prioridade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária e não predicativa que é a cor da pele.

Assim, o cotidiano das pessoas, suas opiniões e discussões estão em torno do que a mídia veicula. Nesse sentido só há espaço para discussão no âmbito pessoal e público para assuntos que são de relevância midiática e que estão em debate nos meios públicos, pois como afirma Barros Filho (1995, p. 69), “as pessoas agendam seus assuntos e suas conversas em função do que a mídia veicula”. Essa é uma das formas de atuação da mídia sobre as pessoas. “É um tipo de efeito social da mídia. É a hipótese segundo a qual a mídia, pela seleção, disposição e incidência de suas notícias, vem determinar os temas sobre os quais o público falará e discutirá”.

Em virtude disso, a realidade dos migrantes não pode ser compreendida através dos discursos jornalísticos, tampouco por suas representações, pois como se viu a marca da migração e a associação aos ilícitos é histórica.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O debate sobre a construção da imagem do migrante como bárbaro parte do pressuposto de que a ideia de universalidade humana não existe, já que todos são diferentes e são evidenciados como tal no processo de socialização. Desse modo, a desigualdade da sociedade moderna é resultado desse modo de pensar e da falsa ideia do multiculturalismo e da sua própria aceitação. E nesse jogo, surgem vítimas desse processo de dominação que são os pobres, os marginalizados, os indefesos. Nesse jogo de interação os que indicam os estereótipos e estigmas não são os mesmos que sofrem (BAUMAN, 2003).

Esse jogo desenhado por Bauman (2003) fica muito mais evidente nos comportamentos associados à internet e a mídia. Aqui, pode-se perceber um pouco dessa relação nas reporagens do jornal Folha de Boa Vista.

Nessa linha, a mídia é capaz de divulgar um grande número de ameaças por meio de representações negativas associados a indivíduos ou grupos que se alastra dentro de uma conjuntura social capaz de nortear os estilos de vida da sociedade e gerar uma espécie de exclusão imediata da classe marginalizada. Que atuam como mecanismo reativo para determinadas sociedades com o intuito de justificar e resolver as incertezas e vulnerabilidades financeiras do espaço geográfico que são estruturais.

Esse jogo ideológico associação ao multiculturalismo, às leis de mercado, a globalização, o confinamento territorial e urbano combinado com a crescente exposição da privacidade no mundo virtual permite extremamente pensar que as pessoas, a sociedade, a comunidade, as culturas precisam de segurança, pois, o medo com relação à instabilidade e a diferenças desses fatores gera a ideia de insegurança. Por isso, há uma constante regulamentação de comportamentos e identidades que configuram o “eu” e o “outro”. (BAUMAN, 2003).

Nesse sentido, as pessoas, e muito mais o migrante ou desconhecido, tornaram-se um inimigo. E esse grupo marginalizado está ganhando cotidianamente novos participantes involuntários, que fazem parte de contextos que os veem como problema ou ameaçador da segurança pública por motivos internos e imaginários. A pobreza, a insegurança e a marginalização, o “medo de imigrantes, medo da criminalidade, medo de uma depravação sexual ímpia, medo do próprio excesso de Estado e da sua carga tributária elevada, medo da catástrofe ecológica, medo do assédio”. (ŽIŽEK, 2014, p.46).

Dessa maneira, o elemento medo é o fio condutor para a fundamentação de subjetividades humanas em um mundo construído e administrado para seguir princípios legais e puros. Tendo em vista que, o mesmo é capaz de “introduzir paixão e mobilizar ativamente as pessoas” para atingir os objetivos do Estado e particulares (ŽIŽEK, 2014, p. 45).

Nesse seguimento, Žižek (2014) afirma que o mundo baseado no multiculturalismo não significa a boa convivência ou tampouco a tolerância, é um equívoco pensar isso, pois, as diferenças e o medo geram modos sutis de coerção que sustenta as relações de poder. Nessa ordem, Estefânia (2011) explica que o medo surge na sociedade contemporânea como arma de dominação política e social. No entanto, não é o medo natural (o da morte, das catástrofes naturais, de enfermidades), mas é o medo do “outro”, que vem para disputar os poucos empregos, os benefícios que o Estado concede aos cidadãos, chamado pelo o autor de economia do bem-estar.

Assim, a insegurança econômica contribui para essa perspectiva do medo. No sentido de que as pessoas baseiam suas vidas conforme o mercado econômico e sua posição dentro dele. O seu bem-estar depende de sua boa posição. A entrada de novos integrantes em determinada economia gera tensão nos indivíduos, pois há um perigo vigente que poderá afetar também o espaço político, em que os representantes políticos, aqueles que foram escolhidos pelos cidadãos, se deslocaram para resolver problemas que não são dos nacionais ou que lhes são alheios (ESTEFÂNIA, 2011).

Nessa perspectiva, a ideologia do medo tende a influenciar os comportamentos dos indivíduos que buscam cada vez mais blindar-se nos contextos sociais de situações que por vezes são invisíveis mas que causam medo e produz desconfiança, insegurança e conflitos com os “outros” que são culpabilizados por tudo o que ocorre e tudo que ainda poderá acontecer de negativo em determinadas situações. Proteção é a ideia de um caminho quase perfeito para a estabilização do bem-estar social.

Esse medo está se expandido como a velocidade da luz, pois a propagação de ideias está sendo lançada cotidianamente pela mídia, seja através de notícias ou propagandas viabilizadas pelo o elemento internet. A concentração de ideologias nesse meio é central para compreensão do comportamento social sobre determinados assunto, pois, segundo Estefânia (2011) onde envolve dinheiro, benefícios e dificuldades a tendência à existência de conflitos é maior.

Assim, a necessidade de segurança, conforme Bauman (2003), é viciante, no sentido de que as medidas tomadas nunca serão totalmente capazes de afastar as ameaças existentes. A sociedade está vivendo uma constante insegurança vista por Estefânia (2011) como uma mutação histórica e uma globalização negativa que envolve o indivíduo em um sentido de impotência, culpabilização, insegurança da projeção do agora e do futuro, pois tudo pode acontecer a qualquer momento e afetar as condições sociais. E por isso, o medo cresce e fortalece as distinções físicas e culturais entre o “eu e outro”, assim como também os meios para combater o medo.

A visão do “outro” como “bárbaro” é consequência desse medo excessivo da sociedade para proteger-se de ameaças reais ou imaginárias que em parte são construídas pela mídia. Como o caso da migração venezuelana em que as (in)formações colaboram para tornar o migrante um bárbaro, e por vezes um inimigo invisível criado para combater o medo de perder os benefícios do Estado.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Laís Azeredo; JAROSCHINSKI SILVA, João Carlos. Categorização, exclusão e criminalização das migrações internacionais. **Revista interdisciplinar de direitos humanos**, v. 5, p. 111-126, 2017.

AZEVEDO, Eliane Marchetti Silva. Os imigrantes e as ressignificações identitárias ambivalência da brasilidade. *Revista Ponto e Vírgula*, PUC SP, n. 20, p.06-22, segundo semestre de 2016.

BAUMAN, Zygmund. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na Comunicação**. São Paulo: Summus, 1995.

BASTOS, Julia Pedroni Batista; OBREGÓN, Marcelo Fernando Quiroga. Venezuela em crise: o que mudou com Maduro? **Derecho y Cambio Social**. 2018.

BEZERRA, Francisco Humberto Alencar; SOUSA, Thiago Patrício de. **O atual contexto da Venezuela e a quebra dos acordos internacionais relativos aos direitos humanos no âmbito do Mercosul**. Faculdade Farias Brito (FFB). Fortaleza, CE.2017.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Memória e Sociedade. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, S.A, 1989.

CHOMSKY, Noam. **Para entender o poder: o melhor de Noam Chomsky**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ESTEFANÍA, Joaquim. La economía del miedo. Madrid: **Galaxia Gutemberg**. 2011.

GUEDES, Yasmin Iara Lima. **História do Jornalismo e da política na transição de Território para Estado de Roraima: A Folha de Boa Vista em 1988**. Trabalho de conclusão de Curso do Departamento de Comunicação Social ( habilitação em Jornalismo), UFRR. Boa Vista,2013.

JOFFE, Hélène. Degradação, desejo e o “outro”. Em A. Arruda (Org.), Representando a alteridade. Petrópolis: Vozes,1992.

LEE, E. S. Uma teoria sobre a migração. In Moura, H. A. (Coord.). **Migração interna: Textos Selecionados**. Fortaleza: BNN/ETENE, 1980, T.L. p. 89-114. (Estudos Econômicos e sociais; 4) (traduzido do original: A theory on migration),1980

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LIRA, Manuela; VELOSO, Ana. IN **XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** Universidade Católica de Pernambuco. A Violência Simbólica da Mídia contra a Mulher. Pernambuco, PE .2008.

MALHEIROS, Jorge Macaísta. **Espaços e expressões de conflitos e tensão entre autóctones, minoria migrantes e não migrantes na área metropolitana de Lisboa**. Observatório da Imigração, ed. Gráfica de Coimbra. Lisboa. 2007.

MARINUCCI, Roberto. Editorial: O protagonismo dos migrantes. **REMHU** - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, Ano XXIV, n. 47, p. 7-10, mai./ago. 2016. Disponível em <http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/issue/view/27>

MATA, Maria Cristina. De la cultura massiva a la cultura midiática. **Diálogos de la comunicación**. Lima: FELAFACS, s/d. p. 80-91, 2008.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

OLIVEIRA. Cruzando Fronteiras.A mobilidade humana na triplíce fronteira Peru-Colômbia-Brasil e seus reflexos na cidade de Manaus (AM). **Seminário para la elaboración del Programa Latinoamericano de Formación Política Ciudadana**. Bogotá -COL, 2005.



PARRY, Roger. **A Ascensão da Mídia: A História dos Meios de Comunicação de Gilgamesh ao Google**. Tradutor Cristina Serra. Ed. Elsevier. Rio de Janeiro-RJ, 2011.

JODELET, Denise. A alteridade como processo e produto psicossocial. In Arruda A, organizador. **Representando a alteridade**. Petrópolis: Vozes; 1998. p. 47-67.

RODRIGUES, France. Migração Transfronteiriça na Venezuela. **Estudos Avançados** (USP. Impresso), v. 20, p. 197-208, 2006.

SILVA, Paulo Sérgio Rodrigues; VIEIRA, Jaci Guilherme. Uma breve análise histórica do jornal folha de boa vista e suas influências políticas e ideológicas. **Revista Norte científico - ciências humanas e história**, v. 05, p. 143-159, 2010.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo, ed. Loyola. 2002.

SOARES, Jacy de Souza Cruz. **Jornais Impressos em Roraima: 1905-1997**. 1998, p. 51-52. Trabalho de Conclusão de Curso do Departamento de Comunicação Social – UFRR. Boa Vista, 1998.

VAN DIJK, Teun. **Discurso e poder**. Orgs: Hoffanagel, J. e Falcone, K. São Paulo: Contexto. 2008.

VASCO. Eduardo. **Mídia e poder: controle e influência nas visões de mundo. pravda.ru. Moscou**. RSS. 2017. Disponível em <[http://port.pravda.ru/mundo/26-02-2017/42763-midia\\_poder-0/](http://port.pravda.ru/mundo/26-02-2017/42763-midia_poder-0/)>. Acesso em 23 jun. 2016.

VERMELHO, Sônia Cristina. **Mídia, Tecnologias e Aprendizagem**. 2012. Pós-Graduação em Educação Módulo Básico, FAEL. Rio de Janeiro-RJ. 2012.

# REDES INTERSOCIETÁRIAS DE SAÚDE INDÍGENA NA CIDADE DE BOA VISTA/RR

Fanir Neves<sup>1</sup>  
Maxim Repetto<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

*Las reflexiones actuales sobre el trayecto salud-padecimiento-enfermedad-atención surgen de una herencia compleja y antigua en la que se anudan diversas tentativas para su comprensión [...] describe la insuficiencia del modelo unicausal y se señalan otras explicaciones sobre los factores que intervienen en la génesis de las enfermedades [...] Asimismo, se menciona la situación sociopolítica como condicionante de la enfermedad (ALTAMIRANO, 2007, p. 63).*

O presente texto<sup>3</sup> é fruto do interesse em conhecer as experiências de pessoas indígenas na urbanidade. Cujas influências das mudanças seculares ocorridas nesse ambiente, conformaram novas possibilidades de explicação e cura de doenças que se relacionam com a situação de urbanização. Para tanto, abordamos a histórias de vida das pessoas indígenas que se dispuseram a colaborar com nossa pesquisa, correlacionando-as com elementos da conjuntura histórica da cidade de Boa Vista/RR.

Nesse sentido analisamos situações de indígenas na cidade que procuraram em diferentes setores uma ajuda para enfrentar suas aflições, percorrendo diversos caminhos de atenção à saúde, no âmbito profissional, popular e familiar. Para isso, a etapa relativa à pesquisa de campo foi realizada junto de pessoas envolvidas na (ODIC) e a partir de trocas de experiências foram selecionados 10 (dez) pessoas portadoras de alguma doença crônica há mais de 02 (dois) anos, com base em fundamentos da Etnografia colaborativa, na

---

<sup>1</sup>Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Mestre em Sociedade e Fronteiras/PPGSOF/UFRR, graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Roraima. E-mail: fanirnevesayres@gmail.com.

<sup>2</sup>Doutor em Antropologia Social; Professor do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras e do Curso Licenciatura Intercultural na Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: maxim.repetto@yahoo.com.br.

<sup>3</sup>Texto derivado da Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima, em fevereiro de 2018, defendida por Fanir Neves, sob orientação de Maxim Repetto, intitulada: Pluralismo médico e alternativas para atenção à saúde entre Indígenas na Cidade de Boa Vista/RR: perspectiva histórica e de análise dos itinerários terapêuticos.

perspectiva de não apenas obter informações, mas de trocar experiências e contribuir com suas lutas, assim como reconhecendo-as como sujeitos de suas histórias. Esses membros são pessoas residentes nos Bairros Caraná, União e Cauamé da cidade de Boa Vista/RR.

É importante começar lembrando a ancestralidade de vários grupos étnicos indígenas no território que hoje é ocupado pela cidade de Boa Vista. A historiografia local tanto atesta que as ocupações indígenas remontam às épocas que antecederam a criação da cidade, quanto apresenta os contextos em que o processo de colonização regional promoveu diferentes levas de deslocamentos indígenas para o espaço em tela.

Em recente estudo sobre a presença indígena na cidade de São Paulo, Soave afirma:

São identificadas ao menos duas situações de inserção do índio nas cidades. Na primeira, as terras indígenas acabaram sendo inseridas na região metropolitana devido ao crescimento da cidade, caso das quatro aldeias guaranis localizadas na cidade de São Paulo. A segunda situação diz respeito à migração de membros de povos indígenas de outras regiões do país para os grandes centros urbanos, em busca de melhores condições de vida, como se verifica em São Paulo, Manaus, Boa Vista, Belém e Campo Grande (SOAVE, 2017, p. 60).

Desse processo de expansão territorial das cidades e da consequente inserção indígena em espaços citadinos interessa conhecer melhor os condicionantes para a configuração dos fenômenos de enfermidades que eles acarretam.

Tratando desse aspecto da questão, Trindade et al., (2015) afirmam que estes fenômenos são evidenciados a partir de situações de risco social. Estas se relacionam com as consequências da vida indígena na cidade, que têm a ver com fatores históricos: violência instituída pelas limitações de usos territoriais; vivências de discriminação étnica; invisibilização étnica na cidade em relação ao acesso às políticas públicas; mudanças no padrão alimentar; vida sedentária, dentre outros motivos. Esses fatores são associados às condições de inserção social periférica na cidade e à baixa renda das populações indígenas.

Ainda conforme esse autor é importante enfatizar que, nestes contextos, a vulnerabilidade social se relaciona aos aspectos sociais, econômicos, culturais, ambientais e de saúde, como por exemplo, a exposição às condições de saúde que comprometem as pessoas indígenas fazendo com que adoeçam devido à exposição aos agravos.

Neste estudo, baseado em Fidelis (2014) buscamos não apenas reconhecer as trajetórias individuais de buscas e explicações sobre a doença e cura de pessoas indígenas, mas também demonstrar que as condições socioculturais presentes no meio urbano conformam uma condição de multicausalidade para as formas de adoecimento dessa população, ainda que estas abranjam condicionantes e determinantes sociais de saúde.

Outro ponto que merece destaque diz respeito ao conceito de *experiência* adotado nesse estudo que remete as ações dos sujeitos em relação a seu contexto social e, por meio desse agir no mundo, esses sujeitos delineiam suas trajetórias e dão sentido as suas ações em si. Remete também a constituição da subjetividade enquanto modos culturalmente constituídos de pensar e sentir, que animam os sujeitos em suas ações (RESENDE, 2017).

Ou seja, a doença é experienciada pela pessoa indígena no momento em que esta atribui sentido e significado aos sinais e sintomas que ela apresenta, e a partir daí incorpora o seu contexto social na construção das representações sociais sobre o seu adoecimento.

Para compreender esse processo, abordamos os conceitos de cultura e crenças como enfoques que foram substituídos pelas noções de práxis, atividade e experiência, com foco nas relações que o autor realiza as ações, ou seja, a pessoa indígena. De modo que, se tornou possível saber que a “cultura não é mais compreendida nem percebida como se tivesse fronteiras claras e definidas num território geográfico particular” (Langdon, 2014a, p. 1021).

Desse modo, considerou-se nessa análise que o elemento cultural, ou seja, os valores, significados compartilhados e transmitidos tradicionalmente, não aparecem no contexto social de forma isolada, mas sim, relacionados a um contexto particular, formado por variáveis históricas, econômicas, sociais, políticas e geográficas da sociedade envolvente (HELMAN, 1994).

Sendo assim, pessoas que vivem nos grandes centros urbanos, dispõem de várias possibilidades para a construção de sua experiência.

Conforme Barsaglini (2008, p. 564):

Na sua singular trajetória de vida, se entrecruzam elementos culturais e sociais, estruturais e subjetivos, materiais e simbólicos, historicamente construídos, que informam, delimitam e imprimem sentido à sua experiência que, embora subjetiva, comporta e transcende os planos individual, situacional e imediato.

Nesse sentido, não focamos a análise na primazia da cultura ou do social e sim nas relações entre as categorias congruentes que foram identificadas. Desse modo partimos das condições socioantropológicas para explicar a doença e saúde, tendo em vista a elaboração do significado social da experiência da enfermidade.

## A PRESENÇA INDÍGENA NAS CIDADES BRASILEIRAS

Para Nunes (2010), vivemos um cenário em que pessoas indígenas estão se apropriando cada vez mais das cidades e, por isso, a questão da urbanidade indígena começou a receber certa ênfase. Esse processo se acirrou a partir do trabalho de Cardoso de Oliveira (1968) sobre os indígenas *Terena* do Mato Grosso do Sul e, após esse período no ano 2000, esse tema voltou a surgir em palcos de debates sobre a relação indígena com a cidade.

Nesse sentido Melatti (2004) afirma que, de dentro de algumas terras indígenas, foi possível assistir as cidades nascerem e proliferarem em seu interior, gerando uma situação em que indígenas convivem próximos ou no meio destas cidades.

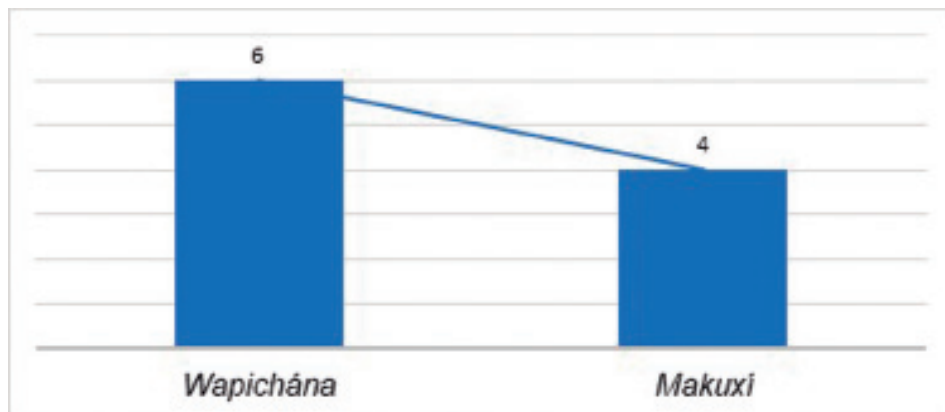
De acordo com o último censo do IBGE (2010), houve um aumento relevante de pessoas indígenas nos centros urbanos e, por causa disso, Boa Vista, encontra-se na posição 04 entre as 10 capitais do Brasil com o maior quantitativo de pessoas indígenas vivendo em contextos citadinos. Segundo IBGE, em 2010, habitavam 8.550 pessoas indígenas em Boa Vista, com um total de 55.922 indígenas no Estado de Roraima

Ainda convém ressaltar que no estado de Roraima a diversidade de povos indígenas é composta pelos seguintes grupos étnicos, *Makuxí*, *Taulipáng* (*Pemong*), *Ingarikó*, *Waiwái*, *Yekuána* (*Mayongóng*), *Waimiri-Atroari* e *Patamóna* (*Kapóng*). Estes são grupos de origem linguística da família de línguas *Karib*; existem também os *Wapichána* pertencentes à família linguística *Arawák*, e os *Yanomámi*, cuja família linguística possui quatro ramificações ou “subfamílias” (*Yanomámi*, *Yanomám*, *Ninám* e *Sanumã*) e, nesta composição, são contabilizadas nove etnias (RODRIGUES, 2013).

Embora exista toda essa diversidade étnica circulando pelo estado de Roraima, nesse estudo os grupos mais prevalentes foram o *Makuxí* e o

*Wapichána*. De acordo com o quantitativo detalhado neste gráfico, foram identificadas nesse estudo, 04 (quatro) pessoas do povo *Makuxí* e 06 (seis) pessoas *Wapichána*.

Gráfico 01 – Pertença dos entrevistados a Povos Indígenas



Fonte: Neves (2018)

Esses dois grupos étnicos fazem parte de uma população que se distribui pelo Estado de Roraima com exceção da Terra indígena Yanomami. Pelos municípios desse estado vivem em situações distintas: alguns vivem em comunidades nas terras indígenas (TI)<sup>4</sup>, outros em fazendas; na capital Boa Vista, muitos desses, se integram as organizações indígenas visando reivindicar o acesso a Direitos Constitucionais (REPETTO, 2008; BAINES, 2012).

O conceito de comunidade que utilizamos nesse estudo para explicar a rede comunitária de trocas de informações intersocietárias, é mais amplo do que no senso comum em Roraima se pensa como uma comunidade indígena. Pois muitas pessoas pensam que a comunidade reúne apenas aquelas pessoas que moram em uma área específica, delimitada e sob liderança de um Tuxaua. Talvez esse seja também o sentido dado pelos órgãos indigenistas, que querem identificar uma unidade de organização política concreta. Pois bem, em nossa perspectiva a comunidade sociológica, a rede de pessoas, estende-se para

<sup>4</sup> São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições - Parágrafo 1º do Art.231 da Constituição Federal de 1988, (BRASIL, 1988).

além de comunidades territoriais, tanto para outras áreas indígenas como até a cidade. Pensamos essa comunidade composta por uma rede complexa que articula famílias, amizades e reciprocidades, através de relações que unem as pessoas, que articulam solidariedades e formam uma unidade sociológica que ultrapassa os limites físicos da terra demarcada.

Nesse contexto, a noção de identidade étnica dos povos *Makuxié Wapichana* deve ser concebida antes como uma unidade sociológica, que envolve as identidades territoriais, mas ao mesmo tempo as supera, pois, as articulações entre as pessoas não se limitam a processos políticos intracomunitários, mas a vinculação entre comunidades e suas relações e solidariedades estendidas ao meio urbano, onde moram os parentes. Por isso a identidade indígena está presente onde estão as pessoas que fazem parte dessa rede. A identidade não é algo estático e apenas limitado por cercados ou por aspectos culturais formais, mas envolve os processos sociais e políticos de autoidentificação e solidariedade (BARTH,1998). Assim, os indivíduos de diferentes povos se organizam e participam de movimentos sociais e de organizações indígenas na cidade, em função da necessidade de lutar por demandas comuns, como por exemplo, a participação nos conselhos indígenas de saúde. Assim, as identidades também vão sendo reorganizadas.

Para Barth (1998) nesse caso, a situação colonial definiu a etnicidade desses grupos, pois os membros indígenas pluriétnicos identificaram-se em função de suas escolhas e estratégias para alcançar os elementos comuns que ambicionam. Trata-se, pois, de um fenômeno de natureza política e econômica em que a identidade étnica foi utilizada como forma de reforçar a solidariedade entre os povos. Nessa concepção, a continuidade da cultura tradicional de cura indígena na cidade pode ser explicada por essa relação estabelecida entre as pessoas.

Assim como em Boa Vista/RR, em outras cidades brasileiras a presença indígena também é marcante, como ocorre na cidade de Benjamin Constant, no Estado do Amazonas, próximo ao aeroporto de Tabatinga, na região que se localiza próxima a tríplice fronteira entre Peru, Brasil e Colômbia, reside um grupo *Tikuna*. Ainda também no Amazonas, na cidade de São Gabriel da Cachoeira, convivem indígenas de diferentes etnias. Também é marcante a presença de indígenas na cidade Belém, com os *Mundurukus* e *Jurunas* (NUNES, 2010).

Existe também o caso de um grupo *Sateré-Mawé* que vive às margens da cidade de Parintins, vivenciando situações de opressão, escassez de alimentos,

poluição, riscos e agravos à saúde (SILVA; BARROSO, 2013). Esse mesmo grupo composto por cerca de 67 (sessenta e sete) pessoas, se faz presente na periferia da cidade de Manaus em condições semelhantes (BOTELHO; WEIGEL, 2011).

Entre indígenas no Brasil, a maior taxa de mortalidade por suicídio é do povo *Guarani Kaiowá*, no Mato Grosso do Sul: nos últimos anos, os casos vêm se propagando para outras localidades. Trata-se de um fenômeno que também ocorre na realidade dos povos *Tikuna* e *Yanomámi* da cidade de São Gabriel da Cachoeira, a recordista nas estatísticas de suicídio por habitante dos municípios brasileiros.

Esse fenômeno se relaciona, por exemplo, com o fato de indígenas sofrerem pressões de grandes fazendeiros e do agronegócio, que invadem seus territórios originais. A consequência de uma existência em conflito é que o suicídio não constitui simples escolha, haja vista que se trata antes de uma imposição à pessoas que não tiveram outras alternativas diante da escassez de políticas efetivas na prevenção e resguardo de direitos (GONÇALVES, 2017).

Além disso, foi verificada a massiva presença de indígenas *Guarani Kaiowá*, vivendo de trabalhos artesanais na cidade de Mato Grosso, já que tiveram suas comunidades cercadas por cidades, fazendas e rodovias. Digno de menção também é a realidade vivenciada pelos indígenas Chiquitanos que vivem nas periferias da cidade de Cárceres, na fronteira Brasil-Bolívia: frente às tensões entre o local e o nacional, a aldeia e a cidade, esse grupo vivenciou severos processos de desterritorialização instituídas pelo processo civilizatório, prioritariamente com a evangelização e a urbanização, dada a ausência do reconhecimento legal de seus territórios ancestrais, hoje, ocupados pela cidade (PACINI, 2016).

Em Roraima, no município de Mucajaí, há também o caso de um grupo *Yanomámi* da região do Ajaraní que, após a construção da BR/210, passou a residir às margens desta rodovia, da onde constantemente se desloca para a periferia desta cidade. Eles vivem em contato com situações de alta vulnerabilidade em relação ao uso de álcool e exploração da força de trabalho por fazendeiros e comerciantes da região (SILVA, 2014).

No Acre, existe o caso dos *Yaminawa*, *apurinã*, *Kaxinawá* e *Manchineri* que vivem em constantes idas e vindas entre espaço urbano e comunidade. No caso de Águas Belas, Pernambuco, os indígenas *Fulni-ô* possuem sua TI



encostada nesta cidade. Há décadas que índios *Pankararu*, *Pankararé*, *Terena*, *Kariri-xocó*, *Atikum* e *Potiguara*, também do nordeste brasileiro, migraram e se instalaram nas proximidades das periferias de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, assim como os *Kaingáng* e *Guarani Mbyá*, no Rio Grande do Sul (MELATTI, 2004; SOUZA, 2010).

Estes exemplos são suficientes para que possamos perceber as marcas históricas da invasão expansionista, gravadas na historiografia desse país, ao se perceber que as cidades vêm invadindo espaços indígenas, ao mesmo tempo que os indígenas também ocupam as cidades.

Luciano (2011) reforça essa noção ao afirmar que é preciso considerar a história da colonização que subjugou às pessoas indígenas em todos os aspectos de suas vidas e lembrar que, desde o século XIX, com a conformação do Estado brasileiro, essa realidade não mudou: ao contrário, recebeu expressivo reforço, muitas vezes de forma velada, porém, dando expressão aos interesses das elites colonizadoras e deixando os povos indígenas fora da pauta dominante.

Trata-se de uma situação que adquire relevância ao se pensar na importância dos espaços territoriais como lugares de alteridade e manutenção da vida e saúde indígena. Dada a forte relação entre estas pessoas e seus territórios dotados de expressões cosmológicas acerca dos seus modos de existência que vêm sendo altamente impactados pelas ações expansionistas.

Diante dos percalços vivenciados por esses povos com o estreitamento das relações entre esses grupos locais, com diferentes agentes da sociedade nacional, tais como o estado, as diversas frentes de expansão e novas dinâmicas influenciaram a organização social desses grupos. Desta forma, as transformações das condições de vida impõem novas atividades, novos papéis sociais quem vem se estabelecendo especialmente através das redes de apoio e trocas (CARVALHO, 2015).

Para tanto, direcionamos as reflexões desse estudo para o esforço de pensar a cidade como um espaço análogo à comunidade indígena, pois se torna muito simplista a suposição de que, apenas porque as pessoas indígenas se utilizam de certos ambientes agora urbanizados, deixam de pensar a partir de sua lógica inicial indígena. Cito como exemplo a rede de relações existente entre os *Makuxí* e *Wapichána*: seja na comunidade em suas TI ou na cidade, estes povos, embora tenham diferenças linguísticas e tenham vivenciado conflitos históricos específicos, nas últimas décadas esses dois grupos partilharam muito mais coisas, formando unidades sociológicas.

Portanto, é necessário entender o modo como mediam as relações saúde-cultura, lançando um olhar para os significados que as vivências urbanas traduzem. Dado o caráter relativo, acerca da diversidade de atores sociais e comportamentos citadinos em Boa Vista, corroboramos o pensamento de Magnani:

Antropologia, lá ou cá, na floresta ou na cidade, na aldeia ou na metrópole, não dispensa o caráter relativizador que a presença do “outro” possibilita. É esse jogo de espelhos, é essa imagem de si refletida no outro que orienta e conduz o olhar em busca de significados ali onde, à primeira vista, a visão desatenta ou preconceituosa só enxerga o exotismo, quando não o perigo, a anormalidade (MAGNANI, 1996, p.5).

Conforme essa trama, pode-se depreender que existem setores da sociedade que “coisificam” as culturas indígenas e as congelam no passado, dotando de exotismo algumas características culturais indígenas ou até visualizando seus ritos a partir de óticas outrora marginalizadas, por conta do racismo exacerbado pelo olhar excludente, diante da condição da pessoa indígena em situação de inferioridade socioeconômica nessas relações sociais (RESENDE, 2017).

Em meio a essas vivências, as pessoas indígenas na cidade vão se conduzindo diante dos desafios representados pelo “manejo do mundo” do branco, visto que, para conseguirem se apropriar das formas como este se organiza é preciso domesticar-se às condições de dominação e subalternização (LUCIANO, 2011).

Entretanto, o fato de haver essa condição de domesticação que se impõe nas relações assimétricas no meio urbano, não significa que as pessoas indígenas abram mão de suas concepções tradicionais de vida e sim que se utilizam dos conhecimentos do mundo dos brancos para aperfeiçoar as condições de vida indígena citadina.

É nesse âmbito que se situam as formas de resistência dos indígenas na cidade: através da manutenção de seus conhecimentos e mesmo diante de condições desiguais, utilizam sua autodeterminação<sup>5</sup> para constituir novas relações saúde-cultura.

---

<sup>5</sup> Trata-se do maior direito humano indígena sobre a sua liberdade para se alterar política e economicamente, trata-se assim, de um valor elementar que fundamenta a decisão indígena de como quer viver (RESENDE, 2017).

## A CIDADE COMO ALTERNATIVA DE VIDA INDÍGENA

Em virtude dos marcos históricos da colonização nos territórios tradicionais de povos indígenas que na contemporaneidade se situam na cidade de Boa Vista é importante evidenciar a situação que configurou essa realidade.

Como uma herança desse histórico “os *Makuxí* e *Wapichána* são os que mais deixam as comunidades para arriscar uma vida melhor na cidade” (ALMICAR, 2017, p. 3). Pensando nisso, elencamos as localidades de residência anterior ao contexto urbano evidenciadas por meio da estória de vida dos participantes desse estudo, como um parâmetro de análise, conforme indica a tabela abaixo:

Quadro 02 - Locais de residências anteriores ao meio urbano

<b>NOMES FICTÍCIOS ENTREVISTADOS</b>	<b>LOCAL DE ORIGEM</b>
Lua	Serra da Lua
Sol	Alto Cotingo
Chuva	Xumina
Vento	Waruanauana (Guyana Inglesa) Antiga fazenda São Marcos
Trovão	
Luz	Serra da Lua
Tempestade	Lago Grande
Neve	Jabutí
Lua cheia	Xumina

Fonte: Neves (2018)

Analisando esses dados em contraponto com os estudos de Oliveira (2010), acerca da presença de indígenas na cidade de Boa Vista, percebemos que ficou evidente que estas pessoas residiam anteriormente em suas comunidades de origem, pois as pessoas que participaram dessa pesquisa são de origem externa à cidade. Nesse sentido, precisamos enfatizar que, em alguns desses casos, a vinda para o contexto urbano foi motivada pela experiência da doença adquirida, dado que, com a doença, a vida muda e a pessoa passa a viver em torno da cura desta. Para tanto, esse fundamento leva-nos a compreensão da cidade como um campo de andar indígena em busca de cura.

Além disso, precisamos considerar nessa análise que, conforme a realidade dessas pessoas, neste espaço territorial já havia indígenas antes mesmo deste virar fazenda, ou seja, desde o surgimento da então da cidade, há evidências da presença indígena. E segundo Souza et al. (2017) apontam, os grupos indígenas *Makuxí* e *Wapichána* estão associados ao maior perfil, o de *deslocamentos*, marcados por *idas e vindas* de suas comunidades para o centro urbano de Boa Vista.

Nesse contexto é importante considerarmos a presença de instalações militares, a garimpagem, bem como a criação de projetos de assentamentos e de áreas de comércio, mas também o turismo e as demais ações de interesse estatal que criaram espaços de interesses de investimentos, promoveram a migração e a mobilidade do trabalho para atender as demandas empresariais na constituição da cidade de Boa Vista (BECKER, 1990, OLIVARES, et al., 2008). Ou seja, todos estes fatores estão associados ao aumento de problemas nos modos de vida e saúde entre os povos indígenas.

Nesse sentido, diversos estudos acerca dessa temática, vem apontando o centro urbano como uma possibilidade, com o intuito de poder ter acesso a mercadorias, dinheiro, empregos, casamentos interétnicos, por conta do convite de parentes, necessidades de saúde e escolarização, desentendimentos ou conflitos com lideranças ou membros da comunidade, entre outros motivos (ALBUQUERQUE, 2015; TEIXEIRA, et al., 2009; NASCIMENTO; VIEIRA, 2015, CARDOSO DE OLIVEIRA; BAINES, 2005; FERRI, 1990).

Entretanto, de acordo com a informação jornalística, muitos indígenas vêm para a cidade de Boa Vista motivados pela perspectiva de obter oportunidades; porém, “quando percebem que o negócio está ruim, alguns retornam para sua comunidade, pois, vieram iludidos e passam por grandes dificuldades” (VERPA, 2017).

Sendo assim, a busca de indígenas pelo centro urbano de Boa Vista se relaciona com o anseio por conquistas que já não conseguem visualizar em seus locais de origem. Entretanto, no contexto urbano, nem todos conseguem realizar suas perspectivas.

Em acréscimo às reflexões sobre essas mobilidades, Golgher (2004) afirma que o perfil de pessoas migrantes ou, nesse caso, de pessoas indígenas que se mobilizam no Brasil, está relacionado à busca por sair de situações de baixa renda e de condições precárias de sobrevivência. Por conta disso, muitas pessoas deslocam-se deixando seus lares nas comunidades.

Essa noção se compatibiliza com o que aponta Souza et al. (2017) que afirma que um dos elementos que pode explicar o aumento da presença de indígenas nas cidades é a busca por Programas Sociais criados pelo Governo Federal como uma forma de auxílio as pessoas de baixa renda: auxílio doença e até mesmo pagamento de salários a indígenas que são professores ou agentes de saúde. Sobre esse contexto, Trovão se refere a momentos de mobilidade entre aldeia-cidade:

“Cheguei em Boa Vista em 1975, aí depois voltei em 1983 aí depois fui para maloca, retornei de novo em 2009 e não voltei mais para morar lá, fiquei aqui, precisei vir para Boa Vista porque já era hora de me aposentar” (Trovão, 53 anos).

Nesse caso, Trovão por ser portador de uma deficiência física inata, foi aposentado<sup>6</sup> passando a obter uma renda mensal por conta de suas condições de saúde.

Além disso, é possível evidenciar a criação de Cargos públicos dentro das comunidades, fenômeno este que garante o trabalho e o recebimento de salários na cidade como um dos pontos de reflexões, pois propiciam a monetarização da cultura indígena (SOAVE, 2017).

Para Soave (2017) essas situações acontecem porque os benefícios sociais são ofertados às populações indígenas sem que haja reflexão sobre os impactos que essa forma monetária de prestar assistência causa sobre estas populações. Falta compreender melhor, segundo esse autor, como se organiza a cosmopolítica dessas pessoas.

Nesse sentido, o Benefício Social precisa ser melhor pensando para essa população. Conforme os parâmetros estabelecidos pelo guia de cadastramento de famílias indígenas, o Cadastro Único para Programas Sociais, antes de se cadastrar uma família é preciso conhecer a organização social desses povos, bem como quais são as suas atividades produtivas e como estão inseridos no mercado de consumo.

Além disso, vale acrescentar, muitas vezes os critérios utilizados para definição de situações de pobreza e extrema pobreza nos programas sociais não se aplicam a esses povos. Daí a importância de pensar esses aspectos para não incluir de forma equivocada as famílias indígenas em programas sociais, visando minimizar consequências desagregadoras sobre as formas organizativas tradicionais (QUERMES; CARVALHO, 2013).

<sup>6</sup> Benefício pago pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INSS).

Para tanto, pensar essas questões requer ampliação da participação indígena nesses campos de debates políticos relativos à proteção social para o desenvolvimento de possibilidades que realmente propiciem a ampliação do acesso a cidadania.

Na vivência cidadina em condições de desigualdade social e, portanto, de uma alta vulnerabilidade, não somente as condicionantes de adoecimento são afetadas, afinal outros fenômenos acontecem, tal como a aproximação com facções criminosas.

Nesse sentido, pensamos que essa situação ocorre por causa da ausência de políticas que visualizem as especificidades indígenas, pois as políticas assistencialistas existentes geram agravos negativos as condições de vida dessa população (SOAVE, 2017).

Outro ponto que merece destaque é a Secretaria de Saúde (SESAU), nesse ano de 2017 a cidade de Boa Vista lidera o ranking estadual de doenças endêmicas, com total de 279 casos confirmados de chikungunya, 1.596 casos notificados de dengue e 277 casos notificados de zika. Este cenário configura uma situação que coloca essa cidade em estado de alerta de saúde pública. Além desses registros, historicamente, Boa Vista apresenta um aumento significativo no número de casos de todas as doenças transmitidas pelo aedes aegypti em épocas de chuva (COSTA, 2017).

Coimbra Jr., Santos & Escobar (2003) que estudaram a saúde de minorias e a desigualdade com ênfase nos povos indígenas, atestam que, no Brasil, se situa a existência de altos coeficientes de morbi-mortalidade, fome e desnutrição, bem como riscos ocupacionais, violência social e fenômenos gerados por múltiplos reflexos oriundos da desigualdade sociocultural. Entretanto, uma espécie de invisibilidade demográfica e epidemiológica, resultante da ausência de interesses políticos, persiste sobre esses indicativos.

Por esses aspectos, Viveiros de Castro (2016) pontua que a cidade representa um espaço de metamorfoses, onde o “índio” passa ao nível de “cidadão” e, nessa condição, o Estado o visualiza como alguém “não-pobre”. Porém, na realidade, ele acrescenta, o índio passa a viver às margens da sociedade, nas periferias, a depender dos programas do governo ditos “sociais”.

E esses programas são supostamente usados para sanar as diferenças. Mas, que diferenças? A pobreza?

A pobreza é condição que deve ser remediada, é diferença injusta que deve ser abolida. Mas um índio é outra coisa que um pobre. Ele não quer ser transformado em alguém “igual a nós”. O que ele deseja é poder permanecer diferente de nós — justamente diferente de nós, em todos os sentidos do advérbio. Ele quer que reconhecamos e respeitemos sua distância (VIVEIROS DE CASTRO, 2016, p. 7).

Não, não é só questão de pobreza, o indígena quer exercer a sua alteridade, quer poder viver de seus meios autônomos na cidade e, mesmo que haja mazelas, quer poder usufruir dessa condição de cidadão, para poder delinear sua história e suas “diferenças”. Diante das redes comunitárias de trocas, que propiciam o resgate e o fortalecimento de suas especificidades culturais, os indígenas vêm resistindo e se transformando de modo a agregar novos valores à identidade indígena.

Baines (2001) afirma que, desse modo, estabelecem suas vidas na cidade, mediados por relações de consumo altamente desiguais. Por conta da forte pressão econômica, se situam historicamente em condição de vulnerabilidade, no sentido de sinalizar a adesão a hábitos não-indígenas, nas relações de contato interétnico que estabelecem.

Desse modo, para poder pensar a natureza das doenças como experiência humana, foi preciso evidenciar os aspectos sociais que vem resultando nos índices epidemiológicos.

Para tanto, foi necessário identificar os locais de residência dos participantes *Makuxí* e *Wapichána* desse estudo, que habitam em três bairros da Zona Oeste de Boa Vista/RR: *Caamé*, União e Caraná.

A estrutura destes três bairros, em estudo realizado em 2007, apresentava condições ruins de moradia, bem como problemas com a coleta de lixo, com a eletricidade e com o saneamento básico; eles são habitados por classes populares e, nos estudos realizados sobre a situação de indígenas na cidade, foram apontados como bairros de alta densidade de pessoas indígenas (SOUZA; REPETTO, 2007; OLIVEIRA, 2010).

No entanto, já se passaram mais de dez anos desde que Souza & Repetto (2007) fizeram o diagnóstico que apontou a situação acima descrita e, ao que parece, a situação melhorou um pouco naquele local, ainda que não tenha sido sanada em sua totalidade. Prova disso é que os entrevistados Lua Cheia, Vento, Trovão e Luz concordam que “tem sistema de esgoto, mas ainda não

está funcionando<sup>7</sup>, agora, coleta de lixo e água tratada tem”. Já os outros dois entrevistados, Sol e Solstício, foram mais positivos em suas avaliações e opinaram que “tem tudo e é bom”, se referindo aos serviços de coleta de lixo e ao saneamento básico.

Mas isso demonstra que, embora tenha ocorrido esse pequeno avanço em relação as instalações de saneamento básico, ainda é visível a falta de consenso entre as concepções dos entrevistados acerca da conclusão dessas instalações e a efetividade de suas ações. Nesse sentido, não se pode desconsiderar o risco de ocorrência de doenças endêmicas a que essas pessoas indígenas, classificadas como menos favorecidas diante de suas condições de inserção social urbana, estão expostas.

Para além disso, Almeida (2008) afirma que a consequência do contato direto de indígenas *Makuxí* e *Wapichána* com a sociedade envolvente, acarretou a atualização de suas organizações política e social e trouxe novos hábitos que os indígenas passaram a utilizar, como: remédios e alimentos industrializados, roupas iguais às dos brancos e todo tipo de quinquilharia tecnológica, como aparelhos celulares, dentre outros.

Ao abordar essa situação de sincretismo<sup>8</sup> vivenciada por indígenas citadinos Canevacci (1996) adverte que nessas relações ocorre uma espécie de não aceitação pacífica de tudo o que lhes é imposto, fazendo com que gerem uma espécie de ressignificação das relações interculturais, ou seja, são criados espaços de trocas.

Por outro lado, a vivência de discriminação étnica, aponta a situação de *negação da identidade* que, também foi evidenciada nos estudos sobre o diagnóstico da situação de indígenas citadinos Souza & Repetto (2007), uma vez que muitos indígenas têm medo de assumir sua identidade étnica por medo de sofrerem preconceitos. Muitos se envergonham de falar sua própria língua. Conforme Barth (1998), esse caso representa o caráter conflitivo da identidade diante do medo.

Coimbra Jr., Santos & Escobar (2003) asseguram que vivências de situações discriminatórias podem ser, por si, um artifício desencadeador de

<sup>7</sup> Nesse sentido, os entrevistados falam que de fato a cidade de Boa Vista passa por um processo de melhoria do saneamento básico e que muitos bairros da capital acabaram de ganhar rede de coleta de esgoto; mas muitas casas ainda não fizeram a ligação dos esgotos das residências com a dita rede.

<sup>8</sup> “O sincretismo ocorre porque os seres humanos não aceitam automaticamente os novos elementos; eles selecionam e recombinaem itens no contexto do contato cultural” (CANEVACCI, 1996, p. 21).



enfermidades e isso é ainda mais grave quando a experiência se passa no contexto de serviços destinados à atenção em saúde. Como no caso vivenciado por Lua: “Porque índio não sabe de nada, então eles (os médicos) gritam com a gente e não sabem cuidar, porque sabem que a gente não tem dinheiro né, então tratam a gente assim, tem que ter mais um pouco de carinho com os índios” (Lua, 59 anos).

Nesse sentido, esse tipo de vivência pode gerar fortes emoções, como por exemplo, medo, desconfiança, raiva e frustração, afetando não somente a condição e a credibilidade dos serviços oferecidos, mas a saúde emocional das pessoas indígenas.

De acordo com Ferri (1990), a dificuldade também está na própria realidade da cidade que é estruturada pelos brancos e para os brancos. Assim, os espaços para a manifestação e o desenvolvimento das características e costumes do mundo indígena, ficam mais restritos. Nesse sentido, o espaço urbano é o local onde as relações sociais são estabelecidas entre saberes urbanos e indígenas, numa espécie de reelaboração de intersubjetividades.

Nesse contexto, a noção de cultura que se pode considerar predominante na vivência de indígenas citadinos diz respeito a uma cultura de base assimétrica, que se estabelece em contextos de dominação/subalternização e que se tornam evidentes a partir das vivências que se mostraram nas relações de contato desse estudo (SOUZA, 2010).

## O PAPEL DA ODIC NA CONFORMAÇÃO DA REDE INTERSOCIETÁRIA

Diante disso, embasados na realidade de dificuldades do reconhecimento de direitos, o Estado assume uma postura etnocêntrica<sup>9</sup>, que adota a percepção de que toda a diversidade de povos indígenas deve ser norteadas pelas regras do seu grupo hegemônico como sendo o centro de tudo. Por isso, os povos indígenas passaram a se mobilizar, devido a necessidade de buscar o reconhecimento de sua alteridade política.

<sup>9</sup> Refere-se a uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo social é tomado como referência e centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é existência. No plano intelectual, pode ser visto como a dificuldade de pensarmos a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade, etc (BATISTA, 2010).

Graças aos desdobramentos políticos adquiridos pelos movimentos indígenas, que lutam desde 1960 para construir uma cultura política baseada em sua própria experiência histórica, uma ampliação de direitos vem ocorrendo frente ao Estado. Nesse embate, os movimentos sociais vêm se fortalecendo rumo a consolidação e ao posicionamento político em relação aos interesses indígenas (ALMEIDA, 2004).

Desse modo, os avanços propiciados pela força do Movimento Indígena em Boa Vista foram motivados pela necessidade de mapeamento das demandas políticas, que foram levantadas em encontros e reuniões. Nestas ocasiões as discussões foram fortalecidas pela relação de pertencimento étnico.

De acordo com Luciano (2006) o Movimento indígena vem cumprindo o papel de resgate da autonomia indígena que nos dois séculos anteriores foi subalternizada e rechaçada pela agência colonial e Estatal, conforme elucidada neste trecho:

A luta contemporânea do movimento indígena brasileiro por autonomia significa a luta pela emancipação social, política e econômica dos povos indígenas, capaz de tirá-los das péssimas condições de vida a que estão submetidos como resultado de séculos de dominação e exploração colonial (LUCIANO, 2006, p. 93).

Nesse sentido, embora o cenário em relação a formulação de políticas públicas que considerem as especificidades dos indígenas que vivem nas cidades seja um tanto pessimista, estes organizaram redes de solidariedade e organizações, com a pretensão de propiciar maior visibilidade às demandas de pessoas indígenas nesse contexto.

De acordo com Souza & Repetto (2007), o movimento foi ganhando apoio, por conta da necessidade de garantias legais quanto a meios de inserção social e resolução de demandas relacionadas ao ingresso em universidades públicas e também ao acesso a direitos básicos, como por exemplo, os serviços de saúde.

Como resultado, vem se implementando uma luta por acesso a direitos e pelo acesso efetivo a políticas públicas, buscando dessa forma, um exercício pleno da cidadania, assim como outros brasileiros (LUCIANO, 2006).

Esse movimento indígena se iniciou em Boa Vista, principalmente por conta desses fatores enfatizados por Melo (2012, p. 75):

Sendo o amparo municipal ineficiente ao indígena que reside em Boa Vista, este procura outros meios para fazer valer o direito ao acesso aos serviços públicos

básicos, tais como saúde, educação escolar básica e superior. Os órgãos de promoção das políticas, direitos e proteção dos indígenas em Roraima, como a FUNAI, não possuem ações específicas voltadas para os povos que moram nos núcleos urbanos, o que gera uma enorme demanda sem acesso às diversas políticas públicas. Vale lembrar, que o posicionamento da FUNAI diante dessa questão se encerra em sua jurisdição que, compreende as Terras Indígenas demarcadas e que não contempla o que a Fundação chama de “não-aldeados”.

Por conta dessa ineficiência do poder municipal, e devido à ausência de políticas públicas e amparo por parte da FUNAI, para com as demandas indígenas – dado que, encontra-se administrativamente fechada a abrir-se ao acatamento de demandas de indígenas citadinos, limitando-se apenas a atender com seus escassos recursos as demandas de indígenas residentes em suas TIs –, vem crescendo nas pessoas indígenas, habitantes da cidade, a clareza quanto à necessidade de lutar por direitos. O ponto de apoio para essa luta se dá a partir do apoio das organizações indígenas.

Nesse contexto foi criada a Organização dos Indígenas da Cidade (ODIC), que busca promover a articulação entre anseios indígenas e as ações do poder público, visando garantir que os direitos constitucionais desses povos sejam também válidos para os indígenas da cidade, uma vez que os “índios da cidade” passam por dificuldades tremendas (MELO, 2012; BAINES, 2012).

Com a criação da ODIC em 2005 foi reforçada a luta pela ampliação dos Direitos indígenas (SOUZA; REPETTO, 2007). Essa entidade surgiu pela reivindicação e agência de pessoas indígenas em busca de seus direitos básicos na cidade, assim como reafirma Oliveira (2010, p. 62):

Organização dos indígenas na cidade (ODIC) é uma entidade não governamental sem fins lucrativos que tem por objetivo dar visibilidade a voz dos indígenas moradores na cidade de Boa Vista. Buscar alternativas para melhorar as condições de vida do indígena na cidade é uma das principais metas da ODIC, por meio de realização de oficinas culturais e debates sobre políticas de direitos indígenas, através de parcerias com instituições e órgãos, procurou definir conceitos que auxiliassem no entendimento das trajetórias históricas dos indígenas urbanos.

Trata-se de um surgimento que esteve atrelado a coparticipação da Universidade Federal de Roraima, através da organização de reuniões mensais promovidas em conjunto com a Organização dos Indígenas da Cidade, com uma programação voltada para a realização de atividades voltadas para os *Makuxí* e *Wapichána* que residem em Boa Vista.

Embasado em Langdon (2014b), nos propusemos a sinalizar que esses momentos de agência indígena, de organização em busca de autonomia para abrir espaços de diálogo interdisciplinar junto as entidades governamentais é onde se situa a maior contribuição antropológica para o desenvolvimento de políticas públicas em Saúde.

Além disso, concordamos com Melo (2012) quando afirma que, a ODIC pode ser considerada uma nova forma de conformação comunitária, dado que, as pessoas indígenas na cidade fazem dela um grande aldeamento. Embora neste espaço não haja *tuxana*, há nesse papel as entidades organizadas voltadas para atender a esses indígenas.

Melo (2012) assevera que os *Makuxí* e *Wapichána* estão se utilizando da resistência indígena, agora fortalecida pela luta, e estão construindo, em Boa Vista, caminhos de pertencimento que se inter-relacionam com aspectos socioculturais engolidos pela história oficial e, posteriormente, pela sociedade detentora do poder público, desse modo, vão ampliando suas possibilidades de acesso a direitos.

No caso do acesso ao direito à saúde numa perspectiva diferenciada, conforme Helman (2009), a agência indígena vem acontecendo em prol dessa necessidade, propiciada pela rede comunitária de trocas que vem possibilitando a criação de zonas de intermedicalidades como possibilidades culturais de atenção à saúde indígena.

Através dessa rede, as relações com os múltiplos setores de cuidado são estabelecidas. As explicações das doenças e escolhas são influenciadas pelos contextos sociais em que estas ocorrem, mas também pelos tipos de auxílio que estão disponíveis, pelas necessidades de pagar por esses auxílios, pelas condições financeiras do paciente em arcar com essas despesas e, ainda, pelo modelo explicativo que este paciente tem para explicar a origem da má saúde.

Dentre estas possibilidades, o paciente, em conjunto com a família, escolhe o que lhes parece ser o recurso mais apropriado para o tratamento e quando não consegue respostas para seus anseios, segue circulando pelos setores de cuidado, visando sanar seus problemas de saúde.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Nesse sentido, o presente trabalho tem a obrigação de alertar para a necessidade de um olhar diferenciado para as especificidades indígenas, principalmente quando inseridos na realidade cidadina, visto que estabelecem constantes relações interculturais e vivenciam dificuldades sociais que os tornam bastante vulneráveis.

Além disso, evidencia a importância da análise socioantropológica para o entendimento das necessidades que envolvem os processos saúde-indígena na cidade.

Identificamos a situação sociopolítica e os fatores ambientais que enfrentam os indígenas na cidade, como indicadores de potenciais enfermidades, dadas as mudanças de hábitos alimentares, devido ao maior acesso a alimentos industrializados, assim como, as formas de inserção social indígena – marcadamente periféricas e subordinadas- como a desigualdade social, a dificuldade de acesso a saneamento básico e a uma alimentação saudável, dentre outros fatores.

Por outro lado é importante ressaltarmos a existência do protagonismo indígena, através das relações de parentesco e de suas redes comunitárias, o que permite trocas de informações intersocietárias, redes de solidariedade e acolhimento que se efetivam por meio do prolongamento dessa rede política que se estende desde as comunidades até a cidade de Boa Vista, e vice e versa. Tudo isso permite trocas de conhecimentos e ativação da intermedialidade.

Nesse sentido a situação dos indígenas na cidade não pode ser vista em perspectiva de vitimização. As pessoas recriam suas relações interpessoais, suas identidades, suas lutas. Vemos ação e resistências. Na busca de cuidados à saúde, os conhecimentos familiares e tradicionais são uma base de sustento e fortalecimento de suas ações no dia a dia, nas resistências cotidianas e na busca de melhores condições de vida.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. A. S. Indígenas na Cidade do Rio de Janeiro. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, n. 7, p.151-167, 30 dez. 2015.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [s.l.], v. 6, n. 1, p.9-32, 31 maio 2004.

ALMEIDA, V. G. **Relações interétnicas em conflito entre Makuxí e Wapichána na terra indígena Raposa Serra do Sol**. 2008, 154 f. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2008.

ALMICAR, J. **Indígenas buscam melhorias de vida nos centros urbanos**. Folha de Boa Vista, Boa Vista, 12 de julho de 2017. Migração dos índios, p. 1. Disponível em: <http://www.folhabv.com.br/noticia/Indigenas-buscam-melhorias-de-vida-nos-centros-urbanos/18121>. Acesso em 24 de dezembro de 2017.

ALTAMIRANO, M. L. Reflexiones sobre el trayecto salud-padecimiento-enfermedad-atención: una mirada socioantropológica. **Salud Pública**, México, p. 63-70, 2007.

BAINES, Stephen Grant. As chamadas «aldeias urbanas» ou índios na cidade. **Revista Brasil Indígena**, Brasília, v.1, n.7, p.15-17, nov./dez. 2001.

BAINES., Stephen Grant. O movimento político indígena em Roraima: identidades indígenas e nacionais na fronteira Brasil-Guiana. **Caderno Crh, Salvador**, v. 25, n. 54, p.33-44, 2012.

BARSAGLINI, Reni Aparecida. Análise socioantropológica da vivência do diabetes: um estudo de caso. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação, São Paulo**, v. 12, n. 26, p.563-577, set. 2008.

BARTH, F. **Grupos Étnicos e suas fronteiras**. In: POUTIGNAT, P. Teorias da etnicidade. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth, Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenard. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

BATISTA, Juliana De Paula. **Cultura e Etnocentrismo: os Direitos territoriais Indígenas em Uma Perspectiva Contra-Hegemônica**. Resumo: apresentação. Universidade Federal De Santa Catarina, 2010.

BECKER, Berta. K. **Amazônia**. Editora Ática, São Paulo, série Princípios, 1990.

BOTELHO, B. J; WEIGEL, V. A. Comunidade sateré-mawé □ Y?Apyrehyt: ritual e saúde na periferia urbana de Manaus. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, vol. 18, núm. 3, julho-septiembre, 2011, pp. 723-745 - Fundação Oswaldo Cruz Rio de Janeiro, Brasil.

CANEVACCI, M. **Sincretismos uma exploração das Híbridões culturais**. Stúdio Nobel: São Paulo, p.21,1996.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **Urbanização e tribalismo: a integração dos índios Terena numa sociedade de classe**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto; BAINES, Stephen G. (Org.). **Nacionalidade e etnicidade em fronteiras**. Brasília: Editora UnB, 2005. 278 p. (Coleção Américas, Coordenação Ana Maria Fernandes).

CARVALHO, M. A. **Os movimentos políticos Yanomami: análises da construção de suas demandas e reivindicações**. 124 f. Dissertação. (Mestrado em Sociedade e Fronteiras). Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, Boa Vista, 2015.

COIMBRA JR., CEA., SANTOS, RV & ESCOBAR, AL., orgs. **Epidemiologia e saúde dos povos indígenas no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Rio de Janeiro: ABRASCO, 2005. 260 p. ISBN: 85-7541-022-9.

COSTA, Emily. **Índios ocupam SESAI e pedem a saída da coordenadora**. G1 Jornal Hoje. Boa Vista, 07 de novembro de 2017. Roraima Rede Amazônica, p. 1.

FERRI, Patrícia. **Achados ou perdidos? – A imigração indígena em Boa Vista**. Goiânia: MLAL, 1990.

FIDELIS, Juliana Gonçalves. **Integralidade e indígenas urbanos: análise dos relatos de profissionais e usuários de uma unidade básica de saúde no município de São Paulo**. 2014. 105 f. Dissertação. (Mestrado em Filosofia).

GOLGHER, A. B. **Fundamentos da Migração**. Belo Horizonte: UFMG/ CEDEPLAR, Texto para Discussão no 231, maio, 2004.

GONÇALVES, B. S. Parecer Psicossocial da Violência contra os Povos Indígenas Brasileiros: o Caso Reformatório Krenak. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. spe, p. 186–196, 2017.

HELMAN, C. G. **Cuidado e Cura: os setores de atenção à saúde**. In: Cultura, saúde, doença; tradução Ane Rose Bolner. 5. Ed - Porto Alegre Artmed, 2009.

IBGE. **Censo Demográfico 2010** - Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 03 de maio de 2015.

LANGDON, Esther Jean. Os diálogos da antropologia com a saúde: contribuições para as políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 19, n. 4, p.1019-1029, abr. 2014a.

LANGDON, E. Jean. **La Negociación de lo Oculto: Chamanismo, Medicina y Familia** entre los Siona del Bajo Putumayo. Popayán: Universidad del Cauca, 2014b.

LUCIANO, G. J. D. S. **“Projeto é como branco trabalha; as lideranças que se virem para aprender e nos ensinar”**: experiências dos povos indígenas do alto rio Negro. [s.l.] Universidade de Brasília, 2006.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. **Educação para manejo e domesticação do mundo**. Entre a escola ideal e a escola real. Os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro. 2011. Tese de doutorado, Orientador: Professor Doutor Stephen Grant Baines. Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.

MAGNANI, José Guilherme C.; TORRES, Lilian de Lucca (Orgs.) **Na Metrópole** - Textos de Antropologia Urbana. EDUSP, São Paulo, 1996.

MELATTI, Júlio Cezar. **População indígena**. Brasília: DAN/UnB, Série Antropologia, p. 345, 2004.

MELO, Luciana Marinho. **Fluxos Culturais e os povos da cidade**: Entre os Macuxí e Wapichána de Boa Vista-Roraima. 2012. 156 f. Dissertação (Mestrado Patrimônio Histórico) Instituto do Patrimônio Histórico, Rio de Janeiro.

NASCIMENTO, A. C.; VIEIRA, C. M. N. O índio e o espaço urbano: breves considerações sobre o contexto indígena na cidade. **Cordis. História: cidade, Esporte e lazer**, v. p. 118-136, 2015.

NUNES, Eduardo Soares. Aldeias Urbanas Ou Cidades Indígenas? Reflexões Sobre Índios E Cidades. **Espaço Ameríndio**, Universidade de Brasília, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 9-30, jan./jun. 2010.

NEVES, Fanir. **Pluralismo médico e alternativas para atenção à saúde entre Indígenas na Cidade de Boa Vista/RR: perspectiva histórica e de análise dos itinerários terapêuticos**. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras, UFRR, Boa Vista, 2018.

OLIVARES. A.L. et. al. **Um olhar sobre a saúde do indígena em Roraima**. Revista Mens Agitat, volume III, n. 1, p. 89-98. Curso de Medicina – Centro de Ciências da saúde. Boa Vista: UFRR, 2008.



OLIVEIRA, R. G. (Org.) **Projeto Kuwai Kiri: A experiência Amazônica dos índios urbanos de Boa Vista – Roraima.** Boa Vista: Ed. Da UFRR, 2010.

PACINI, A. **Os Chiquitanos na fronteira Brasil-Bolívia.** Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. (Associação Brasileira De Antropologia). João Pessoa, 2016. Disponível: [http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402014448\\_ARQUIVO\\_ArtigoLucianaMeloABA.pdf](http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402014448_ARQUIVO_ArtigoLucianaMeloABA.pdf). Acesso em 20 de dezembro de 2017.

QUERMES, P. A. A.; CARVALHO, J. A. Os impactos dos benefícios assistenciais para os povos indígenas. **Serviço social e sociedade**, n. 116, p. 769-791, 2013.

REPETTO, M. **Movimentos indígenas e conflitos territoriais no estado de Roraima.** Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

RESENDE, Ana Catarina Zema. Autonomia Indígena no Pensamento Político de Taiaiake Alfred, Floriberto Díaz e Gersem Baniwa. **Revista de Estudos e Pesquisas Sobre As Américas**, Brasília, v. 11, n. 2, p.23-92, 30 ago. 2017.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. **Línguas indígenas brasileiras.** Brasília, DF: Laboratório de Línguas Indígenas da UnB, 2013. 29p.

SILVA, Elizene Miranda da Silva. **Processo de Alcoolização em uma comunidade Yanomami de Roraima: o caso dos Yawaripê de Xikawa.** 2014. 88 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) Programa de Mestrado Profissional em Ciências da Saúde, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista.

SILVA, L. F.; BARROSO, M. Das margens da Floresta Amazônica à margem da sociedade: o caso dos Sateré-Mawé residentes em Parintins/AM. Belém - **Revista Eletrônica Mutações**, julho – dezembro, 2013.

SOAVE, Fernando. Índios e cidade: quando a igualdade descaracteriza. **Boletim Científico ESMPU**, Brasília, n. 49, p. 49-78 – jan. /jun. 2017.

SOUZA, A. H. C. et al. Subjetividades indígenas Macuxí e Wapichana nos deslocamentos transfronteiriços para a cidade de Boa Vista, Roraima, Brasil. **Espacios**, v. 38, n. 8, p. 18, 2017.

Souza, Eliandro (Org.) REPETTO, Maxim (Org.) **Diagnóstico da Situação dos Indígenas na Cidade.** 1. ed. Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima, 2007. v. 1. 67.

SOUZA, M. H. C. **Indígenas Urbanos de Boa Vista/RR: aspectos de migração e estado de pobreza.** Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras, Boa Vista: 2010. Disponível em: <http://ufr.br/ppgsof/index.php/i-seminario-internacional.html>. Acesso em: 22 de dezembro de 2017.

TEIXEIRA, Perry et. al. Migração do povo indígena Sateré-Mawé em dois contextos urbanos distintos na Amazônia. **Caderno Crh, Salvador**, p.531-546, set./nov. 2009.

TRINDADE, Leticia et al. Grupos vulneráveis e seus fatores condicionantes na ótica dos profissionais de saúde da Atenção Básica. **Jornada Científica**, [S.l.], v. 1, n. 1, out. 2015. ISSN 2447-2581. Disponível em: <http://www.revista.unisal.br/lo/index.php/revistajornada/article/view/224>. Acesso em: 23 jan. 2018.

VERPA, Marcelo Toledo Danilo. **Índios Venezuelanos disputam comida em aterro sanitário.** Folha De São Paulo, São Paulo, Boa Vista 03 de março de 2017. Cotidiano, p. 436. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/04/1872109-indios-venezuelanos-disputam-comida-em-aterro-de-boa-vista.shtml>. Acesso em 24 de dezembro de 2017.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Involuntários da Pátria. Série intempestiva. **Caderno de Leituras**, Abril Indígena, n. 65, Rio de Janeiro, 2016.

# RELATOS DE VIVÊNCIAS: REPRESENTATIVIDADE DA MULHER INDÍGENA, DESAFIOS E PERSPECTIVAS FRENTE À UMA ORGANIZAÇÃO INDÍGENA

*Luana Almeida de Moura<sup>1</sup>*

*Maxim Repetto<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

Sob explorações e maus tratos, os povos indígenas foram sobrevivendo. Vendo seus parentes morrerem com doenças provocadas pelos não indígenas, sociedades indígenas dizimadas após o contato com o mundo dos brancos e suas terras ameaçadas. Logo, a resistência era iminente, pois sua existência dependia da luta em defesa do seu povo.

As inquietações e os descontentamentos despertaram para um processo de organização política de busca, do reconhecimento de direitos e, posteriormente, em favor da conquista de espaços políticos que permitissem dialogar com o Estado brasileiro, que tinha o dever de garantir esses direitos.

Em diversas cidades os movimentos indígenas foram surgindo com o objetivo inicial de autoafirmação, da visibilidade identitária, mas, posteriormente, após a Constituição de 1988, e passado o contexto do regime militar, esses movimentos foram em busca de garantias de direitos. Isso resultou na garantia constitucional de que: “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União, demarcá-las, proteger e fazer proteger todos os seus bens” (Artigo 231, Constituição Federal, 1988, p. 152-153).

Em Roraima os indígenas tiveram suas terras invadidas e a exploração de minérios existente em seu território. O caos, ante isso, foi devastador. Como resultante desta situação, tem-se a mobilização dos indígenas e a criação de

---

<sup>1</sup> Mestre em Sociedade e Fronteiras pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: [lumourarr@outlook.com](mailto:lumourarr@outlook.com)

<sup>2</sup> Doutor em Antropologia Social; Professor do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras e do Curso Licenciatura Intercultural na Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: [maxim.repetto@yahoo.com.br](mailto:maxim.repetto@yahoo.com.br).

organizações com intuito de garantir as demarcações de suas terras, entre outras demandas, como a luta por uma saúde e educação diferenciadas.

Em 1978 foi criado o Conselho Indígena do Território Federal de Roraima (CINTER). Em 1988 quando Roraima passa a ser estado, o CINTER passa a chamar-se Conselho Indígena de Roraima (CIR). Com a criação do CIR, o movimento indígena desencadeou-se para o surgimento de outras organizações indígenas: Associação dos Povos Indígenas de Roraima (APIR), em 1988, a Organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIR), em 1990, a Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima (SODIUR), em 1993, além da Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR), criada em 1999 (RAMALHO, 2013).

Esse processo de luta requer destacar a participação e organização das mulheres indígenas. As mulheres, inicialmente, não participavam da tomada de decisão do movimento indígena liderado pelos homens, mas participavam indiretamente das assembleias, como consta nas atas de assembleia do início do movimento de mulheres indígenas. As mulheres acompanhavam seus filhos, pais, maridos, para fazer a comida e servir alguma bebida nas assembleias realizadas. Entretanto, apesar de não ter a participação efetiva, estar presente nestas assembleias possibilitou “[...] vivenciar experiências intergrupais e pluriétnicas, o que lhes permitiu ampliar suas perspectivas sociais e políticas de participação tanto na aldeia como no campo do indigenismo” (MATOS, 2012, p. 148). Ao estarem presentes nesse cenário político, em que decisões eram tomadas, o ambiente lhes proporcionara inquietações. Entende-se que estas inquietações, outrossim contidas em suas subjetividades, motivariam a conquista de um movimento de mulheres indígenas independente.

Neste íterim, as mulheres começavam a questionar esses espaços ocupados apenas por homens. Queriam ser mais participativas, não tomando lugar de nenhum líder, mas adquirindo seu próprio espaço. Diferente do movimento mais amplo, o movimento das mulheres indígenas nasceu de forma tímida, sem muito apoio, nasceu na base, em pequenas comunidades “o movimento de mulheres se institucionalizou criando organizações locais e regionais, sem conseguir inicialmente efetivar uma articulação nacional, devido à própria dinâmica das relações políticas do movimento e à falta de apoio de entidades parceiras” (MATOS, 2012, p. 159).

O movimento surge primeiramente para fortalecer a luta em prol da conquista da terra, juntos aos homens, num segundo momento, queriam exercer outras

ações, como esclarece Matos (2012, p. 149) “Nas últimas décadas, as principais reivindicações das mulheres indígenas eram pela participação direta no gerenciamento de projetos indígenas comunitários, sobretudo, os de desenvolvimento sustentável e de revitalização cultural articulada à geração de renda”.

Conseqüentemente, em 1999, nasce a Organização das Mulheres Indígenas em Roraima (OMIR), tornando-se uma conquista para as mulheres que também passam atuar no campo político em defesa de seus direitos. A partir de então a mulher indígena passou a ter uma maior representatividade junto ao seu povo, no sentido de que agora elas também teriam um espaço para reivindicar suas bandeiras de lutas junto a outras organizações, somando forças nessa luta pelos direitos indígenas.

Nesse processo organizacional as mulheres enfrentaram diversos desafios, dentre eles a questão de gênero, uma vez que, tal movimento não ocorre sem disputas de poder, interna e externamente, embora as mulheres não quisessem competir com os homens, mas garantir um espaço de atuação. Pois, como já observou Joan Scott (1996), estas relações estão inclusas nas relações de gênero, nas disputas de espaços e nas disputas políticas.

Desse modo, encararam o machismo exercido por homens que resistiam à sua participação efetiva nas tomadas decisões, bem como a criação de uma organização própria. Além de dificultarem sua presença nas reuniões das mulheres, que corriam o risco de sofrerem algum tipo de violência quando retornassem para suas casas, caso resolvessem participar.

Observa-se no relato da Coordenadora do Movimento de Mulheres, Lindalva N. Peixoto (*in memoriam*), pioneira desse movimento, alguns sentimentos vivenciados por elas: “A necessidade de formar o movimento das mulheres já vinha sendo sentida; por falta de coragem, apoio, confiança e discriminação, desvalorização e ciúmes de alguns homens (esposos), as mulheres ficaram caladas, mas não desistiram da luta ao lado dos homens.”<sup>3</sup> Apesar dessas adversidades continuaram a conquistar seus espaços no campo político e a atuarem em prol dos direitos indígenas mais amplos, como a demarcação e homologação de suas terras, saúde e educação diferenciadas, assim como defender demandas específicas: o combate a bebida alcoólica, a violência contra a mulher, a busca pela autossustentação, a defesa da saúde da mulher indígena, dentre outras. Problemáticas estas que não recebiam a devida atenção do movimento mais amplo.

<sup>3</sup> Relato de Lindalva N. Peixoto. Memória sobre a fundação e desenvolvimento do Movimento das Mulheres Indígenas de Roraima. S/d. p. 1. Acervo da OMIR.

Após esta breve descrição da organização política, neste estudo, decorrente da Dissertação de Mestrado intitulada “Organização das Mulheres indígenas de Roraima (OMIR): Uma Análise das Demandas e Reivindicações das Mulheres Indígenas na Luta por Direitos”, pretendemos apresentar algumas impressões das mulheres indígenas que acompanham a atuação da Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR), seja desde sua fundação, seja nos momentos mais atuais.

Objetivamos compreender a importância de se ter uma organização específica para discutir/demandar pauta das mulheres indígenas; destacar, partindo da vivência delas neste espaço, quais os impactos que gera na sua vida em comunidade e verificar como é ser essa mulher indígena atuante nesse contexto de luta.

## MULHERES INDÍGENAS: TECENDO SUA FORÇA E RESISTÊNCIA

Na presente pesquisa foram entrevistadas mulheres que estão na OMIR desde o início de sua criação, como é o caso de Marciliana Luiz da Silva (Conselho Fiscal da OMIR); mulheres que são participantes, não coordenadoras, que no entanto, têm acompanhado o trabalho da OMIR e exercem papel de liderança em suas comunidades, como é o caso de Maria Cleonice Servino Grigório (Tuxaua), Valdina Mendes Silva (Tuxaua); e aquelas que exercem algum cargo de liderança frente a uma organização indígena atualmente, como Rosimeris Cavalcante Barbosa (Coordenadora Estadual OMIR), Martilza Lima (vice coordenadora OMIR), Maria Betânia Mota de Jesus (Secretária do Movimento de Mulheres Indígenas do CIR), Lenir Servino Grigório (Coordenadora Local), e Gabriela Nascimento Peixoto (Coordenadora regional, filha de dona Lindalva Peixoto - *In Memoriam*-pioneira no movimento de mulheres indígenas).

Com base na análise dos relatos dessas mulheres, observou-se que possuem alguns pontos em comum sobre a importância em se ter uma organização de mulheres indígenas; percebem a OMIR como símbolo de união, luta e força. Enxergam a OMIR como um órgão de representação dos interesses das mulheres indígenas. Grigório L.S. (2018), por exemplo, acredita que a Organização é importante porque traz união tanto para as mulheres, quanto

para a comunidade. Acredita que pode levar algo para aquelas mulheres que não participam das assembleias e reuniões, além de valorizar mais as mulheres com a Organização<sup>4</sup>.

Grigório M.C.S. (2018), enfatiza o depoimento de Grigório L.S. (2018):

Porque as mulheres que lutam elas vencem muitas coisas. Mulher é importante, os trabalhos das mulheres, porque mulher é tudo. Desde o primeiro filho ela já começa a lutar, tem que fazer o café da manhã, tem que fazer o beiju, principalmente, nós. A nossa convivência na comunidade é de luta mesmo. Se nós não tiver roça tem que comprar. Mas se nós não temos a roça temos que fazer. Aí as vezes tem gente que tem, mas não faz aí vai passar fome.<sup>5</sup>

A entrevistada relata a realidade em que vive na sua comunidade. Além disso, é notória sua percepção sobre ser mulher indígena ao enfatizar os desafios diários de sua vivência. Acredita-se que seja devido a estas problemáticas (falta de roça, de incentivo à agricultura) que uma das principais demandas das mulheres são projetos que visem ao desenvolvimento da agricultura, da criação de animais que, além de produzir alimentos para consumo próprio, gera renda e permite uma certa autonomia financeira para as mulheres.

Eis o ponto de vista de Peixoto<sup>6</sup> (2018) sobre a importância da OMIR e a finalidade da Organização:

Eu acho primeiramente a questão da força da mulher dentro das comunidades, a valorização da mulher. Eu digo assim, o papel de ser uma mulher, vamos dizer assim de levar em frente o seu papel de mulher como dona de casa, como trabalhadora, agricultora, como professora, porque a mulher... Nós mulheres, nós temos, vamos dizer assim, um papel muito importante mesmo que Deus nos deu né!? Assim, porque a gente é dona de casa, trabalha fora de casa, dá conta da família, além disso, a gente como coordenadora, tem que dar conta do trabalho da região, sabe assim é um papel muito importante. Muitas pessoas podem não reconhecer, mas aí se você parar para pensar (PEIXOTO, 2018).

<sup>4</sup> Lenir Servino Grigório, concedido em entrevista a Luana Almeida de Moura, em novembro de 2018, em Boa Vista-RR. Lenir é coordenadora local da Comunidade Jibóia, região Raposa, da etnia Macuxi.

<sup>5</sup> Maria Cleonice Servino Grigório, em entrevista concedida a Luana Almeida de Moura, em novembro de 2018, em Boa Vista-RR. Maria Cleonice é Tuxaua na Comunidade Jibóia, região Raposa e membro participante da OMIR. Tem 89 anos de idade, da etnia wapichana.

<sup>6</sup> Gabriela Nascimento Peixoto, concedido em entrevista a Luana Almeida de Moura, em novembro de 2018, em Boa Vista-RR. Gabriela é coordenadora regional da OMIR, região do Surumu. Da etnia Macuxi, da comunidade Renascer.

Observa-se que a entrevistada explicita as várias funções das mulheres indígenas, com o acréscimo de trabalho como coordenadora e da importância dessas atividades frente à Organização, pois possibilita visibilidade em mostrar que a mulher é capaz de fazer a diferença no meio em que vive. Acrescenta ainda sobre o desafio que é trabalhar sem nenhum incentivo financeiro “É um grande desafio e também por a gente não receber né nenhum tipo de recurso assim para trabalhar, então a gente trabalha por força de vontade mesmo porque a gente quer ver as coisas acontecer, a gente quer ver as coisas mudarem dentro da nossa comunidade” (PEIXOTO, 2018).

As coordenadoras, sejam regionais, locais ou estaduais, não recebem remuneração para trabalhar à frente da OMIR. Somente as vezes ocorre de aquelas que têm oportunidade de viajar receberem diárias dos órgãos responsáveis pelo evento, estadia, passagens, mas não são assalariadas pela OMIR. “Que as mulheres possam reconhecer os seus direitos, e elas buscarem também né?! Assim, a gente não quer desafiar os nossos maridos, dizer assim que a gente não quer contrariar, mas se valorizar também como mulher, eu acho que isso é mais importante” (PEIXOTO, 2018). Esta entrevistada, assim como as demais mulheres que atuam na OMIR não tiveram e não têm a intenção de desafiar os homens, mas usufruir de seus direitos.

Silva M.L. (2018), que vem acompanhando o movimento de mulheres desde o início, ressalta que a importância de ter uma organização de mulheres indígenas deve-se ao fato de assim se estabelecer igualdade: “assim tipo, homem tem seu direito também de se organizar, mulher também é um pouco diferente, mas nós temos também direito de nós se organizar”<sup>7</sup>

Assim que não deixamos como muito deles disse que, não porque que vocês tão separado, porque OMIR é OMIR, aí homem é homem. Só que são aquelas pessoas né, que não querem entender, que não querem saber, as vezes até de não aceitar, as pessoas que não querem deixar né, as bebidas alcoólicas, deixar de tá violentando a mulher, humilhando, aí não querem mesmo, aí pronto, não sei o que falta pra eles, fazer eles entender. Não entendo isso (SILVA, M.L. 2018).

Partindo deste relato, percebe-se que a entrevistada considera que o fato de alguns homens questionarem a existência da OMIR, e por vezes, nem aceitar, é devido a Organização combater a bebida alcoólica nas comunidades, pois esse é um

<sup>7</sup> Marciliana Luiz da Silva, em entrevista concedida a Luana Almeida de Moura em novembro de 2018, em Boa Vista. Marciliana é, atualmente, Conselheira Fiscal Titular da OMIR, da Comunidade Indígena Cumanã, Região Surumu, Município de Pacaraima.



dos fatores que gera violência, segunda elas. A OMIR não se isolou do movimento indígena, pelo contrário, só fortaleceu. Para além disto, entende a atuação da OMIR como uma viabilidade de trazer conhecimentos para as mulheres.

De acordo com Silva<sup>8</sup> V.M.S (2018), a OMIR é organização, planejamento, é fazer um trabalho para as mulheres, para assim poderem tirar o sustento para a família, ou comprar algo como tela, arame, etc. Ou seja, ela enxerga a OMIR como um espaço de possibilidades de melhoria de vida em comunidade, uma vez que a organização defende a auto sustentabilidade das mulheres.

Então tudo isso elas colocam pra gente né pra poder a gente se juntar mais, poder ser mais organizada, unir. Mas tem muitas mulheres, colega né que não quer saber disso né. Elas diz que não vai pra frente, elas faz e não vê nada, aí eu sempre digo assim: ninguém nunca vê nada porque vocês não fazem, não vão ajudar. Claro que ninguém não vai ver nada mesmo. [...] pra lá é mais panela de barro né, porque se ninguém partir pra fazer panela de barro, claro que ninguém não vai ter nada, não vai ter lucro de nada, porque não fizemos nada. Então eu vejo que elas, que são da organização, elas chamam muito atenção né das mulheres. Mas hoje a mulher não quer dar o valor né. É por isso eu hoje eu tava colocando aqui que vem mulheres primeira vez participar dessa oficina não sabe o que é PGTA [Plano de Gestão Territorial e Ambiental], não sabe o que é OMIR, não sabe o que é CIR. Elas não sabe o que que significa essas palavras né. Aí elas ficam perdidas, porque nunca participaram, nunca se interessaram (SILVA, V.M. 2018).

A entrevistada demonstra situações desafiantes enfrentadas pelas mulheres que estão à frente de uma organização cujo objetivo é buscar despertar o interesse de outras mulheres para uma luta que é de todas. Pois, ainda há mulheres que desconhecem a própria Organização, além das entidades representativas dos povos indígenas.

Por conseguinte, Lima (2018) acrescenta que a importância da organização foi pensada por causa da violência e da bebida alcoólica; porque os tuxauas não deixavam as mulheres falarem. Embora houvesse assembleia e as mulheres estivessem presentes, só os tuxauas que falavam. As mulheres ficavam na cozinha, “cozinhando pra eles ali debatendo, aí a gente não tinha vez, nem voto, né, que não tinha momento da gente falar”<sup>9</sup>. Assim continua:

---

<sup>8</sup> Valdina Mendes Silva, concedido em entrevista a Luana Almeida de Moura, em novembro de 2018, em Boa Vista-RR. Valdina é Tuxaua da comunidade Macaco, região Raposa e membro participante da OMIR, da etnia Macuxi.

<sup>9</sup> Martilza de Lima, concedido em entrevista a Luana Almeida Moura, em novembro de 2018, em Boa Vista-RR. Martilza é Vice Coordenadora Estadual da OMIR, da etnia Macuxi, da comunidade Aningual, região Amajari.

[...] pensando nisso que a coordenadora Lindalva, já assim de momento ela falou, por que que os tuxaua não deixa as mulheres falar, por que que os tuxaua não quer ouvir a fala das mulheres? Aí, quando surgiu a primeira tuxaua mulher, lá na Raposa né, aí quando uma primeira mulher foi tuxaua: ah não, mulher não pode né, não pode... como é que diz... não pode tomar conta de uma comunidade. Não pode liderar... será que não são capaz? Você não é capaz? Então a gente viu muito essa situação nossa mesmo, indígena, com nossos próprios tuxauas. Ai saiu é... essa, essa criação dessa organização, por causa dessa demanda. Opa, nós vamos... não mulheres, você fica lá na cozinha, mas eu vou fazer projeto aqui pra ti, no caso o CIR, né (LIMA, 2018).

Embora sejam parceiros de lutas e tenha uma secretaria de mulheres indígenas no CIR, Lima (2018) relata que o CIR não foi um grande apoiador na criação da OMIR, inicialmente. Queriam deixar as mulheres ainda na cozinha, naquele momento; continuar desenvolvendo projetos para as mulheres, enquanto elas poderiam discutir tais demandas conjuntamente.

A participação dessas mulheres numa Organização, como coordenadoras, como ouvintes, participantes, lhes possibilitaram algumas conquistas, mudanças significativas, tanto na vida pessoal, quanto no âmbito comunitário:

Nós conseguimos o radiofonia, poço artesiano, porque se ninguém participasse de movimento nenhum ninguém conseguia nada não. Se tiver só em casa, só comendo, trabalhando, bebendo. Ninguém conseguia nada, porque ninguém sabia como que tava o andamento das coordenações na área, mas pelo que vi mudou muito (GRIGÓRIO M.C.S. 2018).

A entrevistada explicita as mudanças que a união e a luta em movimentos indígenas podem trazer para a comunidade. A busca por melhorias parte dos próprios indígenas, a necessidade de comunicação com os parentes de comunidades mais longínquas é possível por meio da radiofonia, além de outras conquistas comunitárias. Silva, M.L (2018) acrescenta o que sua participação na Organização significou na sua vida: “fiquei fortificada, sei lá, assim me encorajando mesmo, eu cresci mais né na mente, ter mais coragem pra enfrentar essa dificuldade na luta.”

Os desafios despertam a coragem para enfrentar e conquistar melhorias de vida para si e para o seu povo. É possível dizer, de acordo com os relatos das entrevistadas, que a luta lhes permitiu ser mais fortes, principalmente em conhecimento. A timidez fica de lado quando alguém se dedica ao movimento indígena, e tal mudança de atitude advém do envolvimento nas causas, nas

lutas dos povos indígenas. Percebe-se que à medida que as mulheres vão reelaborando suas experiências e as significações da OMIR, vão também exercendo outras subjetividades do sujeito mulher – mulheres líderes.

É relevante evidenciar mais um ponto relatado por elas: A aceitação da família em relação à liderança que estas vêm exercendo. Jesus (2018), é uma das mulheres que se divide em várias funções, está em Boa Vista há um ano e seis meses à frente da Secretaria do Movimento de Mulheres Indígenas do CIR. Veio sem a família, relata que houve “muita resistência, né, do meu marido por eu vim só pra cá, ou por ele ficar lá com os filhos. É muito diferente de nós mulheres né. A gente aceita assim sabe, na maior tranquilidade, como se fosse algo natural”. Observa-se como ainda se tem essa visão machista acerca do trabalho que as mulheres desenvolvem. Por que para os homens um cargo de liderança não pode ser assumido naturalmente quando desempenhado por uma mulher? Por que o cuidado dos filhos tem sempre que recair sobre a mãe? Jesus (2018) faz alguns comentários sobre as dificuldades que encontrou com seu esposo. Porém, com um bom diálogo, conseguiu convencê-lo e fazê-lo entender a importância de seu trabalho.

No entanto, nem todas as mulheres conseguem dialogar e serem compreendidas. Há relatos das próprias indígenas que, quando participavam das assembleias, ao chegar em casa apanhavam dos maridos pelo simples fato de ter ido participar das reuniões.

Diferentemente de Jesus (2018), Peixoto (2018) tem dificuldade em obter o apoio e compreensão do marido:

Assim, como eu falei: está um pouco complicado, um pouco difícil, mas eu estou tentando trabalhar, porque trabalhar como secretária estadual não está sendo fácil. Porque eu tô aqui, não tenho ajuda financeira, mas sim porque eu gosto e também não vou dizer assim, que está 100% a minha família por questão do marido, [...] Está um pouco complicado eu estar aqui fazendo esse trabalho e até mesmo como coordenadora regional eu não tenho muito esse apoio, mas não é por isso que eu vou desistir, né?! Como eu falei, é uma coisa que eu gosto, é uma coisa que vem de dentro de mim assim, que eu tenho que fazer isso pela região [...] principalmente para as mulheres, porque tem muitas mulheres que são muito, como eu posso dizer... que passam por essa situação que os maridos não deixam sair e assim, eu tento conversar com elas “não é que vocês tem que desafiar o marido de vocês, vocês tem que levar eles para conhecer qual é o nosso trabalho mesmo”. Não é que a gente quer atrapalhar. [...] Eu penso assim, eu quero mostrar para elas assim, o nosso trabalho é nós ajudar nossa própria família e nossa própria comunidade e até ele mesmo [o marido] (PEIXOTO, 2018).

Mesmo não sendo apoiada pelo marido, Peixoto (2018) não deixa de trabalhar pelas mulheres, pois desde criança acompanhou os passos de sua mãe, Lindalva Peixoto. Por isso incentiva as demais mulheres a também participar. Vale ressaltar que Peixoto (2018) sempre se emociona quando fala da OMIR: é inevitável não lembrar da mãe. Com todas as dificuldades, segue em frente, em busca de melhorias para a vida das mulheres, na comunidade e na sua vida também.

Barbosa (2018) relata de uma forma geral sobre um determinado episódio, quando na luta para registrar o estatuto da OMIR, os homens não permitiram que as mulheres assinassem em favor do registro jurídico da organização:

Vários homens que falavam e colocavam na cabeça das mulheres deles é que não era pra elas assinar pra registrar a OMIR, porque se os homens não conseguia segurar uma organização que ainda ficava dívida financeira pra pagar, eles diziam que nós não ia conseguir também, que a gente ia deixar furo nas organizações, que nós ia fazer mais conta pra pagar, então eles não acreditaram em nós mulheres. Eu consegui registrar a OMIR, mas o que eu fiquei muito triste foi que todas as nove regiões assinaram, só teve uma região que não assinou que foi a Serra né, que através do machismo ainda dos familiares das mulheres lá pelos homens não deixaram as mulheres assinar, fizeram uma carta, levaram para assembleia pra ler que eles não iam assinar, não ia, se nós fizesse conta não ia ajudar a pagar. Aí foi um momento que eu senti muita tristeza que nem as próprias mulheres acreditaram nelas, elas foram através da cabeça dos companheiros delas ainda, mas não foi todas, foi só as lideranças que estavam na frente né e hoje eu vejo que quem corre mais atrás de projeto na OMIR é a Serra e a OMIR está aí pra atender (BARBOSA, 2018).

Barbosa (2018) salienta um dos episódios de tensão entre as mulheres. Se posicionar a favor ou contra o registro da OMIR, sendo influenciadas pelos seus companheiros, assim a região das Serras acabou não apoiando a OMIR, o que não quer dizer que ficaram de fora dos trabalhos da Organização. Barbosa (2018), que é muito envolvida com as questões indígenas relacionadas às mulheres, e com essas discussões, acentua o machismo a que determinadas mulheres ainda vivem submetidas.

Lima (2018), ressalta alguns desafios enfrentados pelas mulheres indígenas no tempo presente:

[...] a organização não ter desenvolvido um trabalho voltado para a organização e... é essa nossa dificuldade: não, a OMIR tá registrada e agora vai caminhar com suas próprias pernas, não... não anda. Se a gente não... é... chamar você e chamar

outras pra gente poder dialogar, e ter um trabalho né, uma única programação e pra poder desenvolver esse trabalho que tá faltando, isso é o nosso desafio porque nós não temos transporte, nós não temos recurso, não temos alimentação, não temos né... muitas das vezes né não temos até moradia, temos que pagar moradia, como no caso da coordenadora que paga até moradia. Então, um pouco isso assim, é muito é... desafiador pra gente, porque a gente tá dentro da organização, eu, principalmente, eu tô à frente da organização, eu tenho apoio do meu esposo né... Então, é isso... o nosso desafio maior é por conta disso, e também porque vocês ver aqui é uma sede né, que é cedida pra gente, é uma estrutura do trabalho dos indígenas, mas também como é que tá sendo feita né, não tem aquela estrutura pra fazer aquele trabalho né, não tem um endereço, tem internet aí, mas não sei como funciona, colocaram aqui só pra dizer que coloca, então assim, passa por essa dificuldade né, a gente precisa muito dessa tecnologia pra poder desenvolver também o projeto, o trabalho voltado para a organização isso que, que falta também pra gente né, que é a gente acompanhar a tecnologia né, hoje em dia nós temos que ter né, essa internet, e acho que nós, nós não temos né. Então assim, falta muito esse trabalho, porque esse é um desafio mesmo que a gente encontra com os próprio parente né... ah porque a OMIR não vem todo dia, não! Não é porque a OMIR não vem todo dia, se a OMIR vem todo dia né, eu posso vim todo dia, todo o dia eu posso vim, mas e outros porque é que não vem, né? Que é pra tá aqui junto comigo, que é pra tá aqui junto da gente, pra gente fazer esse momento, conversar, ver as demanda, ver os convite, [...] (LIMA, 2018).

Com o relato de Lima (2018) é possível perceber as dificuldades que a Organização enfrenta, onde os desafios são diários. É a sede que não é permanente, é a falta de internet, de comunicação, a necessidade de pessoas que saibam lidar com o meio tecnológico, é a dificuldade de diálogo e a falta de compreensão por parte das que fazem parte da OMIR. As exigências são muitas, mas de acordo com a mesma, as colaborações são poucas.

Jesus (2018) por sua vez, corrobora com as afirmações de Lima (2018) ao ressaltar as dificuldades enfrentadas frente à Secretaria de Mulheres Indígenas do CIR:

Assim, os desafios mais que a gente observa muito é... é a articulação assim, as coordenadoras terem mais um... que é muito difícil elas conseguirem transporte pra ir pros lugares, a gente tem pouco recurso pra tá alugando transporte, mais que a gente pode apoiar é com combustível né, mas assim, graças a Deus que todas as... apesar desse.. as vezes a gente fica até triste “ah, só veio três de tal região sendo que era dez de tal região, então sempre tem né essa... até mesmo a preocupação de elas não ter também um transporte pra ir também articular com elas “não, quem é que vai?” então eu acredito a dificuldade maior é assim, o desafio maior é esse né... só a logística mesmo de elas chegarem no local que tá acontecendo as ações, mas graças à Deus que os trabalhos que eu realizei a

nível regional e estadual, deu um quantitativo a mais do que era pra ter né, por que assim, quando diz “ai é um seminário de mulheres”, não vai só mulheres, vai jovens, vai homens, então não é só mulheres que vão tá ali (JESUS, 2018).

Observa-se que é com várias dificuldades que o movimento das mulheres indígenas tem caminhado e vem sendo construído. São desafios diários, distintos, mas que não impedem de continuarem lutando.

Neste caminhar nota-se as faces de uma história que se alonga desde séculos. O rosto feminino de uma mulher que luta e sofre preconceito por ser mulher e por ser indígena, quando alguns ainda acham que a violência contra a mulher indígena seja algo cultural. As mulheres indígenas vêm desvelando com o passar dos tempos que são sujeitos ativos, que têm, aos poucos, transformado a realidade em que vivem, sem deixarem de ser indígenas, donas de casa, mães, entre outras diversas funções que elas desempenham.

Ser mulher num país em que a misoginia, o feminicídio, a violência contra a mulher têm sido cada vez mais recorrente<sup>10</sup>, é viver em alerta, com medo todos os dias. Os debates sobre estas temáticas têm sido levados para as comunidades indígenas e incentivado as discussões entre as mulheres indígenas. Todos os dias vemos nas manchetes de jornais, em redes sociais, casos e mais casos de toda forma de violência, e, neste contexto, no qual sobreviver de modo geral é difícil para as mulheres, percebemos as mulheres indígenas. Estas, além de toda carga que carregam por serem mulheres, ainda sofrem o preconceito por serem indígenas. Como é ser essa mulher indígena em meio a tantas formas de violência, todos os dias, em cada minuto. E quando estas tomam as frentes de lutas, assumem cargos, se posicionam como lideranças e vão em busca de seus direitos específicos, de demandas que incluam as mulheres e que estas sejam as protagonistas de sua própria história? Pois bem, as entrevistadas relatam o que é ser essa mulher indígena hoje.

<sup>10</sup> As violências praticadas contra as mulheres devido ao seu sexo assumem múltiplas formas. Elas englobam todos os atos que, por meio de ameaça, coação ou força, lhes infligem, na vida privada ou pública, sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos com a finalidade de intimidá-las, puni-las, humilhá-las, atingi-las na sua integridade física e na sua subjetividade. O sexismo vulgar, a pornografia, o assédio sexual no local de trabalho também se incluem. As violências corporais que, como expressão de relações entre poder masculino e sexualidade, fazem parte da aprendizagem da virilidade, e são em geral legitimados socialmente. Ferindo diretamente muitas mulheres, privando-as da sua liberdade de ir e vir, do seu sentimento de segurança, da sua autoconfiança, de sua capacidade de construir relacionamentos, de seu gosto pela vida, essas violências se referem e afetam todas as mulheres que são vítimas potenciais e constituem uma das formas extremas de relação entre os sexos. Ver ALEMANY (2009).

Para Jesus (2018) é mais do que uma simples mudança. É resistir, é mostrar que a mulher é capaz de fazer acontecer:

Ser essa mulher, eu acredito que ser não estar né. Ser já se vem de uma mudança muito grande sabe, até mesmo de resistência, de ser mais resistente, de lutar mesmo, de ser lutadora e ter sempre consigo que deve se caminhar sempre junto, sempre unido, jamais caminhar separado, porque se houver isso não tem objetivo. Sempre vai ter desafios pra conduzir ao que realmente a gente quer de objetivo de luta de conquista. E ser mulher é mostrar que a mulher também ela faz acontecer, faz a diferença também junto com o movimento indígena. E eu acredito muito nisso que a mulher ela tem sim capacidade, ela tem sim empoderamento, que depende muito dela de impor e de dizer, não, eu vou dar minha ideia e dessa maneira também é viável que aconteça, é viável que faça a diferença. Eu tenho isso comigo e isso eu acredito que me ajuda muito também. Só porque o homem falou não é aquilo ali. A gente tem também esse potencial de dizer, tem esse empoderamento também de conhecimento, de questionar, então eu tenho isso comigo e isso que ajuda muito a minha caminhada (JESUS, 2018).

A certeza de que a mulher vai além dos espaços que outrora lhes foram atribuídos, está presente no relato de Jesus (2018). Ela utiliza termos que ultimamente tem sido muito citado por mulheres: empoderamento, que se dá quando a mulher se conscientiza de seus direitos, quando estes ficam mais claros. Se partimos dessa premissa, ainda que sem um estudo teórico adequado, poderíamos dizer que as mulheres indígenas estão nesse processo de empoderamento, mesmo que muitas delas sequer tenham consciência do que signifique essa palavra.

Para Barbosa (2018):

A mulher indígena, já tá dizendo mulheres indígenas, ela tem uma força, um potencial muito forte. O que elas querem como tema da OMIR “união, luta, liberdade e resistência”. Eu acho que uma mulher indígena é tudo isso, ela tem uma grande resistência, apesar de ela ser mãe, as vezes fica sendo mãe e pai né e tem essa resistência de criar os filhos, de colocar sua roça, sua criação. Então, a mulher indígena ela é tudo, é uma resistência muito forte, que a gente nunca deixa acabar a nossa autonomia por ser mulher né. E hoje elas tão cada vez crescendo, pegando espaço. Já tem muitas mulheres que nessa longa resistência, hoje elas são tuxauas, coordenadoras de tuxauas, são professoras, são agente de saúde, são agricultoras, são tudo né, animadora de comunidade, são catequistas, são vaqueiras, então ela tem uma resistência muito grande né. Elas tão nesses espaços. Elas ocupam os espaços, não estão mais como naquela época que vivia só ali isolada na cozinha e não podia sair de casa, hoje elas estão em todos os lugares.

Barbosa (2018) destaca bem a importância da mulher indígena hoje. Se outrora elas se limitavam a um espaço determinado, hoje elas diversificaram os espaços de atuação. Ser mulher nos dias atuais é difícil, existem desafios diversos, as mulheres de modo geral são diversas, têm pensamentos distintos, enfrentam desafios constantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo verificou-se que, no processo organizacional as mulheres indígenas enfrentaram, enfrentam ainda, diversos desafios, dentre eles ficou latente o machismo enfrentado por elas no decorrer de suas ações, exercido por homens que resistiam à sua participação efetiva nas tomadas de decisões, bem como a criação de uma organização própria. Além de dificultarem sua participação nas reuniões das mulheres, pois as mesmas corriam o risco de sofrerem algum tipo de violência quando retornassem para suas casas. Conseguir apoio dos parceiros é uma tarefa que requer paciência das mulheres, pois muitos deles ainda resistem a ampliação dos seus espaços de atuação.

Por meio da análise dos depoimentos das mulheres indígenas pôde-se verificar como as mulheres têm percebido a OMIR, os desafios enfrentados ao exercer um cargo de liderança. Por conseguinte, como estas mulheres percebem a si mesmas nesse processo, nessas reflexões e discussões, bem como a força que essas mulheres exerceram quando reivindicaram a participação no movimento indígena, lutando pela igualdade de direitos e somando forças com os homens na luta em defesa de seus territórios.

É notório o viés que a história tem tomado no que tange às mulheres indígenas. Poder partilhar um pouco desses relatos é também construir um pouco dessa história de luta, união e resistência, como bem enfatiza o slogan de sua organização. O percurso foi árduo até chegar num processo em que se percebe as mulheres de forma mais igualitária em relação aos homens. É bem verdade que ainda não é o bastante, ainda estamos com índices altíssimos de feminicídio, violência, abuso, etc.

Embora percebamos muitas mudanças, ainda é preciso continuar lutando, aliás, a luta por direitos mais igualitários é uma luta constante. Afinal, como deixar de lutar numa sociedade cujas raízes estão arraigadas no patriarcado,



no qual o machismo persiste e todos os dias mulheres são assassinadas pelo simples fato de ser mulher! Resistir é um ato de rebeldia, seja da mulher negra, indígena, lésbica, ou de qualquer outro seguimento.

## REFERÊNCIAS

ALEMANY, Carme. Violências. In: HIRATA, Helena, et al. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MATOS, Maria Helena Ortolan. Mulheres no movimento indígena: do espaço de complementaridade ao lugar de especificidade. In: SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria. **Gênero e povos indígenas**: coletânea de textos produzidos para o “Fazendo Gênero 9” e para a “27ª Reunião de Antropologia”. Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/GIZ/FUNAI, 2012.

Memória sobre a fundação e desenvolvimento do Movimento das Mulheres Indígenas de Roraima. S/d. Acervo OMIR.

MONAGAS, Ângela Célia Sacchi. **União, luta, liberdade e resistência**: as organizações de mulheres indígenas da Amazônia brasileira. Tese (Doutorado em Antropologia) Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-graduação em Antropologia, Recife, 2006. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/790/arquivo4717\\_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/790/arquivo4717_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y)> Acesso em: 11/09/2017.

MOURA, Luana Almeida de. **Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR)**: uma análise das demandas e reivindicações das mulheres indígenas na luta por direitos. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) Universidade Federal de Roraima-UFRR. Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras, Boa Vista-RR, 2019.

RAMALHO, Carla Onofre. **Unidas para a luta**: a Organização das Mulheres Indígenas de Roraima. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384179108\\_ARQUIVO\\_CarlaOnofreRamalhoFIM.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384179108_ARQUIVO_CarlaOnofreRamalhoFIM.pdf)> Acesso em: 10/10/2017

REPETTO, Maxim. **Movimentos Indígenas e Conflitos Territoriais no Estado de Roraima**. Boa Vista: Ed. UFRR, 2008.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero**: uma categoria de análise histórica. 3ª. ed. Recife: SOS CORPO, 1996.

VERDUM, Ricardo (org.). **Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas**. Brasília: Inesc, 2008.

#### ENTREVISTADAS

BARBOSA, Rosimeris Cavalcante. OMIR: uma análise das demandas e reivindicações das mulheres indígenas na luta por direitos. *Entrevista concedida a Luana Almeida de Moura, Boa Vista-RR, novembro de 2018.*

GRIGÓRIO, Maria Cleonice Servino. OMIR: uma análise das demandas e reivindicações das mulheres indígenas na luta por seus direitos. *Entrevista concedida a Luana Almeida de Moura, Boa Vista-RR, novembro de 2018.*

GRIGÓRIO, Lenir Servino. OMIR: uma análise das demandas e reivindicações das mulheres indígenas na luta por seus direitos. *Entrevista concedida a Luana Almeida de Moura, Boa Vista-RR, novembro de 2018.*

JESUS, Maria Betânia Mota de. OMIR: uma análise das demandas e reivindicações das mulheres indígenas na luta por seus direitos. *Entrevista concedida a Luana Almeida de Moura, Boa Vista-RR, novembro de 2018.*

LIMA, Martilza de. OMIR: uma análise das demandas e reivindicações das mulheres indígenas na luta por seus direitos. *Entrevista concedida a Luana Almeida de Moura, Boa Vista-RR, novembro de 2018.*

PEIXOTO, Gabriela Nascimento. OMIR: uma análise das demandas e reivindicações das mulheres indígenas na luta por seus direitos. *Entrevista concedida a Luana Almeida de Moura, Boa Vista-RR, novembro de 2018.*

SILVA, Marciliana Luiz da. OMIR: uma análise das demandas e reivindicações das mulheres indígenas na luta por seus direitos. *Entrevista concedida a Luana Almeida de Moura, Boa Vista-RR, novembro de 2018.*

SILVA, Valdina Mendes. OMIR: uma análise das demandas e reivindicações das mulheres indígenas na luta por seus direitos. *Entrevista concedida a Luana Almeida de Moura, Boa Vista-RR, novembro de 2018.*

# OS EVENTOS ARTÍSTICO-CULTURAIS E SEU PAPEL NA CONSTRUÇÃO DA COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA EM PACARAIMA: UMA ANÁLISE DO MICARAIMA, YAMIX E GRITO ROCK<sup>1</sup>

*Gabriel de Souza Alencar<sup>2</sup>  
Francilene dos Santos Rodrigues<sup>3</sup>*

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como finalidade apresentar algumas reflexões sobre os eventos artístico-culturais transfronteiriços e seus impactos nas relações de cooperação entre as populações da região fronteira das cidades Pacaraima – Santa Elena de Uairén (Brasil-Venezuela), durante os anos de 2007-2018. Para fins deste artigo selecionamos os eventos Micaraima, Yamix e Grito Rock. Esta seleção baseou-se nos critérios de tamanho dos eventos, entendendo o Micaraima como evento de grande porte, o Yamix de médio porte e o Grito Rock de pequeno porte, conforme será exposto na seção a seguir. Os procedimentos metodológicos para a realização da pesquisa foram a pesquisa documental a fim de criar um panorama dos eventos, entrevistas semiestruturadas com interlocutores-chave e participantes para aprofundar a percepção dos atores quanto aos eventos e seus impactos.

Este artigo também aborda o conceito de “cooperação”, conforme Tuomela (2000, p.11), que entende que as partes estão em cooperação quando agem “em conjunto intencionalmente na busca de um objetivo coletivo ou conjunto, independentemente de estarem ao mesmo tempo agindo em busca de um objetivo ‘privado’ (ou seja, meramente pessoais) ou não.” Importante frisar que o conflito não está ausente na cooperação. As partes podem concordar por regras (cooperação normativa) que regulem sua atividade, mas

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte da dissertação defendida no âmbito do PPGSOF, em 2019, sob o título “Os eventos artístico-culturais transfronteiriços: cooperação e solidariedade na fronteira.”

<sup>2</sup> Mestre em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF), e-mail: gabriel.souzalencar@gmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Ciências Sociais e docente do PPGSOF/UFRR. E-mail. france.rodrigues@ufr.br

isto não impede que elas exerçam competição ou conflito entre si dentro daquelas determinadas regras, que funcionam como o limite da cooperação.

Por fim, este artigo se divide em duas partes. Na primeira abordaremos cada um destes três eventos citados, alocando-os na região Brasil-Venezuela; na segunda analisaremos os impactos destes na localidade, divididos em impactos: políticos, econômicos e sociais. Após isto, o artigo encerra-se com algumas considerações finais.

## OS EVENTOS MICARAIMA, YAMIX E GRITO ROCK

O evento, que é o conceito chave de toda esta pesquisa, é entendido nos moldes de Getz (2007, p. 9), que diferencia “fenômeno” e “evento”, sendo que este último tem como essência “uma experiência que fora projetada (ou no mínimo facilitada) e, caso contrário não ocorreria.”<sup>4</sup>. Esta é a definição que pauta a noção de “evento” neste artigo.

O autor também destaca que o evento é algo temporal, que se desenvolve no tempo e único, no sentido de que dois eventos, mesmo sendo planejados, nunca serão iguais, pois sempre haverá aspectos que os diferenciem; não obstante essa singularidade, complementa que “Há muitos estilos de eventos planejados, produzidos para vários propósitos, mas em todo caso há a intenção de criar, ou, pelo menos, moldar as experiências coletivas e individuais” (GETZ, 2007, p. 9, grifo nosso).<sup>5</sup>

Essas experiências também estão moldadas pelo contraste com o cotidiano. Essa é uma característica básica do evento: a diferenciação da experiência cotidiana, como afirma Getz(2007, p. 11)<sup>6</sup>:

A experiência do evento planejado é modelada como um tipo de zona limiar – um lugar e espaço especiais, uma região de existência diferente, que deve ser simbolicamente ou ritualisticamente marcada para seus propósitos especiais.”

<sup>4</sup> Texto original: “[...] an experience that has been designed (or at least the experience is facilitated) and would not otherwise occur.” (Tradução livre)

<sup>5</sup> Texto original: “There are many styles of planned events, produced for many purposes, but in every case there is intent to create, or at least shape the individual and collective experiences.” (Tradução livre).

<sup>6</sup> Texto original: “The planned event experience is then modelled as a particular kind of liminal/liminoid zone – a special space and time, a different realm of existence that has to be symbolically or ritualistically marked for its special purposes.” (Tradução livre)

Dessa forma, os eventos aqui avaliados ocorrem no município de Pacaraima, instituído pela Lei 096/95 tendo como sede a antiga Vila de Pacaraima, que faz fronteira ao norte com a Venezuela. A implementação do município foi efetivada com a posse das autoridades a partir de 1997, desmembrando-se efetivamente do município de Boa Vista. Pacaraima tem um clima serrano que funciona como atrativo turístico como forma de fugir do calor roraimense.

No lado venezuelano, Santa Elena de Uairén recebeu, em 1945, o título de capital do então recém-criado município de Gran Sabana, no Estado de Bolívar. É vista atualmente pelo governo venezuelano como “uma das zonas naturais protegidas mais importantes do país e polo de grande desenvolvimento turístico” (AVN, 2015)<sup>7</sup>. Santa Elena está localizada no extremo sul da Venezuela, na fronteira com o Brasil, conta com uma zona de livre comércio (SENIAT, s.d.), sendo o comércio e o turismo suas principais fontes de renda.

Quando se fala do Micaraima é importante destacar que a lei 159/2009 de Pacaraima, de 24 de novembro, de 2009 instituiu o Carnaval fora de época no calendário oficial de eventos de Pacaraima, denominado na própria lei de Micaraima. O texto da Lei ainda estabelece que o evento “se realizará às sextas e sábados, correspondente ao fim de semana seguinte após a realização do carnaval nacional” (PACARAIMA, 2009). Apesar de a Lei ter sido promulgada apenas em 2009, o mesmo acontecia desde meados da década de 1990, provavelmente iniciando em 1995, sempre organizado pelo Governo de Roraima. Houve um hiato na sua realização durante um tempo, tendo sido retomado em 2017 para uma última edição, não tendo sido continuado após isto.

Não obstante, uma reportagem de 2012 informa que o evento atraiu milhares de pessoas “tanto brasileiros como venezuelanos, [que] se esbaldaram durante os dois dias do evento” e, dessa forma, “O Micaraima, além de ser uma grande festa de integração (Brasil/Venezuela) e fazer parte do calendário turístico do Estado, gera renda, empregos e fomenta a economia do município” (JUNIORBR, 2012).

Importante destacar que este foi um evento já consolidado no imaginário dos moradores da cidade e mesmo esperado tanto pelo comércio quanto pela administração pública, visto os diversos impactos que produzia. A estimativa é que naquele ano tenham passado por Pacaraima cerca de 80.000

<sup>7</sup> Texto original: “[...] una de las zonas naturales protegidas más importantes del país y polo de gran desarrollo turístico.” (tradução livre)

“brincantes”. Este dado é relevante porque a cidade de Pacaraima, até então, era uma cidade com pouco mais de 11 mil habitantes e cuja população é, em sua maioria, jovem (SEPLAN, 2014). Logo, houve uma explosão de transeuntes que representavam quase oito vezes a população local.

Não é possível falar do Micaraima sem falar do evento homônimo, seu irmão “MercoRumba”. Conforme explica o prefeito de Santa Elena de Uairén (EL PROGRESO, 2007b). O mesmo foi criado por uma parceria entre governo de Roraima e governo do estado Bolívar (na Venezuela), de modo a criar um evento carnavalesco de integração entre os dois países. O evento tinha a proposta de ser pendular entre as duas cidades um ano ocorrendo em Santa Elena, no próximo em Pacaraima.

Este evento foi organizado pelo governo do estado Bolívar em 2005, visando atrair turistas também dos 11 municípios que compõem o estado venezuelano, incorporando o Merco-Rumba na “Ruta del Calipso”, como é chamado o movimento itinerante dos festejos de carnaval na Venezuela, que começam em Ciudad Bolívar e culminam na cidade de El Callao (EL PROGRESO, 2007a).

Nesta ocasião, o jornal Diálogo El Progreso faz menção ao evento como “Carnaval Binacional”, onde agrupações culturais de Brasil e Venezuela se apresentam. O prefeito ainda classificou o evento como “sendo exemplo da integração dos dois povos que se unem para mostrar o melhor de suas culturas, considerando-se como a fusão do calipso tradicional carnavalesco venezuelano e o samba e forró brasileiros.”<sup>8</sup> Conforme a proposta pendular entre os dois países a primeira edição do evento deu-se em Santa Elena de Uairén. Já em 2006, na segunda edição, esta ocorreu em Pacaraima, quando as perspectivas de público foram superadas, com cerca de 40.000 pessoas. Nesta edição, o evento contou com o grupo “Calle Ciega” da Venezuela e “É o Tchan” do Brasil.

Nas edições seguintes, vê-se que a ideia de realização pendular não foi frutífera, período em que ocorreu o hiato das realizações do Micaraima. Morillo (2011), informa que não houve Micaraima em 2011, visto que a Prefeitura da cidade não conseguiu patrocínio com a cervejaria Bhrama. Porém, em Santa Elena ocorreu o MercoRumba, onde a autora afirma que se concentraram as populações de Pacaraima e de Boa Vista também. Na ocasião, afirma Morillo (2011) que

<sup>8</sup> Texto original: “[...] siendo ejemplo de la integración de dos pueblos que se unen para mostrar lo mejor de sus culturas, considerándose como la fusión del calipso tradicional carnestolendo venezolano y la samba y el forro brasileiro.” (tradução livre)

Para os vizinhos havia forró, que é como um tipo de reggaeton brasileiro em ritmos sintetizados e, junto aos venezuelanos, os de El Callao e Tumeremo, os brasileiros chegaram ao clímax com Maelo Ruiz e sua salsa erótica debaixo de chuva.<sup>9</sup>

O MercoRumba foi uma comemoração do lado venezuelano à sua entrada no Mercosul (2005) e teve duração de 10 anos. Em 2015, o organizador do evento agradeceu aos participantes pela presença no evento afirmando que “Foram 10 anos de muita emoção, levando muita alegria e todos os esforços sempre valeram a pena por vocês MercoRumber@s, obrigado a todos por fazerem parte desta bela história de integração e alegria.”<sup>10</sup> (MERCORUMBA, 2015).

O Yamix por sua vez, foi o evento que deu origem a toda esta pesquisa. Ele foi organizado pelo agora saudoso Prof. Devair Fiorotti, que foi um visionário na realização e organização deste evento que marcou o cenário cultural de Roraima com frutos que perduram até hoje e multiplicam-se. Este evento, que tem a característica de festival não foi um único evento mas, um fórum, um conglomerado de eventos e atividades que ocorrem, simultaneamente, sob o nome Yamix. Iniciado como um projeto de extensão da Universidade Estadual de Roraima (UERR), quando esta ainda tinha um campus em Pacaraima, o Yamix ocorreu no interstício de 2008-2013, totalizando seis edições. A temática principal sempre foi a diversidade. O nome do evento é explicado pelos próprios organizadores:

A palavra YAMIX possui radical de origem indígena. Seu principal conteúdo recai sobre o significado da palavra “diversidade”. Além do Radical, a palavra possui “mix” em sua organização que remete mistura. Esses significados representam bem o objetivo do evento, promovendo cultura, e realizando reflexões sobre a arte, sem preconceitos. (YAMIX, s.d.)

O evento que iniciou-se como um projeto para os alunos da UERR de Pacaraima, logo ganhou proporções que nem os próprios organizadores esperavam. Já na sua segunda edição, que foi um marco para o evento, o Yamix contava com alunos de todo o território roraimense (incluindo os campi da UERR de outros municípios), além de artistas e participantes espontâneos que se deslocavam até Pacaraima apenas para participar do evento.

<sup>9</sup> Texto original: “Para los vecinos había forro, suerte de regatón brasilero pleno en ritmos sintetizados y junto a los locales, los de El Callao y Tumeremo, los brasileros alcanzaron el clímax con Maelo Ruiz y su salsa erótica bajo la lluvia.” (tradução livre)

<sup>10</sup> “Fueron 10 años de mucha emoción, llevandoles mucha mucha alegría, todos los esfuerzos siempre valieron la pena por Ustedes MercoRumber@s, gracias a todos por ser parte de esta bella historia de Integración y Alegría” (tradução livre)

Ainda nesta edição, economicamente, a cidade transformou-se com a vinda de quase cinco mil pessoas para três dias de evento, cerca de 650 acadêmicos com certificação e oriundos de quase todos os municípios de Roraima, cerca de 170 artistas passando pelo evento, além de turistas de Roraima e da Venezuela. Este tipo de impacto foi muito bem recebido pela comunidade local visto que o turismo, que em boa parte move a economia de Pacaraima, é fruto de movimentos sazonais.

Vale o destaque de que os acadêmicos da UERR receberam alimentação e alojamento custeados pela instituição, tradição esta que se repetiu nas outras edições do festival. Esta ação em muito garantia a participação de artistas e acadêmicos que, em outras condições, não teriam acesso ao evento. Além dos participantes vale mencionar, segundo Fiorotti (2011), que foram mais de 100 acadêmicos trabalhando para tornar o projeto realidade, além de funcionários da UERR e da prefeitura. Foi essencial também o apoio dos hotéis e da Associação Comercial de Pacaraima para viabilizar o evento.

O evento teve impactos profundos na relação política formal entre Brasil e Venezuela na região de fronteira. Num lugar onde rigidamente a fronteira burocrática era fechada às 22h00min todos os dias, foi um marco significativo que um evento como o Yamix conseguisse a liberação da fronteira para que brasileiros e venezuelanos pudessem transitar entre os dois países à noite.

As edições do Yamix foram sempre marcadas pela amplitude de expressões artísticas (música, dança, teatro, pintura, poesia, fotografia), por exemplo com participações de coletivos de skate e hip hop, da Orquestra Sinfônica de Guasipati (Venezuela), do grupo Mahamudra (do estado de Minas Gerais), da banda venezuelana In Situ, o lançamento de livros, cantoras de Manaus e as bandas roraimenses Paricarana e JamRock. O renome do festival tornou-se tão grande que, em 2012, foi noticiado até no jornal Gazeta do Acre, que chamou o Yamix de “tradicional festival” de Roraima e: “[...] evento célebre na região Norte por reunir poesia, música, e dança, além de artes plásticas e audiovisuais.” (MARTINELLO, 2012).

Devido à falta de recursos e vontade institucional da UERR em garantir a continuidade do evento, este findou-se em 2013. Ainda hoje moradores de Pacaraima e Santa Elena de Uairén recordam-se do festival que marcou toda a cidade, reunindo artistas de vários lugares e a revitalização do espaço urbano com a ocupação por outras pessoas.



Por fim, o Grito Rock tem algumas características que são próprias a ele e por isso o tornam único. O primeiro fato que o difere dos eventos citados anteriormente é que embora organizado por uma instituição ele não é encabeçado pelo poder público mas, sim por iniciativa de artistas e entidades privadas para sua consecução. O Grito Rock não é um projeto local, mas sim um evento realizado concomitantemente em diversas cidades. A primeira edição ocorreu em 2003, em Cuiabá, como alternativa aos festivais de carnaval, sempre acontecendo no período carnavalesco. Foi a partir de 2007, entretanto, que passou a acontecer de forma integrada nas capitais do Brasil.

O evento foi liderado pelo Coletivo Cultural Fora do Eixo (2009) como

[...] uma rede colaborativa e descentralizada de trabalho constituída por coletivos de cultura pautados nos princípios da economia solidária, do associativismo e do cooperativismo, da divulgação, da formação e intercâmbio entre redes sociais”.

Por meio de um amplo trabalho de coordenação e divulgação, o Coletivo permite que uma rede de produtores culturais do Brasil promova o Grito Rock (que é apenas um de seus eventos) em suas respectivas cidades. Para isso, o Coletivo emite uma cartilha e um regulamento (FORA DO EIXO, 2017; 2017b) para instruir os produtores quanto à forma de realização do evento. Há todo um processo de seleção não eliminatória (mais para fins de cadastro) e objetivos que devem ser atendidos pelos realizadores do evento. Um deles, destacou que “Montar uma programação musical prioritariamente com artistas e bandas autorais e independentes, garantindo espaços também para artistas e bandas locais.” (FORA DO EIXO, 2017).

Além disso, cabe aos organizadores participar de campanhas para angariar fundos e buscar recursos junto a entidades públicas ou privadas. O Coletivo estabelece que o evento deve ser gratuito ou ter um preço popular. Uma vez confirmada a participação dos produtores, o Coletivo fornece kits para divulgação do evento com releases, material para aplicação de marcas, guias de vídeo e fotografia.

O Grito Rock em Roraima surgiu primeiro na capital Boa Vista, organizado pelo coletivo de artistas Canoa Cultural, mas logo expandiu-se para todos os interiores do estado, sendo um dos poucos eventos cuja capilaridade provou ser tão efetiva. Em 2011, o Grito Rock chegava à Pacaraima, atraindo artistas e participantes tanto do lado brasileiro quanto do venezuelano (CANOAPOP,

2011). Os organizadores apontam a importância da interiorização do evento para os municípios de Roraima além de Boa Vista (CANOAPOP, 2012a)

[...] o grande desafio era fortalecer as microrrotas na região, possibilitando a circulação das tecnologias sociais na Amazônia, este ano a integração de vários municípios interioranos evidenciam o forte trabalho realizado por agentes culturais no topo do país em 2011.

Neste ano, fica evidenciado o esforço dos organizadores para maior integração com a Venezuela, pois dentre os artistas participantes, alguns locais e outros oriundos do Amazonas, está a banda “Acertijo”, da Venezuela:

[...] mostraram o Rock da Terra de Hugo Chaves para os brasileiros que piraram com o esquema White Stripes da banda, a qual tem quatro integrantes, mas teve que improvisar o show apenas com a dupla. O baixista da Box44, Adan, também fez uma participação no show dos venezuelanos. (CANOAPOP, 2012b).

Neste caso é quase tangível como um evento artístico-cultural realizado na região de fronteira foi capaz de ser elemento que gere cooperação na localidade, pelo menos entre os artistas. Deveras isso também foi possível porque o Grito Rock, embora tenha este nome, não é um evento exclusivo de rock, contando também com MPB, Reggae (muito comum na região de fronteira) e outros ritmos. Outra característica fenomenal deste evento foi sua expansão para o lado venezuelano. Com o sucesso do Grito Rock Pacaraima, organizadores do lado venezuelano entusiasmaram-se com a possibilidade de aderir o evento proposto pelo Fora do Eixo. Assim, foi criado o Gran Sabana Rock.

O evento foi realizado na cidade de Santa Elena do Uairén, no lado venezuelano, e contou com parceria do SESC/RR. O aspecto institucional do movimento fica evidente na sua descrição quando afirma que visa a “integração entre Brasil e Venezuela por meio das apresentações de bandas dos dois países e da realização de uma mesa redonda entre produtores onde se debaterá a Produção Colaborativa de eventos” (CANOAPOP, 2012c).

Enquanto o Gran Sabana Rock era a versão voltada para a região da fronteira, não tardou para que o Grito Rock adentrasse ainda mais o território venezuelano. Em 2014, portanto, surge o Grito Rock Venezuela. O Coletivo Canoa Cultural trabalhou com parceria para a realização do evento, que ocorreu em Santa Elena de Uairén e na cidade de Valencia, cidade vizinha à

capital Caracas (G1-RR, 2014). Nos anos seguintes, o evento chegaria ainda à cidade de Ciudad Bolívar. Apesar deste alcance, as realizações do evento no território venezuelano foram pontuais, não tem sido dada continuidade. Na região de fronteira, porém, o evento permaneceu até 2016. Esta última edição foi uma das maiores, contando com um recorde de inscrições: mais de 100 bandas locais demonstraram interesse em participar do evento (G1-RR, 2016). Isto é relevante porque, em anos anteriores, o evento contava com apenas algumas dezenas de participantes e bandas.

Tendo estabelecido, portanto, um panorama destes eventos que foram marcos para a localidade, cumpre lembrar novamente que esta não é uma lista exaustiva, mas apenas demonstrativas dos eventos que ocorreram naquela região. Agora segue-se uma análise dos impactos que eles tiveram na região da fronteira Pacaraima – Santa Elena de Uairén.

## OS IMPACTOS DOS EVENTOS NO ESPAÇO TRANSFRONTEIRIÇO

Seguindo a divisão proposta no começo deste artigo, nesta seção analisaremos os impactos dos eventos divididos em impactos políticos, impactos econômicos e impactos sociais. Estes serão demonstrados por meio da narrativa dos atores entrevistados e analisados por meio da sua aplicabilidade tanto a nível pessoal como institucional naquela localidade.

Importante destacar que, por impactos políticos refere-se a qualquer relação que estes eventos tenham com a política local ou internacional que é característica desta região de fronteira. Já por impactos econômicos nos referimos aos efeitos que incidem sobre as relações comerciais e a movimentação do comércio. E, por impactos sociais este trabalho não se refere, especificamente às relações de cooperação da localidade e seu consequente aprofundamento, ou seja, impactos sobre as relações sociais, que é a cooperação propriamente dita.

## IMPACTOS POLÍTICOS

No estudo dos eventos fica evidente como em alguns casos há uma politização dos mesmos, ou seja, a instrumentalização dos eventos como palanques para discursos político-partidários. O venezuelano Tewarhi Izquierdo (2018) foi o primeiro a trazer isto à tona ao dizer que “era tudo politizado. Santa Elena virou como se fosse um circo. Então eles (sic) tava faltando muita coisa na cultura realmente.” (IZQUIERDO, 2018).

Este era um tema esperado na pesquisa, especialmente porque alguns dos eventos – em especial o maior deles, o Micaraima – têm participação ativa do poder público, sendo por este organizado. Isto impacta a sociedade porque a politização dos eventos constituía-se em verdadeiro empecilho para o pleno desenvolvimento artístico-cultural da localidade. Isto se reflete pelo apelo que os grandes eventos têm para o público e o pouco apreço dado aos artistas locais quando da realização destes mesmos eventos.

Isso está intimamente ligado a própria situação dos municípios de fronteira em que a presença efetiva do Estado está ligada somente a ameaças externas, numa perspectiva de Segurança ou interesses nacionais ou visando exploração de recursos. O recrudescimento deste discurso e dessas atitudes servem apenas para fortalecer o imaginário da fronteira como um lugar de “conflito”, noção esta que este trabalho tenta demonstrar ser parcial, sendo que nesta localidade também há espaço para a cooperação.

Fiorotti (2018) e Villas Boas Neto (2018), por outro lado, nos dão um outro aspecto da politização dos eventos, que é ecoado por Luz (2018), qual seja, a burocracia e política interna das instituições e o que esta pesquisa chama de “fazer cultural isolado”:

Não tinha quase apoio nenhum institucional. Efetivamente, recurso institucional era quase zero. [...] A gente sabe que institucionalmente, as coisas quando... se tem interesse político, as coisas acontecem, né? Essa é uma realidade. [...] Então, assim, politicamente, não queriam, não querem o evento lá mais. (FIOROTTI, 2018)

O que desagradou no Grito Rock, e eu imagino que isso aconteça em outros eventos, é a participação zero do poder público. Zero. Do tipo, numa cidade pequena como essa, você consegue facilitação. Por exemplo, do espaço. Então tudo que a gente procurou... pra liberação... não foi

ninguém que pediu pra gente, foi orientação do Devair [...] (VILLAS BOAS NETO, 2018)

É Política porque o objetivo era encher um monte de gente. Quando quer colocar um monte de gente, ou quer ganhar muito dinheiro ou quer fazer política. Quando é pra ganhar muito dinheiro, o cara coloca um monte de gente e coloca entrada; quando não tem entrada então... essa é a diferença básica. Você não cobrava objetivamente, mas a sociedade tá pagando (LUZ, 2018).

Por serem grandes instituições dotadas do recurso para realizar grandes eventos, as mesmas os executam num modelo de cima para baixo, apenas informando como se dará a realização do evento e contando com pouca ou nenhuma participação da população para a construção dele. A burocracia e política interna das instituições se traduz expressamente na fala de Fiorotti (2018) ao destacar o pouco ou nenhum apoio institucional dado pela UERR para a realização do Yamix. Numa instituição em que há diferentes interesses em jogo a realização de um evento grande na fronteira pode ou não ser encarado como ferramenta utilitarista por agentes internos da própria instituição, assim, a vontade política de fazer pode ser mitigada por interesses políticos que não o fortalecimento de relações sociais por meio da cooperação.

Não obstante, um impacto importante do evento foi a alteração do próprio costume de fechar ou abrir a fronteira em horários específicos. Estes trâmites burocráticos entre os países seguem regulamentos próprios e são parte de um protocolo rígido; mas, nos dias do evento, eles eram alterados, especialmente no Micaraima:

Fica [aberta]. Sempre ficou. Das vezes que fiquei sabendo sempre ficou aberta. Porque tem muito brasileiro que mora em Santa Elena e querem participar. Então o prefeito manda um ofício pra guarda, pra fronteira permanecer aberta. [...] O prefeito manda ofício pra Prefeitura de Santa Elena e pro Comando da Guarda Venezuela. Manda pra todos eles, pra deixar ciência que vai ter o evento Micaraima, pra caso eles queiram participar. (ALMEIDA, 2018)

Logo, vê-se que há uma cooperação formal entre os dois países por causa do evento que beneficia as cidades limítrofes. Não obstante, também fica evidente que este é um efeito secundário, uma vez que o objetivo do evento não visa, em si, a abertura da fronteira. Logo, os impactos diretos e indiretos

dos eventos na política local ocorrem não apenas por conta dos eventos em si, mas também de sua instrumentalização para fins políticos.

## IMPACTOS ECONÔMICOS

Ao tratar dos impactos econômicos, cabe citar que estes são, via de regra, o principal objeto de estudo quando se fala de eventos artístico-culturais, especialmente numa região de fronteira. A maior parte destes estudos está inserida no Turismo, cujas repercussões mais analisadas são aquelas que impactam o comércio ou a sociedade local. Logo, os impactos comerciais dos eventos em Pacaraima e Santa Elena de Uairén são diretamente proporcionais à quantidade de turistas que conseguiam atrair para a localidade. Assim, não é de surpreender que um evento como Micaraima transformava a localidade ao ponto de esgotar a rede de hotéis de ambas as cidades. Figueira (2018)<sup>11</sup> diz que “sempre era dois, três dias que não havia espaço para ninguém. Muita gente chegava a dormir na rua”.

Souza (2018), à época diretora da Associação Comercial de Pacaraima, fala com propriedade sobre a preparação que havia entre os comerciantes para o evento. Este preparo chega ao ponto de modificar a estrutura da cidade, uma vez que já se antecipam para aproveitar ao máximo o evento durante sua realização. Este movimento do comércio informal seguia o calendário de eventos de toda a região do Lugar Guyana (RODRIGUES, 2009) uma vez que se iniciava no carnaval de Boa Vista, subia a serra para o Micaraima e alguns ainda seguiam para dentro do território venezuelano para comercializar durante o Mercorumba quando fosse o caso.

Era bom, impactava muito o comércio, porque o comerciante que moravam e ainda moram, eles se preparavam pra esse evento; assim como pessoas de fora, esses barraqueiros que vem pra festas, né? Que acontece não só aqui, mas fora também. Eles se preparavam pra virem vender os produtos deles, né? Durante os três dias. [...] o Micaraima acontecia sempre no final de semana seguinte ao carnaval, né? Então o carnaval acabava, as pessoas desmontavam as barracas. Muitos deles subiam quarta a tarde, outros quinta, pra pegar um bom lugar. (SOUZA, 2018)

<sup>11</sup> Texto original: “Siempre eran dos, tres días que no había espacio para nadie. Mucha gente se llegaba a dormir la calle.” (tradução livre)

Há um destaque para a alteração do local não apenas pelos comerciantes, mas naturalmente pelos turistas que aqueciam todo esse comércio. É interessante notar que estes turistas transformavam até moradores da cidade em possíveis comerciantes, uma vez que a estrutura hoteleira era insuficiente. É o caso de Almeida (2018) que, como moradora da cidade, viu no evento uma oportunidade para obter uma fonte de renda alternativa; Cruz (2018) reforça essa ideia apontando que até espaços que não seriam comumente usados como hospedagem eram reapropriados para tal e, mesmo assim, não eram suficientes havendo necessidade de pessoas dormirem dentro de carros ou acamparem; novamente vê-se este conteúdo expresso no lado venezuelano por meio de Figueira (2018), já citado, que destaca que até mesmo em Santa Elena de Uairén, que conta com melhor estrutura hoteleira, a cidade ficava tão lotada que pessoas precisavam dormir nas ruas.

As pessoas vendem, aumenta a parte hoteleira, até as pessoas que têm casas, eles alugam as casas pras pessoas que vêm de fora; banheiro, tudo alugado; às vezes a pessoa tem um quarto, a pessoa aluga o quarto, com banheiro. Na minha própria casa. Então as pessoas fazem isso, e é bem-aceito porque todo mundo ganha. (ALMEIDA, 2018)

Porque vinha muita gente de fora. E quando vem gente de fora, cidade pequena, né? Então cria aquele impacto. Tanto que não sei como, até a questão, é... de acomodação, que aqui nós temos quatro hotel e quatro pousada (Sic). Então tinha evento aqui que onde tinha uma área dessa, cheia de mesa, dentro de carro, tudo lotava. Dentro de carro e tal. (CRUZ, 2018)

Evidente que o impacto maior é sempre notado no Micaraima/Mercorumba por causa da capacidade destes eventos em atrair um contingente tal de pessoas que o comércio local ficava superaquecido. Isto não significa porém que não haja percepção quanto a outros eventos como o Yamix, que também movimentava o comércio e ajudava a deixar renda na cidade. Nascimento (2018) destaca que a importância desses eventos não está voltada apenas para a rede hoteleira:

Olha... fazia as pessoas gastarem. Todos esses eventos são ótimos pra Pacaraima. Atrai pessoas, as pessoas já vêm... “não deu tempo”, já vem de Boa Vista já, “Não, vou comprar uma roupa lá em Pacaraima.” “Vão ser dois dias... uma manhã e uma tarde... vou num restaurante”, né? Trazia

turismo, fazia acontecer... é... o pessoal deixava dinheiro na cidade. (NASCIMENTO, 2018)

Interessante notar que Izquierdo (2018) traz à tona novamente a questão da fronteira aberta como mecanismo para o fortalecimento do comércio local, destacando que muitos brasileiros hospedavam-se em Santa Elena de Uairén e participavam dos eventos em Pacaraima, gerando um movimento pendular que só tendia a fortalecer o comércio em ambos os lados da fronteira:

Fomentava muito o turismo, impacto no comércio, com certeza. Em Santa Elena também, porque Pacaraima realmente não tinha hotel pra ficar gente. Por exemplo, a fronteira ficava aberta porque muita gente ia dormir em Santa Elena. (IZQUIERDO, 2018)

Interessante notar como a comunidade local apoiava o Yamix, inclusive com participação da iniciativa privada (FIOROTTI, 2018; ALMEIDA, 2018; SOUZA, 2018); isto nos remete mais uma vez ao fazer cultural isolado, em que instituições tomavam postura de cima para baixo, pelo menos tal como arguido pelos atores entrevistados, enquanto o Yamix, na pessoa do organizador Devair Fiorotti, inserido na comunidade local, fazia uso da rede de contatos e criava um ambiente de cooperação para garantir a consecução do evento.

É... a parceria era Prefeitura e o comércio. Por exemplo, a alimentação: a gente saía no comércio, pedindo mesmo e todo mundo ajudava, praticamente. Com uma coisa e com outra a gente conseguia bancar alimentação inclusive dos músicos. A gente fazia um acerto com o Exército: eles cediam os cozinheiros, e a gente usava a cozinha da escola. (FIOROTTI, 2018)

Se tinha uma boa divulgação... é... nós éramos parceiros do Devair, ele chegava pra gente, e aí vamos ver o que a gente pode fazer. E aí a gente saía no comércio, sabe? A gente vendia mesmo. E a gente conseguia, comerciante da cidade. (SOUZA, 2018)

A fala de Villas Boas Neto (2018), por sua vez, deixa de modo extremamente claro a relação que o Yamix tinha com a comunidade ao dizer: “[...] o Yamix é uma prova de que o trabalho colaborativo, além da boa vontade e um custo baixo, você consegue fazer um grande evento.” (VILLAS BOAS NETO, 2018). E ainda complementa:



[...] o Devair é um grande guerreiro, não tô fazendo... muitas vezes, eu sabia da luta dele. É... Devair pode confirmar isso, imagino, que você consegue X dinheiro pra fazer um evento, aí você fazia 3X de coisas porque você conseguia esse envolvimento das pessoas, pra você triplicar, triplicar a ação conseguida pelo evento. (VILLAS BOAS NETO, 2018)

Neste sentido, os impactos sobre as relações comerciais não estavam apenas na atração de turísticas, mas na movimentação dos próprios comerciantes para atuarem como patrocinadores do evento, apontando para uma estrutura retroalimentativa de continuidade dos mesmos, ainda que com apoios pontuais.

## IMPACTOS SOCIAIS

Ao se falar de impactos sociais, em termos de cooperação, interessante notar que já são evidentes alguns destes, especialmente o fortalecimento de laços de cooperação na sociedade local para consecução do evento, caso do Yamix e também o fortalecimento da comunicação institucional para abertura da fronteira e livre trânsito de pessoas, caso do Micaraima.

Enquanto o Micaraima e o Yamix, por serem eventos de grande e médio porte, tiveram maior impacto na sociedade é possível ver como o Grito Rock gerou uma série de desdobramentos que foram além da localidade. Isto também já foi visto de certa forma quando destacou-se a capilarização do evento por todo o Estado de Roraima, além da realização do mesmo em Santa Elena de Uairén e depois sua expansão até chegar à criação do Grito Rock Venezuela.

Seguindo a análise feita até aqui, interessante notar que o Micaraima, apesar da sua abrangência e capacidade de impactar a economia e algumas relações políticas locais, não se pode dizer o mesmo quando se fala de aprofundamento das relações sociais locais:

O Micaraima era um projeto político, né? De fazer festa, do jeito que os políticos gostam, então não tinha relação nenhuma. Eu assistia, gostava, me divertia, achava bacana, mas era um projeto político de grande evento... a proposta não era de integração de fronteira, era de fazer uma festa de grande proporção. Aí é claro que acaba juntando as pessoas dos dois lados, fomentando a integração sem querer, mas o motivo era festa (LUZ, 2018).

O Micaraima, portanto, caracteriza-se como um evento show, ou seja, um evento que tem uma proposta única. Embora fosse realizado durante vários dias, não assume característica de festival, mas de festa pontual, uma vez que seus impactos são sentidos apenas na duração do evento e sua preparação. A isto some-se o que já foi abordado quanto à politização do evento para fins político-partidários.

Já no Yamix, percebe-se um aprofundamento maior. A começar pela forma como é realizado, numa fazer cultural “de baixo para cima”, o Yamix necessariamente precisa da participação da sociedade para sua execução. Por conta disso, gera um aprofundamento das relações que necessitam cooperar para atingir os objetivos do evento.

Mas a gente, como a gente, era da organização a gente tinha equipes pra tudo. E quem comandava as equipes eram todos alunos ou ex-alunos. Então tinha Equipe de Recepção, tinha Equipe de Transporte, tinha aí Equipe da Alimentação, então a gente montava as equipes. E tinha um líder pra cada equipe, e comandava aquilo tudo, né? E aí a coisa andava. (FIOROTTI, 2018)

Por ser um evento organizado pela Universidade Estadual de Roraima, o evento dependia dos alunos inseridos na localidade para que sua realização ocorresse. Some-se a isso que o Yamix não acontecia em apenas um local da cidade de Pacaraima, mas em vários espaços, numa verdadeira ocupação dos espaços urbanos para diversos espetáculos artísticos.

É. [...] Desde os alunos que ajudavam a montar o palco e criar o palco em oficinas... participando de oficinas o dia todo, não tinha aula! Tinha isso. Voltado pra eles. Isso contabilizava como carga horária. E eles pegavam e iam nos ônibus, levava pro teatro, levava [...] Pra todas as atividades. Então os alunos estavam ali fervilhando o tempo todo nas atividades, e acompanhados pelos professores, na maioria das vezes, entendeu? (FIOROTTI, 2018)

Além do impacto no comércio, o Yamix promovia um ambiente em que a cooperação não era apenas uma opção, mas uma necessidade para que o próprio evento acontecesse. E esta cooperação não se limitava aos alunos do campus Pacaraima. Como já foi visto, incluía os comerciantes locais e ainda estudantes de outros campi. Porém, o maior impactos para as relações sociais, em especial a cooperação, talvez seja a possibilidade de reunir diversos artistas e promotores culturais num mesmo ambiente, que possibilitava a troca de experiências e um *networking* que não seria possível em outras condições:

Quem participou do Yamix, era ver aquela... porque tinha um artista apresentando, muitas vezes tinha 150 em baixo. [...] Eu tô falando de artistas. Não tô falando de pessoas. Porque tinha as orquestras, os músicos estavam todos por ali, todos meio que vivendo aquele ambiente de arte, entendeu? Eles se encontravam por ali. Numa noite, por exemplo, é, ia, tinha 10, 10 apresentações numa noite. [...] os próprios artistas se encontravam no evento, iam juntos e as pessoas tinham contato com artista. Que eles estavam ali embaixo, tipo em roda... os alunos da Universidade estavam em contato direto com os artistas, coisa que eles não tinham esse acesso. (FIOROTTI, 2018)

Esta é a essência do evento: “[...] uma experiência que fora projetada (ou no mínimo facilitada) e caso contrário não ocorreria.” (GETZ, 2007, p. 9). Esta experiência levou a uma expansão do corredor cultural, de modo a incluir pessoas não apenas da localidade, mas de outros lugares.

Porém, quando vê-se o Grito Rock, ficam ainda mais acentuados estes desenvolvimentos. O Grito Rock deu origem ao Gran Sabana Rock e depois ao Grito Rock Venezuela, ambos no território venezuelano. Porém, estes desenvolvimentos não pararam por aí. Como consequência do fluxo migratório e do desinteresse político-econômico pela realização dos eventos, muitos dos atores que antes estavam na cena cultural de Pacaraima deslocaram-se para outra localidade, onde deram continuidade aos seus trabalhos. Aqui nos referimos ao Festival de Jazz e Blues que ocorre na região do Tepequém.

Neste festival, o organizador Joaci Luz reuniu muitos dos artistas que antes estavam em Pacaraima, expandindo o corredor cultural que nasceu pelo contato inicial durante e por causa dos eventos em Pacaraima-Santa Elena de Uairén. Não é à toa, portanto, que o músico venezuelano Benjamim Mast afirme que: “o Tepequém Jazz é muito importante porque é um filho dessa fronteira.” (MAST, 2018). Isto ocorre uma vez que as relações estabelecidas num primeiro momento passaram por um processo de adentramento do território brasileiro consolidando a relação de solidariedade e cooperação nascida na fronteira, deveras quebrando a fronteira e a expandindo.

O Tepequém Jazz é mais assim, porque... o Tepequém Jazz é mais uma curadoria mais profunda, né? Ali, de produção... ele é... tem músico que nesse ano vem desde Caracas até de Porto Alegre, né? Então... um corredor musical assim bem amplo, né? E ele é resultado desse compartilhar (MAST, 2018).

Esta ideia é reforçada pela experiência do músico brasileiro Celso (LIMA, 2018), que em um sentido oposto ao de Benjamim, estabelece relações e contatos nos eventos que proporcionam a expansão de seu trabalho para dentro do território venezuelano. No artista, portanto, vemos mais uma vez como a relação de solidariedade pode trazer frutos, relação esta obtida e consolidada por causa da participação nos eventos.

Lá dentro, mas só fui porque eu conheci os músicos em Santa Elena antes, a gente conversou e tal... E aí eu fiz gravações pra ele e em uma dessas gravações eu ganhei o primeiro, que foi em Caracas. Eu fui lá e tal, né? Particpei e ganhei em Caracas. Aí desse de Caracas eu já fui participar do outro, que foi em Miami, e aí já fui convocado pro outro que foi no Panamá. Ele abriu as portas (LIMA, 2018).

Quando se vê esta expansão tanto para dentro do território brasileiro quanto para o território venezuelano, pode-se revisitar o conceito de Rodrigues (2009) do Lugar Guyana: “um microcosmo do Planalto das Guianas que, configurou-se, desde o século XVI como uma fronteira de expansão europeia [...]” (RODRIGUES, 2009, p. 223), consistindo nas relações da tríplice fronteira Brasil – Venezuela – Guyana. Em seu trabalho, ela demonstra a dinâmica interna deste lugar por meio dos movimentos e fluxos migratórios, demonstrando especialmente uma extensão das relações iniciadas no eixo Pacaraima – Santa Elena de Uairén para Boa Vista, capital de Roraima.

Neste sentido, este artigo aponta informações que corroboram para demonstrar que muitas das relações primeiramente estabelecidas na região de fronteira tendem a adentrar o território e ir para Boa Vista; mas é possível notar também que quando se olha para os fluxos relacionados aos eventos, vê-se que também o movimento acontece no sentido contrário: de Boa Vista para a fronteira. E mais, nota-se que a extensão das relações não é apenas longitudinal, mas também latitudinal, uma vez que há expansão dessas relações para a região de Tepequém. Logo, uma vez identificado o processo de adentramento dos eventos em ambos os lados do território, é inevitável mencionar a dinâmica destas relações inseridas no conceito de “lugar guyana” tal como dito por Rodrigues (2009).

A tabela abaixo resume os impactos dos eventos artístico-culturais, tal como abordado até então.

Tabela 1: Impactos dos eventos artístico-culturais

Impacto/ Evento	Político	Econômico	Social
<b>Micaraima</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Evento como palanque</li> <li>• Cooperação formal entre países</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aquecimento do comércio (turismo)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pequeno (evento-show)</li> <li>• Expansão do corredor cultural</li> </ul>
<b>Yamix</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cooperação formal entre países</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aquecimento do comércio (turismo)</li> <li>• Patrocínio de empresários locais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alto envolvimento da sociedade local com o evento</li> <li>• Criação e fortalecimento da laços comunitários</li> <li>• Expansão do corredor cultural</li> </ul>
<b>Grito Rock</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pouco ou nenhum</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pouco ou nenhum</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação e fortalecimento de laços comunitários</li> <li>• Expansão do corredor cultural</li> </ul>

Fonte: elaboração própria

Percebe-se que as relações estabelecidas nos eventos e por causa deles geram um verdadeiro efeito borboleta, cujas ramificações tornam-se difíceis de acompanhar na totalidade. Além do fortalecimento das relações sociais locais, há ainda a expansão do corredor cultural para outras regiões, como explicitado acima.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Neste artigo nos propomos a analisar os eventos artístico-culturais na fronteira entre os municípios de Pacaraima (Brasil) e Santa Elena de Uairén (Venezuela). Expomos de modo geral cada um dos três eventos escolhidos (Micaraima, Yamix e Grito Rock), para a seguir averiguar o impacto de cada um deles em diferentes âmbitos. É interessante notar como estes eventos foram um marco para a sociedade local. Em primeiro lugar porque realçaram a fronteira Pacaraima – Santa Elena de Uairén no mapa. Ali havia uma fronteira com aspecto cultural fracamente conhecido tanto do lado brasileiro quanto

do venezuelano e estes eventos iluminaram a localidade e impulsionaram a promoção da própria cidade, atraindo turistas e até comerciantes quando da ocorrência dos eventos.

Interessante lembrar que essa atração não era apenas da capital Boa Vista, o evento estava inserido como marco de eventos de carnaval fora de época na região norte do Brasil e, dentro da Venezuela, passou a compor o ponto de chegada da Ruta del Calypso, o movimento itinerante de carnaval mais importante no território venezuelano.

Em segundo lugar, porque proporcionaram um ambiente de cooperação para os participantes do evento e, especialmente, um primeiro contato entre artistas naquela região. Estes contatos, feitos em diversos níveis, iniciaram as relações que se estenderiam pelos outros eventos e desencadeariam uma série de possibilidades, especialmente no caso do Grito Rock e seus eventos derivados.

Em terceiro, pelo impacto que estes eventos tiveram na própria região de fronteira, alterando a dinâmica do espaço fronteiriço quando deixavam a fronteira aberta. Num momento de cooperação entre os dois países, o Micaraima e o Yamix foram marcos para garantir o livre trânsito de pessoas durante o evento, de modo a garantir sua efetividade e aprofundando as relações de cooperação geradas pelo próprio evento.

Não obstante, a falta de interesse político e mesmo de condições financeiras para a sua continuidade provaram ser uma grande perda para a sociedade local e todos os diferentes atores que estavam inseridos na realização dos eventos. Portanto, ainda que os eventos possam funcionar efetivamente como instrumentos de cooperação, vê-se também que a sua continuidade é necessária para o aprofundamento dos laços. E nota-se também que os eventos que não são encabeçados pelo poder público têm mais chance de garantir esta continuidade, como é o caso do Grito Rock por meio do Festival de Jazz do Tepequém, também realizado por artistas e fazedores de cultura independentes.

Não obstante, torna-se evidente que os eventos artístico-culturais na região de fronteira podem funcionar como ferramentas para incrementar a cooperação na região e além dela, na medida em que geram laços comunitários, reavivam as relações de cooperação e impactam tanto a sociedade ao redor como aqueles que não são da localidade, mostrando, mais uma vez, que a arte pode ser o caminho para conviver melhor, afinal.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Heloísa Ramos de. Entrevista concedida a Gabriel de Souza Alencar. Pacaraima, 27 mar 2018.

AVN. Hace 92 años comenzó a crearse Santa Elena de Uairén. **Agencia Venezolana de Noticias** (AVN). Ciudad Bolívar, 16 set. 2015. Disponível em: <<http://www.avn.info.ve/contenido/hace-92-a%C3%B1os-comenz%C3%B3-crearse-santa-elena-uair%C3%A9n>>. Acesso em 17 out. 2017.

BONATO, Bruna Souto Maior. Entrevista concedida a Gabriel de Souza Alencar. Pacaraima, 13 mar 2018.

CAMPOS, Davi Lopes. **Globalização e fronteira: um estudo de caso sobre a Brasbol em Corumbá, MS**. 58 p. 2011. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Corumbá, MS.

CANOAPOP. Grito Rock a alguns passos da Venezuela. **Canoa Pop**. 31 jan 2011. Disponível em: <[http://canoapop.blogspot.com.br/2011/01/blog-post\\_31.html](http://canoapop.blogspot.com.br/2011/01/blog-post_31.html)>. Acesso em 13 jan 2018.

\_\_\_\_\_. Grito se expande na Amazônia em 2012. **Canoa Pop**. 08 fev 2012a. Disponível em: <<http://canoapop.blogspot.com.br/2012/02/grito-se-expande-na-amazonia-em-2012.html>>. Acesso em 15 jan 2018

\_\_\_\_\_. Sandro Nine conta o que rolou nos Gritos Rock Tepequém e Pacaraima. **Canoa Pop**. 28 fev 2012b. Disponível em: <<http://canoapop.blogspot.com.br/2012/02/sandro-nine-conta-o-que-rolou-nos.html>>. Acesso em 15 jan 2018

\_\_\_\_\_. Canoa Cultural e Circuito Fora do Eixo chegam a Venezuela por meio do I Gran Sabana Rock. **Canoa Pop**. 11 abr 2012c. Disponível em: <<http://canoapop.blogspot.com.br/2012/04/canoa-cultural-e-circuito-fora-do-eixo.html>>. Acesso em 15 jan 2018

CRUZ, Ismael Feliciano da. Entrevista concedida a Gabriel de Souza Alencar. Pacaraima, 13 mar 2018.

EL PROGRESO. En el marco de la Ruta del Calipso que adelanta la Gobernación Gran Sabana inicia preparativos para la presentación de la Merco-Rumba en Santa Elena de Uairén. **Diario El Progreso**. Ciudad Bolívar, 22 jan 2007a. Disponível em: <<http://www.diarioprogreso.com/edi-220107/html/pag10-a.htm>>. Acesso em 18 jan 2018.

\_\_\_\_\_. La Merco-Rumba: Cita Oligada – Octavita de Carnaval. **Diário El Progreso**. Ciudad Bolívar, 07 fev 2007b. Disponível em: <<http://www.diarioelprogreso.com/edi-070207/html/pag23-a.htm>>. Acesso em 18 jan 2018.

FIGUEIRA, Manuel Alfredo. Entrevista concedida a Gabriel de Souza Alencar. Santa Elena de Uairén, 29 mar 2018.

FIOROTTI, Devair Antônio. Uma das almas do Yamix. **YAMIX UERR – Educação, Arte e Cultura Universitária**. 09 out. 2011. Disponível em: <<http://yamixuerr.blogspot.com.br/2011/10/uma-das-almas-do-yamix.html>>. Acesso em 17 jan 2018.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Gabriel de Souza Alencar. Boa Vista, 06 mar 2018.

FORA DO EIXO. Carta de Princípios. **Fora do Eixo**. 2009. Disponível em: <<http://foradoeixo.org.br/historico/carta-de-principios/>>. Acesso em 13 jan 2018.

\_\_\_\_\_. Regulamento para produtores. **Fora do Eixo**. 2017. Disponível em: <<http://gritorock.org/regulamento-para-produtores/>>. Acesso em 13 jan 2018.

G1-RR. Boa Vista recebe o ‘Grito Rock Roraima 2014’ neste fim de semana. **G1 Roraima**. Boa Vista, 19 fev 2014b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2014/02/boa-vista-recebe-o-grito-rock-roraima-2014-neste-fim-de-semana.html>>. Acesso em 15 jan 2018.

\_\_\_\_\_. Boa Vista recebe o Dezesesseis bandas são selecionadas para a 9ª edição do Grito Rock. **G1 Roraima**. Boa Vista, 19 fev 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2016/02/dezesesseis-bandas-sao-selecionadas-para-9-edicao-do-grito-rock-em-rr.html>>. Acesso em 15 jan 2018.

GETZ, Donald. **Event studies: Theory, Research and Policy for Planned Events**. Oxford: Elsevier, 2007.

IZQUIERDO, Tewarhi Scott. Entrevista concedida a Gabriel de Souza Alencar. Boa Vista, 04 abr 2018.

JUNIORBR. Pacaraima. **Fonte Brasil**. 13 mar 2012. Disponível em: <<http://fontebrasil.com.br/fonte/jrbrasil/12911/>>. Acesso em 13 jan 2018.

LUZ, Francisco Joaci de Freitas. Entrevista concedida a Gabriel de Souza Alencar. Boa Vista, 04 abr 2018.

MARTINELLO, Tiago. Músico acreano Sérgio Souto se apresenta no tradicional festival ‘Yamix’, de Roraima. **Gazeta do Acre**. 13 nov 2012. Disponível em: <<http://agazetadoacre.com/musico-acreano-sergio-souto-se-apresenta-no-tradicional>>



festival-yamix-de-roraima/>. Acesso em 17 jan 2018.

MAST, Benjamin Soto. Entrevista concedida a Gabriel de Souza Alencar. Boa Vista, 6 mar 2018.

MERCORUMBA. Perfil na rede social Facebook. Postagem de 18 jan 2015. Com foto. **Facebook**. Disponível em: <[https://www.facebook.com/MERCORUMBA/photos/a.26727\\_1920007741\\_54394.114787305256204/783971075004487/?type=3&theater](https://www.facebook.com/MERCORUMBA/photos/a.26727_1920007741_54394.114787305256204/783971075004487/?type=3&theater)>. Acesso em 19 jan 2018.

MORILLO, Morelia. El carnaval se celebró de este lado. **Las Crónicas de la frontera**. 15 mar 2011. Disponível em: <<http://lascronicasdelafrontera.blogspot.com.br/2011/03/el-carnaval-se-celebro-de-este-lado.html>>. Acesso em 18 jan 2018.

NASCIMENTO, Nezilda Ribeiro Freitas. Entrevista concedida a Gabriel de Souza Alencar. Pacaraima, 13 mar 2018.

PACARAIMA. Lei nº 159, de 24 de novembro de 2009. Institui o Carnaval Fora de Época no Calendário de Eventos do Município de Pacaraima e dá outras providências. **Prefeitura de Pacaraima**, 24 nov 2009.

PERERA, Israel. Entrevista concedida a Gabriel de Souza Alencar. Santa Elena de Uairén, 29 mar 2018.

RAMALHO JR., André Luis. **Aproximações e Distanciamentos entre brasileiros e bolivianos na vivência fronteiriça de Corumbá-MS**. 69 p. 2012. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Corumbá, MS.

RAMOS, Morelia Morillo. Entrevista concedida a Gabriel de Souza Alencar. Boa Vista, 30 jan 2018.

RIBEIRO, José Cadima *et al.* Importância da celebração de eventos culturais para o turismo do Minho-Lima: um estudo de caso. **Estudos regionais**: revista portuguesa de estudos regionais, n. 11, 2006, p. 61-76. Disponível em: <[http://www.nipe.eeg.uminho.pt/Uploads/Ribeiro\\_Vareiro\\_Fabeiro\\_Blas\\_2006\\_RPER.pdf](http://www.nipe.eeg.uminho.pt/Uploads/Ribeiro_Vareiro_Fabeiro_Blas_2006_RPER.pdf)>. Acesso em 14 fev 2017.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. Configuração migratória no Lugar Guayana: uma análise da migração na tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Guyana. IN: ARAGÓN, Luis E. (org). **Migração internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFGA, 2009, p. 223-234.

SEPLAN (Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima). **Informações Socioeconômicas do Município de Pacaraima** – RR 2014, 4ª edição. Elaboração: DIEP. Boa Vista – RR, 2014. 78 pag.

SENIAT. **Puerto Libre de Santa Elena de Uairén**. s.d. Disponível em: <[http://declaraciones.seniat.gob.ve/portal/page/portal/MANEJADOR\\_CONTENTIDO\\_SENIAT/04ADUANAS/4.4REGIMENES\\_TERRITOR/4.4.1PUERTOS\\_LIBRES/4.4.1.html](http://declaraciones.seniat.gob.ve/portal/page/portal/MANEJADOR_CONTENTIDO_SENIAT/04ADUANAS/4.4REGIMENES_TERRITOR/4.4.1PUERTOS_LIBRES/4.4.1.html)>. Acesso em 17 out. 2017.

SOUZA, Cenira Gomes. Entrevista concedida a Gabriel de Souza Alencar. Pacaraima, 27 mar 2018.

TUOMELA, Raimo. **Cooperation: A Philosophical Study**. Philosophical Studies Series, Kluwer Academic Publishers, 2000, 431 pp.

VILLAS BOAS NETO, Manoel Alberto Rolla. Entrevista concedida a Gabriel de Souza Alencar. Boa Vista, 17 fev 2018.

YAMIX. Yamix. **YAMIX UERR – Educação, Arte e Cultura Universitária**. s. d. Disponível em: <<http://yamixuerr.blogspot.com.br/>>. Acesso em 17 jan 2018.

# O CASO GAFANHOTOS: PATRIMONIALISMO E CORRUPÇÃO EM RORAIMA

Francisca Cleide Sousa Carvalho<sup>1</sup>

Alfredo Ferreira de Souza<sup>2</sup>

## O ESQUEMA DOS GAFANHOTOS<sup>3</sup>

No ano de 2003, o ex-governador do estado de Roraima, Neudo Campos, foi preso em Brasília acusado de ser o líder de um esquema de corrupção no estado de Roraima. A repercussão de sua prisão trouxe à tona um caso de corrupção cujos envolvidos eram os representantes políticos e outros segmentos do estado. Essa notoriedade deixou a população local e a nacional ciente sobre um trabalho investigativo realizado pela Polícia Federal em parceria com o Ministério Público Federal de Roraima, fazendo com que a competência da investigação instaurada fosse de cunho federal, tendo em vista que os desvios de verbas eram originários de convênios federais. Para investigar o esquema de corrupção montou-se um trabalho de força tarefa com a participação dos respectivos órgãos públicos: Ministério Público Federal, Polícia Federal, Justiça Federal, entre outros órgãos de agregada competência.

As denúncias apresentadas pelo Ministério Público Federal sobre o esquema *Gafanhotos* relatam a estrutura e o *modus operandi* estabelecido para práticas irregulares com a finalidade de lesar o erário público. Este esquema de corrupção se sustentou desenvolvido em cinco atribuições de categorias diferentes, sendo eles: o Governador, os Executores (agentes públicos), os Beneficiários (deputados e conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Roraima), os Procuradores “Testa-Ferro” (pessoas de confiança dos beneficiários) e os chamados *Gafanhotos* (funcionários fantasmas), seguindo uma estrutura hierárquica cujo topo da pirâmide era o governador. As investigações apontam que este esquema manteve atividades ilícitas entre

<sup>1</sup> Mestre em Sociedade e Fronteiras pela Universidade Federal de Roraima e graduada em História.

<sup>2</sup> Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> O termo se deu pela associação que se fez entre os gafanhotos, comedores de folha, e os funcionários fantasmas que eram ingressados na folha de pagamento do governo estadual, ou seja, “devoradores” da referida folha.

os anos de 1998 e 2002, correspondendo ao segundo mandato de Neudo Campos ao governo do Estado de Roraima.

A fluidez das ações praticadas por este esquema tinha início quando, por ordens diretas de Neudo Campos, o dinheiro de convênio federal, creditado em uma conta específica, traçava outro rumo. Eram transferidos para outra conta ou uma já destinada ao pagamento de servidores e dos ditos gafanhotos. A gerência das contas e do pagamento cabia a Norte Serviços Arrecadação e Pagamento Ltda. – NSAP<sup>4</sup>, uma empresa privada com a incumbência de administrar as contas bancárias do Estado. A distribuição do dinheiro era realizada por meio de quotas assimétricas. O próprio governador fazia o pagamento através de atendimentos individualizados por meio de encontros reservados com deputados estaduais e conselheiros do Tribunal de Contas do Estado (MPF-PR/RR-CDGF, processo: 2004.42.00.000 181-3).

As quotas traziam outro desdobramento do esquema, pois eram por meio delas que os Beneficiários, os deputados estaduais e conselheiros do Tribunal de Contas de Roraima delineavam a proporção de pessoas a serem ludibriadas a ingressarem no esquema, embora nem todos tivessem ciência da ilicitude, como os *Gafanhotos* formados por pessoas comuns da sociedade roraimense que outorgavam procurações sem o real conhecimento de sua finalidade. Esta parcela aliciada, composta por pessoas comuns que não chamariam atenção no primeiro momento e nem tampouco tinham conhecimento da fraude a qual estavam ingressando, era distribuída nas folhas de pagamento do Departamento de Estradas de Rodagem de Roraima<sup>5</sup> e da Secretaria de Administração do Estado. Sendo estes portando, os *Gafanhotos* (MPF-PR/RR-CDGF, processo: 2004.42.00.000181-3).

Os responsáveis em administrar os órgãos públicos ficavam cientes do ingresso dos *Gafanhotos* na instituição, por meio de uma lista quem lhes eram entregues. À época, quem estava à frente dos respectivos órgãos eram: Carlos

<sup>4</sup> Atualmente conhecida como Amazon Bank Service. (MPF-PR/RR-CDGF processo: 2004.42.00.000181-3, fls. 45).

<sup>5</sup> Esse departamento foi extinto em 2002, no governo de Flamarion Portela-PT, sob a Lei nº 332 publicada no dia 02 de maio de 2002. Como pode-se evidenciar nos artigos 1 e 2 da respectiva lei: “Art. 1º Fica extinto o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Roraima – DER/RR, criado sob a forma de Autarquia pela Lei nº 001/91 e regulamentado pela Lei nº 042/93. Art. 2º Transferem-se para o Estado de Roraima as competências, o acervo e a gestão orçamentária e financeira dos recursos destinados às atividades finalísticas e administrativas da entidade em extinção de que trata o artigo anterior, que serão assimilados pela Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos do Poder Executivo Estadual.” (BRASIL, Lei n. 332 de 29 de abril de 2002).

Eduardo Levischi, ocupando o cargo de diretor do Departamento de Estradas de Rodagem de Roraima e da Secretaria de Administração do Estado de Roraima, e a senhora Diva da Silva Briglia. Estes eram os Executores que seguiam as orientações do governo para gerir a fraude no âmbito das instituições, além de realizarem os procedimentos técnicos de encaminhamento da relação de nomes para que o pagamento pudesse ser efetuado pela empresa Norte Serviços de Arrecadação e Pagamentos Ltda, NSAP.

Mas o processo de pagamento dos *Gafanbotos* ainda passava por um intermediador escolhido pelos deputados e conselheiros, eram os Procuradores ou “Testa de Ferro”, pessoas de confiança dos Beneficiários que, por meio de procurações concedida pelos *Gafanbotos* a estes “Testas de Ferro”, tinham acesso ao pagamento, recebendo mês após mês o salário na NSAP. Essa estratégia evitava que os beneficiários ficassem em destaque durante o processo.

Nessa transação o *gafanboto* não recebia o dinheiro proveniente da fraude, este recebimento era realizado pelos “Testas de Ferro”, ou procuradores que repassavam então a quantia total para os deputados e conselheiros, os Beneficiários. Esse esquema articulado iniciava a partir do momento em que o governo autorizava a transferência do dinheiro para a conta da NSAP. Esta, então, revertia para pagamento dos *Gafanbotos*. Participavam deste esquema pessoas com residência fora do Estado de Roraima uma vez que se precisava apenas da “informação do nome completo e dos documentos pessoais, bem como a lavratura de uma procuração em Cartório de Registros Públicos, para que o dinheiro fosse sacado pelos procuradores [...]” (MPF-PR/RR-CDGF, processo: 2004.42.00.000 181-3, fls. 22).

Segundo a denúncia, quase toda a Assembleia Legislativa participava da fraude, bem como deputados federais. Aqueles que se envolviam no esquema apenas se enquadravam no esquema de funcionamento da rede de corrupção que fluiu com certa tranquilidade por um longo período.

O esquema foi classificado como Peculato devido ao desvio criminoso do patrimônio público, Formação de Quadrilha e Improbidade Administrativa por agrupar funcionários públicos. A denúncia se fundamentou materialmente pelas “[...] procurações e recibos de pagamento (“chequinhos”) acostados aos autos, combinados com os depoimentos dos “gafanbotos” e também de pessoas que operacionalizaram o esquema.” (MPF-PR/RR-CDGF, processo: 2004.42.00.000 181-3, fls. 27).

Atualmente acredita-se que o desvio tenha se aproximado ao montante de 230 milhões de reais com a inclusão de 5.500 trabalhadores fantasmas nas folhas de pagamento do estado, ato que causou a decadência da estrutura e dos serviços públicos (Memorial do MPF/RR).

O esquema de corrupção realizado em Roraima possui continuidade a outros ilícitos ocorridos no resto do Brasil. A estruturação de uma sistemática rede de articulação, de cooptação montada para se adonar do patrimônio público. As particularidades partidárias ou ideológicas demonstradas ao eleitorado nas disputas de pleito apequenam-se diante dos arranjos nefastos. O *modus operandi* de apropriação utilizado no centro do poder político do Brasil pode ser percebido na política de Roraima, ou seja, a conhecida tradição patrimonial viva e operante na política em múltiplos espaços públicos.

## GAFANHOTOS: A FUSÃO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NA POLÍTICA DE RORAIMA

Mesmo após a denúncia, condenação e notoriedade ocasionado pelo que ficou conhecido como escândalo dos *Gafanhotos*, podemos perceber que esta prática típica de usança do Estado por meio do clientelismo, da cooptação e da corrupção, incorre em âmbito local ou nacional como um fazer político imbricado ao molde patrimonial. Ou seja, é a tradição de se manter uma relação com o público como se privado fosse. Essa relação tem raízes antigas e profundas, fazendo parte da ordem de dominação política transmigrada para o Brasil através da Coroa Lusitana.

O caso da corrupção dos *Gafanhotos* nasceu nas estâncias do espaço público roraimense sendo, portanto, a relação dos políticos e funcionários públicos no abuso ao uso da função pública para se adonar dos recursos financeiros do Estado. As análises fundamentadas na relação clientelística, Estado e sociedade apresentam elementos que se entrecruzam no caso dos gafanhotos, pois, para a manutenção do esquema, era necessário o aliciamento de pessoas comuns, muito embora estas não tivessem ciência da fraude. Neste caso, o clientelismo e o assistencialismo como recursos vastamente utilizados em Roraima não se davam pela troca direta do dinheiro, pelo menos não em sua totalidade, pois poucas pessoas chegaram a receber uma pequena ajuda. Então havia outros meios de substituir o repasse pelo caráter assistencial

tendo em vista que, “[...] a utilização de verbas públicas para a formação de clientelas é prática comum na capital e no interior” (SANTOS, 1998, p. 14).

Mas o direcionamento está na cooptação política existente entre poder público, seus correligionários e o setor privado. Porém, a articulação clientelística, de nepotismo, populismo, entre outros, também estão imbricados no caso dos *Gafanbotos*, pois são consequências práticas da relação construída com a coisa pública, além de serem estratégias usuais da liderança política local para permanecer no poder público.

Esse contexto de indistinção da esfera pública e privada é marcado por uma camada que se beneficia do dinheiro, *status* e privilégios, desde que Roraima tornou-se estado em 1988. A mobilidade de parlamentares na casa legislativa a cada pleito foi mínima, mantendo a permanência de vários líderes políticos constantemente. A este respeito, embora em tempo histórico distinto, ainda é pertinente lembrar Raymundo Faoro quando diz:

[...] constitui sempre uma comunidade, embora amorfa: os seus membros pensam e agem conscientes de pertencer a um mesmo grupo, a um círculo elevado, qualificado para o exercício do poder. Situação estamental, a marca do indivíduo que aspira aos privilégios do grupo, se fixa no prestígio da camada, na honra social que ela infunde sobre toda a sociedade. Esta consideração social apura, filtra e sublima um modo ou estilo de vida; [...] (FAORO, 2001, p. 59).

Dessa forma, a manutenção do poder impera não apenas aos políticos de carreira, mas se estendem aos seus familiares e amigos como é o caso de Neudo que, por sua força e influência política, fomentou na vitória da esposa, Suely Campos, para várias funções públicas inclusive ao cargo de governadora do Estado. Tentou também o ingresso do filho na política local que, apesar de bem votado, não logrou vitória. Ainda assim, permaneceram os laços de parentesco no acesso direto ao empreguismo e nepotismo do funcionamento da máquina estatal<sup>6</sup> no governo de Suely Campos. Mas essas relações de laços familiares na política local é algo corriqueiro, não sendo, portanto, exclusivo à Neudo Campos.

Em Roraima, enquanto as verbas adquiridas com a narrativa da promoção do desenvolvimento e do bem-estar social como a abertura de estradas,

---

<sup>6</sup> Em seu recente governo Suely Campos, empregou parente no serviço público do Estado. O seu filho Guilherme Campos, ao que foi exposto pela denúncia de desvio de verbas era o dono da empresa contratada para fazer as quantinhas do sistema penitenciário. (COSTA, 2018).

recapeamento, construção de viadutos, seu fim era o enriquecimento ilícito dos parlamentares, robustecendo a força política daqueles que ainda expunham aspectos de “bom governo”, quando na verdade usavam os recursos do Estado em benefício próprio. O caso dos gafanhotos em questão, bem mais que uma manutenção do sistema de clientelismo, era revigorado pela cooptação política que tornava fluída o seu funcionamento entre poder público e setor privado. A empresa NSAP, por onde o recurso financeiro do Estado era transferido, dava seguimento a outro destino ao dinheiro, e ainda sustentava o recebimento da maior parte dos salários por meio de procurações. Ou seja, estes elementos apresentados se enquadram naquilo que Simon Schwartzman (2007), chamou também de uma *neocorporação* em que o poder privado tem acesso direto às negociações com o poder público, passando também a se beneficiar de seus privilégios. No final das contas nos deparamos com a *neomercantilização* das verbas públicas tendo a cooptação política como ponto comum de origem.

O esquema dos *Gafanhotos* oportunizou para aqueles que dele usufruíram uma vida econômica abastada. Era o “mérito” esvaziado de conquista, pois o emprego era favorecido pelo nepotismo. Isto se reflete pela prática de Neudo Campos em não realizar concursos públicos, caminho comum ao emprego público. Em vez disso, decidiu por decreto o que ficou conhecido como “contratação temporária”, uma manobra que não atendia às necessidades da sociedade roraimense, mas sim da parcela envolvida na cooptação política, uma vez que esta lógica apenas incluía ou excluía quem dela deviria participar. A denúncia do MPF/RR constata que:

[...] os denunciados formavam um grupo estável de pessoas direcionado à prática de atividades espúrias, em que se lesava a União Federal ao se apropriar de seus recursos oriundos de convênio com o Governo Federal. Tem-se, pois, a perfeita caracterização das atividades dos meliantes que integravam a quadrilha. Ainda que as atividades desenvolvidas fossem distintas, todas contribuíram de forma decisiva para que se alcançasse o resultado gravoso à União Federal, sendo, portanto, indispensáveis e fundamentais, não se podendo falar em participação de menor importância. (MPF-PR/RR-CDGF, processo: 2004.42.00.000181-3, fls. 29).

O patrimonialismo ocorre através de práticas que se realizam em um ambiente mais profissionalizado, burocrático e tecnocrático embora o que impera é a clara pessoalidade na busca incansável pelos privilégios e benesses



ilícitas. No Estado de Roraima, o patrimonialismo pode ser também uma das consequências da vicissitude econômica que se mantém estagnada, pois diante de outros Estados da Federação está entre os menores na contribuição do Produto Interno Bruto – PIB do país. Mantém a economia pautada no contracheque do funcionalismo público fazendo com que seja subordinada ao controle e diretrizes do Estado, agigantando o setor público em detrimento do setor privado.

Assim, o parco setor privado existente não atende à demanda de pessoas em idade ativa para o trabalho, sendo estes aqueles que não foram inseridos no serviço público, seja por meio de concurso, seletivo temporário, cargo de confiança ou cargo comissionado. Este setor é sujeito a centralização e mandonismo do Estado, detentor de construções em obras de infraestruturas, casas populares, saneamento básico e diversas outras que passam por licitações, contratos e supervisão de fiscalização. Um ambiente que enfrenta denúncias ou suspeitas de cobrança de propina, concessão de favoritismo, empresas operadas por “testas de ferro” cujos proprietários são os líderes políticos. Enfim, são muitos caminhos tomados para assolar o dinheiro público e redirecioná-lo a outro fim deixando de atender, portanto, a uma política social, de interesse coletivo.

Ampliando um pouco mais a visão, esta é uma característica que está presente na sociedade brasileira de maneira geral ao que concerne a sua relação política com o Estado, como afirma Simon Schwartzman (2007, p. 15), “[...] a sociedade brasileira tende a ser, em geral, dependente do Estado para a obtenção de benefícios, sinecuras, autorizações, empregos, regulamentos, subvenções”. E com isto, se mantém acovardada.

Dessa forma, o Estado praticamente rege a vida pública e social da sociedade roraimense que, por sua vez, vive sem forças e apática para refrear os desmandos da política praticada pelo Estado de Roraima que, com a economia sujeita ao setor público, se mantém distante da competitividade dos grandes eixos econômicos do país. Sobre o quadro da economia do Estado fica caracterizado assim na denúncia:

O estado de Roraima conta com economia pouco desenvolvida, com pequena capacidade de geração de receitas oriundas da arrecadação de tributos estaduais. É visível que todas as obras de vulto que deveriam ter sido realizadas – e não o foram, tinham como fonte de financiamento recursos de convênios federais, como as obras do anel viário de Boa Vista, reforma e asfaltamento na BR174,

construção de pontes ligando o Brasil à Guiana, e bem assim as que constam da informação pericial de fls. 153/155, destinadas, em geral, à prestação de serviços de saúde pública. (MPF-PR/RR-CDGF, processo: 2004.42.00.000181-3, fls. 33).

Essa economia estatizada, como já vimos, ultrapassa os limites do Estado e está presente na própria noção do país em lidar com a economia. As consequências deste envolvimento e monitoração é perceptível em diversos arranjos de apropriação indevida do dinheiro público por acordos escusos entre setor público e privado. O Estado controla e negocia as diretrizes da economia, o mercado caminha e responde aos interesses do Estado. Raymundo Faoro (2001) e Simon Schwartzman (2007) asseveram que esta prática corresponde ao capitalismo politicamente orientado, em que nada lhe escapa do controle e é mantido para permanecer dando sustentação de benesses àqueles que tem seu controle administrativo e normativo. Neste caso, são as instituições políticas do Estado, representadas pelos líderes políticos. O resultado desta constante é a ingovernabilidade, a ingerência e a corrupção, ou seja, a cooptação na sua melhor forma de articulação e estratégia. Rafael Pacheco Mourão (2015, p. 60), argumentado sobre este contexto, entende que “[...] o padrão que caracteriza o (neo)patrimonialismo obstruí o desenvolvimento, a democracia e, conseqüentemente, o bem-estar”, sendo apenas um dos efeitos deletérios causado por esta ordem de dominação de poder e política.

Não diferente acontece em Roraima. A fragilidade do processo eleitoral se percebe pelo o voto que é entendido como *moeda de troca*. E por mais cética que esteja a sociedade quanto aos envolvidos em escândalos de corrupção, são estes os que contabilizam mais votos. Assim, é entre estes que se decide o pleito. E mesmo quando derrotados, permanecem indiferente à vontade majoritária do eleitorado roraimense ao transferirem as suas lutas para o campo jurídico. Pois há o conhecimento dos caminhos de acesso aos privilégios, desprezando a racionalidade das regras burocráticas. É por este motivo que tais regras, em seus interstícios, desvelam suas fraquezas para atender aos interesses pessoais em detrimento do bem comum.

Como demonstrado empiricamente no caso dos *Gafanhotos*, as ações cometidas por aqueles que tinham o controle do Estado corresponderam outrora à administração que está a serviço do político que governa para si mesmo. A preocupação consistia apenas em manter sob a tutela do Estado

toda vida político-social da sociedade roraimense, fazendo valer, apenas, seus próprios interesses. Esse contexto, portanto, expõem a desigualdade gerada pelo Estado patrimonialista que amplia a exclusão social.

Embora saibamos que o estamento burocrático não se caracteriza mais pelo seu poder absoluto, o Estado parece ainda incapaz de “exercer o poder que lhe é atribuído democraticamente, para governar em benefício de todos” (Schwartzman, 2003, p. 211). Já o estamento por seu caráter performático não se limita às transformações ao longo do tempo, mas se adapta conforme o ambiente. Logo, estamos diante de uma ordem de dominação política já institucionalizada. Simon Schwartzman (2007, p.12) afirma que os “[...] segmentos do antigo estamento burocrático vão-se profissionalizando e burocratizando, surge uma segunda característica do Estado brasileiro, que é o despotismo burocrático”. Daí a insistência em pontuar na política a presença latente no fenômeno da pessoalidade, prática que navega em rios largos em Roraima ao longo das décadas.

Enfatiza-se, portanto, o aspecto disforme na representatividade da política brasileira, pois o poder de dominação patrimonial atua sob atos ilegítimos. Com a formalidade burocrática, tornou-se mais nítida a distinção entre *coisa pública* e *coisa privada*. No entanto, as estruturas de poder patrimonialista “[...] não deixaram de interagir com o sistema político e representaram um entrave à plena efetivação da representação política” (LAUANDOS, 2009, p. 209). Dessa forma, quando se defende aqui a presença da tradição patrimonialista nas instituições políticas nacional e local não se desconsidera as mudanças de cunho mais tecnocrático ocorrente no Brasil nas últimas décadas. O que se coloca em pauta é que apesar de se constatar uma mudança na administração pública, as práticas que materializam o patrimonialismo continuam a incorrer.

Em seu estudo sobre o Brasil pós-constituente, Filomeno Moraes (2001) argumenta sobre dois comportamentos imperantes nas novas democracias, sendo que no Brasil estes elementos se coadunam, gerando um aspecto perverso para o sistema político-institucional. Segundo este estudo, há “uma grande distância entre as normas formais e o funcionamento da maioria das instituições políticas; o particularismo como uma instituição política dominante” (p. 50). Para Moraes, o particularismo é o interstício polissêmico que destoia das relações universalistas. É por ele que se instituem, entre outros, as relações de nepotismo, de patronagem, de troca de favores e de corrupção. E, embora haja o reconhecimento das transformações das últimas décadas no

país, este autor ratifica que “[...] é inquestionável o caráter atrofiado, truncado, de muitas das instituições políticas” (MORAES, 2001, p. 50). Essa deficiência na representatividade decorre do processo de formação do Estado uma vez que se trata de algo com raízes bem mais antigas. Moraes não esboça a palavra *patrimonialismo*, mas sua elucidação contextualiza o ambiente próprio deste fenômeno na formação político nacional do Estado brasileiro.

O caso dos *Gafanhotos* é apenas uma dentre inúmeros outros casuísmos que evidencia os traços da institucionalização do patrimonialismo ou neopatrimonialismo, em suas realizações políticas e administrativas imbricada pela cooptação política e a corrupção que ignora as demarcações do público entre o privado.

Roraima caminha sob trilhos conhecidos, a tradição que aqui domina faz parte da formação do Estado brasileiro e também permanece presente nas relações políticas de outros estados do país, seja para mais, ou para menos, o patrimonialismo ainda vive na política do Brasil. Na história política de Roraima não há nada de novo. O que torna inquietante e estarrecedor ainda mais é justamente este sentimento de pessimismo, naturalização ou justificação para o continuísmo de tal tradição. Pois, o fato de encontrarmos elementos conceituais que possa explicar os fenômenos que subsidiam o processo da degeneração política não os tornam justos ou naturais.

## CORRUPÇÃO E O ESQUEMA DOS GAFANHOTOS EM RORAIMA

A corrupção no Brasil é histórica e possui raízes profundas na estrutura político-administrativa dos órgãos estatais e, por mais que “tenhamos uma rica história constitucional, a separação entre o público e o privado nem sempre é percebida como um fato derivado das leis fundamentais e nela refletidos” (BIGNOTTO, 2006, p. 84-85), ou seja, “dentre nós, a Constituição nunca chegou a ocupar o lugar que tem na vida política de nações como os Estados Unidos” (BIGNOTTO, 2006, p. 84). Os políticos eleitos de grupos ou partidos políticos, quando assumem o poder, agem como se desconhecessem que o [...] aparato constitucional constitui um limite intransponível para suas ações. Agindo como grupo privado, vários atores políticos se comportam como se a vitória nas eleições significasse a posse da totalidade dos poderes do Estado. (BIGNOTTO, 2006, p. 85).

Dessa forma, compreendemos que as raízes da corrupção são profundas, danosas e complexas, especialmente quando se encontra um ambiente favorável, como no caso das instituições políticas no Brasil, compostas por representantes eleitos que corriqueiramente estão envolvidos em escândalos de corrupção, comprometendo o processo de desenvolvimento do Estado democrático de direito. Acrescenta-se a isto que, “[...] no Brasil, a corrupção é em grande medida o efeito do comportamento ilegal de funcionários públicos, ela é um fenômeno que atinge setores muito mais amplos de nossa sociedade [...]” (BIGNOTTO, 2006, p. 85).

A República se apresenta como um sistema legítimo onde um governa, mas todos se veem representados; em lógica bem distinta funciona o estado patrimonial. Como destaca Raymundo Faoro (2001), há uma centralização de poder a disposição do estamento, que atua num exercício fechado em si mesmo, atendendo seus próprios interesses. Já Simon Schwartzman (2007), ressalta que a busca por enriquecimento na esfera pública fortalece a ação antirrepublicana do patrimonialismo.

As consequências materializadas por este contexto são bem mais profundas, pois põe em risco não apenas setores monetários do Estado, mas toda estrutura social, cultural, político, educacional, dentre outros sustentáculos do regime democrático e do sistema republicano, tendo em vista que o público está arraigado a liberdade e a estrutura funcional da política do Estado, a qual a corrupção põe em decadência. De maneira geral, “[...] a corrupção pode ser definida como ato de transgressão do interesse público, que implica uma apropriação privatista ilegítima de recursos, bens, patrimônios ou serviços públicos” (GUIMARÃES, 2012, p. 147).

No estado de dominação patrimonialista as riquezas e benefícios do espaço público fundamentam o seu poder, pois incumbe a ele recebê-los e distribuí-los, porém, a circulação das riquezas é restrita aqueles que detêm o acesso direto a elas, se trata, portanto, de uma distribuição desigual. O que certamente afronta as regras do regime democrático e republicano, em atender ao interesse comum. Na lógica patrimonial “o acesso ao benefício é restrito a algumas pessoas que foram cooptadas para dentro da política e seus aliados ‘fora’ dela” (CARMO, 2011, p. 69). Nessa concepção, a política produzida no público é palco de barganhas, trocas de favores, e outros personalismos na administração pública.

Neste fazer político, os personagens públicos de maior popularidade e influência mantêm em sua dependência um número elevado de pessoas que lhe devem fidelidade, seja circunscrita ao ambiente da instituição política ou em setores fora dela. Pois a prática da política neste entendimento não caminha para deliberações que alcance o bem comum, mas sim, “[...] um meio de recebimento de bens públicos, de privilégios e de manter ou aumentar o *status quo* de alguns poucos” (CARMO, 2011, p. 69).

Não por menos, a materialização da corrupção no estado patrimonial reside tanto no meio das instituições políticas envolvendo acordos partidários, correligionários, clientelismo e cooptação, quanto em setores fora da máquina administrativa estatal, Estado e Sociedade. Neste último caso, se evidencia uma sociedade engessada incapaz de se organizar fora da tutela do Estado, inativa e limitada. No argumento de Raymundo Faoro (2001), todo esse contexto em que a essência da ação política do Estado é desvirtuada para atender a outros fins são traços ainda vivos da herança ibérica, que consolidou um sistema em que o estamento tem o domínio do exercício administrativo da coisa pública. Sendo assim, a sociedade se constituiu fora da vida política do Estado.

A instrumentalização da corrupção no estado neopatrimonial sustenta relações escusas dentro e fora de sua estrutura, abrindo precedentes para construção de um favoritismo a certas bases eleitorais, que são beneficiadas em leis e políticas públicas. Os grupos beneficiados têm atendido seus interesses, este é um dos sustentáculos da relação de dependência da cooptação e do “rouba mas faz”. Assim, de acordo com a poder de influência da base eleitoral, os recursos que mantém o favoritismo se fundamentam em alianças a qual os benefícios públicos são moedas de trocas particularista.

Acrescenta-se a isto, que o eleitor ciente da desigualdade existente na distribuição da riqueza e do poder, (o que certamente limita suas oportunidades de sobrevivência fora da tutela do Estado), pauta suas decisões circunstanciado pelo imediatismo da sobrevivência (CARMO, 2011). Essa concepção, embasada pela prática da política neopatrimonialista, configura-se como um entrave para efetivação plena da República, pois nesta visão o propósito original da coisa pública, que seria o bem comum, é secundarizado. Dando ascensão a cooptação política, a desigualdade social e a usança da apropriação do patrimônio público para atender interesses privados. Este contexto estrutura uma lacuna abissal entre a realidade de vida material e o acesso ao amparo legal para com a sociedade num todo.

A corrupção política é um interstício do estado patrimonial que atua em oculto, na sordidez das relações, acentuando o distanciamento entre a Sociedade e Estado, pois tem sua prática política esvaziada do bem comum, e manipula o desvio da coisa pública para o privado, na qual as malversações das políticas públicas se embasam em barganhas mantendo contato direto com pessoas e grupos específicos, que tenham acesso ao Estado (MOURÃO, 2015), sobrepondo-se a vontade dos envolvidos em detrimento da necessidade do todo. O autor Jose Maurício Domingues (2012, p. 161), afirma que:

[...] a corrupção se desenha como elemento perverso do neopatrimonialismo contemporâneo, instituição que não pode se revelar mas continua informalmente operando em toda a extensão do aparelho estatal através de seus vínculos vários com a sociedade.

Dessa forma, o Estado divide espaço com aquilo que lhe ameaça. O patrimonialismo tem como fulcro de sua realização o aparelhamento da máquina estatal, restringido a participação política do espaço público apenas aqueles que ingressaram por meio de cooptação no sistema. A este cabe os privilégios e benesses do Estado.

No caso dos *Gafanbotos* a corrupção se avultou no Poder Estadual, mantendo funcionamento especialmente através dos poderes executivos e legislativos, instituições essas que tem imbricados em suas funções o encargo de promover e garantir o exercício da cidadania, oportunizar meios para o desenvolvimento saudável da pessoa humana, manter a transparência em suas ações políticas com a sociedade a quem este deveria prestar serviços restrito ao bem comum. Porém, suas atuações se mostraram distante de seus propósitos, pois neste caso em questão a denúncia realizada pelo MPF/RR afirma a motivação que incitou o funcionamento e a persistente continuação do esquema, o interesse político e pessoal. Como fica elucidado que,

[...] interesse políticos motivaram a constituição do esquema criminoso, vez que decorriam de autentica troca de favores entre **NEUDO RIBEIRO CAMPOS** e os vários membros do Poder Legislativo e do Tribunal de Constas Estaduais, com o desvio de verbas federais oriundas de convênios, nos termos de informação pericial que se analisará oportunamente. **Neudo** estabelecia o valor das quotas de cada um dos deputados de acordos com sua “fidelidade” a suas propostas e interesses políticos. (MPF-PR/RR-CDGF, processo: 2004.42.00.000181-3, fls.08)

Os arranjos comprometidos com o desvio garantiam ao executivo a “fidelidade” de seus pares. Essa sede que dilapidava o erário público era ávida em tirar proveito. Não havia limite para suas ações, cada beneficiário/parlamentar ingressado na fraude consolidava outra ramificação do esquema, obtendo certa à autonomia, pois possuíam seus próprios procuradores/“testa de ferro”, alcançando ainda mais pessoas para serem gafanhotos.

Em Roraima, a lógica corrupta seguiu os mesmos meandros operante de ocultação de suas ações igualmente a outros casos de corrupção política, realizados em âmbito nacional. As coisas aconteciam em segredo, os encontros para serem efetivado o pagamento das quotas; a permissão para aumentar o número de pessoas aliciadas; as ordens direcionadas aos operantes/executores da folha de pagamento dos funcionários fantasmas, Diretor e Secretária dos respectivos órgãos, DER/RR e SEAD/RR; a permissão para alargar o número de outros ingressantes no esquema fraudulento. Os recursos do Estado sob o controle e poder dos operadores deste esquema eram distribuídos desigualmente com aqueles que foram cooptados a participarem.

Para manter a permanência na função pública e o enriquecimento ilícito, e também buscando garantir vitória nos pleitos eleitorais seguintes, Neudo Campos, o mentor do esquema, redirecionava as verbas federais, e a distribuía com seus correligionários, que firmavam o compromisso de apoiá-lo politicamente. E ainda, o governador era o maior dos beneficiários, pois possuía mais de 80% do montante. Era, portanto, uma via de mão dupla, o executivo autorizava e estruturava o *modus operandi* e gerenciava quem poderia participar e, em contrapartida, os beneficiários/parlamentares retribuía com fidelidade e apoio político. Assim se revigorou este esquema durante o percurso de quatro anos, pelo menos fora o que a investigação conseguiu materialidade para afirmar. Sobre este contexto a denúncia elucidada da seguinte maneira:

[...] o denunciado **NEUDO RIBEIRO CAMPOS** foi o mentor de todo o esquema criminoso instalado no Governo do Estado de Roraima para rapinar os cofres públicos, desviando recursos oriundo de convenios federais em benefício de correligionários, em troca de apoio político. **NEUDO** facilitou a formação da quadrilha encabeçada por **FRANCISCA AURELINA**. Esta, aproveitando-se do prestígio político e relacionamento que tinha com o então governador, organizou uma quadrilha para, de forma sistemática e continuada, apropriar-se de dinheiro público através do aliciamento de “gafanhotos”, incluídos ilicitamente na folha de pagamento do Estado, seja na TE-ASS, seja no DER/RR. (MPF-PR/RR-CDGF, processo: 2004.42.00.000181-3, fls.08).



Neudo Campos, que esteve à frente do executivo do Estado de 1995 a 2002, após seu primeiro mandato de governador do Estado rompe a aliança com Ottomar Pinto, se institui como uma terceira força política de influência e popularidade entre os eleitores roraimense, e pelo o que se pode observar, também era forte entre os parlamentares, que se avolumavam ingressando no esquema de corrupção. O autor Rodrigo Cardoso Furlan (2014), reflete sobre a política local recente entendendo que Neudo Campos está entre os líderes políticos da região que possuem personalismo e carisma, sendo influente tanto na capital quanto no interior, até os dias atuais. Não sendo novidade, portanto, que para compor o executivo, o legislativo e os cargos eletivos no interior, seja necessário o apoio político deste, ou do grupo ao qual ele representa, assim concebe o autor sobre a política em Roraima. Além disso, também afirma que Neudo, em sua gestão no executivo,

[...] durante o período em que foi governador (1995/2002) realizou várias obras de infraestrutura escolar em todo o Estado de Roraima. É atribuído a ele, também, a resolução do principal problema do Estado na época, a falta de energia elétrica. O seu governo estendeu a energia do Linhão de Guri, de Porto Ordaz, na Venezuela, à Boa Vista, resolvendo o problema da falta de energia elétrica na capital. Notabilizou-se nacionalmente, porém, após eclodir o escândalo dos “gafanhotos”, em 2003, decorrente da Operação Praga do Egito. (FURLAN, 2014, p. 133v.)

Por sua vez, estas ações que aparentemente buscam atender as necessidades da sociedade como um todo, se tratam apenas de uma garantia para ser reeleito e manter-se na função pública. Estratégia comum do político que queira se reeleger. Como fica elucidado no exemplo da autora Daniela Martins Madrid (2012, p. 13), embora seja de âmbito municipal, ainda sim, é pertinente ao entendimento do intuito das ações da gestão de Neudo.

[...] o candidato que busca a sua reeleição e faz uso do dinheiro público para realizar uma determinada obra em um Município apenas com o intuito de chamar a atenção da população, para que esta tenha a falsa impressão de que ele continuará realizando obras em benefício do povo, quando na verdade esta obra era supérflua e possuía um único objetivo: angariar mais votos.

O governador Neudo Campos, em suas realizações enquanto chefe do executivo conseguiu atrair atenção do eleitorado roraimense dando-lhes o falso sentimento de desenvolvimento e prosperidade do Estado, porém

paralelos, as ditas “boas ações” citadas acima, é que emergiu e tomou forma e fôlego o esquema dos gafanhotos, que não apenas desviou mais do que realizou, como também deixou de fazer e investir em áreas fundamentais, como saúde e educação, como podemos ver o que descreve a denúncia a este respeito:

tais desvios explicam os milhares de quilômetros de estradas e pontes que deixaram de ser construídos no Estado de Roraima, além da carência de serviço de saúde, educação e transporte, causando enormes danos a toda a população. Inclusive, o Tribunal de Contas da União chegou a julgar irregulares diversas contas prestadas, o que motivou a suspensão do repasse de verbas federais para determinadas obras” (MPF-PR/RR-CDGF, processo: 2004.42.00.000181-3, fls. 10).

O que se deixou de fazer na gestão de Neudo Campos ainda está por ser feito, pois a política no estado de Roraima tem seguido um processo cíclico de usufruto de seus recursos, sendo ainda mais especializada as manobras de apropriação do dinheiro público do estado. É um particularismo ávido que não se limita em reter as benesses e privilégios da máquina estatal. E quanto a corrupção, esta se tornou um tipo de *bilhete* de ingresso à vida pública, pois o comprometimento em combatê-la tem garantido permanência de ingresso de alguns na política local.

Mas as consequências da corrupção não são apenas de cunho econômico e material, embora estes sejam profundamente estarrecedor e prejudicial a sociedade. Ela ainda se agrava quando fomenta na degeneração da política e do espaço público. Não há vantagens benéficas na corrupção. Seus efeitos são catastróficos, de difícil e demorado reparos.

As verbas federais desviadas no caso dos gafanhotos tinham como propósito atender a estruturação física do Estado, com aberturas de estradas, direcionadas a saúde, a educação, ao transporte, inúmeras outras questões que atenderiam a necessidade urbana e rural da sociedade, que ainda esperam por tais ações que nunca aconteceram. Pois,

[...] houve desvio de dinheiro público que deveria ser empregado em programas sociais e obras de infraestrutura, mas acabaram consumidos pelo esquema. Segundo os investigadores, as obras eram feitas por um valor muito menor do que o estipulado ou não eram nem mesmo concluídas. Os procuradores estipularam um rombo de R\$ 2.327.456,10. (MEMORIAL DOMPF/RR).

Os efeitos da corrupção num Estado ou Nação são deletérios, pois põem em risco políticas públicas que possam garantir os subsídios básicos para a manutenção da dignidade humana. Logo, a corrupção é uma das consequências que atua como aspecto voraz na sustentação da desigualdade social. Esse uso arbitrário é típico do estilo patrimonial, adona-se da esfera política e de seus recursos. Pois,

[...] quanto mais dinheiro os corruptos desviam, mais querem desviar uma vez que perdem a noção da real finalidade da coisa pública e a própria compaixão/solidariedade com os destinatários desta verba pública onde se incluem: idosos; crianças; pessoas doentes esperando uma vaga no hospital; pessoas necessitando de medicamentos, etc. (MADRID, 2012, p.12)

Podemos perceber que os setores sociais distantes dessa manipulação da máquina pública são os primeiros a sentirem o distanciamento de ações efetivas do Estado. Tendo em vista que os recursos públicos que deveriam subsidiar a certas políticas públicas têm outros fins, pois onde impera a corrupção, os direitos fundamentais dos cidadãos não são atendidos. Neste entendimento, compreendemos que corrupção gera e sustenta “a miséria, a falta de educação de qualidade, o descaso na saúde pública, ausência de empregos e moradias, dentre outros” (MADRID, 2012, p. 18).

Outra versão nefasta da corrupção é a banalização do fenômeno e sua constante presença tendenciosamente se direcionando a um pessimismo descompromissado com engajamento para a mudança; “sempre foi assim” é a expressão máxima do alijamento e apatia política de alguns cidadãos brasileiros. Quando não, a corrupção se apresenta como estímulo para aqueles que também querem se beneficiar, tirar proveito desta tradição de apropriação do patrimônio público.

Portanto, os campos de atuação do patrimonialismo são diversos, assim como as relações que se constituíram no âmbito da política e da institucionalização do estado de Roraima. Este fenômeno é imperante, tanto nas relações da sociedade quanto do estado, através de trocas de favores, consolidada pela intensa teia de clientelismo, entre os líderes políticos e a máquina pública. Este adona-se dos recursos públicos, como se fosse extensão de bens privados. As consequências desta relação são notáveis, devido à ausência de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento social e do bem comum. No estado de dominação patrimonial o funcionamento do

interesse social é secundarizado, em detrimento de uma política que degenera as funções públicas e assolapa as finanças. Diante deste quadro, se consolidou em Roraima um estado centralizador, e uma classe política que governa para si mesma, enquanto a sociedade se mantém inerte e cooptada.

## REFERÊNCIAS

BIGNOTTO, Newton. Corrupção e Estado de Direito. In: ANASTASIA, Fátima; AVRITZER, Leonardo (Org.). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 82-85.

BRASIL. **Lei n. 332 de 29 de abril de 2002**. Extingue o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Roraima -DER/RR - e dá outras providências. Palácio Senador Hélio Campos, Boa Vista-RR, 29 abr. 2002. Disponível em:< <http://www.tjrr.jus.br/legislacao/phocadownload/leisOrdinarias/2002/Lei%20Estadual%20332-2002.pdf.html>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

CARMO, Andrea Reis do. **Patrimonialismo: o retorno ao conceito como possibilidade de compreensão do sistema político brasileiro por meio da abordagem da Cultura Política**. 2011. 153p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

COSTA, Emily. Relembra polêmicas que marcaram o governo de Suely Campos em Roraima. **G1/Roraima**, Boa Vista, 12 dez. 2018. Disponível em:<<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/12/10/relembra-polemicas-que-marcaram-o-governo-de-suely-campos-em-roraima.html>>. Acesso em: 8 jan. 2019.

DOMINGUES, Jose Maurício. Patrimonialismo e Neopatrimonialismo. In: AVRITZER, Leonardo et. al. (Org.). **Corrupção: Ensaios e críticas**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012. p. 200-205.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001. 949p.

FURLAN, Rodrigo Cardoso. **As Transferências de Domicílio Eleitoral em Roraima e a Interferência nas Eleições Municipais de 2004, 2008 e 2012**. 2014. 240p. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

GUIMARÃES, JUAREZ. Interesse público. In: AVRITZER, Leonardo et. al. (Org.). **Corrupção: Ensaios e críticas**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012. p. 149-151.

LAUANDOS, Artur Rega. **O Congresso Nacional no século XXI: os efeitos da corrupção sobre a representação política.** 2009. 278p. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2009.

MADRID, Daniela Martins. Corrupção: do Patrimonialismo à ‘Banalização do Mal’ por Meio da Violação dos Direitos Fundamentais. In: Encontro Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito-CONPEDI, XXI, 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia-UFU, 2012. p. 1-27. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/publicacao/?evento=37.html>>. Acesso em: 8 nov. 2018.

MEMORIAL DO MPF/RR: Escândalo dos Gafanhotos. **Memorial Digital do Ministério Público Federal de Roraima.** Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/rr/memorial/atuacoes-de-destaque/mafia-dos-gafanhotos.html>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

MOURÃO, Rafael Pacheco. Celso Furtado e a questão do patrimonialismo no Brasil. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 24, n. 1, 54-67p. jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/428/281.html>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

MORAES, Filomeno. Executivo e Legislativo no Brasil Pós-Constituinte. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, n. 4, v. 15, 45-51p. oct./dec. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392001000400006.html](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400006.html)>. Acesso em: 14 dez. 2018.

SANTOS, Roberto Ramos. Roraima: do pára-queda político ao clientelismo. **Revista Textos & Debates**, Boa Vista, n.5, p.7-19, 1998. Disponível em: <<https://revista.ufrb.br/textosedebates/article/view/1014.html>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

SCHWARTMAN, Simon. Atualidade de Raymundo Faoro. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 207-2013, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0011-52582003000200001&lng=pt&nrm=iso&tlng=en.html](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0011-52582003000200001&lng=pt&nrm=iso&tlng=en.html)>. Acesso em: 15 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Bases do autoritarismo brasileiro.** 4. ed. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007. 290p. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/224771581\\_Bases\\_do\\_autoritarismo\\_brasileiro.html](https://www.researchgate.net/publication/224771581_Bases_do_autoritarismo_brasileiro.html)>. Acesso em: 20 set. 2018.

## PROCESSOS-CRIMES: CASO GAFANHOTOS

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - Procuradoria da República no Estado de Roraima. In: CONRADO, Rómulo Moreira; DIAS, Darlan Airton; MAZZOCO, Carlos Fernandes (Procuradores). **Processo, n. 2004.42.00. 000181-3.** Inquérito Policial n. 271/2003. Denúncia 007/2004. Denunciados: Francisca Aurelina de Medeiros; Francisco Alderi Medeiros; João Ricardo Medeiros Neto; Neudo Ribeiro Campos; Diva da Silva Briglia; Carlos Eduardo Levischi. Boa Vista, 29 jan. 2004. Arquivo, 1º Vara da Justiça Federal de Roraima. Boa Vista (RR). Processo-crime caso “gafanhotos”.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - Procuradoria da República no Estado de Roraima. In: CONRADO, Rómulo Moreira; DIAS, Darlan Airton; MAZZOCO, Carlos Fernandes (Procuradores). **Processo, n. 2003.42. 00.001738-3.** Inquérito Policial n. 261/2003. Denúncia 111/2003. Denunciados: Barac da Silva Bento; Neudo Ribeiro Campos; Diva da Silva Briglia; Carlos Eduardo Levischi. Boa Vista, 15 dez. 2003. Disponível em: [http://www.mpf.mp.br/rr/memorial/docs/atuacoes\\_de\\_destaque/escandalo-dos-gafanhotos/112.pdf.html](http://www.mpf.mp.br/rr/memorial/docs/atuacoes_de_destaque/escandalo-dos-gafanhotos/112.pdf.html). Acesso em: 12 dez. 2018. Processo-crime caso “gafanhotos”.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - Procuradoria da República no Estado de Roraima. In: CONRADO, Rómulo Moreira; DIAS, Darlan Airton; MAZZOCO, Carlos Fernandes (Procuradores). **Processo, n. 2003.42.00.001733-5.** Inquérito Policial n. 260/2003. Denúncia 113/2003. Denunciados: Jalsner Renier Padilha; Itelvina da Costa Padilha; Elizângela Custódio da Silva; Juceline Braga da Silva; Maria Neusa Leal Costa; Neudo Ribeiro Campos; Diva da Silva Briglia; Carlos Eduardo Levischi. Boa Vista, 17 dez. 2003. Disponível em: [http://www.mpf.mp.br/rr/memorial/docs/atuacoes\\_de\\_destaque/escandalo-dos-gafanhotos/113.pdf.html](http://www.mpf.mp.br/rr/memorial/docs/atuacoes_de_destaque/escandalo-dos-gafanhotos/113.pdf.html). Acesso em: 12 dez. 2018. Processo-crime caso “gafanhotos”.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - Procuradoria da República no Estado de Roraima. In: CONRADO, Rómulo Moreira; DIAS, Darlan Airton; MAZZOCO, Carlos Fernandes (Procuradores). **Processo, n. 2003.42.00.0001767-8.** Inquérito Policial n. 266/2003. Denúncia 109/2003. Denunciados: Ângelo Paiva de Moura, Olívia Paiva de Moura; Rosilene Nogueira de Araújo; Vagna Isaias Gomes de Lima; Suelen Dayana Moura Reolon; Nádia Maria Santos Cunha; Neudo Ribeiro Campos; Diva da Silva Briglia; Carlos Eduardo Levischi. Boa Vista, 15 dez. 2003. Disponível em: [http://www.mpf.mp.br/rr/memorial/docs/atuacoes\\_de\\_destaque/escandalo-dos-gafanhotos/109.pdf.html](http://www.mpf.mp.br/rr/memorial/docs/atuacoes_de_destaque/escandalo-dos-gafanhotos/109.pdf.html). Acesso em: 12 dez. 2018. Processo-crime caso “gafanhotos”.

# O PERSONAGEM E OS TEXTOS: O VISCONDE DO URUGUAI E A ELITE POLÍTICA IMPERIAL<sup>1</sup>

*José Victor Dornelles Mattioni<sup>2</sup>*

*João Carlos Jarochinski Silva<sup>3</sup>*

## INTRODUÇÃO: O INDIVÍDUO NA HISTÓRIA

Por construirmos esse artigo a partir das ideias e posicionamentos de um único personagem, acreditamos ser importante apresentar referenciais que apontam para as ações de indivíduos na sociedade em suas respectivas áreas onde tenha atuado em seu tempo. Para tal feito, baseamo-nos em Avelar (2015), Mary Del Priore (2009), Schmidt (2014) e Martins (2007).

O nosso personagem, o Visconde do Uruguai, é apenas mais um indivíduo inserido na sociedade de seu tempo; passível de contradições, mudanças de posicionamentos, entre outros fatores comuns na vida humana. Para compreender esse personagem político brasileiro do século XIX buscamos, como fontes, seus escritos políticos e diplomáticos, além de consultarmos as fontes secundárias que também possuem relação com o sujeito-objeto.

Avelar (2015) comenta sobre algumas exigências metodológicas necessárias para o historiador focar sua interpretação em um determinado personagem histórico. Nesse sentido, o autor salienta que não é possível haver uma biografia sem uma narrativa em que estejam presentes os elementos do período em que a pessoa biografada viveu. Diante da preocupação e crítica acerca da possibilidade de uma construção de uma identidade heroica, o mesmo salienta que os personagens da história mencionados nas biografias não são agentes imutáveis e intransponíveis forjados para tais finalidades.

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa começou no ano de 2014, a respeito da abertura do rio Amazonas à navegação internacional no século XIX a partir da análise dos pareceres do Conselho de Estado do Império do Brasil. Entre os anos de 2016 e 2018 os trabalhos prosseguiram com o objetivo de entender a ação de Paulino José Soares de Sousa acerca deste assunto, pois o mesmo foi relator da Ata de 1854 e esteve presente no parecer de 1865.

<sup>2</sup> Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima. Contato: [josevictormattioni@gmail.com](mailto:josevictormattioni@gmail.com)

<sup>3</sup> Professor Adjunto na Universidade Federal de Roraima (UFRR) do curso de Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF).

Dessa forma, evita-se o erro tão comum aos positivistas de retirar o indivíduo do seu contexto e colocá-lo como um agente transformador acima das demais condições sociais.

Nesse sentido, valiosa a lição de Mary Del Priore (2009) no tocante as relações indivíduo e sociedade, em que a autora afirma que as biografias foram fundamentais ao permitir desfazer a aversão entre indivíduos e sociedade, uma vez que os personagens biografados estão inseridos nesse meio social. Ela destaca que,

[a] biografia desfez também a falsa oposição entre indivíduo e sociedade. O indivíduo não existe só. Ele só existe “numa rede de relações sociais diversificadas”. Na vida de um indivíduo, convergem fatos e forças sociais, assim como o indivíduo, suas ideias, representações e imaginário convergem para o contexto social ao qual ele pertence. No seu estudo sobre os marranos no Nordeste do Brasil, Nathan Wachtel, por exemplo, demonstrou por meio de uma “enquete de micro-história”, que cada indivíduo estudado é situado numa trajetória dada, assim como “na sua relação com os outros no seio de uma sociedade global”. “Os indivíduos – diz – representam mais do que eles mesmos e cada qual, a seu modo, exprime algo do coletivo do qual não podem se abstrair.” [...] O que vale sublinhar é que as biografias caíram como uma luva para resolver alguns problemas práticos dos historiadores. Tomemos, por exemplo, a contradição entre ideias, representações e práticas sociais que fizeram historiadores americanos criarem a “história das ideias”, distinta, daquela das práticas. Os autores franceses e italianos demonstraram que as primeiras não são mais um fato em si, motivo ou causa de eventos históricos, mas “modos de representação” de um momento histórico. Trata-se, portanto, de achar um equilíbrio entre o indivíduo ou o personagem, seu livre-arbítrio, suas intenções pessoais e a escala mais ampla de convenções culturais e “mentalidades coletivas” nas quais ele está imerso. [...] Abordagem perfeita – se perguntariam alguns? A princípio, não. Pois que, por definição, a biografia é centrada num indivíduo, ela coloca o problema da “representatividade” deste mesmo ator histórico. Mas com o desenvolvimento da história cultural, as abordagens se concentraram nos laços que ligavam o indivíduo à cultura, no sentido mais amplo do termo (DEL PRIORE, 2009, p.11).

A longa citação faz-se necessária em virtude de Del Priore (2009, p. 09) magistralmente destacar que a reabilitação da biografia foi parte importante das mudanças propostas pela terceira geração dos historiadores dos *Annales*. O indivíduo não é um ser passível, inerte, mas sim um sujeito atuante com base em seus ideais.

Gostaríamos de acrescentar que não é apenas nos estudos de história social e cultural que o uso da biografia pode ser retomado. Na história política, esse instrumento foi tradicional, mas com um aditivo de valorização



do personagem, como se ele fosse um *grande personagem*, conforme realizado pelos positivistas e que as demais correntes historiográficas, com as quais concordamos, demonstrou não ser adequado. Objetivamos não cometer esse mesmo tipo de equívoco positivista em nosso trabalho, pois partimos dos referenciais acima expressos, alguns dos quais *revolucionaram* o proceder histórico e demonstraram a inefetividade de uma história positivista e de valorização de personagens, pretendemos, no tocante aos nossos estudos sobre a vida de Uruguai, buscar identificar elementos que o influenciaram em suas diferentes tomadas de decisões sobre nosso objeto de estudo.

Para alcançar este objetivo, coube analisarmos e utilizarmos as biografias de nosso personagem para encontrar atividades do indivíduo enquanto participante de atividades políticas e pessoais, conforme destaca Benito Schmidt (2014).

Embora saibamos que os textos sobre Uruguai não constituem verdades absolutas, também se faz necessário tomar cuidado diante de nossas limitações, como a ideia de fatos considerados importantes por si mesmos. Para isso, conforme aponta Schmidt (2014), o pesquisador precisa compreender o contexto histórico de seu personagem para que possa elucidar o leitor acerca de evitar o uso do senso comum, pois trata-se de uma obra a qual não deve ser considerada como um estudo exclusivo e *esgotado* sobre um(a) agente da História, dos quais são selecionadas metodologias e referenciais teóricos que possam abarcar uma construção da biografia desta pessoa.

## O VISCONDE DO URUGUAI NO CONSELHO DE ESTADO

Destacamos a citação sobre centralidade e a proximidade do Conselho de Estado e Senado, dado que Uruguai passou a ser membro destas duas instituições a partir do fim da década de 1840, o que reforça a análise de tratar-se de um personagem ímpar no cenário político do Império, pois também esteve presente na formação do Partido Conservador, que ficou conhecido como “Tempo de Saquarema” (CARVALHO, 2002; FERREIRA, 1999; MATTOS, 1994; TORRES, 2011).

Sobre este ponto, é importante destacarmos que a presença de Uruguai no Conselho de Estado é um exemplo do encontro das redes de poder vigentes

no Império que se consolidavam por meio da nomeação de membros para o Conselho de Estado pelo Imperador Pedro II. Segundo Maria Fernandes Martins (2006), o órgão era de fundamental estratégia para a manutenção destes grupos dominantes a permanecer próximo do governo Central para monitorar e influenciar em diversas atividades do Estado, o que poderia garantir-lhes a manutenção de seus interesses enquanto grupo ou indivíduos e consolidar essas redes como dominantes naquele cenário. A autora ainda assinala que,

Assim, o estudo sobre o Conselho, como instância de relacionamento entre o Estado e as elites, assume inegável importância, uma vez que o órgão traduziu, por um lado, o pensamento do Governo; por outro, sua adequação aos interesses das elites ali representadas, permitindo observar como se davam as relações entre os grupos dominantes e compreender os espaços e os limites que se colocavam para a execução de seus princípios e projetos para o país (MARTINS, 2006, p.180).

Sobre como ocorriam estas aproximações, Uruguai é um exemplo de como estas redes eram construídas por meio de relações de parentesco ou de socialização, como o seu casamento com uma moça de apenas 13 anos de idade; a amizade com Honório Hermeto Carneiro Leão, seu amigo desde Coimbra, local em que realizou seus estudos. Hermeto era uma figura pública que era um político de influência, capaz de estabelecer relações, algumas delas pessoais, que auxiliaram ao Visconde a galgar espaço político no cenário imperial.

Junto a estas redes, os casamentos revelam como as “boas relações” cimentaram os interesses de pequenos grupos de elites na perspectiva de evitar “rivalidades desnecessárias” em um país recém-independente, conforme alude Carvalho (2002). Tal prática é parafraseada por Carvalho a partir de uma definição apresentada pelo sociólogo Gilberto Freyre de genrocracia, “prática de fazendeiros procurarem bacharéis promissores, mesmo que de fortuna modesta, para com eles casarem suas filhas. Esperavam com isso ganhar prestígio social e voz na política” (CARVALHO, 2002, p.16). Portanto, percebe-se que a trajetória do Visconde do Uruguai seguia os padrões de ascensão social e política vigentes no período. Esse tipo de trajetória foi, também, fundamental para se constituir um padrão comportamental que ultrapassava o indivíduo e garantia um predomínio de certas ideias e procedimentos para com as relações políticas e sociais, além de compreender de quais grupos sociais surgiam as figuras destinadas aos principais cargos públicos constituintes da estrutura burocrática imperial.

## O BACHARELADO COMO O PASSO INICIAL DA TRAJETÓRIA POLÍTICA DE PAULINO

Em Coimbra, como citado, Paulino estabeleceu relação de amizade com Honório Hermeto, o qual, em 1832, se tornou ministro na Regência. Honório convidou o seu amigo a assumir o posto de juiz na Corte. Passado um ano, o jovem juiz desposou Ana Maria Macedo Álvares de Azevedo, de apenas 13 anos. O matrimônio foi realizado na capela da casa de Joaquim José Rodrigues Torres, ministro da Marinha, futuro Visconde de Itaboraí (CARVALHO, 2002; TORRES, 2011), reforçando os laços sociais de Uruguai com a elite burocrática brasileira do período.

Nesse contexto, Uruguai, com 27 anos, foi nomeado por Diogo Feijó para ser presidente da província do Rio de Janeiro, cargo que exerceu em 1840 quando foi demitido pelo próprio Feijó após o fim da Regência, o que também provocou uma cisma no Partido Moderador. Dessa forma, Uruguai criou campo adversário dentro do partido. Contudo, ganhou experiência para lidar com questões estratégicas de interesse do Império (CARVALHO, 2002; SOUZA, 1944). O Visconde achava o modelo político imperial centralizado “em excesso”, conforme destaca a pesquisadora Gabriela Nunes Ferreira (1999), porém, a discordância não foi motivo de impedi-lo de galgar espaço nessa estrutura.

O início dessa trajetória se mostra fundamental para que, anos mais tarde, Paulino alcançasse o prestigioso espaço junto ao Conselho de Estado, o que era fruto de indivíduos pertencentes às elites selecionadas pelo Imperador Pedro II. Ou seja, não era um grupo homogêneo, que possuía um consenso. No âmbito do Conselho havia posicionamentos de membros que poderiam ser contrários aos interesses do Imperador Pedro II, posto que o órgão era apenas para consulta a assuntos de interesse do Estado, mas que sem dúvida, gozavam de prestígio intelectual com o monarca.

Porém, o início dessa trajetória se dá no momento da Regência, marcada por uma grande instabilidade política que só se resolveria na década de 1840, com a precoce coroação de Dom Pedro II e a vitória das tropas leais ao Império contra movimentos contestadores da Ordem ou de arranjos políticos capazes de contentar os adversários da Coroa, oferecendo a Paulino a obter uma melhor compreensão da estrutura estatal e do relacionamento entre os setores as elites provinciais com a Autoridade Central.

Entre as instabilidades políticas vivenciadas estão a abdicação de D. Pedro I; a Regência (Evaristo Veiga, padre Diogo Feijó, Honório Hermeto e Bernardo Vasconcelos), a dissolução do Conselho de Estado; e as revoltas, como a Farroupilha (1835-1845), no Rio Grande do Sul; Cabanagem (1835-1840), no Grão-Pará; Malês, na Bahia (1835); Sabinada (1837-1838), na Bahia; Balaiada (1838-1841), no Maranhão; Praieira (1848-1850), em Pernambuco (FERREIRA, 1999; BETHELL, 2001).

No tocante a economia do país, mesmo com a independência, o Império do Brasil permaneceu sendo um país cuja economia principal era a agricultura voltada para a exportação, e de uso de mão de obra escrava negra. Sendo assim, na busca pela manutenção do Estado após as revoltas, Ferreira (1999, p.40) cita “a relação do Estado que progressivamente se monta e se consolida entre fins da década de 1830 e fins da década de 1850, com os imperativos da ordem econômica nacional, particularmente a manutenção de escravos”.

É preciso destacar que o fim do período mais conturbado do período imperial também resultou, em algumas localidades, o surgimento de novas elites com outros ideais e posições que poderiam acarretar em perturbações às elites já estabelecidas há pelo menos um século no país. Portanto, ser um agente capaz de dialogar com os setores sociais dominantes, sejam eles tradicionais ou de recente ascensão, era necessário para se conseguir uma ascensão política e gozar de prestígio com o Imperador a ponto de compor o Conselho de Estado, já que este era uma estrutura fundamental no sentido de conseguir reunir as elites brasileiras oriundas de diferentes Províncias, embora, ainda, existisse um predomínio das elites mais tradicionais no órgão.

Portanto, para que o Conselho de Estado seja considerado como instrumento para a análise da ação e do comportamento das elites, é preciso ampliar a abordagem no sentido de entender essas elites não como a representação de um grupo isolado, a partir de suas características internas de formação e composição, mas considerando ainda suas relações com a sociedade, através das redes de alianças e interesses que se constroem e se refazem permanentemente ao seu redor. Assim, pretendesse enunciar a importância das redes demonstrando os laços que historicamente uniam os conselheiros ao poder econômico e político – fossem os representantes das altas finanças e do grande comércio, os ricos negociantes coloniais e seus herdeiros no século XIX, incluindo os novos empresários e empreendedores, ou suas relações com os poderes locais e os grandes proprietários rurais. Para tal, busca-se investigar a própria dinâmica de funcionamento dessas redes tomando por base uma personagem específica e suas relações no interior de uma grande rede de negociação e alianças. (MARTINS, 2006, pp.182-183).

Não podemos imaginar que essa suposta nova elite fosse muito distinta do grupo tradicional que historicamente se consolidou no poder desde o período colonial, pois os espaços de formação desses eram limitados e marcados por uma determinada concepção de pertença social. Nesse sentido, pode se exemplificar que a Faculdade de Direito do Largo São Francisco, na cidade de São Paulo, foi durante todo o século XIX o local privilegiado de formação intelectual dessa elite, principalmente para os grupos mais próximos da Capital do Brasil, no Rio de Janeiro. Como existiam poucas instituições de ensino superior no Brasil, as relações entre as elites eram centradas nesses centros, garantindo um proceder que, por mais revolucionário ou reformista que pudesse parecer aos olhos de setores que não aceitavam contestações a suas idéias, eram do ponto de vista de pertença muito próximos, facilitando entendimentos e a perspectiva de mudanças que pouco alteravam o *status quo* vigente. Fundamental destacar que o acesso ao ensino era um privilégio de poucos, levando a quadro em que a maioria era analfabeta. Logo, aqueles que conseguiam êxito na sua formação superior também possuíam melhores condições de adentrar a cena política das províncias. O exemplo de Uruguai fora apenas mais um, obviamente com grande destaque, dentre os demais que ocorrera neste período (MARTINS, 2007).

Assim como havia a construção das redes, fazia-se necessária a manutenção destes grupos.

Assim entendida, a noção de rede permite exatamente extrapolar o sentido de troca individual usualmente associado à idéia das práticas clientelares, ao se considerar a inserção desses indivíduos em suas redes de relacionamentos, que por definição apresentam uma composição mutável, englobando setores distintos e variados, e na qual, inclusive, os objetivos e interesses pessoais moldam-se e ajustam-se aos interesses coletivos bem como às diferentes conjunturas. **As relações que essas redes retratam mostram uma realidade heterogênea, ambígua e dinâmica, espelhando as tensões características dos grupos e indivíduos nela envolvidos, mas garantem o espaço da ação individual, da liberdade de ação e reação a conjunturas específicas.** São essas tensões e conflitos que, ao colocarem permanentemente novas situações, ameaças e oportunidades, permitem que redirecionem suas ações, **compreendendo o risco de declínio de seu status político-social e econômico que representava a exclusão e impermeabilidade aos novos grupos emergentes e às transformações vivenciadas por essa sociedade, uma dinâmica que impunha a necessidade dos indivíduos e grupos reverem e reestruturarem permanentemente suas escolhas e suas estratégias de alianças, negociação e controle político.** (MARTINS, 2007, p. 120. Grifos nossos).

Do ponto de vista metodológico, a combinação de uma prática de reconstituição das redes de clientelas e de parentesco com a análise da trajetória individual permite perceber que, de um modo geral, as carreiras profissionais ligavam esses personagens às suas províncias de origem e às relações políticas, sociais e econômicas estabelecidas por suas famílias.

**Mas essas redes, por definição, apresentavam-se multifacetadas e multidirecionadas, integrando indivíduos e representações de interesses diversos ao longo do Segundo Reinado, impondo escolhas variadas e espelhando diferentes e mutáveis estratégias de negociação para perpetuação do poder.** São esses elementos que, ao se interligarem, permitem reinterpretar a própria dinâmica da política imperial, uma abordagem na qual trajetórias, redes e conjunturas políticas aparecem perfeitamente imbricadas, informando-se reciprocamente, e onde as diversas e permanentes transformações podem surgir assinaladas pelas mudanças de atitudes, escolhas e comportamentos individuais. **Nesse sentido, mais do que as experiências, ações e trajetórias individuais por si mesmas, importa a forma como nelas repercutem as regras e práticas políticas, sociais e culturais, os processos e as mudanças vivenciadas pelas sociedades onde se inserem** (MARTINS, 2007, p.120-121).

A construção e o uso destas redes entre os indivíduos são percebidos durante boa parte da produção intelectual do Visconde, em que ele ganha destaque em pareceres e outros textos em que aborda temas políticos e diplomáticos.

## O VISCONDE COMO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Ao assumir o Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 1843 a 1844, estava ciente da influência, apresentada “de maneira agressiva” na historiografia brasileira, de Rosas desde 1843 no cerco a capital do Uruguai, Montevidéu, e ao creditar apoio a emancipação da província do Rio Grande do Sul durante a Revolução Farroupilha. Com essa atuação, Visconde demonstrou que além de ser um sujeito que pertencia a uma elite política e intelectual do país ajudou em ações de um Império que tinha a consolidação das fronteiras e do seu reconhecimento como um fator prioritário.

Interessante destacar que Paulino não foi ministro apenas uma vez, sendo, inclusive, durante a sua segunda passagem no Ministério que ele se destacou mais com uma maior atuação política via diplomacia<sup>4</sup>. (FERREIRA, 1999; SOUZA, 1944; TORRES, 2011).

Nesse aspecto, destaca-se na atuação do Visconde o incentivo ao reconhecimento do Paraguai como um Estado independente como uma estratégia contra o avanço dos interesses de Rosas para restabelecer as fronteiras originais do Vice-Reino do Rio da Prata reanexando o Paraguai e a Bolívia e, com isto, dificultar a consolidação dos interesses imperiais na bacia do Prata, como na navegação.

O Governo Imperial considera importantíssima esta missão. A reunião do Paraguay e de Bolívia à Confederação Argentina viria dificultar ainda mais huma [sic] solução vantajosa das nossas complicadas questões de limites, e de todas as nossas reclamações, e bem assim a nossa navegação pelo Paraguay, e Paraná, e a sahida pelo Rio da Prata. E hé agora mais necessário que empreguemos todos os meios possíveis para evitar aquella reunião, à vista do passo, que as nossas apuradas circunstancias financeiras, o estado do Império, e sobretudo da Província do Rio Grande do Sul, acabão de nos obrigar a dar. Fallo do reconhecimento do bloqueio de Montevideo pelo Governador Rosas, passo este que vae apressar a queda do pérfido Fructuoso Rivera, e estabelecer a influencia de Rosas na Banda Oriental (SOUZA, 1944, p.166).

Logo, a aproximação com os vizinhos descaracteriza uma possível análise de neutralidade por parte do Brasil e reforça a ideia presente durante todo o Império de que a Argentina representava uma ameaça ao Brasil.

Embora Torres (2011, p.30) aponte que o Império do Brasil assumia uma posição de “neutralidade” no tocante a assuntos de política externa entre os demais Estados na América do Sul e destaca que a partir da nomeação de Uruguai marca um “ponto de virada” nas atuações do país para assuntos estrangeiros, isso deve ser observado com cuidado, porquanto o Império

---

<sup>4</sup> A diplomacia é um dos meios que o Estado usa em sua política externa para dialogar com outros Estados acerca de interesses mútuos ou particulares. Com isso, no âmbito das relações internacionais, destaca-se a características das Razões de Estado, cujo ímpeto centra-se no uso da política externa voltada, impreterivelmente, para os interesses nacionais. Acompanhando esta lógica “a política externa responde aos interesses nacionais no campo externo, cabendo à Diplomacia sua aplicação. Sua atuação se faz por meios pacíficos, buscando a negociação, o conhecimento e a persuasão (BRASIL, 1986, p.69). De acordo com Martin Wight (2002, p.107), “a diplomacia é o sistema e a arte da comunicação entre os estados. O sistema diplomático é a instituição mestra das relações internacionais. Ele pode ser convenientemente dividido em duas categorias: as embaixadas residentes e as conferências”.

estava envolvido com outros países desde a sua independência. Portanto, não consideramos que o Brasil manteve-se neutro desde a década de 1820 até meados de 1840.

Sobre o não posicionamento neutro do Brasil, o próprio Torres cita que o Brasil enviara, entre 1844 e 1846, à Europa, Miguel Calmon du Pin e Almeida, o Visconde de Abrantes, com o propósito de Inglaterra e França auxiliarem o Império do Brasil na independência do Paraguai e da Bolívia. Entretanto, a missão não obteve sucesso devido às críticas de Lord Aberdeen sobre o tráfico de escravos para o Brasil (TORRES, 2011, p. 48).

Além disto, a Inglaterra, após uma série de conflitos contra Rosas, possuía uma estreita relação com a Argentina uma vez que, segundo Bethell e Carvalho (2001), no porto de Buenos Aires, capital da República Argentina, os navios ingleses eram os maiores responsáveis pela entrada e saída de produtos, o que tornavam os argentinos dependentes dos ingleses. Assim como o Brasil também possuía uma relação econômica direta com os mesmos.

Da parte francesa a mesma também possuía interesses na bacia do Prata a ponto de realizar ações militares contra a Argentina entre 1838 e 1840, com bloqueios navais nos portos argentinos exigindo de Rosas concessões semelhantes às que foram concedidas aos ingleses. Neste mesmo período a França também realizou a movimentação de tropas de Caiena para o território brasileiro. Em 1845 esquadras britânicas e francesas asseguram a passagem de 100 navios mercantes até o Rio Paraná, derrotando Rosas na batalha naval de Vuelta de Obligado. Em 1849, Grã-Bretanha e Argentina assinam o tratado de paz, enquanto que em 1850 os argentinos e franceses selam outro acordo de paz. Tais acordos são apontados como uma vitória a Rosas que permaneceu no poder e reconhecia a soberania da Argentina sobre os rios interiores, como o país vizinho, Uruguai (TORRES, 2011, p.52).

Percebe-se por meio da atuação do Visconde na seara diplomática, que essa elite, além de possuir uma clara ideia de seu papel dominante e elitizado frente ao Estado brasileiro, possuía uma determinada ideia de papel internacional, o qual representava a não centralidade do Brasil no Sistema Internacional, mas que possibilitava a que esse grupo se mantivesse no poder e garantisse ao Brasil a defesa de seus interesses vistos como imediatos, tais como o território e a manutenção dos elementos caracterizadores da estrutura produtiva, o que obviamente favorecia aos grupos de elite.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos como é possível analisar um contexto histórico a começar pela análise de obras biográficas sem a elaboração de um texto que visa enaltecer o indivíduo de maneira heroica, nem simplesmente ser um apanhado de críticas, as quais podem ter, inclusive, natureza anacrônica. Buscamos com o personagem em questão analisar como certa pessoa, a qual possui formação particular e pública, redes sociais e políticas para ações individuais ou para com o Estado, pode oferecer formas de tentar compreender um objeto muito maior, que são as formas como o Estado brasileiro exerceu a política no período imperial, os interesses que motivaram certas ações no campo diplomático.

Além disto, o interesse por estudar a vida e atuação política de Paulino deriva da necessidade de uma melhor interpretação sobre um importante evento amazônico que foi objeto da dissertação de mestrado defendida no PPGSOF, que buscava compreender os interesses em relação à navegação no Rio Amazonas durante o reinado de Dom Pedro II.

Destaca-se que o Visconde de Uruguai foi o relator da Ata de 1854 sobre a abertura comercial do rio Amazonas à navegação internacional, depois atuou em 1865 em novos embates relativos ao tema evidenciando, por meio dessas produções, uma forma de pensar e agir sobre a Amazônia que caracterizou a elite imperial central e que hoje se forma relevante para a construção da produção histórica nacional e também regional, a qual está inserida dentro de um contexto muito maior do que “apenas” o espaço amazônico.

## REFERÊNCIAS

AVELAR, Alexandre de Sá. Traçando destinos: desafios narrativos e éticos da biografia histórica. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, a. 176 (466):121-150, jan./mar. 2015.

BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de. O Brasil da Independência a meados do século XIX. In: BETHELL, Leslie (Org.) *História da América Latina: da Independência até 1870*. São Paulo. EDUSP/FUNAG, 2001. p.637. 3 v.

BRASIL. O Conselho de Estado e a política externa do Império: Consultas da Seção

dos Negócios Estrangeiros: 1863 – 1867. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2007. 444p.

CARVALHO, José Murilo de. (org.). Visconde do Uruguai. São Paulo: Ed.34, 2002.

DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. Topoi, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009. p. 7-16.

DOLHNIKOFF, Miriam. O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

FERREIRA, Gabriela Nunes. Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e Visconde de Uruguai. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira A velha arte de governar: o Conselho de Estado no Brasil Imperial. TOPOI, v. 07. n.12 jan-jun. 2006. p 178-221.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. O Círculo dos grandes: Um estudo sobre política, elites e redes no segundo reinado a partir da trajetória do Visconde do Cruzeiro (1854-1889). LOCUS: revista de história. v.13. n.1. Juiz de Fora, 2007. p.93-122.

MATTOS, Carlos de Meira. Uma geopolítica pan-amazônica. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

SCHMIDT, Benito Bisso. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. História (São Paulo) v.33, n.1, p. 124-144, jan./jun. 2014.

SOUZA, José Antônio Soares de. A vida do Visconde do Uruguai (1807-1866) (Paulino Soares de Souza). Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/402/A-vida-do-Visconde-do-Uruguai-1807-1866-Paulino-Soares-de-Souza>. Acesso em 13 de abril de 2018.

TORRES, Miguel Gustavo de Paiva. O Visconde do Uruguai e sua ação diplomática para a consolidação da política externa do império. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 212p.

## AUTORES

### **Adriane Karina Amin de Azevedo**

Mestrado em Sociedade e Fronteiras pela Universidade Federal de Roraima (PPGSOF/UFRR). Especialização em Gestão para Educação Ambiental pelo Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (NUMA/UFPA). Graduação em geografia (Licenciatura/bacharelado) pela Universidade Federal do Pará. Possui interesse nos seguintes temas: ideologia, classes sociais, ensino e aprendizagem, educação superior.

### **Alfredo Ferreira de Souza**

Doutor e mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-Graduado em Relações Fronteiriças e Licenciado em História pela Universidade Federal de Roraima. Atualmente é professor associado do curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima. Possui interesse e atua sobre a historicidade das práticas de escrita e de leitura religiosas bem como os encontros culturais e história das religiões e religiosidades, incluindo conceitos de religião civil e de Estado.

### **Ana Lúcia de Sousa**

Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos, Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará. Professora Titular da Universidade Federal de Roraima (no Curso de Bacharelado em Ciências Sociais e no Programa de Pós-graduação Sociedade e Fronteiras – PPGSOF/UFRR). Temas de interesse: Teoria Política, Políticas Públicas, Política educacional e Reforma do Estado.

## **Antonio Ramos Ferreira**

Mestre em Sociedade e Fronteira pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira da Universidade Federal de Roraima; graduado em Direito – Faculdades Cathedral de Ensino Superior com Estágio na Procuradoria da Fazenda Nacional. Professor da Faculdade Cathedral das disciplinas de Ciência Política, Teoria Geral do Estado, Antropologia do Direito e Direito Indígena. Assessor Parlamentar na Assembleia Legislativa de Roraima ALERR.

## **Daniele Monteiro Mota**

Mestre em Sociedade e Fronteiras pela Universidade Federal de Roraima. Especialista em Metodologia para o Ensino Superior e EAD pela Faculdade Educacional da Lapa. Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal de Roraima.

## **Fanir Neves**

Doutoranda em Antropologia Social no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAS/UFRGS). Mestre em Sociedade e Fronteira pela Universidade Federal de Roraima (PPGSOF/UFRR). Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal Roraima (2014). Pesquisadora do Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais (NIT/UFRGS).

## **Francilene dos Santos Rodrigues**

Pós-doutora pela Universidade de Huelva-Espanha; Doutorado em Ciências Sociais – Estudos sobre as Américas/Universidade de Brasília; Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/Universidade Federal do Pará. Bacharelado em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará. Professora no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e nos programas de Pós-graduação Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) e Recursos Naturais (PRONAT). Líder do GEIFRON (Grupo de Estudos Interdisciplinar sobre Fronteiras). Pesquisa as temáticas: gênero; Migração;

mineração/garimpagem; pensamento Social Brasileiro e Venezuelano; Representação e configurações socioculturais na zona fronteira Brasil Venezuela.

### **Francisca Cleide Sousa Carvalho**

Possui Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima e Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela UFRR; graduação em Licenciatura e Bacharelado em História pela UFRR. Professora da rede estadual no estado de Roraima, lecionando para o Ensino Fundamental e Médio. Atuando principalmente no seguinte tema: história do Brasil e regional, educação, corrupção e política.

### **Gabriel de Souza Alencar**

Mestre em Sociedade e Fronteira pela UFRR, Especialista em Geopolítica e Relações Internacionais (2016), Graduado com Lâurea Acadêmica em Relações Internacionais da UFRR. Tem experiência e atua principalmente nos seguintes temas: Relações Internacionais, Bilaterais e Multilaterais, Cooperação e Relações Internacionais, Cultura e Relações Internacionais.

### **João Carlos Jarochinski Silva**

Professor Adjunto na Universidade Federal de Roraima (UFRR) do curso de Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF); Pós-doutor pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), vinculado ao Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO); Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) com ênfase em Relações Internacionais; Foi Research Fellow junto ao Center of Latin American & Latino Studies da American University em Washington D.C. (2019-2020) e Investigador Visitante no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC) (2015-2016).

## **José Victor Dorneles Mattione**

Mestrado em Sociedade e Fronteiras pela Universidade Federal de Roraima, Graduação em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal de Roraima. Tem experiência na área de História, com ênfase em ensino de História, História da Amazônia, Império do Brasil e Artes Visuais. josevictormattioni@gmail.com

Luana Almeida de Moura

Mestre em Sociedade e Fronteiras pela Universidade Federal de Roraima-UFRR (2019); graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Roraima- UERR (2016); participa do Grupo de Estudo - Gênero, Cultura e Deslocamentos- UERR. Linhas de pesquisa: gênero e mulheres indígenas; movimentos e organizações indígenas.

## **Maria das Graças Santos Dias**

Professora titular da UFRR, possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade da Amazônia, especialização em Educação pela Universidade Federal do Ceará, mestrado em História das Américas pela Universidad Católica Andrés Bello, Caracas/Venezuela e doutorado em História Ibero-Americana pela PUC/RS. Pós- doutorado em andamento na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal. Tem experiência em História, com ênfase na História Regional do Brasil, História Socioeconômica e ambiental da Amazônia e Políticas Públicas.

## **Maria Luiza Fernandes**

Estágio de pós-doutoramento em História na Universidade de Lisboa. Doutora em História pela USP. Mestre e Licenciada em História pela UFSC. Professora do curso de História e dos Programas de Pós-Graduações em Sociedade e Fronteiras e Profissional em Ensino de História, da Universidade Federal de Roraima. Atua, principalmente, nos seguintes temas: narrativas de viagens, movimentos sociais, ensino de história, ensino de história indígena.

## **Mauro José do Nascimento Campello**

Professor adjunto do Instituto de Ciências Jurídicas da UFRR, Pós-doutor em Direito pela Universidade de Messina/Itália, doutorando em Direito pela Universidade Autônoma de Lisboa/Portugal, mestre em Sociedade e Fronteira pela Universidade Federal de Roraima, especialista em Analista Internacional pela UFRJ, formado no Curso de Altos Estudos em Política e Estratégia pela ESG, bacharel em direito pela UGF/RJ, desembargador do Tribunal de Justiça de Roraima e prêmio socioeducando UNICEF/STF 1999.

## **Maxim Repetto**

Bacharel em Humanidades com menção em História – Universidade do Chile; Mestre e Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB); Pós-Doutorado no Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropologia Social (CIESAS, DF- México). Professor no Curso de Licenciatura Intercultural do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena e no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira (PPGSOF), da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Linhas de pesquisa: políticas indigenistas; movimentos e organizações indígenas; educação intercultural e formação de professores indígenas; educação indígena e formação social de crianças e jovens indígenas; assessoria em projetos sociais comunitários.

ISBN 978-658606289-2



9 786586 062892